



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA**

PATRÍCIA AMORIM TEIXEIRA LOUREIRO

**JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E PARTICIPAÇÃO: A REDE DE JUVENTUDES
DO CEARÁ COMO PRÁTICA EDUCATIVA EMANCIPATÓRIA**

FORTALEZA - CEARÁ

2020

PATRÍCIA AMORIM TEIXEIRA LOUREIRO

JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E PARTICIPAÇÃO: A REDE DE JUVENTUDES DO
CEARÁ COMO PRÁTICA EDUCATIVA EMANCIPATÓRIA.

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Lia Pinheiro Barbosa.
Co-orientador: Prof. Dr. Marcílio Dantas Brandão.

FORTALEZA - CEARÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Loureiro, Patrícia Amorim Teixeira .

Juventudes, territórios e participação: a rede de juventudes do Ceará como prática educativa emancipatória [recurso eletrônico] / Patrícia Amorim Teixeira Loureiro. - 2020 229 f.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2020.

Área de concentração: Sociologia.

Orientação: Prof.^a Dra. Lia Pinheiro Barbosa.

Coorientação: Prof. Dr. Márcilio Dantas Brandão.

1. Juventudes. 2. Territórios. 3. Participação. 4. Práticas Educativas Emancipatórias. I. Título.

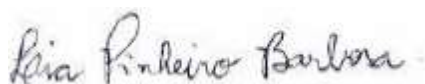
PATRÍCIA AMORIM TEIXEIRA LOUREIRO

JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E PARTICIPAÇÃO: A REDE DE JUVENTUDES DO
CEARÁ COMO PRÁTICA EDUCATIVA EMANCIPATÓRIA.

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

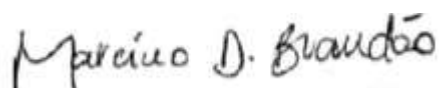
Aprovada em: 25 de agosto de 2020

BANCA EXAMINADORA



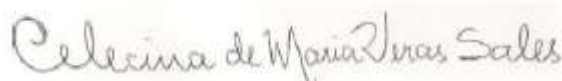
Profa. Dra. Lia Pinheiro Barbosa. (orientadora)

Universidade Estadual do Ceará



Prof. Dr. Marcílio Dantas Brandão. (co-orientador)

Universidade Estadual do Ceará



Profa. Dra. Celecina Veras Sales

Universidade Federal do Ceará



Profa. Dra. Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra

Universidade Estadual do Ceará.

Dedico à minha filha Maria Júlia, aos meus filhos Pedro Henrique e João Lucas, meu companheiro Januelson e a todas as pessoas que resistem e re-existem em seus territórios.

AGRADECIMENTOS

À minha família biológica: minha mãe Lucimar, meu pai Alfredo e aos meus irmãos Alfredo Jr., Alexandre e Marlene porentender que a educação é a herança que se pode deixar.

À minha família afetiva: Rede Cáritas Brasileira e Regional Ceará. A todos/as agentes Cáritas, grupos, comunidades e Redes acompanhadas que contribuíram na minha formação social, política e, sobretudo, pastoral, que me ajudam a testemunhar o Evangelho de Jesus Cristo, de forma encarnada na realidade cotidiana. Agradecimento especialà equipe do secretariado regional, minhas companheiras de coordenação: Glória e Reginha, e ao companheiro Alessandro por vivenciarmos verdadeiramente uma gestão compartilhada.

Aos/as jovens que compõem a Rede de Juventudes do Ceará, sobretudo aos que me ajudaram, aceitando participar diretamente da pesquisa. A vitalidade, criatividade e força de vocês me inspiram, cotidianamente.

A minha potente orientadora,professora Dra. Lia Pinheiro, que me incentivou a ingressar no mestrado e me ajudou na construção deste trabalho, afirmando sempre a necessidade de aliar a militância ao saber científico, para que possamos produzir novos conhecimentos, práxis educativas pautadas nos movimentos sociais, populares, sentipensante.

Ao co-orientador, professor Dr. Marcílio Brandão e as professoras participantes de minha banca, Dra. Celecina Sales e Dra. Teresa Esmeraldo Bezerra, por seus olhares atentos, provocativos, possibilitando mergulhar mais na pesquisa. Aos /as educandos/as e educadores/as da Turma 18 do Mestrado em Sociologia por partilharmos as experiências vividas, os sonhos, angústias, e os aprendizados.

A Deus por nos dar força e se fazer instrumento de luta, através de todos/as nós.

RESUMO

Este trabalho investiga como a Rede de Juventudes do Ceará tem se organizado e articulado para incidir na efetivação do direito à participação e defesa dos territórios. Partindo dessa questão, o objetivo do trabalho é analisar a organização e articulação das juventudes no/do campo e na/da cidade, integrantes da Rede de Juventudes do Ceará, na efetivação do direito à participação e defesa dos territórios. O campo da pesquisa se delinea a partir da própria Rede de Juventudes do Ceará e dos coletivos/movimentos de jovens do campo e da cidade que a compõem, cuja abrangência se estende a todas as regiões do estado do Ceará, a partir da organização de oito Fóruns/Redes Territoriais de Jovens. A pesquisa de natureza quali-quantitativa, pauta-se na análise e interpretação de dados quantitativos e aspectos qualitativos da Rede, utilizando diferentes metodologias que complementaram a abordagem: Bibliográfica, Documental e de Campo - pesquisa participante. Como método de análise, utilizamos a análise de conteúdo, a partir de fragmentos de falas de 10 jovens entrevistados/as. Destacamos, como conclusões da pesquisa, que a Rede de Juventudes do Ceará articula organizações populares, movimentos sociais, pastorais e organismos da Igreja Católica; Há uma territorialização da Rede de Juventudes do Ceará, isto é, uma organização territorial das juventudes. A mesma se organiza a partir dos territórios marcados pela disputa do capital transnacional. Ao compreenderem os territórios como de conflitos, entendem essa disputa e posicionam-se politicamente construindo estratégias de lutas e resistências; A construção da autonomia é limitada devido à própria condição juvenil que vivenciam e por não ser tarefa de somente de um segmento social específico, no caso, as juventudes.

Palavras-chave: Juventudes. Territórios. Participação. Práticas Educativas Emancipatórias.

ABSTRACT

This work investigates how the Youth Network of Ceará has organized and articulated to influence the realization of the right to participation and defense of the territories. Based on this central question, the general objective of this thesis is knowing youth organization and articulations in/of the countryside and in/of the city - all members of the Ceará Youth Network -, that plays a significant role in the realization of the right to participation and defense of the territories. The research field is outlined by the Ceará Youth Network itself and by collectives/movements of young people from the countryside and the city that are part of the Network. The territorial scope extends to all regions of the state of Ceará due to the organization of eight Territorial Youth Forums / Networks. The qualitative-quantitative research bases on the analysis and interpretation of quantitative data and qualitative aspects of the Network, using research models that complement the approach: Bibliographic, Documentary, and Field - participatory research. As a method of analysis, I develop content analysis, discourses, fragments of speeches of 10 youngsters interviewed. When considering introduction and conclusion, the text is organized into five chapters. The first presents the researcher's relationship with the object and field of research. The three development chapters focus on the theoretical-analytical debate of the categories territories, youth and participation in the light of the emancipatory educational practice of the Youth Network of Ceara

Keywords: Youth. Territories. Participation. Emancipatory Educational Practices.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Características do nível de escolaridade dos entrevistados em Fortaleza, CE, 2020.....	94
Gráfico 2 –	Características sobre acesso a programas ou projetos de incentivo a educação dos entrevistados em Fortaleza, CE, 2020.	94
Gráfico 3 –	Características sobre inserção no mercado de trabalho dos entrevistados em Fortaleza, CE, 2020.....	95
Gráfico 4 –	Características da renda familiar dos entrevistados em Fortaleza, CE, 2020.	96
Gráfico 5 –	Características dos equipamentos públicos de cultura e lazer que os entrevistados têm acesso, em Fortaleza, CE, 2020.....	97
Gráfico 6 –	Características da participação dos entrevistados em grupos, coletivos e/ou movimentos, em Fortaleza, CE, 2020.....	101
Gráfico 7 –	Características da participação dos entrevistados em grupos, coletivos e/ou movimentos, em Fortaleza, CE, 2020.....	102

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 –	Características da distribuição de jovens participantes do curso Tecendo Redes, segundo faixa etária, em Fortaleza, CE, 2017.....	133
Tabela 2 –	Características da distribuição de jovens participantes do curso Tecendo Redes, segundo sexo, em Fortaleza, CE, 2017.	134
Tabela 3 –	Características da distribuição de jovens participantes do curso Tecendo Redes, segundo relação campo/cidade, endereço de referência, em Fortaleza, CE, 2017.	134
Tabela 4 –	Características da distribuição de jovens participantes do curso Tecendo Redes, segundo presença em território, em Fortaleza, CE, 2017.....	136
Tabela 5 –	Tabela 05 – Características de distribuição de jovens participantes do curso Tecendo Redes, segundo participação em coletivos/movimentos, em Fortaleza, CE, 2017.	137
Quadro 1–	Identificação e caracterização dos/as entrevistados em Fortaleza-Ceará, 2020.....	32
Quadro 2 –	Composição dos Fóruns Territoriais entre os anos de 2015 a 2019.	1427
Quadro 3–	Síntese do curso realizado entre agosto de 2017 a fevereiro de 2018.....	185
Quadro 4 –	Quadro síntese dos avanços e desafios identificados com maior frequência e intensidade.....	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB	Ação Católica no Brasil
ACO	Ação Católica Operária
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ASA BRASIL	Articulação do Semiárido Brasileiro
BR	Brasil
CBCE	Cáritas Brasileira Regional Ceará
CDVHS	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conferência Episcopal Latinoamericana
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COVID-19	Doença do Coronavírus
DGAE	Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora
EFA	Escola Família Agrícola
EJOLT	Organizações de justiça ambiental, responsabilidades e comércio.
FAEC	Faculdade de Educação de Crateús.
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FSM	Fórum Social Mundial
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Escolar Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LGBTQI+	Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis, Transexuais E Queer +
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento Pela Soberania Popular na Mineração

MAT	Movimentos agrários transnacionais
MPA	Movimento dos Pequenos e Pequenas Agricultores e Agricultoras.
MST	Movimento Sem Terra
MTD	Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUTU	Movimento Unificado dos Trabalhadores e Trabalhadoras Urbano
ONU	Organização das Nações Unidas.
OSC	Organização da sociedade civil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCA	Programa Criança e Adolescente
PEMO	Práticas Educativas, Memórias e Oralidades
PIAJ	Programa Infância, Adolescência e Juventude
PJ	Pastoral da Juventude
PJE	Pastoral da Juventude Estudantil
PJU	Pastoral da Juventude Universitária
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PPGS	Programa de Pós-graduação em Sociologia
PPJ	Políticas Públicas de Juventude
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RECID	Rede de Educação Cidadã
REJUDES	Rede de Juventudes e Desenvolvimento
RIS	Rede de Intercâmbio de Sementes
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
STTRs	Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais .
SUS	Sistema Único de Saúde
TRAMAS	Trabalho, Meio Ambiente e Saúde
TdL	Teologia da Libertação
TUCUM	Turismo Comunitário.
TV	Televisão
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UMJIR	União dos Moradores do Jardim Iracema

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Aproximação de olhares e sentidos – o interesse pelo tema e objeto.....	15
1.2	A Travessia: a categoria central de análise e o percurso metodológico.	20
1.2.1	A categoria central de análise: as juventudes.....	21
1.2.2	O percurso metodológico da pesquisa.....	29
2	TERRITÓRIOS DE CONFLITOS E REEXISTÊNCIAS: COMO OS/AS JOVENS DA REDE DE JUVENTUDES DO CEARÁ VIVEM?	39
2.1	Da Rede Estadual de Jovens à Rede de Juventudes do Ceará e o papel da Cáritas.	41
2.1.1	Histórico da Rede Estadual de Jovens.....	41
2.1.2	Estrutura e organização da Rede de Juventudes do Ceará.....	55
2.1.3	Relação Rede de Juventudes do Ceará e Rede Cáritas Ceará.....	61
2.2	Concepção sociológica e geográfica de territórios.....	65
2.2.1	A territorialização da Rede de Juventudes do Ceará.....	65
2.2.2	As relações entre campo e a cidade, o rural e o urbano.....	78
2.3	A concepção do território na perspectiva dos/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará.	84
2.4	As violações dos direitos dos/as jovens em seus territórios.....	93
3	JUVENTUDES EM MOVIMENTO(S): COMO OS/AS JOVENS DA REDE DE JUVENTUDES DO CEARÁ PARTICIPAM?.....	100
3.1	O nascer da participação política dos/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará.....	101
3.1.1	O papel da Igreja Católica e a participação dos/as jovens da Rede de Juventudes no espaço eclesial.....	103
3.1.2	Organizações Comunitárias- Populares e Movimentos Sociais - o nascer da participação política dos/as jovens “fora” da Igreja Católica.	112
3.1.2.1	Organizações Comunitárias e Populares.....	112
3.1.2.2	Movimentos Sociais.....	114

3.2	A Rede de Juventudes do Ceará como espaço de participação política.	120
3.2.1	Participação Política: as juventudes como campo político e presença na agenda pública.....	120
3.2.2	Os sujeitos que integram a Rede de Juventudes do Ceará a partir dos territórios.....	128
3.2.2.1	<i>Articulações Territoriais.....</i>	128
3.2.2.2	<i>Articulação Estadual.....</i>	131
3.3	Linha do tempo: Ações, pautas, lutas e interlocução da Rede de Juventudes do Ceará.	137
3.3.1	Os anos de 2013-2014.....	138
3.3.2	Entre 2015 e 2016.....	138
3.3.3	Anos de 2017-2018.....	145
3.3.4	O ano de 2019.....	149
4	DA PARTICIPAÇÃO À EMANCIPAÇÃO: COMO OS/AS JOVENS DA REDE DE JUVENTUDES DO CEARÁ REALIZAM SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EMANCIPADORAS?.....	157
4.1	Educação, Emancipação e Práticas Educativas Emancipadoras.....	158
4.1.1	Educação e Emancipação Humana como concepções sociológicas indissociáveis.....	158
4.1.2	Prática Educativa Emancipadora.....	166
4.2	O curso “Tecendo Redes: Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas”.	172
4.2.1	Antecedentes.....	172
4.2.2	Perfil dos/as participantes.....	174
4.2.3	Os módulos.....	175
4.2.3.1	<i>Módulo 01 - História Social e Política Brasileira – Aspectos Econômicos; Aparelhos ideológicos do Estado; Relações de Poder.....</i>	176
4.2.3.2	<i>Módulo 02: Identidade e Território: juventudes e realidade sociopolítica brasileira/cearense.....</i>	177
4.2.3.3	<i>Módulo 03: Direitos Humanos e Mobilização Social – compreensão histórica sobre as lutas sociais e os desafios atuais.....</i>	179
4.2.3.4	<i>Módulo 04: Políticas Públicas de Juventudes – Desafios e Perspectivas; Espaços de Participação e controle social do orçamento</i>	

	<i>público; conselhos de juventudes.....</i>	180
4.2.3.5	<i>Módulo 05: Projeto popular de sociedade justa, solidária e sustentável (experiências e estratégias de intervenção para a construção da sociedade do Bem Viver).....</i>	182
4.2.3.6	<i>Módulo 6: Educação Popular.....</i>	183
4.3	O Projeto Educativo-Político da Rede de Juventudes do Ceará: os métodos e metodologias emancipadoras abordadas.....	186
4.4	Avanços e desafios: A Rede de Juventudes do Ceará em perspectiva	191
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
	REFERÊNCIAS.....	202
	ANEXOS.....	219
	ANEXO A – MURAL DA REDE DE JUVENTUDES DO CEARÁ.....	219
	ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	223
	ANEXO C – QUSTIONÁRIO APLICADO.....	226
	ANEXO D - ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	228

1 INTRODUÇÃO

No caminho da vida acadêmica, é **necessário aliar saber científico e saber popular**. Segundo Minayo (1999), a definição do tema e escolha do problema deve ter sua fundamentação na área de interesse do/a pesquisador/a, de acordo com as dimensões técnicas, ideológicas e científicas. Como muitos dos/as pesquisadores que se dedicam a estudar os/as jovens, minha aproximação¹ com esses sujeitos, deu-se a partir de estudos sobre crianças e adolescentes. Nos idos de 2001, quando me formei em Serviço Social, apresentei a monografia sobre adolescentes em conflito com a lei: “Programa de Liberdade Assistida – Face a face com a medida socioeducativa” (LOUREIRO, 2001), estudo destinado a conhecer como os/as adolescentes em conflito com a lei cumpriam tal medida socioeducativa iniciando minha caminhada militante e profissional na área infanto-juvenil.

1.1 Aproximação de olhares e sentidos – o interesse pelo tema e objeto

Em maio de 2003 iniciei minha caminhada pastoral militante² na Cáritas Brasileira Regional Ceará – CBCE, até então desconhecida para mim. Participei de um processo seletivo para o cargo de assessora técnica do então Programa Criança e Adolescente – PCA, que atualmente é conhecido como Programa Infância, Adolescência e Juventude-PIAJ.³ Nos últimos 07 anos, fui eleita (2014-2017) e reeleita (2018-2021) secretária regional da entidade, mudando completamente minha função na instituição e, por conseguinte, toda minha vida.

A CBCE, organização da sociedade civil – OSC, fundada em 08 de agosto de 1988, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB⁴, filial da Cáritas

¹Peço licença para expressar-me em primeira pessoa do singular no que se refere à minha participação e relação direta na construção do objeto da pesquisa, devido à posição institucional que ocupei nos últimos anos. Em seguida, quando desenvolverei a análise do objeto, o tempo verbal passará para a primeira pessoa do plural, conforme orienta as regras normativas da ABNT, nas quais esta dissertação está ancorada.

² Com o passar dos anos e do campo de atuação, a convergência entre minhas crenças e referências, com a da instituição, na perspectiva da defesa dos direitos humanos e de uma espiritualidade libertadora, me fizeram compreender minha atuação na Cáritas, para além de um vínculo profissional, mas também militante-pastoral.

³ O PIAJ tem como objetivo: Fortalecer a articulação de adolescentes e jovens de comunidades rurais e urbanas do Ceará, em rede, para o controle social de políticas públicas que visem garantir e ampliar direitos em seus territórios. Ao longo da pesquisa, aprofundarei sobre o programa.

⁴A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja Católica no País, na qual, a exemplo dos Apóstolos, conjuntamente e nos limites do direito, eles exercem algumas funções pastorais em favor de seus fiéis e procuram dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias, e realizar evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma

Brasileira e integrante da Rede Cáritas Internacionalis,⁵ tem como Missão: “Testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo toda forma de vida e participando da construção solidária da sociedade do Bem Viver, sinal do Reino de Deus, junto com as pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social”(CARITAS, 2017). E, como “orientações estratégicas”:

- (I) Promoção e fortalecimento de iniciativas locais e territoriais na construção da sociedade do Bem Viver;
- (II) Defesa e promoção de direitos, construção e controle das políticas públicas;
- (III) Organização, fortalecimento e sustentabilidade da Rede Cáritas;
- (IV) Formação permanente do voluntariado.

Atualmente, compõem a Rede Cáritas Ceará (08) Entidades membros, quais sejam: Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, Cáritas Diocesana de Itapipoca, Cáritas Diocesana de Sobral, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Cáritas Diocesana de Crateús, Cáritas Diocesana de Iguatu, Cáritas Diocesana de Crato e Cáritas Diocesana de Tianguá, juntamente com o Secretariado Regional Ceará. Enquanto Rede, busca integrar ações visando uma atuação articulada e mais efetiva junto aos sujeitos em contextos do campo e da cidade no Estado do Ceará (CÁRITAS, 2019, p. 03).

A entidade, em documento institucional, afirma:

“(…) numa perspectiva de fortalecimento dos grupos e comunidades, bem como a construção de caminhos conjuntos, optamos por desenvolver ações estratégicas em rede, pois acreditamos que iniciativas como essa vêm contribuindo para uma maior articulação entre os sujeitos, construção de perspectivas e sonhos coletivos. Dessa forma, atuamos em uma relação direta entre Secretariado Regional e Entidades membros que possuem a função de acompanhar de forma sistemática os grupos, contemplando essa ação em seus planejamentos, enquanto o escritório regional possui uma visão mais estratégica global das ações em suas dimensões técnica, política, pedagógica e financeira” (CÁRITAS, 2019, p. 07).

Diante dessa opção político-pedagógica de ação em redes, a Rede Cáritas Ceará animou, desde a década de 1980, a constituição e fortalecimento de Redes, onde as pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social pudessem se articular de forma sistemática. Entre as redes constituídas ao longo desse período, destacam-se a Rede de Intercâmbio de

sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo. <https://www.cnbb.org.br/quem-somos/> (acessado em 06/05/2020).

⁵Em 1897, na Alemanha, fundou-se a primeira Caritas. A organização, nomeada após uma palavra latina que significa amor e compaixão, cresceu e, em 1954, quando a Caritas Internacionalis foi oficialmente reconhecida. Atualmente, está presente em todos os continentes e em mais de 200 países. A Caritas compartilha da missão da Igreja Católica de servir os pobres e promover a caridade e a justiça em todo o mundo.

Sementes – RIS, Rede Abelha Ceará, Rede de Catadores/as de Materiais Recicláveis, Rede Bodegas (de empreendimentos da economia popular solidária) e, em 2013, contribuiu com a constituição da Rede Estadual de Jovens, atualmente denominada Rede de Juventudes do Ceará.

A Rede Estadual de Jovens surgiu a partir da percepção de jovens organizados/as em grupos e participantes de movimentos, coletivos e outras organizações nos diversos municípios e comunidades do Estado, de que as questões vivenciadas por eles/as em seus territórios, como a dificuldade de trabalho e renda, a falta de acesso à terra, educação precarizada, violência, também faziam parte da vida de outros/as jovens sejam do campo ou da cidade, embora com especificidades do local. Daí a necessidade de aproximação e construção de estratégias para uma incidência mais articulada e superação desses desafios (REVISTA CÁRITAS CEARÁ, 2017, p.06).

Particpei ativamente de todo o processo de gestação e nascimento da Rede de Juventudes do Ceará, o que me faz ser uma pesquisadora-militante, como nos inspira Orlando Fals Borda, na sociologia sentipensante⁶: “O pesquisador-militante não se situa em um espaço de exterioridade ou possui o conhecimento e o estende ao povo. Mas, sim o constrói, em diferentes momentos e em diversas maneiras com o objeto/sujeito.” (FALS BORDA, 2009, p. 93).

Desde então, a Rede de Juventudes vem sendo tecida como um espaço plural, que conta com a participação de jovens, participantes/representantes de 29 grupos e coletivos juvenis do campo e das cidades, vindos de oito (08) grandes territórios do Ceará que, para a Igreja Católica e a Rede Cáritas, são conhecidos como dioceses.⁷ Assim, afirmamos que a Rede foi constituída a partir do fomento e assessoria da Rede Cáritas Ceará, o que ocorre até os dias atuais. No “Manifesto por sonhos coletivos”, escrito de forma coletiva por integrantes da Rede Estadual de Jovens, em 2017, afirma-se que:

A partir de processos locais e territoriais, fomos entrelaçando nossas vidas, que se cruzaram pelo caminho da busca e garantia de direitos. Cada vez mais abrangente,

⁶ A categoria sentipensante nasce com a história de luta e militância identificada por Fals Borda, a partir de sua própria história na Colômbia, quando nos anos iniciais de sua formação acadêmica e de militância reconheceu a possibilidade de transformar a estrutura agrária e de violência do país, a partir de análises e fazer crítico que associa razão e emoção. Ao adentrar tanto em obras teóricas e ação política, Fals Borda participa de maneira qualificada parte da história nacional da Colômbia desde a metade do século XX até início do século XXI (MONCAYO, 2009). Para aprofundamento da antologia de Fals Borda acessar <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/fborda/>.

⁷ Compreende-se por territórios diocesanos, os municípios que estão vinculados às dioceses, sendo esta, uma forma de organização da Igreja Católica Particular no Brasil, e no Ceará é conhecido como Regional Nordeste 1. Atualmente, o Regional Nordeste 1 é organizado em 09 dioceses (Fortaleza, Itapipoca, Crato, Iguatu, Limoeiro do Norte, Quixadá, Sobral, Crateús e Crato). Contudo, a Cáritas Brasileira Regional Ceará atualmente não tem atuação somente na diocese de Quixadá.

desde a diocese até outros territórios, de forma diversificada, nossa rede foi se construindo. Olhando para ela, podemos dizer que vai além dos encontros que organizamos; que vai além das dioceses, dos municípios e das comunidades. Esse negócio de Rede faz um bem danado (CÁRITAS, 2017, p. 15).

Exercendo a função de secretária regional da CBCE, no fim do primeiro mandato, em 2017, deixei a coordenação do Programa Infância, Adolescência e Juventude para coordenar outros projetos da entidade e a mesma de forma mais ampla. O distanciamento demandado pelas novas atribuições dentro do secretariado possibilitou-me observar de fora e perceber o amadurecimento da Rede de Juventudes do Ceará, principalmente a forma como se organizavam e articulavam os coletivos e seus processos formativos, emergindo em mim o interesse em desenvolver uma pesquisa sobre essa construção. Neste ano, apresentei a proposta num projeto de pesquisa para seleção junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, na linha de pesquisa: Mobilizações Sociais, Campo e Cidade⁸, no qual fui aceita.

Diante dessa problemática, a presente pesquisa dirigiu-se a uma questão prioritária: **Coletivos de juventudes no/do campo e na/da cidade, integrantes da Rede de Juventudes do Ceará, se organizam e se articulam para incidir de forma conjunta na efetivação do direito à participação e defesa dos territórios?**

A partir dessa questão central, propusemos como **objetivo geral** para pesquisa: Analisar a organização e articulação das juventudes no/do campo e na/da cidade, integrantes da Rede de Juventudes do Ceará, na efetivação do direito à participação e defesa dos territórios. E, como **objetivos específicos**: a) Analisar o contexto sócio-político-econômico em que se estabelecem as relações campo-cidade entre as juventudes e modelos de desenvolvimento; b) Identificar as principais violações de direitos nos territórios vivenciados pelos/as jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará; c) Compreender como se dão as lutas pela efetivação do direito a participação política dos/as jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará; e, d) Pesquisar a prática educativa da Rede de Juventudes do Ceará.

Diante desses objetivos, partimos de **pressupostos** que foram confrontados, ratificados ou retificados ao longo da pesquisa:

⁸As pesquisas desenvolvidas nesta linha buscam analisar as dinâmicas contemporâneas que acompanham, produzem ou questionam as transformações simbólicas, materiais e institucionais da vida social nas áreas urbanas e rurais. Este enfoque leva a desenvolver estudos teórico-empíricos sobre questões ligadas às temáticas da saúde, do meio ambiente, do trabalho, da cultura, da constituição de mobilizações coletivas e formas alternativas de ação política pelos atores nos espaços da urbanidade e da ruralidade, considerando as mais variadas dimensões da sociedade globalizada. (PPGS, 2020).

- a) Os/as jovens participantes da Rede de Juventudes do Ceará estão organizados em coletivos: grupos e/ou movimentos sociais. Mas somente fazer parte desses coletivos não pressupõe realização de ações articuladas. Ou ainda, na dimensão comunitária, dentro do próprio movimento específico, há fragilidade de articulação e, posteriormente, dificuldades de incidência.
- b) Coletivos de jovens no/do campo e na/da cidade se organizam de forma segmentada, reforçando a dicotomia campo/cidade. Com a complexidade dos desafios vivenciados, mais recentemente, da reestruturação produtiva do agro, minério e hidronegócio,⁹ resultaram em múltiplas consequências sobre as relações campo-cidade, com ênfase nos sujeitos que lá vivem, em especial, os/as jovens. Por conseguinte, isto resulta em novas dinâmicas (econômicas, sociais, culturais e políticos) e funcionalidades a esses recortes territoriais, bem como seus conteúdos, ressignificando-os. Em virtude dessas mudanças, percebem a necessidade de articularem suas lutas em coletivos mais amplos, superando a dicotomia campo-cidade, estabelecendo relação integradora entre jovens no/do campo e na/da cidade, para a construção de estratégias de incidência conjunta, buscando a garantido direito à participação e defesa de seus territórios ameaçados pelo modelo de desenvolvimento vigente.
- c) Com os desafios impostos pela reestruturação produtiva do agro, minério e hidronegócio e as contradições do Presidencialismo de coalizão (AVRITZER, 2016),¹⁰ através do pacto pela governabilidade, nos governos a partir de 1994, com ênfase nas gestões do Partido dos Trabalhadores – PT, observou-se uma crescente ampliação do arcabouço jurídico, referente à legislação e aos projetos para as juventudes no Brasil. Contudo, com a concretude do *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff¹¹ sofrido

⁹Utilizaremos a terminologia construída pela base popular para analisar o que a literatura chama de megaempreendimentos no campo da agricultura brasileira. Isto é, a soma que compõe o conjunto de sistemas e redes complexas formadas pela agricultura, pecuária, indústria, mercado, tecnologia e finanças do capital transnacional aliado ao nacional, com bases ideológicas definidas que se instalam em determinados territórios na América Latina.

¹⁰ A expressão “presidencialismo de coalizão” é um conceito criado inicialmente pelo cientista político Sérgio Abranches (1988) e retomado por Avritzer (2016) para explicar a conformação do sistema político brasileiro, desde 1988, e agudizado nos governos de FHC e Lula, e posto em xeque, durante o Governo Dilma. O presidencialismo de coalizão é uma configuração institucional em que o presidente necessita criar alianças com o parlamento para garantir a governabilidade. Visa, portanto, equacionar a tensão existente entre a presidência e outras instituições políticas imprescindíveis para o “sucesso da governabilidade”.

¹¹Consideramos que a mesma sofreu um Golpe de Estado a partir das alianças estabelecidas anteriormente, na tentativa de preservar o presidencialismo de coalizão, contudo, os atores do pacto (burguesia e capital transnacional) não estavam mais alinhados à proposta e romperam com o pacto até então estabelecido, com apoio do Congresso Nacional.

no país em 2016, resultado da correlação de forças entre burguesia nacional e internacional, houve um desmonte generalizado dos espaços institucionalizados de controle social, como o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, bem como o fim da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, implicando na fragilização da recente política de juventude instituída através da Lei nº 12.852, de 2013, que cria o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Isso, somado às contrarreformas instituídas (trabalhista, previdenciária) dão a tônica da nova ótica política sobre o poder, a economia e a sociedade a ser “enquadrada” nos ditames do capital transnacional, refazendo a relação campo-cidade, agravada ainda mais pelo processo de reestruturação produtiva e que toma forma e conteúdo na gestão presidencial de Jair Messias Bolsonaro.

- d) Ao se vincularem a organizações coletivas, notadamente aquelas de luta pela terra, água, direitos humanos e sociais, os/as jovens constroem possibilidades de acesso aos programas e projetos, sejam governamentais ou das organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo lutam por um espaço que possa se constituir como território para a afirmação de suas identidades, seja camponesa, sem-terra, da cidade, de periferia, ou “das quebradas”.¹²
- e) Muitos movimentos sociais, especialmente de juventudes, desenvolveram práticas educativas pautadas na conquista da cidadania, advindos a partir da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Contudo, o termo cidadania se tornou lugar comum e mais um conceito em disputa. E, já na década seguinte, os movimentos sociais foram questionados: Educar para a cidadania ou para a liberdade? Para os/as jovens no/do campo e cidade, conceitos como ‘cidadania’ e ‘emancipação humana’ são centrais na construção de suas práticas educativas emancipadoras.

1.2 A Travessia: a categoria central de análise e o percurso metodológico.

Cora Coralina lembra que o mais importante não é o ponto de partida, e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim teremos o que colher. Assim, nos encontramos

¹²O conceito “das quebradas” implica em um modelo de ação e representação da vida social caracterizado, de um lado, pela fragmentação gerada pelo efeito das ações estatais, descontínuas e violentas, voltadas para populações empobrecidas das periferias dos grandes centros urbanos e, por outro, pela afirmação de uma micropolítica de relações, baseada em modos de regulação (as leis das ruas) e disseminada por dialetos das juventudes nas periferias (Malvasi 2012).

nesta travessia: como semeadoras e sementeiras, nos anos de 2018, 2019 e 2020. Nesse período vivenciado no Mestrado em Sociologia, no Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, refletimos de forma dialógica com os/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará. Com o intuito de analisar a organização e articulação desses jovens, suas formas de participação política e práticas educativas em seus territórios, construímos como categorias de análise: JUVENTUDES, TERRITÓRIOS, PARTICIPAÇÃO e PRÁTICA EDUCATIVA EMANCIPATÓRIA. O intuito é analisar como essas categorias se apresentam, a partir do lócus da Rede de Juventudes.

Ressaltamos que **Juventudes é a categoria central de análise** e as demais: territórios; participação e prática educativa emancipatória serão apresentadas, aqui, de maneira introdutória e melhor aprofundadas nos capítulos subsequentes por terem se tornado importantes devido à natureza da pesquisa e os dados obtidos em campo.

1.2.1 A categoria central de Análise: as juventudes

Esse grupo social, excluído de um conjunto de políticas públicas específicas até quase final do século XX, sofreu forte influência de organismos internacionais e agências para a consolidação de uma agenda neoliberal direcionada a esse público. No ano de 1985, a ONU definiu que aquele seria o “Ano Internacional da Juventude”, com uma proposta de agenda de políticas sociais direcionadas a esse público, no intuito de pressionar seus Estados-membros à adesão dessas pautas. Portanto, organismos como a ONU e o Banco Mundial, por exemplo, pressionaram o governo brasileiro desse período para que “comprasse” sua agenda de políticas sociais, incluindo a “política de juventude”. Concomitante às pressões externas, as pressões internas vinham através da resistência e mobilização de organizações e movimentos sociais voltados para a luta por direitos juvenis, naquele período. Assim, a institucionalização da Política de Juventudes ocorreu a partir da articulação de forças dos movimentos sociais, mas também das agências internacionais.

Decorridos quase 20 anos da criação do Ano Internacional das Juventudes, mudanças ocorreram e políticas foram instituídas. Em 2004 foi criada a Secretaria Nacional de Juventudes (SNJ) com a missão de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas. No ano seguinte foi constituído o Conselho Nacional de Juventudes (CONJUVE) para formular e propor diretrizes da ação governamental voltada para os jovens. Nesse mesmo ano, foi instituída a Política Nacional de Juventude e, em 2013, sancionada a Lei 12.852, que

cria o Estatuto da Juventude que, baseado na Constituição Federal de 1988, especifica quais direitos os jovens brasileiros devem ter garantidos.

Segundo o último censo demográfico (IBGE/2010), dos quase 09 milhões de habitantes do Estado do Ceará, cerca de 03 milhões têm entre 12 e 29 anos, ou seja, estão na faixa etária entre a adolescência e a juventude. Esse número corresponde a 1/3 da população do estado, totalizando 2 milhões e 140 mil jovens cearenses (IPECE/2019). Para os efeitos de Lei, são considerados adolescentes pessoas com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos incompletos e jovens, as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Ressalta-se que aos/as adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, excepcionalmente, o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, quando este não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente, o ECA.

Sposito (2009), em sua pesquisa sobre a produção de conhecimento discente nos programas de pós-graduação, no campo de estudo sobre **Juventude**, de 1999 a 2006, nas áreas de educação, ciências sociais e serviço social, e Papa e Freitas (2011), dentre outras, contribuíram para a análise desses contextos e quebra de paradigmas em relação à juventude no novo milênio. Isto é, a juventude que, até então, era retratada somente como “problema social” a ser enfrentado e ajustado, passa também a ser considerada como campo político em disputa. Apresentamos a seguir como se deu o processo de apropriação da juventude como categoria de análise e seus diferentes enfoques e abordagens, e retomaremos de forma mais específica o debate no capítulo que trata de como os/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará participam.

A produção de conhecimento acerca das juventudes no Brasil, em especial nos últimos 20 anos, é bastante frutífera. Além de teses e dissertações, em particular, nas áreas de educação, ciências sociais e serviço social, há outros produtos importantes como livros, periódicos, artigos, relatórios de pesquisa, entretanto, não é privilégio exclusivo do mundo universitário. Nos últimos anos, institutos privados de pesquisa, organizações da sociedade civil e organismos públicos têm produzido, significativamente, sobre o tema.

Segundo Sposito (2009), se for considerado o conjunto do que já foi produzido nos últimos dez anos, é possível afirmar que a pesquisa sobre juventudes no Brasil não pode ser mais tratada como um dado apenas emergente, “da moda”. Assim, a categoria central de análise da pesquisa tem denominações, sentidos múltiplos e até mesmo imprecisões. A partir da problematização de autores como Abramo (2005), Sirota (2006), Dayrell (2003, 2007), Bezerra (2013), observamos as seguintes abordagens sobre a categoria: Juventude;

Juventudes; Condição Juvenil, Protagonismo Juvenil e situação juvenil, todas relevantes para a aproximação desse universo tão extenso e plural.

Portanto, somente o desenvolvimento de estudos poderá produzir um conjunto de respostas sobre essa fase no ciclo de vida e que não se separa dos processos estruturantes da vida social, fundada nas desigualdades sociais, nas relações de classe, de gênero, relações étnico-raciais, entre outras. Dessa forma é necessário historicizar a categoria a fim de compreender as questões-chaves apresentadas para as pesquisas. Segundo Bezerra,

A pesquisa social sobre juventudes como categoria sociológica de análise propõe, na atualidade, as seguintes considerações: i) os conceitos de juventude e de condição juvenil, compreendidos como construções sociais e simbólicas, que se realizam de diferentes maneiras nas diversas sociedades, remetendo a uma experiência de caráter histórico e cultural; ii) o conceito de situação juvenil, que traduz os diferentes modos como a condição juvenil é ou pode ser vivenciada pelos sujeitos jovens; iii) o conceito de juventudes no plural, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição (BEZERRA, 2013, p.14).

Becker (1977), da segunda geração da Escola de Chicago, ao discorrer sobre as perspectivas de atuação da referida Escola, no início do século XX, observou que dois temas marcaram a agenda de investigação daquele centro: o primeiro dedicado à compreensão da sociedade americana do período; e o segundo, correlacionado, voltava-se para o que era tomado como “problema da delinquência juvenil” ou das “gangues de jovens”. Nestes primeiros estudos, os coletivos jovens foram apreendidos como negatividade, vinculados a “desordem social”, marcados pela homogeneidade de condutas e valores. Já entre as décadas de 1940 e 1960, Parsons (1968) e Coleman (2008) priorizaram a análise sociológica a partir da “cultura” dos grupos juvenis, analisando a transição do mundo privado parental para a vida pública, enriquecendo seus processos identitários e de transição para a vida adulta, o que demarcou um novo paradigma sobre o conceito de juventude.

O interesse de sociólogos/as brasileiros/as pela juventude inicia-se com Ianni (1963) – “O jovem radical”- retomado no trabalho de Britto (1968), intitulado “Sociologia da Juventude” e aprofundado com Foracchi (1972),¹³ que tratou essa fase do ciclo de vida globalmente como juventude, entendendo a adolescência como seu primeiro momento. Foracchi se beneficia de estudos produzidos pela Escola de Chicago. Contudo, infelizmente, após os estudos da autora, a produção acadêmica sobre o tema foi relegada a uma posição marginal, pois “pouco se realizou para ampliar e aprofundar o conhecimento sociológico da

¹³A autora investiga o significado da ação juvenil na sociedade brasileira nos anos 60, tendo como centralidade a articulação entre sociedade, juventude e teoria social.

juventude, das relações entre as gerações, das relações entre classe social e geração, das relações entre trabalho e estudantes” (NOVAES, 2006, p. 126).

Por conseguinte, no âmbito das ciências sociais, os estudos se voltaram para a tematização de expressões juvenis contemporâneas pela mediação de práticas culturais, com a perspectiva de compreender o contexto social que emergia e adquiria visibilidade no espaço público. Na Europa e nos Estados Unidos, a juventude e as “culturas juvenis” foram abordadas a partir de vários paradigmas: contraculturais, subculturais e pós-culturais.¹⁴

De modo geral, somente nos anos da década de 1980 e 1990, período da redemocratização do Estado brasileiro, é que se verifica a retomada dos estudos sobre juventude nas ciências sociais. No mesmo período, a célebre frase, título de uma entrevista de Bourdieu (1980) – *A juventude é apenas uma palavra* – provoca autores e autoras a construir conceitos sociológicos e alarga-los.

Os autores Margulis e Urresti, no livro “La juventudes más que una palabra”, faz esse contraponto. O argumento de Margulis e Urresti (2008) é que a condição de ‘ser jovem’ é facultada de maneira diferente, inclusive dentro de uma mesma sociedade, apontando que a juventude pode ser considerada uma **“moratória social, vital”**. **A moratória social e vital** é ponto de destaque da obra clássica no estudo de juventudes. Quatro aspectos chamam atenção na reflexão sobre a moratória social e vital: 1) viés classista, argumentando que os jovens da classe social dominante ganha a moratória social, esta sendo espaço de tolerância precedente à vida adulta no qual se podem postergar as exigências desta fase, em prol da realização dos desejos pessoais dos jovens. 2) questão geracional, apontando que a vivência da juventude muda entre uma geração e outra, em que são incorporadas distintas memórias sociais. 3) moratória vital, que se traduz em uma espécie de crédito temporal que os jovens têm, no qual podem desfrutar de uma ideia de imortalidade e é através dela que se efetiva o papel da moratória social. 4) dilema do debate de gênero, uma vez que a juventude é configurada de forma heterogênea para o homem e para a mulher. Há uma imposição maior de signos para o sexo feminino, o qual dispõe de pouca moratória.

Isso posto, aqui rompe-se com os estudos realizados até então e que apresentavam uma visão uniforme e unificada acerca do significado de “ser jovem”. Margulis e Urresti (2008) introduzem, na abordagem sobre juventude, as seguintes variáveis: classe social, idade, crédito vital, memória incorporada, geração, marco institucional e gênero. Assim, para os

¹⁴Para aprofundamento do tema, análises críticas de avanços e limites destas perspectivas teórico-metodológicas de compreensão da juventude, dos grupos juvenis e suas culturas, podem ser encontradas em Dubet (1987), Zaluar (1997), Pais (2003) e Freire (2007).

autores, ao proceder estudo da categoria juventude, há que se relacionar historicidade e materialidade posto que a referida categoria vai para além de uma simples palavra.

Nesse ínterim, outras questões emergiram relacionadas à juventude. Pais (2001; 2003, 2006), ao se debruçar sobre a tríade “sociedade – problemas sociais da juventude – problema sociológico da juventude”, critica os modelos teóricos-metodológicos de compreensão da juventude, dos grupos e culturas juvenis, na perspectiva estrutural-funcionalista. Pais defende a ideia de uma perspectiva teórico-metodológica mais fecunda para a análise da juventude, consistindo num olhar multi e interdisciplinar, de maneira a apreender os modos de agir dos jovens na vida cotidiana. Nesse sentido, adota a perspectiva metodológica do “curso de vida”,¹⁵ para compreender as formas de transição dos jovens para a vida adulta e desvelar sua vida nos mais variados aspectos. Tal ferramenta permitiria um exame mais abrangente sobre os vínculos que atam o “tempo pessoal, e o tempo coletivo, histórico; o tempo de transição e o tempo de sincronização; as trajetórias individuais e as estruturas sociais” (PAIS, 2003, p. 72-75)

Grosso (2000), em seu artigo intitulado “Juventude e Modernidade”, argumenta que a juventude como categoria moderna, também sofre influências e encontra-se em constante processos de descontinuidades, rupturas e transformações em busca da autonomia. E suas relações com as instituições modernas também.

O autor identifica duas formas de organização da juventude na modernidade: a juventude institucionalizada (escola, exército, instituições religiosas, entidades e agências) e os grupos juvenis espontâneos (formado por pares, autonomamente). Cada uma dessas formas voltadas à juventude, têm suas especificidades, mas também podem se manifestar simultaneamente e vivenciarem processos transitórios, a depender da tomada de consciência dos jovens sujeitos.

Também pautada por teóricos da ação coletiva e dos movimentos sociais, como Sposito (1993) e Gohn (2010), a categoria juventude foi refletida, analisando as potencialidades e os limites das novas identidades coletivas, no contexto das lutas urbanas pela democratização da sociedade brasileira e da expansão de acesso aos direitos para os segmentos juvenis das camadas populares.

¹⁵Ressaltamos que esse modelo teórico-metodológico que a autora denomina curso de vida, alguns movimentos, em particular, adotado pelas Escolas do Campo, Escolas Famílias Agrícolas e Pastorais de Juventudes denominam “Projetos de Vida”, com características semelhantes, construindo horizontes para a vida desses jovens, a partir de seus lugares, contextos, habilidades e desejos.

Segundo Fialho (2016), a categoria juventudes passa por uma série de revisitações que acompanham o processo sociopolítico-cultural brasileiro, mantendo uma considerável parcela de jovens, em sua maioria pobres, negros e pardos, em situação de exclusão. Assim,

O escopo foi desmistificar como estágio biológico e natural, pois esse período da vida é sobretudo, uma elaboração sócio-histórica que abrange inúmeras variáveis de acordo com a internalização das experiências vividas. Desse modo, para compreender as juventudes, faz-se necessário perceber a maturidade biológica e psicológica, os critérios socioeconômicos, a cultura [...]. É mister que os conceitos de adolescência e juventudes foram constituídos historicamente no seio da sociedade. Dessa maneira, podem assumir significados e características diferentes de acordo com a organização de um povo. A sociedade por meio de sua organização sociopolítica, econômica, de seus costumes, crenças e valores é quem determina, por uma ideologia difundida [...], da maneira mais apropriada para representar essa parcela significativa das pessoas constituintes de um corpo social indissociável (FIALHO, 2015, p. 20-21).

Na argumentação de Dayrell (2003), a construção social da categoria juventudes vai depender do lugar em que os jovens estão inseridos na sociedade, bem como da maneira que essa sociedade os percebem. Segundo o autor supracitado, na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens enquanto sujeitos que experimentam e sentem, segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem, numa determinada condição juvenil.

Observando os contextos e as produções acadêmicas a partir da pesquisa organizada por Sposito (2009) é importante destacar que grande parte das produções sociológicas sobre juventudes se voltaram para o universo da cultura, em especial coletivos e expressões artísticas e têm o urbano como marca. Considera-se que grande parte das produções sobre juventudes realiza suas análises a partir do espaço urbano. Nessa perspectiva,

As produções discentes sobre grupos juvenis têm a marca do urbano, apreendidos em espaços e escalas distintos – a “cidade”, a “metrópole”, a “região central”, as “periferias”, “núcleos de favela” ou ainda o “subúrbio”. As formas associativas juvenis que constituem e agem no mundo rural – de cultura tradicional ou não – ainda são negligenciadas ou estão esfumaçadas aos olhos dos discentes dos Programas de Pós-graduação nas áreas da educação, ciências sociais e serviço social (SPOSITO, 2009, p. 160).

Segundo a autora, as formas associativas juvenis que se constituem e agem no mundo **rural** – de cultura tradicional ou não – ainda são **negligenciadas**. Assim, reafirmo a importância de um olhar específico, considerando as juventudes no/do campo e as interações entre jovens no/do campo e cidade, a partir de coletivos.

Utilizamos o conceito de “no/do campo”, pois tem sido um aporte teórico dos próprios movimentos sociais do campo, em contraponto ao conceito de rural, por considerar

que o rural legitima uma lógica da cidade em detrimento do campo, e na construção de políticas para o campo. O referido conceito está fortemente embasado nas especificidades socioculturais do campo, articulando-se ao fortalecimento identitário dos povos do campo, suas lutas sociais e culturais na construção de um projeto no campo e do campo, com o povo camponês. Tal projeto articula-se com as lutas da cidade, na perspectiva de um projeto popular de sociedade, de caráter emancipatório (BARBOSA, 2017).

Compreender as relações que se estabelecem nos territórios entre campo e cidade, contribui para um melhor entendimento dos fluxos migratórios e das transformações ocorridas nos últimos anos. Fernandes (2008) apresenta uma análise acerca de territórios, onde afirma haver uma tipologia dos mesmos. Analisa como as diferenciações de produção espacial e territorial são reproduzidas e por quais relações e classes sociais se dão tais relações, gerando, o que o autor chamou de uma **conflitualidade dos territórios**. A natureza dos conflitos existentes entre o capital transnacional no campo e o campesinato, determina a constituição de diferentes territórios e projetos políticos em disputa, seja de dominação, de subordinação, seja de re-existência. Ressaltamos que essa reflexão será objeto de análise no desenvolvimento do capítulo segundo.

Com o processo de reestruturação produtiva e que foi agudizado nas últimas décadas, estabeleceu-se uma nova relação campo-cidade. Por um lado, a crescente deterioração das condições de vida nas cidades brasileiras e, por outro, a presença de novas atividades, funções, sujeitos e agentes sociais no campo, a partir do agro, minério e hidronegócio, têm provocado transformações radicais desses espaços, com consequências nefastas para as populações locais em especial, os/as jovens.

O acesso cada vez mais limitado à educação e ao trabalho, bem como os desafios referentes à questão fundiária, a sucessão rural e ao aumento expressivo da violência no campo, têm tornado cada vez mais difícil a permanência do/a jovem no campo, levando-os a construir projetos de saída do campo em busca de melhores condições de vida. No entanto, isso não representa uma negação da vida do campo. Muitos/as jovens constroem projetos de saída, mas com perspectivas de retorno futuro. Outros mantêm trajetórias de idas e vindas entre campo e cidade. Segundo Leão e Antunes-Rocha (2015), embora as facilidades da vida urbana sejam atrativas para a juventude, ao que parece há uma relação tensa e ambígua para os/as jovens do campo. Vivem a pressão “entre ficar e sair” como um elemento constitutivo da experiência juvenil no campo.

Em se tratando dos jovens da cidade, Bezerra (2013) identifica algumas questões que contribuem para as transformações sociais:

Os/as jovens da cidade também vivenciam problemáticas semelhantes e para ambos, nesse contexto estão em jogo transformações amplas em diversos domínios da vida social: i) no campo da política, com a crise e o esvaziamento das formas tradicionais de organização política (partidos, sindicatos); ii) nas formas de composição e organização das famílias, com surgimento de novos arranjos familiares e novas modalidades de relação entre adultos e jovens; iii) no universo do trabalho, com a desestabilização dos contratos de trabalho, a inacessibilidade do primeiro emprego, o crescimento do desemprego estrutural e a perda dos direitos trabalhistas e previdenciários; iv) nas relações afetivas, amorosas e sexuais, com a emergência de vínculos mais fluidos e móveis; v) nas experiências escolares, com aumento das exigências de qualificação e ao mesmo tempo, para alguns o esvaziamento dos sentidos atribuídos à escola e para outros a resistência e apropriação desse espaço como lugar social, a partir das greves em 2016; v) no universo cultural mais amplo, com a extensão e diversificação dos meios de comunicação, publicidade, da moda, do consumo, e de novas tecnologias da informação; vi) rejeição de novos movimentos juvenis e criminalização dos movimentos com alteração de legislação para categorizá-los como terroristas. Agrega-se a esta situação de violações de direitos, o desmonte de políticas focalizadas neste segmento da população (BEZERRA, 2013, p.18-19).

O senso comum da sociedade brasileira, e da cearense em particular, ainda vê os/as jovens como “problema”, “futuro do país” ou simplesmente não os vê, tornando-os ora invisíveis socialmente, ora visivelmente criminalizados. As relações sociais, que implicam também o Estado e a dimensão político-ideológica estão pautadas na exclusão social, na política elitista, patriarcal e escravocrata, regulada pelo mercado. Nas palavras de Fialho (2016):

Na pluralidade dos eixos díspares de sustentação da sociedade, o invisível, o que não se pode ver com clareza ou que não gera conhecimento e atenção central, apresentam-se como complementares, ainda que se desafiem, porque díspares, são relegados a um segundo plano na conjuntura política. Isso permite que a tensão resultante sustente a ineficácia e ineficiência das políticas públicas voltadas as juventudes, sustente a precariedade, especialmente nos desencontros entre as iniciativas, as expectativas e as necessidades dos jovens apresentados aos olhos da sociedade, que não os vê (FIALHO, 2016, p. 238).

Todavia, mesmo diante dessa diversidade e contexto, as lutas e pautas pouco se articularam. Durante muito tempo os movimentos sociais do campo e da cidade, os movimentos juvenis camponeses, periféricos, movimento negro e de mulheres refletiam e incidiam sobre suas realidades, de **forma isolada**, valendo-se da máxima “essa luta é prioritária, esse segmento, o recorte dessa política, desse território é o mais importante”. Multiplicaram-se movimentos trazendo à tona a diversidade dessas juventudes, suas problemáticas, seus sonhos, angústias, mas tornou-se evidentemente frágil a capacidade de articulação e incidência conjunta.

Contudo, as realidades são tão distintas assim? Movimentos Juvenis do **campo e cidade são polos antagônicos ou complementares de Re-existência** frente ao modelo vigente? Porto-Gonçalves evidencia que

“Pero esa moderno-colonialidad no se inscribió en un espacio vacío de significación, aunque sí en territorios (naturaleza + cultura) donde fueron conformados patrones cognitivos propios. Por eso, más que resistencia, lo que se halla es R-Existencia puesto que no se reacciona, simplemente a la acción ajena, aunque, sí, algo pre-existe y es a partir de esa existencia que si R-Existe. Existo, inmediatamente resisto. R-Existo. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 9).

Em nosso entendimento, a colonialidade, sendo parte do projeto civilizatório da modernidade, pode ser entendida como um padrão ou uma **matriz colonial de poder** que, com base na naturalização de determinadas hierarquias (territoriais, raciais/étnicas, epistêmicas, culturais, de gênero e geração), produz subalternidade e alija conhecimentos, experiências e formas de vida daqueles/as que são explorados/as e dominados/as.

Dessa forma, para a categoria **Juventudes**, dialogamos com os/as autores/as, dentre eles: Fialho (2020; 2016); Papa e Freitas (2011), Souza (2006), Abramo (2005), Sirota (2006), Dayrell (2007), Bezerra (2013), Pais (2001; 2003). A Categoria **Territórios** foi desenvolvida à luz de: Saquet (2011;), Svampa (2010); Santos (2008; 2007; 1996) Fernandes (2008), Wanderley (2011). **Participação Política:** Carvalho (1998), (Dagnino, 2007), Brandão (2016), Leal (2003); Avritzer (2008), Monteiro (2015), Loureiro (2008), Gohn (2011, 2009, 2008). E, **Prática Educativa Emancipatória** refletimos com: Barbosa (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020), Freire (1999), Tonet (2005, 2007, 2013).

1.2.2 O percurso metodológico da pesquisa

O Campo da Pesquisa – Rede de Juventudes do Ceará

Consideramos o conceito de campo, como definidor de uma arena – de um espaço político e social – para discussão, formulação, disputa de poder, posicionamentos, ideias entre atores políticos e interlocutores. Bourdieu (2011) define campo social como um campo de forças, de lutas, que travam batalhas, no qual seus membros se encontram alinhados segundo elementos de distinção (diferenciação) e de aproximação (semelhanças, disposições, afinidades).

Compreendemos que para a pesquisa de campo ou empírica, a partir da aproximação com o objeto, utilizamos a Pesquisa Participante que, de acordo com Fals Borda, é a pesquisa

(...)que responde especialmente a las necesidades de poblaciones que incluyen trabajadores, campesinos, agricultores e indígenas - las clases más necesitadas en las estructuras sociales contemporáneas - teniendo en cuenta sus aspiraciones y potencialidades de saber y actuar. Y la metodología que busca fomentar un desarrollo autónomo (seguro de sí mismo) desde las bases y una relativa independencia del exterior (FALS BORDA, 2007, p. 17).

O campo da pesquisa se delineia a partir da própria Rede de Juventudes do Ceará e dos coletivos/movimentos de jovens do campo e da cidade que compõem esta Rede, cuja abrangência se estende a todas as regiões do estado do Ceará, a partir da organização de oito Fóruns/Redes Territoriais de Jovens.

A Rede de Juventudes do Ceará é uma articulação de coletivos de jovens do/no campo e na/da cidade. Conta também com a possibilidade de participação de jovens não vinculados a coletivos específicos, mas que tenham afinidade com os objetivos da articulação. Ressaltamos que no desenvolvimento da dissertação, a Rede de Juventudes do Ceará é a categoria central da análise e dela decorrem as categorias analisadas.

A Rede de Juventudes do Ceará surgiu no ano de 2013 como Rede Estadual de Jovens, a partir da percepção de jovens organizados/as em grupos, movimentos, coletivos e outras organizações nos diversos municípios do Ceará, de que as questões vivenciadas por eles/as em seus territórios, como a dificuldade de trabalho e renda, a falta de acesso à terra, educação precarizada, violência, também faziam parte da vida de outros/as jovens, sejam do campo ou da cidade, embora com especificidades do local. Dessa constatação surge a necessidade de aproximação e construção de estratégias para uma incidência mais articulada na perspectiva de superação desses desafios.

No período entre os anos de 2013 a 2017, essa nascente articulação foi acompanhada diretamente pela Rede Cáritas Ceará, através do Programa Infância, Adolescência e Juventudes – PIAJ, participando de atividades formativas, mobilizações sociais, audiências públicas, intercâmbios e constituindo-se como um espaço de articulação das juventudes.

Entre os meses de agosto de 2017 e fevereiro de 2018, 40 jovens representantes de, aproximadamente, 15 coletivos/movimentos e organizações, participaram de um Curso de

Formação Modular: curso Tecendo Redes,¹⁶ com o objetivo de qualificar politicamente os/as jovens e consolidar/ampliar as bases da Rede de Juventudes do Ceará (CARITAS, 2018).

No processo formativo temáticas importantes foram refletidas para favorecer uma maior apropriação por parte dos/as jovens participantes, trazendo vivências e metodologias de atuação junto aos grupos de base nos territórios.

Estão presentes na Rede grupos de jovens organizados nas comunidades, representações de Pastorais de Juventudes - Pastoral da Juventude - PJ, Pastoral da Juventude Rural - PJR e Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP - Comissão Pastoral dos Pescadores, integrantes de sindicatos, associações comunitárias, movimentos sociais - Movimento Sem Terra - MST, Coletivos de juventudes - Levante Popular da Juventude, e grupos de jovens ligados a organizações, tais como o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA/CE.

Atualmente, a Rede conta com jovens representantes de oito (08) territórios do Ceará: Fortaleza, Itapipoca (vales do Curu, Aracatiaçu), Sobral (Vale do Acaraú), Limoeiro do Norte (Vale do Jaguaribe), Iguatu (Centro-Sul), Crato (Cariri), Tianguá (Serra da Ibiapaba) e Crateús (sertões de Crateús e Inhamuns), de 19 municípios: Crato, Amontada, Meruoca, Caririaçu, Cedro, Jucás, Itapipoca, Tianguá, Fortaleza, Massapê, Bela Cruz, Aracati, Crateús, Independência, Potiretama, Pacujá, Nova Russas, Mombaça, Saboeiro.

Universo

São considerados universo dessa pesquisa os/as 40 jovens identificados/as como participantes do curso Tecendo Redes, desenvolvido pela Rede acima citada. Desse universo, identificamos 10 jovens participantes da Rede, junto aos quais desenvolvemos um conjunto de técnicas de produção de informações, como entrevistas e questionários, aplicados de duas modalidades diferentes: na forma presencial – através de entrevistas semiestruturadas-, e *on-line*, disponibilizado em plataforma digital, um questionário, através do googledocs, para a composição de dados referentes ao perfil dos/as entrevistados.

¹⁶O curso organiza-se em 06 módulos: Módulo 01: História social e política brasileira; Módulo 2: Identidade e território: juventudes e realidade sociopolítica brasileira/cearense; Módulo 3: Políticas públicas de juventudes e participação social; Módulo 4: Educação popular para as juventudes; Módulo 5: Direitos humanos e mobilização social; Módulo 6: Projeto popular de sociedade justa, solidária e sustentável (experiências e estratégias de intervenção social para a construção da sociedade do Bem Viver).

Caracterização e perfil dos/as entrevistados/as

A partir da observação participante identificamos 10 jovens, levando em conta os seguintes critérios: homens/mulheres; do campo/cidade, de oito fóruns territoriais, com perfil de referência para os/as demais jovens, com objetivo de aprofundar as questões centrais de análise abordadas na pesquisa. Também optamos por entrevistar o jovem coordenador do Programa Infância Adolescência e Juventude- PIAJ, no intuito de conhecer melhor a intencionalidade institucional, e representações dos movimentos parceiros que compõe a Rede de Juventudes: Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, Levante Popular da Juventude e Setor Juventude – Movimento Sem Terra – MST. A definição do número de entrevistados/as respeitou esses critérios, ao passo que, com as informações obtidas, chegamos ao ponto de atingir o grau de saturação dos temas centrais da mesma.

Por questões éticas, foi assegurado o anonimato dos/as jovens participantes, que tiveram as suas identidades preservadas. Nomes fictícios de plantas do semiárido cearense foram usados para identificar as narrativas dos 10 jovens: Caroá, Catingueira, Cumaru, Flor do Angico, Ipê, Juazeiro, Jurema, Malva, Mandacaru e Sabiá. Essa seleção procedeu levando em consideração as pertinências dos discursos para as problematizações tecidas.

Quadro 1 – Identificação e caracterização dos/as entrevistados/as em Fortaleza-Ceará, 2020 (continua)

Nome	Caracterização
Caroá	Homem, 23 anos, Ensino médio completo. Integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular; participante da Articulação de Juventudes de Fortaleza. Jovem da cidade. Entrevista concedida à autora em 10 de janeiro de 2020.
Catingueira	Mulher, 23 anos. Ensino médio completo. Integrante de grupo de jovens comunitário. Jovem camponesa. Articulação de Juventudes de Limoeiro do Norte. Entrevista concedida a autora em 07 de maio de 2020.
Cumaru	Homem, 26 anos, Ensino superior incompleto. Integrante da Pastoral da Juventude. Jovem do campo na cidade. Participante da Articulação de Juventudes de Itapipoca. Entrevista concedida à autora em 15 de janeiro de 2020
Flor do Angico	Mulher, 28 anos, Ensino superior completo. Integrante do Levante Popular da Juventude. Jovem da cidade Participante da Articulação de Juventudes Região Norte Entrevista concedida à autora em 24 de janeiro de 2020.
Ipê	Mulher, 24 anos. Ensino superior incompleto. Integrante do Movimento Sem Terra. Jovem do campo na cidade. Entrevista concedida a autora em 23 de janeiro de 2020.

**Quadro 1 – Identificação e caracterização dos/as
entrevistados/as em Fortaleza-Ceará, 2020**

33

(conclusão)

Juazeiro	Homem, 23 anos. Ensino Superior Incompleto, estudante do curso de Filosofia. Integrante do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos. Participante do Fórum de Juventudes do Cariri; jovem da cidade. Entrevista concedida a autora em 05 de maio de 2020 e complementada em 24 de maio de 2020.
Jurema	Mulher, 26 anos. Ensino médio completo. Integrante de grupo de jovens comunitário. Jovem camponesa. Participante da Rede Ibiapabana de Juventudes. Entrevista concedida a autora em 10 de fevereiro de 2020.
Malva	Mulher, 22 anos. Ensino médio completo. Jovem camponesa. Integrante de grupo de jovens comunitário. Participante da Rede de Juventudes Centro-Sul. Entrevista concedida a autora em 05 de maio de 2020.
Mandacaru	Homem, 28 anos. Ensino superior completo. Jovem da cidade. Coordenador do Programa Infância, Adolescência e Juventude no período de 2018 – 2020; Entrevista concedida em 14 de janeiro de 2020.
Sabiá	Mulher, 22 anos. Ensino superior incompleto. Jovem camponesa, na cidade. Integrante da Pastoral de Juventude Rural; participante do Fórum de Juventudes dos Sertões de Inhamuns e Crateús; Entrevista cedida a autora em 27 de janeiro de 2020.

Fonte: elaborado pela autora.

A idade média dos entrevistados/as é de 24,5 anos. A mais nova tem 22 anos e é mãe, e os mais velhos (um homem e uma mulher) têm 28 anos de idade. Já em relação ao sexo, todos se identificaram entre os sexos masculino e feminino, sendo: 60% de mulheres e 40% de homens. 30% dos/as jovens residem em Fortaleza e 70% em cidades do interior do Ceará (Itapipoca, Potiretama, Tianguá, Jucás, Independência, Massapê e Juazeiro do Norte). Assim, temos uma representatividade de 08 regiões do estado e, em linguagem eclesial, 08 dioceses. Em relação à confissão religiosa, 80% informaram ter confissão religiosa e identificaram-se como católicos/as; 20% disseram não ter confissão religiosa. Apresentamos essas informações iniciais que, no decorrer dos capítulos, serão analisadas junto a outros dados.

O método e técnicas utilizadas

Realizamos uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, pois analisou-se alguns dados quantitativos da Rede e, por conseguinte, aspectos qualitativos da pesquisa foram abordados. Utilizamos três tipos de pesquisas que complementam a abordagem quali-quantitativa: Bibliográfica, Documental e de Campo. Através da pesquisa participante, métodos como

observação participante e entrevistas com 10 jovens, foram utilizados, mas também buscou-se compreender seus olhares, falas e gestos, seus lugares sociais e, através disso, dialogar sobre o objetivo da pesquisa.

Na sociologia, durante algum tempo, as pesquisas qualitativas e quantitativas eram vistas como dicotômicas, onde as pesquisas qualitativas eram percebidas como adequadas a uma abordagem em que o foco do trabalho recai sobre a investigação do ponto de vista subjetivo dos indivíduos e suas formas de interpretação do meio social onde estão inseridos. As pesquisas qualitativas caracterizam-se por estudos flexíveis, menos estruturados, em que as descobertas de campo levam a desdobramentos que guiam o pesquisador em seus passos (DENZIN; LINCOLN, 2005).

Em contraste, as pesquisas quantitativas, para estes autores, eram reconhecidas como adequadas ao paradigma positivista, calcando-se sobre a dedução de hipóteses oriundas da teoria estabelecida. Dessa forma, o material coletado deve ser mensurado e condensado em variáveis. A comparação da variação das variáveis de interesse permite ao pesquisador o estabelecimento de leis gerais sobre o comportamento social.

Atualmente, a dicotomia entre quali e quanti é vista com suspeita por vários autores, levando à busca de pontes entre os dois campos (DEMO, 1995; CANO, 2012). Os referidos autores sugerem que essas abordagens não são excludentes e que o pesquisador deve adotar uma postura flexível, considerando uma possível integração entre pesquisas quanti e quali.

A pesquisa bibliográfica é a etapa de identificação das categorias de análise e dos autores que serão o referencial teórico da pesquisa. Realizamos o levantamento de bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade foi fazer com que, enquanto pesquisadora, entrássemos em contato direto com o material escrito sobre o tema, auxiliando na análise da pesquisa ou na manipulação de suas informações. Ela foi considerada o primeiro passo da pesquisa científica.

Assim, a pesquisa bibliográfica, deu-se a partir da revisão de literatura para o tema, com enfoque nas categorias: Juventudes, territórios, participação política e prática educativa emancipatória. Ressalta-se que, por opção metodológica, as demais categorias territórios, participação política e prática educativa emancipatória serão aprofundadas nos capítulos seguintes.

A Pesquisa Documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, entretanto, a diferença consiste na natureza das fontes, pois esta se vale de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com o objeto da

pesquisa. Dessa forma, considerou-se para efeito da pesquisa, os seguintes documentos, identificados previamente:

a) Documentos de primeira análise: arquivos de órgãos públicos e organizações da sociedade civil (associações, igrejas, sindicatos, etc.) sobre dados oficiais relativos a juventudes do campo e da cidade, em âmbito nacional e estadual, bem como nos 08 territórios que desenvolvem suas ações; diários, fotografias, gravações, materiais impressos e de audiovisual produzido pela Rede de Juventudes do Ceará; regulamentos, ofícios, boletins.

b) Documentos de segunda análise: relatórios de pesquisa, análise de entrevistas, tabelas estatísticas, etc. Identificamos documentos na Entidade Cáritas Brasileira Regional Ceará e em organizações parceiras locais no intuito de resgatar documentos que revelem a história, memória e resistência desses coletivos, bem como as articulações estabelecidas entre campo e cidade.

Na presente pesquisa, analisamos documentos institucionais da Cáritas Brasileira Regional Ceará e da Rede de Juventudes do Ceará, através de suas sistematizações, referente aos anos 2013 (ano de constituição da Rede) a 2020. Também foram analisados documentos com formatos diversos: impresso (revistas, relatórios); audiovisuais (vídeos, fotografias, áudios). Ressalta-se que, apesar de fazer parte da entidade, também foi solicitado acesso a estes documentos para fins de pesquisa, conforme orienta comissão nacional de ética em pesquisa – CONEP, do Ministério da Saúde e o Comitê de Ética da universidade Estadual do Ceará. Os documentos analisados foram: a) Relatórios de reuniões da Rede de Juventudes do Ceará referentes aos anos 2018 e 2019; b) Relatórios do Curso Modular de Formação da Rede de Juventudes anos 2017 e 2018; c) Relatório do 4º Encontro das Juventudes, realizado nos dias 05 a 07 de abril de 2019, em Jucás; d) Revistas Cáritas Ceará – 1ª, 4ª e 5ª edições; e) Vídeos do Programa Infância, Adolescência e Juventude – PIAJ, do ano de 2018.

Processo de produção e organização dos dados

Como instrumento de produção de dados empregamos a **observação participante, o questionário e a entrevista**. O questionário foi elaborado com o objetivo de traçar o perfil sócio-político-econômico e cultural de 10 jovens participantes da Rede de

Juventudes do Ceará, bem como identificar, a partir de suas vivências, suas formas de organização.

O questionário foi elaborado e orientado pelos seguintes aspectos: i) forma de questões; ii) Conteúdo das questões; iii) Escolha das questões; iv) Formulação das perguntas; v) Número de questões; vi) Ordem das perguntas; vii) Prevenção de deformações; viii) Construção das alternativas; ix) Número de alternativas; x) Alternativas gerais e específicas.

Segundo Gil (2012), a observação participante ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Diante do papel que assumo na Cáritas Brasileira Regional Ceará, a observação participante foi considerada a mais adequada.

A observação participante deu-se nas atividades desenvolvidas pela Cáritas e/ou Rede de Juventudes: a) III Encontro das Juventudes, realizado entre os dias 07 a 09 de Outubro de 2016 em Potiretama – Ce; b) IV Encontro das Juventudes, realizado entre os dias 05 a 07 de abril de 2019, Jucás – Ce; c) XIV e XV Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária, realizadas entre os dias 06 e 07 de Junho de 2018 e 05 e 06 de junho de 2019, respectivamente, em Crateús – Ce; d) Reunião da Rede de Juventudes, realizado nos dias 06 de Outubro de 2018 e 15 de março de 2019.

O registro da observação participante deu-se através do diário de campo e deu-se de diferentes formas, dentre elas: a tomada de notas por escrito e gravação dos depoimentos ou imagens.

Para a organização e análise dos dados obtidos por meio dos questionários e das entrevistas semiestruturadas utilizamos como método a análise de conteúdo. Segundo Moraes (1999), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas para o conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessível. Destaca-se que o desenvolvimento das entrevistas e questionários teve por finalidade definir alguns eixos de análise, tais como a concepção das juventudes acerca de territórios, identidade e de participação, ordenando as categorias que foram analisadas em etapas.

Nessa direção, a análise dos dados foi organizada a partir da metodologia proposta por Moraes (1999), nas seguintes etapas:

- I. Definição dos roteiros: entrevista semiestruturada e questionário, bem como definição dos/as entrevistados/as. É importante destacar que os referidos instrumentos bem

como a indicação do perfil dos/as entrevistados/as foram reformulados após as considerações da Banca de Qualificação.

- II. Realização das entrevistas e aplicação de questionário para traçar o perfil dos/as entrevistados/as: As entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro a abril de 2020, de forma individual, em locais e horários definidos previamente com os/as entrevistados. Ressaltamos que quatro (04) entrevistas ocorreram de forma virtual, devido os/as jovens morarem em municípios do interior do estado e, nos meses de março e abril, o Governo do Ceará ter decretado isolamento social em todo o estado, devido à pandemia de COVID-19. O Decreto Estadual do Ceará No. 33.574/2020, de 16 de março de 2020 que trata da situação de emergência em saúde e dispões medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo Coronavírus, acarretou a suspensão das viagens intermunicipais, impossibilitando assim, encontros e reuniões presenciais.
- III. Preparação das informações: realização da leitura de todo o material coletado, identificando as diferentes amostras de informações a serem analisadas, de acordo com o objeto da pesquisa. O cuidado com a representatividade, pertinência e abrangência do campo da pesquisa foi ressaltado nesta etapa;
- IV. Transformação do conteúdo em unidades de análise– Unitarização: definição de unidades de análises identificadas por temas que circundavam as falas e mensagens dos/as entrevistados/as. Os temas receberam códigos na transcrição das entrevistas.
- V. Categorização ou classificação das unidades em categorias: é o procedimento de agrupar as unidades e definir as categorias de análises. Conforme já mencionado neste trabalho, as categorias de análise são: Juventudes, Territórios, Participação e Prática Educativa emancipatória.
- VI. Descrição, interpretação e análise dos resultados: Nesta etapa realizamos a tabulação dos dados obtidos através dos questionários e a organização das tabelas e quadros para a pesquisa. A partir das categorias analisadas, tecemos o diálogo entre os/as interlocutores – autores/as, jovens entrevistados/as e a pesquisadora, apresentado nos capítulos seguintes.

Quanto a organização e análise dos dados, todo o material foi organizado e analisado na perspectiva da construção de argumentos teórico e práticos que corroborem ou refutem os pressupostos inicialmente apresentados.

Diante do exposto, a presente pesquisa se propõe a analisar a organização e articulação das juventudes no/do campo e na/da cidade, integrantes da Rede de Juventudes do Ceará, na efetivação do direito à participação e defesa dos territórios. Para isto, a análise se desenvolve em três capítulos. No primeiro intitulado: **Territórios de conflitos e Re-existências: como os/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará vivem** tratamos de apresentar o histórico da Rede de Juventudes do Ceará, desde sua constituição como Rede Estadual de Jovens. Ao passo que analisamos a territorialização da articulação e a construção de sua identidade, aprofundamos o conceito de territórios a partir das vivências e percepções dos/as jovens, destacando os conflitos existentes e as violações de direitos sofridas pelos jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará.

No segundo capítulo abordamos as **Juventudes em Movimento(s): Como os/as jovens da rede de Juventudes do Ceará?** Apresentamos como se deu o nascer da participação política dos/as jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará através de três tipos principais de coletivos: organismos/pastorais vinculadas a Igreja Católica; organizações comunitárias-populares e movimentos sociais. Ao compreendermos a **participação política** da Rede de Juventudes do Ceará, identificamos suas principais ações, agenda de lutas e pautas relevantes nos territórios cearenses.

O capítulo final, qual seja, **Da participação ao horizonte emancipatório: Como os/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará realizam suas práticas educativas emancipadoras?** Analisamos o desenvolvimento do curso “Tecendo Redes: Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas” e como o mesmo contribuiu para a construção de práticas educativas emancipadoras através do curso formativo e outros processos educativos vivenciados pela Rede Juventudes do Ceará. Em todas as suas instâncias da articulação, possibilitando o envolvimento dos grupos juvenis locais, territoriais e estadual no desenvolvimento de uma prática educativa emancipadora.

A **prática educativa emancipadora**, pautada na educação popular e inspirada nos processos de resistência dos povos latino-americanos, de organizações populares, da Igreja Católica e de movimentos populares e sociais foi alicerce para consolidação da Rede de Juventudes do Ceará. Por fim, identificamos alguns avanços e desafios para pensar, de forma propositiva, o alcance da prática educativa emancipadora da Rede de Juventudes do Ceará.

2 TERRITÓRIOS DE CONFLITOS E RE-EXISTÊNCIAS: COMO OS/AS JOVENS DA REDE DE JUVENTUDES DO CEARÁ VIVEM?

O presente capítulo destina-se a apresentar a Rede de Juventudes do Ceará e como a mesma está organizada dentro do território cearense, território esse marcado por conflitos e processos de re-existências. A partir da apresentação dos sujeitos da pesquisa, pretende-se, ainda, situar a concepção do território em diálogo com uma abordagem sociológica e da geografia crítica.

Partimos do pressuposto de que o território é um terreno de conflitualidades (FERNANDES, 2008), resultantes de um processo sócio-histórico, pautado pelo desenvolvimento do capitalismo na América Latina e pela resistência e lutas históricas dos povos indígenas, camponeses, quilombolas / afrodescendentes, comunidades tradicionais e as próprias periferias conformadas nos grandes centros urbanos.

Compreendemos como re-existência o ato de re-fazer-se cotidianamente, construindo estratégias, de forma comunitária e pautada nos processos históricos e identitários dos povos e comunidades tradicionais em luta contra todas as formas de dominação e opressão impostas pelo capital. Todos estes povos constituíram identidades e estabeleceram relações sociais nestes territórios, com a participação de diferentes sujeitos, entre eles, as juventudes.

Assim, re-existência é a luta por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar (PORTO-GONÇALVES, 2012) frente ao modelo de desenvolvimento vigente. Dito de outra maneira, são modos de vida pautados na memória, na história, nas formas de organização, produção e consumo dos povos subalternizados, com vista à emancipação, ao desprendimento de relações sociais de opressão, exploração e sujeição a grupos sociais dominantes. A fala de uma jovem do campo nos fez questionar o estabelecido até então:

Nós jovens somos diferentes, negros/as, brancos/as, indígenas quilombolas, do campo, da cidade, distantes por metros ou centenas de quilômetros, passamos pelas mesmas dificuldades, de forma isolada, sem trabalho, lazer, sem espaço na comunidade, sem a presença efetiva do poder público e das políticas públicas no local, nos sentimos invisíveis, mas concordava com a situação e não se mexia... E de repente (não tão repentinamente assim) nossa vista clareou”, diante da organização comunitária, despertou o desejo de se organizar, articular, enquanto coletivos, de jovens! Vimos que era necessária a luta. Na cidade, a violência com jovens também é um grande problema, assim como nas comunidades do campo. Somos jovens sofrendo, morrendo, e com poder de mudar, transformar, por que não se articular? (CATINGUEIRA, ENTREVISTA A AUTORA).

O conceito de resistência é paradoxal, ambíguo e ambivalente, como os próprios atos, gestos, movimentos, fenômenos, insígnias, imagens, figuras e práticas de resistência. Para Foucault (2012), o conceito de resistência está intimamente ligado ao conceito de poder. O autor afirma que não há relações de poder sem resistência: compreende-se a resistência, como uma luta situada ou resistir a algo, geralmente a situações de opressão, violência, submissão e exploração.

O ato de existir e re-existir, de refazer-se criativamente e resistente dos povos tradicionais, por exemplo, em especial os povos dos campos, das águas e das florestas, nos faz compreender que a Re-existência faz parte do cotidiano desses povos, e constitui-se em caminhos de novos elementos de sociedade propostos por movimentos sociais, em especial, os do campo.

No cotidiano das re-existências juvenis, a educação tem um papel fundamental e estratégico uma vez que constitui-se numa “visão de mundo e de perspectiva ideológica, que pode ou não, contribuir para um processo de reafirmação da identidade de classe, gênero, raça/etnia, podendo ser libertadora ou que reforça, naturaliza as desigualdades, as formas de opressão” (FREIRE, 1994, p. 27). Para o autor, a prática educativa de opção progressista jamais deixará de ser uma aventura desveladora, uma experiência de desocultação da verdade. Assim, os processos educativos construídos no campo popular, em especial pela educação não-formal realizada pelos movimentos sociais, contribuem para um papel político cada vez mais provocador das juventudes no/do campo e da cidade.

Os/as jovens também estabelecem relações sociais e criam fluxos e redes em seus territórios. Nesse sentido, apresentamos a Rede de Juventudes do Ceará - articulação de jovens no/do campo e da cidade - discorrendo sobre sua constituição, seus objetivos e organograma, o que possibilita compreender sua conformação nos territórios e suas principais pautas de lutas.

Vale ressaltar que o artigo 31 o Estatuto da Juventude (2013) afirma que o **jovem tem direito ao território**. Todavia, ao que a Rede de Juventudes se propõe nestes territórios? O que compreendem por territórios e relação campo-cidade? Para os/as jovens entrevistados/as, quais os principais direitos violados nestes territórios? Essas questões permeiam o capítulo.

2.1 Da Rede Estadual de Jovens à Rede de Juventudes do Ceará e o papel da Cáritas¹⁷

2.1.1 Histórico da Rede Estadual de Jovens

A natureza histórica do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, caracterizada pela expropriação territorial (SVAMPA, 2019), aponta que o modelo neoextrativista tem agudizado as relações de conflitualidade nos territórios latino-americanos, mas também na especificidade do Brasil e, no caso específico, no Ceará. Um exemplo concreto de conflitualidade em nosso estado é a disputa do acesso à água, fundamentada em duas concepções antagônicas: água como Bem Comum - direito fundamental x água como mercadoria. Tratamos como essas disputas ocorrem nestes territórios, a partir da luta pelo acesso e democratização da água, pauta prioritária da Rede de Juventudes do Ceará.

O Brasil é o terceiro país do mundo com maior número de conflitos ambientais (EJOLT, 2016, on-line). Esses conflitos territoriais envolvem, majoritariamente, a apropriação e o uso da terra e da água e estão vinculados a atividades caracterizadas como neoextrativistas. Afetando de forma direta, povos indígenas e comunidades tradicionais, eles têm sido responsáveis por um aprofundamento sem precedentes de violações à dinâmica das relações ambientais e socioculturais, como demonstram as mudanças climáticas, a contaminação de alimentos, o hiperconsumo, o agravamento da violência e a precarização das relações de trabalho no campo e na cidade (RIGOTTO et al, 2018, p. 437).

A disputa de concepção de territórios: territórios para os povos do campo x a concepção de território na perspectiva do capital produz conflitualidade que explicita a complexidade das relações sociais. Essa conflitualidade vai produzindo territórios e modelos heterogêneos de desenvolvimento na construção política das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução territorial, com a polarização regra/conflito em oposição à ordem e ao consenso.

Nesse sentido, a conflitualidade é conceito essencial para compreender as disputas territoriais por modelos de desenvolvimento e políticas distintas. A superação da conflitualidade não acontece pelo consenso, porque os modelos são antagônicos e qualquer acordo possível significa mudar a ambos (FERNANDES, 2018).

Nessa perspectiva, os povos que resistem nos territórios o fazem através da luta, principalmente pelo reconhecimento e valorização de suas existências nestes territórios, de forma integrada com a Natureza, compreendendo-se como parte dela e recusando qualquer

¹⁷ Tomamos a liberdade de referirmo-nos, por vezes, a Rede Cáritas Ceará, como Cáritas, compreendendo a mesma como o conjunto das 09 organizações integrantes.

relação de expropriação, prática introduzida a partir da invasão do capital transnacional. Nesse sentido, diante do conflito vigente, os povos e comunidades tiveram que reestabelecer e estabelecer novas relações, entre si e com outros povos, construindo novos fluxos, redes, métodos, se re-criando, re-existindoem seus territórios que passaram a configurarem-se também, como territórios de resistências e re-existências (PORTO-GONÇALVES, 2012), posto que o conflito gera efetivamente mudança.

O Estado do Ceará é composto por sertão, serras e litoral e conhecido como a “Terra do Sol”, mas também é banhado com sangue, suor e lágrimas, resultado de lutas de nosso povo -originalmente os/as indígenas- (BARBOSA, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019), desde a colonização forçada, datada do início do século XVI e que persiste até os dias atuais, ante as tentativas da desterritorialização dos povos que aqui resistem. Entender esses territórios, seus povos, seus movimentos e suas lutas é fundamental para a construção de alternativas de enfrentamento ao capital, na atual conjuntura brasileira. Assim, a Rede de Juventudes do Ceará teceu relações nesses territórios, como parte desse processo histórico de resistência.

A Cáritas Brasileira Regional Ceará, através do PIAJ, desenvolveu, entre os anos de 2013/2014,¹⁸o projeto “Do Rural ao Urbano: entrelaçando vidas e superando estigmas na construção do desenvolvimento local”.¹⁹ No ano de 2013,²⁰ o segmento “juventudes” foi priorizado no programa, constituindo um novo paradigma institucional: integrá-los, observando suas especificidades e seus territórios, conforme aponta relatório da entidade à época:

Nossa caminhada com esses sujeitos nos fez perceber algo em comum entre eles: todos/as sofrem preconceito e são estigmatizados pela sociedade, o que provoca neles/as e em suas famílias, a negação de suas identidades, contribuindo para a baixa auto-estima e o desejo de sair de seu território. A partir desse olhar, o PIAJ contribuiu no intuito de que fossem protagonistas no enfrentamento ao preconceito, colaborando para o desenvolvimento local, através do entendimento e valorização de suas próprias histórias, contextos e culturas (CARITAS, 2014, p. 5).

¹⁸Para maior aprofundamento do período, consultar: Revista Cáritas Ceará, revista especial PIAJ – Programa Infância, Adolescência e Juventude, Edição 01. Ano 1. Produzida pela Cáritas Brasileira Regional Ceará, 2014. Disponível em <https://pt.calameo.com/read/003261190c1274e8afb40>. Acessada em 20 de março de 2020.

¹⁹ O projeto tinha como objetivo geral: Crianças, adolescentes e jovens de comunidades rurais e urbanas (filhos/as de agricultores/as familiares e catadores/as de materiais recicláveis) atuam - com entendimento de suas histórias, contextos e culturas - como sujeitos sociais protagonistas no enfrentamento do preconceito e da estigmatização sofridos pela sociedade, contribuindo para o desenvolvimento local no Ceará (CARITAS, 2013).

²⁰ O ano de 2013 foi marcado pelas Jornadas de Junho, caracterizadas pelas várias manifestações que envolveram jovens/as de todos os campos sociais, principalmente estudantes, não organizados em coletivos. Com pauta relacionada ao Passe Livre, mas, por conseguinte, pautas mais abrangentes, direcionadas ao Governo da presidenta Dilma, que gerou um grande movimento pró-impedimento. Fato ocorrido no ano seguinte. Para Sousa (2016), o Golpe nasceu nas jornadas de junho/13.

No biênio 2013/2014, dois frutos do PIAJ mereceram destaque, haja vista terem contribuído no processo de constituição da Rede Estadual de Jovens. Primeiramente, **asações de comunicação popular, integrando jovens do campo e da cidade**: o lançamento de seis vídeosdocumentários,²¹ produzidos por 25jovens de várias regiões do estado, retratando recortes de suas vidas, suas famílias e seus territórios. Em decorrência dessa aproximação de jovens do campo e da cidade, um segundo DVD foi produzido, chamado “O menino que queria ser Deus” (DOC Sertão, 2014), onde jovens de outros territórios retrataram a realidade de catadores/as de materiais recicláveis da comunidade do Alto São João, onde estava localizado o então lixão da cidade de Russas – Ce, a partir do olhar das crianças e adolescentes. Ao assistir os documentários, observa-se a intencionalidade da entidade em integrar, desde o processo de formação, criação e edição, as juventudes do campo e da cidade, na reafirmação de suas identidades, os desafios vividos para o acesso às políticas públicas, mas também reconhecendo as especificidades de cada lugar.

Como segundo fruto que contribuiu para a constituição da Rede de Juventudes do Ceará, destaca-se a realização de **06 encontros interdiocesanos**,²² com a participação de, aproximadamente, 180 adolescentes e jovens, cujo objetivo era trocar experiências de grupos/coletivos de juventudes, refletindo acerca de temáticas, tais como: agroecologia, semiárido, controle social, políticas públicas e organização comunitária.

A Rede Estadual de Jovens nasceu durante o I Intercâmbio Regional de Juventude realizado pela Cáritas Brasileira Regional Ceará, nos dias 4 a 6 de outubro de 2013, no município de Itapipoca, com o tema “Juventude que ousa lutar, constrói o projeto popular”, em diálogo com o Grito dos Excluídos daquele ano. Nesse terreno fértil de aproximações das realidades de jovens do/no campo e da cidade, 130 adolescentes e jovens acompanhados pela Rede Cáritas Ceará, advindos de 08 dioceses, participaram desse momento e ali foi constituída a Rede, expressa na Carta de Intenções do Intercâmbio:

Nós somos 130 adolescentes e jovens, vindos de 40 municípios cearenses e acreditamos que Juventude que ousa lutar, constrói o poder popular! Aqui nas terras da Comunidade Quilombola de Nazaré reafirmamos nossas identidades e começamos a Rede Estadual de Jovens, com o desejo de trocar experiências e construir pautas comuns de articulação e lutas, além de buscar a integração com outras redes de jovens no estado (CARITAS, 2014).

²¹ Reunidos no DVD Juventudes e Comunicação para Mobilização no Semiárido Cearense (DOC Sertão, 2013), os vídeos abordaram as temáticas da cultura popular, organização comunitária, preservação ambiental, agroecologia, economia solidária; bem como denunciaram o avanço de grandes obras e a grilagem de terras.

²² Os interdiocesanos foram constituídos a partir da conformação de 03 blocos agregando 2 ou 3 dioceses, a saber: interdiocesano Fortaleza-Itapipoca; interdiocesano Crato, Iguatu e Limoeiro do Norte, interdiocesano Sobral, Tianguá e Crateús, com a participação de aproximadamente 10 adolescentes e jovens por diocese.

Naquele intercâmbio, 16 jovens representantes de 08 dioceses foram indicados/as para compor um grupo de articulação dessa Rede. Contudo, não houve reunião específica entre esses representantes para dinamizar a rede recém-criada, somente sendo retomada a proposta um ano depois, no II Encontro das Juventudes, realizado pela Cáritas Brasileira Regional Ceará.

Em outubro de 2014, na comunidade de Lagoinha, na cidade de Trairi, diocese de Itapipoca, realizou-se o II Encontro das Juventudes, com o tema: “Juventude do campo e da cidade: por pão, justiça e liberdade”. No evento foi retomada a constituição da Rede Estadual de Jovens que havia sido criada no ano anterior. Estivemos presentes pois, à época, coordenava o PIAJ e assumia o primeiro ano como secretária regional da Cáritas Brasileira Regional Ceará. Diante de meus olhos, vi acontecer a retomada da discussão inicial quanto à possibilidade de articulação dos vários grupos e coletivos ali participantes: Pastoral da Juventude do Meio Popular, Pastoral de Juventude, Pastoral da Juventude Rural, Levante Popular da Juventude, Consulta Popular, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Centro de Defesa Herbert de Sousa, Rede Jangurussu – REAJAN, jovens de comunidades quilombolas, Comissão da Juventude Indígena do Ceará – COJICE, jovens de comunidades acompanhadas pela Rede Cáritas Ceará.

Mediante provocação institucional, foram realizados trabalhos de grupos por diocese, onde cada grupo respondeu as seguintes perguntas: A) Acharmos importante e necessária essa articulação, a ideia de uma Rede? B) Como ela se organizaria? Em resposta, todos os 08 grupos (representantes das 08 dioceses) afirmaram que sim e indicaram dois nomes (um homem e uma mulher, preferencialmente) para serem referência das dioceses no início da articulação. Dos entrevistados/as em nossa pesquisa, estavam presentes naquele momento, em 2014: Jurema, Caroá, Mandacaru e Flor do Angico. E, sobre ser “veteranos/as” nesse espaço, Jurema fala do peso da responsabilidade:

Eu acho que traz uma responsabilidade talvez maior, pra mim é maior do que essas outras pessoas que foram se ajuntando ao longo do caminho. Quando a gente tá reunido, tem aquele grupo de pessoas ali que a gente sabe, é aquele grupo que é um grupo pequeno que são as pessoas que tavam desde a origem, então muita gente saiu e muita gente entrou e esse mínimo de pessoas ficou. E aí como a gente sabe da história mesmo, de como foi pensado lá atrás e como a coisa foi caminhando (JUREMA, ENTREVISTA A AUTORA).

Nas entrevistas, quando perguntados sobre o nascimento da Rede, se foi uma demanda da Cáritas ou dos/as jovens, Mandacaru opina: “Não sei se deu tempo de maturar bem ali. Mas, sim, surgiu como desejo dos jovens que estava naquele momento”. E Flor do

Angico ressalta: “Saímos ainda assim, sem saber muito, mas sempre fui empolgada. Depois, fomos sentando e pensamos o papel, o intuito da Rede, quem faria parte”.

Vale ressaltar que, para o II Encontro Regional das Juventudes, houve uma ampliação de participantes de movimentos sociais e organizações populares. No primeiro, notou-se a participação mais expressiva de grupos/comunidades acompanhados no período, pela Rede Cáritas Ceará. Já no segundo, houve uma intencionalidade, desde a preparação do evento, em convidar outros coletivos e movimentos sociais para participarem daquele momento. Assim, identifica-se a intencionalidade das entidades em retomar a constituição da Rede Estadual de Jovens.

As falas de Mandacaru e Flor do Angico revelam que, no processo inicial de constituição da Rede Estadual de Jovens, no ano de 2013, não houve maturação suficiente ou preparação do processo. Mesmo tendo participado de outros encontros, com integração de jovens do campo e da cidade, pareceu-nos algo ainda interno da Rede Cáritas Ceará junto aos grupos que a entidade acompanhava. Já em decorrência da maior participação de outros coletivos, a Rede de Juventudes do Ceará iniciou uma dinâmica de encontros e discussões. As entrevistas que alguns jovens (Caroá e Flor do Angico) identificam o ano de 2014 como ano de constituição da Rede e chama atenção para a maior participação de outros coletivos.

A gente foi fazendo parte e aí tinha os intercâmbios, de início os interdiocesanos entre Itapipoca e Fortaleza, e depois os encontros regionais, e foi a partir do encontro regional de 2014 que a gente iniciou para a rede estadual de juventudes, do Ceará (CAROÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

Caroá aponta o ano de 2014 como referência para a constituição da Rede Estadual de Jovens e Flor do Angico, ao afirmar, “eu fui pro encontro em Itapipoca em 2014 representando a Diocese de Sobral e lá criamos a Rede”, reforça esse entendimento da criação da Rede Estadual de Jovens no ano de 2014 e não em 2013.

Assim, observa-se que a Rede Estadual de Jovens nasce de dentro da Igreja Católica, a partir da Cáritas Brasileira Regional Ceará junto a outras pastorais e organismos (Pastoral da Juventude do Meio Popular, Pastoral de Juventude, Pastoral da Juventude Rural), com a participação de algumas organizações populares (CDVHS, Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais), movimentos sociais com atuação juvenil (Movimento Sem Terra - MST, Consulta Popular, Levante Popular da Juventude, Movimento Indígena, Movimento Quilombola), conformando-se em oito dioceses: Fortaleza, Itapipoca, Crato, Iguatu, Limoeiro do Norte, Sobral, Tianguá e Crateús.

Vale ressaltar o forte papel da Igreja Católica junto às organizações de juventude e os movimentos sociais no Brasil, especialmente das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, desde a década de 1960 que continua até os dias atuais (CASTRO, 2016):

As CEBs são a presença da Igreja em tais movimentos, captando, refletindo e atuando numa linha crítica. Se de um lado a Igreja foi o espaço protetor de muitos **movimentos sociais**, de outro, estes movimentos foram fator de mudança da Igreja. A experiência de base no interior da Igreja animou os movimentos sociais e populares e estes reforçaram tal experiência (CASTRO, 2016, p. 77).

Essa identidade aproximada com o campo progressista da Igreja Católica pautada na Teologia da Libertação –TdL,²³ em especial, com a Rede Cáritas Ceará, em seu nascedouro, influenciou a Rede Estadual de Jovens em sua forma de organização,²⁴ a partir das bases e com a perspectiva da transformação social.

Em 2015, a nova representação da Rede Estadual de Jovens, que é composta por 02 jovens de cada diocese e 06 jovens do grupo de audiovisual, expressando assim a diversidade de movimentos partícipes, realizou 03 reuniões que tiveram como objetivo promover a reflexão sobre o caráter da rede e suas funções, além de planejar ações conjuntas e locais com os jovens das respectivas comunidades onde vivem, bem como junto aos coletivos/movimentos que integram. As reuniões da Rede também se firmaram como espaço essencial de partilha dos desafios que enfrentam em seus territórios na articulação de outros jovens, bem como as experiências que têm dado certo.

As trocas têm contribuído muito com o processo de análise coletiva, amadurecimento político e formação mútua sobre as realidades das juventudes no Estado. Existe também o estímulo à construção de caminhos possíveis e interessantes que dialoguem e atraiam outros jovens em espaços de organização social. Um aspecto interessante da Rede é que ela integra jovens que nunca fizeram parte de grupos organizados de juventudes, com jovens que atuam em coletivos ou em movimentos sociais. A troca de experiências tem assim um reforço positivo para o amadurecimento político coletivo do grupo (CARITAS, 2015, p. 23).

Observa-se aqui uma novidade em termos de participação na Rede Estadual de Jovens. É que além de jovens participantes de grupos, coletivos/movimentos instituídos, participam também, jovens que não estão vinculados a nenhum coletivo de juventudes, abrindo-se a possibilidade de participação de jovens desvinculados, inicialmente, a coletivos

²³ A Teologia da Libertação é um movimento sócio-ecclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos, aproximando setores da Igreja com a realidade do Povo de Deus e contribuindo com surgimento de muitos Movimentos Sociais na América Latina (LOUREIRO, 2008).

²⁴ Apresentaremos mais adiante a estruturação da Rede Estadual de Jovens.

organizados. Sabe-se que a maioria de jovens não participam de grupos, coletivos, sendo, portanto, uma oportunidade essa interação.

No ano de 2016, a Rede Estadual de Jovens, já com maior lastro, definiu como tema estratégico para o ano as políticas públicas de juventude e o orçamento público. Com expertise na temática, outros atores se somaram à Rede como parceiros, a exemplo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA/CE, Fórum das Entidades Não-governamentais de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescente do Ceará - Fórum DCA e o Comitê de Prevenção de Homicídios na Adolescência,²⁵ recém-criado naquele ano. Também em 2016, a crise hídrica agravou-se no Ceará e foram realizadas ações específicas sobre o tema, como rodas de conversas nos grupos de base e nas articulações territoriais, peças de teatro sobre o tema e a realização de um encontro específico sobre a realidade hídrica cearense.

Assim, entre 2015 e 2016, a articulação da Rede Estadual de Jovens construiu um primeiro esboço de sua forma de organização, priorizando 04 temas: **Identidade, Territórios, Crise Hídrica e Violação de Direitos das Juventudes**, compreendendo essas temáticas²⁶ como sendo centrais para a articulação.

O ano de 2016, quando se consolidou o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, evidenciou-se e tornou-se perceptível o crescimento da onda conservadora no país, bem como a extrema fragilidade dos movimentos sociais e do trabalho de base. Foi nesse contexto que a Cáritas Brasileira Regional Ceará decidiu retomar seu programa com jovens. Ante um processo de avaliação externa e elaboração de um novo projeto para o Programa Infância, Adolescência e Juventude – PIAJ para ser desenvolvido no período de 2017 a 2019, priorizou o apoio e fomento à Rede de Juventudes do Ceará e, no primeiro semestre de 2017 construiu, conjuntamente – Cáritas e Rede de Juventudes - um processo de formação continuada, que desaguou no curso “Tecendo Redes: Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas”.²⁷

²⁵ Instituído em 2016, na Assembleia Legislativa do Ceará, o Comitê é uma instância colegiada, com representação dos governos executivo, legislativo e da sociedade civil organizada, tem o papel de acompanhar as recomendações, por ele elaborado, no intuito de reduzir a violência letal na adolescência e juventude. Fonte: <https://cadavidaimporta.com.br/> (acessado em 04 de julho de 2020).

²⁶ As mesmas serão abordadas com maior profundidade nas seções seguintes, pois, compreendemo-las como categorias de análise do capítulo.

²⁷ O curso será analisado com maior profundidade no desenvolvimento do Capítulo 4: Práticas Educativas emancipatória.

Nesse processo educativo, a então Rede Estadual de Jovens, em fevereiro de 2017, construiu o “Manifesto por sonhos coletivos”,²⁸ se apresentando para o público em geral. O referido manifesto é o segundo documento escrito pela Rede Estadual de Jovens sobre sua identidade, como expressa o fragmento:

Nós, juventudes, estamos sendo sujeitos transformadores e mobilizadores de outros jovens na luta pela garantia de direitos e pela organização popular... Percebemos melhor os contextos em que vivemos, que apesar de serem diferentes, dialogam e evidenciam as consequências do sistema político-econômico-social, onde quer que estejamos... Ao olhar outras lutas, nos sentimos parte daqueles que lutam pelos outros, contra os preconceitos, querendo garantir direitos, e assim, nos fazendo participar de diferentes espaço políticos. Estamos aprendendo, com isso, que a esperança de um mundo mais justo e igualitário só é possível através da união juvenil organizada, e especialmente pela ação que uma fala e prática... As partilhas de sonhos e vivências mudaram nossos sonhos, antes individuais, hoje coletivos... Na Rede, a coletividade e a motivação sempre irão permanecer, porque quando nos libertamos dos monstros do sistema e abrimos nossa mente para a liberdade, tudo se torna possível pelas mãos da solidariedade (CARITAS, 2017, p.06).

Entre os meses de agosto de 2017 e fevereiro de 2018, a Rede Estadual de Jovens vivenciou o Curso de Formação Modular trazendo conteúdos, vivências e metodologias buscando conhecimento mais amplo da realidade e melhor atuação junto aos grupos de base, nos territórios. As discussões foram sobre a realidade sócio-política-pastoral brasileira e cearense, aprofundando elementos como **Identidade e Território, Direitos humanos, Políticas Públicas de Juventudes, Bem Viver e Educação Popular**. Esse processo teve intencionalidade direta de aproximação desses sujeitos, partilha de saberes de suas bases e articulação nos territórios através do fortalecimento dos fóruns e/ou redes territoriais.

Dessa forma, a Rede Estadual de Jovens se apresentou como realizadora do curso junto à Cáritas Brasileira Regional Ceará, com apoio da cooperação internacional alemã e locais: Cáritas Alemã, Kindermissionswerk, Misereor Centro Magis Inaciano de Juventudes e Universidade Estadual do Ceará. Observa-se que, nesse momento, a Rede Estadual de Jovens se apresenta politicamente de forma mais explícita, trazendo para si o compromisso com as juventudes, como relata Jurema: “Aumentou a nossa responsabilidade com outros sujeitos, com outros jovens, coletivos, movimentos e com a história que essa rede se colocou pra construir”.

Como consequência direta dessa construção processual, a Rede Estadual de Jovens ampliou a participação de jovens, de coletivos e movimentos sociais nos territórios.

²⁸ A íntegra do Manifesto está descrita na Revista Cáritas Ceará, edição 04 – Programa Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ). Ano 2017. <https://pt.calameo.com/read/003261190a5effa7b99a8>. Acessada em 23 de março de 2020.

Em âmbito estadual, outros parceiros se integraram, como é o caso do Centro Inaciano de Juventudes, o Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras por Direitos, Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP e representações do Movimento Estudantil de vários territórios.

Ao final daquele processo formativo, a reflexão sobre a nomenclatura da Rede Estadual de Jovens foi abordada de forma mais contundente. Alguns integrantes da Rede sentiam a necessidade de reposicionamento da referida articulação, diante de dois elementos determinantes: 1) vinculação direta com a Igreja Católica, em especial, a Cáritas; 2) a noção de Rede considerando as Juventudes (organizadas em coletivos ou não) e não somente os/as Jovens de forma individualizada. Em entrevista, Mandacaru revela que “algumas organizações, quando iam se referir à Rede, dizia Rede Estadual de Jovens da Cáritas ou achava que a Rede não comportava as organizações, de forma mais institucionalizada, já que era só de jovens”.

Já para outros jovens, a exemplo de Jurema, “não havia necessidade de alteração da nomenclatura, já que dizia respeito sobre a construção da identidade de um espaço, que leva tempo de maturação”. Diante do embate entre posições divergentes, definiram-se pela alteração da nomenclatura e, em 2018, passou a denominar-se Rede de Juventudes do Ceará. Após essa decisão, deu passos importantes para sua organização como a elaboração de sua missão, princípios, objetivos e organograma.

Mandacaru, que à época era coordenador do PIAJ e integrante da Rede Estadual de Jovens, acrescenta que a mudança de nome não foi tarefa fácil, mas a Rede demonstrou uma crescente no tocante às reflexões coletivas:

Foi uma grande discussão. Na mudança do nome, teve conflito. Passamos uma reunião toda, tentando encontrar elementos que pudesse justificar a mudança de nome. Para muitos tinha a necessidade. Primeiro o pessoal achou que a rede tava entrando em outro passo, tinha avançado em algumas questões e queria que a nomenclatura reconhecesse qual era o chão: o Ceará; houve uma discussão sobre identificar as diferentes expressões de juventudes, então: Jovens ou Juventudes? Foi também um exercício de deixar que o próprio grupo definisse. E, eu não interfeiri, de forma alguma. Achavam que tornavam mais específico dizer que o nosso território, nosso chão é o Ceará; que ficava mais abrangente Juventudes e não jovens; poderia participar mais coletivos de forma mais organizada. Jovens dava a impressão de indivíduos (que tem também). Não sei se mais na frente vai ter outras definições. O tempo dirá(MANDACARU, EM ENTREVISTA A AUTORA).

É importante destacar a postura de Mandacaru em relação ao processo de mudança do nome da Rede, pois como, à época, exercia uma função institucional na Cáritas Brasileira Regional Ceará, teve receio de que seu posicionamento pudesse interferir na

definição do caminho, o que nos leva a inferir que a relação entre a Rede de Juventudes do Ceará e Rede Cáritas Ceará precisava ser melhor compreendida, tanto pelos jovens integrantes da Rede, como pela própria organização.

Vale ressaltar que algumas organizações, coletivos e jovens faziam (e ainda fazem) vinculação direta entre a Rede de Juventudes e a Rede Cáritas Ceará, inclusive afirmando que aquela pertence a esta. A fala de Ipê expressa bem essa questão: “quando eu vejo a rede de juventudes pra mim é a Cáritas. Só que a Cáritas com vários outros movimentos juntos, entendeu?”. O supracitado denota, por um lado, o peso institucional da organização em relação à Rede, e por outro, um mal-estar por parte de alguns jovens e coletivos integrantes da Rede, a respeito de posicionamentos de forma mais independente e o estabelecimento de papéis mais claros entre a atual Rede de Juventudes do Ceará e seus parceiros e apoiadores, incluindo aí a própria Rede Cáritas Ceará.

Outro elemento determinante para a mudança na nomenclatura refere-se aos termos: Jovens ou Juventudes? Apresentamos, na introdução, uma reflexão acerca destas categorias, haja vista haver conceitos diferenciados e complementares entre ambas. Observa-se que a Rede de Juventudes do Ceará afirmou o conceito de Juventudes, reconhecendo a diversidade desses sujeitos que compõem ou comporão a articulação, sejam jovens do campo, das cidades, das águas, das florestas, dentre outras; ao mesmo tempo legitima a participação de coletivos/movimentos sociais e organizações populares, ao deixar mais evidente que é uma articulação para além de jovens. Nota-se, portanto, que mesmo diante de posicionamento divergentes, a Rede entra numa nova fase, qual seja, a de reafirmação de sua identidade. Para isto definiu e formulou **missão, princípios, e organograma**, apresentados a seguir.

A Rede de Juventudes do Ceará tem como missão: Articular e fortalecer as **juventudes do campo e da cidade** do Ceará, buscando desenvolver o **protagonismo juvenil** através do **trabalho de base**, respeitando as diversidades, promovendo a **autonomia** e lutando por direitos na construção do **Bem Viver** (CARITAS, 2019).

E, como objetivos (CARITAS, 2019):

- a) Fomentar a organização e participação popular das juventudes na luta por direitos e territórios;
- b) Articular e mobilizar as juventudes, fortalecendo os laços entre eles e elas na busca da transformação social;

- c) Promover formação sociopolítica que contribua para conscientização e incidência política dos sujeitos;
- d) Incentivar atividades produtivas dentro dos princípios da economia solidária, que possibilitem a geração de renda para as juventudes;
- e) Estabelecer parcerias com organizações que dialoguem com os princípios da Rede de Juventudes do Ceará visando seu fortalecimento.

Enquanto Princípios a Rede de Juventudes do Ceará apresenta (CARITAS, 2019):

- a) **Respeito:** diversidade cultural, territorial, religiosa, sexual, de gênero, identitária e étnico-racial das juventudes.
- b) **Solidariedade:** Para além do conceito de solidariedade apresentado por Durkheim, no final do século XIX, concebida como forma de organização da sociedade, dos governos, como dependência mútua, a solidariedade para a Rede se apresenta de forma mais aproximada com uma solidariedade entre oprimidos/as, subalternos.
- c) **Mística e Espiritualidade libertadora:** A Mística é o que dá sentido, motivação, força e resistência. É energia impulsionadora para assumir o projeto popular de sociedade. Para Bogo (2008), a mística pode ser interpretada de três formas, a saber:

[...] pela teologia, pelas ciências políticas e pela filosofia, esta última base do vínculo teórico com a mística, sobretudo porque relaciona a cultura em seus três aspectos: do pensar, fazer e sentir. Se vincula com os valores (solidariedade, disciplina, companheirismo, etc.), a estética da arte, o cuidado, o trabalho produtivo e voluntário, a educação e a formação humana e a luta de classe (BOGO, 2008, p. 11).

Segundo Barbosa (2019), a mística é a consciência social e política, a dimensão de humanidade e de comunhão da história vivida pelo povo excluído, vindo da tradição da Teologia da Libertação no Brasil. Geralmente a mística é realizada nos momentos iniciais e finais dos encontros e momentos de reuniões da rede. Para Mandacaru, a mística da Rede de Juventudes é:

Uma mística de cuidado, de respeito, de tolerância. Quanto mais eu bebo da experiência de outras pessoas, mais me fortalece. Não tira a minha identidade. Mas pode me fortalecer. A mística da rede tem como premissa o fortalecimento da identidade do jovem. Cada um com sua diversidade, com sua espiritualidade construindo o todo da rede. Reconhecimento dessa diversidade é fundamental(MANDACARU, ENTREVISTA A AUTORA).

- d) **Participação popular:** Na sociologia, a participação popular é objeto de vasta análise (AVRITZER 2018, 2016, 2011, 2010, 2008, 2007; CARVALHO 2019; CASTRO, 2011), apontando inclusive, limites dessa participação popular, como assinalam Leal (2003) e Brandão (2016). Diante da densidade do conceito e da importância para a Rede,o capítulo seguinte aprofunda essa questão.
- e) **Educação popular e valorização dos saberes populares:** entendida como instância de aproximação do cotidiano, cuja intencionalidade política é reestruturar a participação dos sujeitos a partir de uma formação coletiva da consciência sobre os porquês de se atuar de forma padronizada, conforme uma lógica de poder, para atuarem de forma compartilhada, solidária, segundo a lógica do Bem Viver. Enquanto processo de teoria-ação no território com vistas à luta social, recupera processos históricos marginalizados em detrimento do sistema capitalista, sendo ato político imprescindível à formação das juventudes para além dos estabelecimentos de ensino formal (TRASPADINI, 2010). Ao compreender a educação popular como princípio da articulação, Sabiá relata que:

A forma como a gente se organiza bebe muito da fonte de como todo o movimento de educação popular surgiu né? Nessa de fortalecer as comunidades, de estar junto, de buscar parcerias. Primeiro por não vir de cima pra baixo, de ser algo construído na base, de ser um saber que vai sendo construído no coletivo, de forma participativa que não é algo imposto, não é algo fechado, é algo que sempre vai se modificando a partir do tempo, a partir do lugar que a gente vive, a partir das pessoas que vão entrando e saindo dos grupos, porque a vida é sempre assim né? Entrando e saindo gente e se renovando. (SABIÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

Sabiá apresenta os elementos fundamentais da educação popular, como a valorização dos saberes, a construção participativa e a relação dialógica a partir da base. A Rede bebeu na fonte da educação popular para a organização de seus processos formativos, como aprofundado no quarto capítulo.

- f) **Paz e Justiça Socioambiental:** compreendendo a paz como fruto da justiça, a paz configura-se como consequência da justiça socioambiental. A justiça socioambiental reconhece os direitos da Natureza e o cuidado com a sociedade e com as pessoas. Engloba estratégias de construção do Bem Viver, abrangendo as demandas de lutas sociais históricas que criticam e repensam a estrutura de poder atual e de acúmulo de capital transnacional, sobretudo, junto aos povos tradicionais mais ameaçados no contexto de (in)justiças socioambientais (RIGOTTO et ali, 2010).
- g) **Agroecologia:** Em disputa por territórios com o capital transnacional, as organizações populares, movimentos sociais e povos tradicionais reconhecem a agroecologia como projeto e práxis política da resistência. Nessa perspectiva, buscam produzir alimentos saudáveis, semeados em uma relação socioproductiva horizontal rumo à soberania alimentar como princípio político (BARBOSA, 2017).
- h) **Igualdade de Gênero:** As formas de opressão e violências geradas a partir da questão de gênero, são uma realidade objetiva que atinge um contingente expressivo de pessoas, sobretudo, as mais vulneráveis, como as mulheres e a população LGBTQI+. A categoria gênero se apresenta de modo complexo. É objeto de intenso questionamento, debate e disputa, envolvendo não só relações e características entre os sexos, mas também a dinâmica das relações entre sociabilidade, cultura e produção. Trata-se de apreender como se efetivam as relações sociais entre os indivíduos e as particularidades produzidas, segundo a forma como se organizam e o modo como absorvem e reproduzem valores, poder e direitos nos mais diferenciados ambientes – o trabalho, a família, a política - e nas relações afetivo-sexuais. Ou seja, “A categoria gênero contribui para desnaturalizar e historicizar as desigualdades nas relações sociais, indo para além da dimensão do sexo e da sexualidade. Trata-se de performance” (BUTLER, 2016). Todavia, há um limite na construção do princípio no que se refere à igualdade pois, a nosso ver, está em desacordo com o princípio da diversidade. O termo equidade seria a categoria que melhor se aplicaria à perspectiva de diversidade das relações sociais estabelecidas, haja vista indicar uma possibilidade de ações afirmativas para

grupos mais oprimidos e violados no que diz respeito ao gênero. Vale ressaltar que sobre a categoria “gênero”, as Igrejas têm uma concepção, na maioria das vezes, conservadora e dogmática, como foi o caso recente dos embates acerca da “ideologia de gênero”. No entanto, essa concepção conservadora diverge, do ponto de vista ideológico, do posicionamento dos movimentos sociais.

- i) **Cuidados:** a prática do cuidado é a expressão de apoio social intenso e atributo fundamental para a manutenção da vida coletiva e, conjuntamente com a solidariedade social, em vista do reconhecimento da vulnerabilidade do corpo, é base para o desenvolvimento de outros componentes essenciais da vida social (FINE, 2005, tradução nossa). A máxima “cuidar do outro é cuidar de si; cuidar de si é cuidar do outro”, retoma a perspectiva de solidariedade e das relações de aproximação, numa sociedade marcada pelo individualismo. Assim, considera-se a prática do cuidado para além da especificidade de um ato, pois inclui dimensões de solidariedade, respeito, zelo e ajuda mútua para a preservação da vida. Para Sabiá, a prática do cuidado faz da Rede um campo de aproximação não somente das lutas, mas também dos sentimentos:

A prática do cuidado sempre está presente. Seja nos momentos de reuniões sistemáticas, ou em outros momentos que a rede participou, contribuiu, realizou, que pudéssemos fazer uma relação de muita proximidade entre nós, com as pessoas e as comunidades. Sempre mantivemos momentos específicos de cuidado, de escuta. Que não fosse somente falar das questões estruturais, da sociedade, das comunidades, mas também da gente mesmo, da dimensão pessoal, que pudéssemos falar dos sentimentos, das alegrias, tristezas, que pudéssemos nos confraternizar, cuidar uns dos outros. E aí por ser um só, um corpo só, seja do campo ou da cidade, a gente consegue. (SABIÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

Observamos que na Missão e nos objetivos, a Rede de Juventudes do Ceará se propõe a articular campo e cidade, considerando as Juventudes como um campo político e os/as jovens como agentes políticos na luta por direitos e territórios, ameaçados pelo capital transnacional. Compreendendo que estes territórios estão em disputa, apresentando-se como de conflitos (FERNANDES, 2009), resistências e re-existências (PORTO-GONÇALVES, 2012), as pautas dos coletivos/movimentos sociais retroalimentam a luta da Rede e vice-versa, possibilitando estabelecer parcerias mais estratégicas.

Chama atenção a perspectiva do Bem Viver²⁹ descrita na missão da rede, pois, segundo Barbosa (2016), o Bem-Viver ou *Bien Vivir* é compreendido como princípio

²⁹Para maior aprofundamento, ver também Acosta (2016).

essencial dos direitos humanos e da natureza, contrapondo-se com a perspectiva do “viver melhor” defendido pelo capitalismo moderno. Suas concepções nascem da cosmovisão indígena, dotados de uma racionalidade epistêmica de vínculo harmonioso, intersubjetivo com a comunidade e com AbyaYala.³⁰

Contudo, outro elemento advindo na própria missão - Protagonismo Juvenil³¹ (SOUZA, 2006), é conflitivo com a perspectiva do bem viver. Reconhecemos no referido termo, um limite sociológico, levando os/as jovens a desempenharem um papel de protagonistas da ação, sem levar em conta a própria condição juvenil em que vivem. Acreditamos que o termo foi mais utilizado como subterfúgio de agências internacionais para direcionar as políticas de juventudes no Brasil (BRANDÃO, 2016).

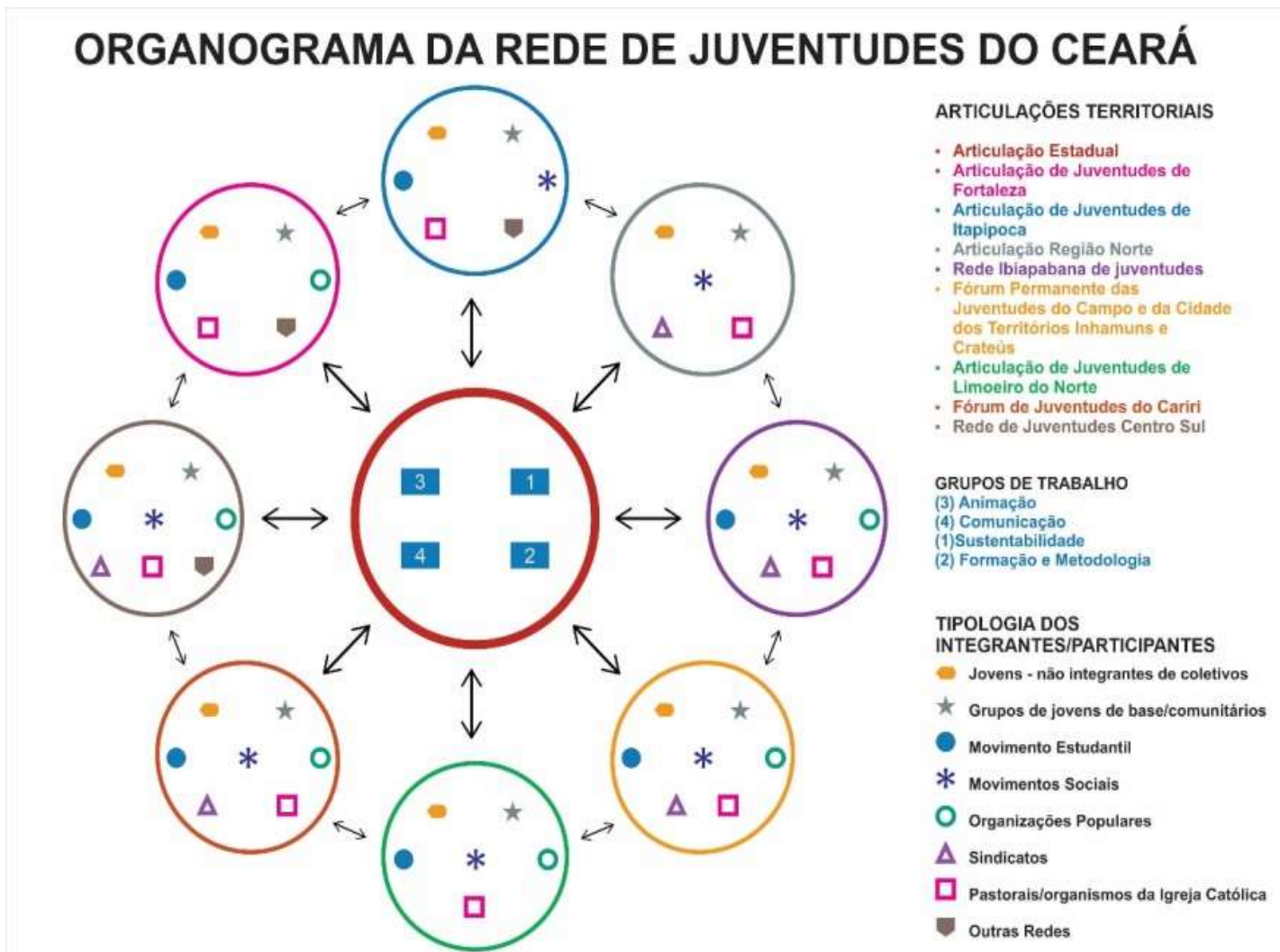
2.1.2 Estrutura e Organização da Rede de Juventudes do Ceará

Em 2019, a Rede de Juventudes do Ceará definiu sua estrutura e organograma, conforme apresentamos a seguir.

³⁰ AbyaYala é o nome com que os povos indígenas Kuna, do Panamá e da Colômbia, chamavam o continente Americano antes da conquista espanhola. Refere-se, portanto, aos povos originários que em sua luta de cunho colonial afirmaram sua identidade como sujeitos políticos (PORTO-GONÇALVES, 2012).

³¹ O conceito e sua utilização pela Rede de Juventudes do Ceará serão abordados com maior profundidade no capítulo seguinte.

Figura 1–Organograma da Rede de Juventudes do Ceará, 2019.



Fonte: elaborado pela autora.

Com um organograma estadual definido coletivamente, a Rede de Juventudes do Ceará se configura através de: Grupos de Base, Articulação Territorial e Articulação Estadual, com seus grupos de trabalho (sustentabilidade, formação e metodologia, animação e comunicação), (CARITAS, 2019).

Grupos de Base

Os Grupos de Base fazem parte da estrutura orgânica de diversas organizações populares, Igrejas e movimentos sociais, como forma de organização local, pautada numa perspectiva descentralizada, valorizando as relações afetivas, eclesiais, sócio-político-

econômica estabelecidas pelos indivíduos num determinado território. Desempenha papel estratégico de fomento, formação e articulação dessas pessoas, em torno de objetivos comuns (LOUREIRO, 2008).

O conceito de Base, compreendido como alicerce, fundação, que dá sustentação é a fundação popular sobre a qual qualquer movimento é erigido. Nesse sentido, pode ser abordado por diferentes matrizes sociológicas. Na perspectiva marxista, a base é a classe trabalhadora, que organizada, incute consciência e constrói a revolução com fim socialista (TONET, 2013). Na história do Movimento Popular, em síntese, Bogo (2008) apresenta:

- a) Base da pirâmide – Nasce de uma análise da sociedade capitalista, dividida em classes, onde a classe trabalhadora produz as riquezas e a classe proprietária (das terras, fábricas, bancos...) se apodera dos frutos do trabalho. Ao descobrir a força que tem, pode derrubar a velha pirâmide e organizar uma sociedade sem opressão.
- b) Comunidade de Base – Nasceu com a experiência da população se organizando para resolver um problema concreto de um bairro ou localidade (luz, água, asfalto, saúde, festa). Tomou força com as CEBs que levou os cristãos ao compromisso social, a partir da sua fé evangélica.
- c) Categoria profissional – Na reconstrução das organizações populares, sobretudo os sindicatos, a palavra base passou a significar o conjunto de pessoas que têm a mesma profissão e os mesmos interesses econômicos, mesmo que não sejam filiados nem se mobilizem.
- d) Opção política – O crescimento da luta popular mostrou que não basta a pessoa trabalhar ou ser explorada, para ser militante da transformação social. Base, então, passou a significar a parte do povo que toma consciência da opressão e se engaja num processo de construção de uma sociedade solidária. Qualquer pessoa, não importa a origem, pode ser base desse projeto político alternativo ao capitalismo.

Por fim, corroboramos o conceito de Bogo (2008) afirmando que Base é o povo que produz as riquezas e sofre ao ser explorado e manipulado pelas elites dominantes, em todos os espaços, mas também constrói resistência e os caminhos de superação dessa opressão. Significa começo, sustentação, algo indispensável, que não pode faltar. Mas é, sobretudo, aquela parte da classe oprimida que se dispõe e dá sustentação a um processo de mudança,

sempre. Assim, os grupos de base da Rede de Juventudes do Ceará são grupos formados por jovens que se identificam com os objetivos da Rede, podendo também ser grupos integrantes de outros coletivos/movimentos/organizações populares, com identidades já estabelecidas e que se alinhe politicamente com as pautas da Rede, de forma sistemática ou pontual.

A respeito dos grupos de base, não tivemos acesso a um dado exato da quantidade de grupos pertencentes à Rede de Juventudes do Ceará. Estima-se que gira em torno de mais de 100.

A organização de base das juventudes é a principal tarefa que está sendo colocada nesse período. Mais ainda diante de um cenário de ameaça de direitos sociais e trabalhistas e a ofensiva contra nossa soberania nacional. Pensar a unidade das juventudes requer compreensão daquilo que nos une, mesmo com tanta riqueza de pluralidade que as juventudes do nosso território cearense têm(JUAZEIRO, ENTREVISTA A AUTORA).

Juazeiro confirma a tarefa da Rede de Juventudes do Ceará em contribuir com a organização das juventudes desde as bases, ressaltando o desafio emergente de organização dos grupos de base, diante das ofensivas do capital contra a soberania nacional. Em sua fala revelao conhecimento do método do trabalho de base que valoriza a diversidade e a pluralidade, na construção de uma luta unificada.

Os grupos de base têm suas dinâmicas próprias, reúnem-se regularmente esuas pautas dialogam com as demandas locais das comunidades/coletivos/movimentos aos quais integram. A relação dos grupos de base com a Rede de Juventudes do Ceará se dá através de participação em processos de formação, participação em atos/mobilizações sociais e refletem pautas e temas priorizadosanualmente, pela Rede, através das articulações territoriais e estadual. Como exemplos identificamos o III e o IV Encontro das Juventudes, com temáticas centrais relacionadas à crise hídrica e territórios, atos contra o extermínio das juventudes, Gritos dos Excluídos e Mobilização contra as Reformas Trabalhistas e da Previdência.

Articulação Territorial

Uma preocupação que fez parte da prática da Rede de Juventudes do Ceará foi o desejo deaumentar sua capilaridade, compreendendo-a como uma estrutura orgânica e consolidada a partir dos grupos de base. Objetivando a articulação dos referidos grupos, optou-se por **fortalecer a articulação a partir dos territórios**, o que desembocou na

territorialização da Rede de Juventudes do Ceará.A Cáritas Brasileira Regional Ceará reconheceu essa estratégia e aponta a importância da mesma:

A Rede está se consolidando como referência para articulações locais, territoriais e estadual, articulando jovens para além das comunidades acompanhadas pela Rede Cáritas Ceará, como os coletivos e movimentos parceiros. É notória a sensibilidade na compreensão de que, como representantes, elas e eles têm a oportunidade e responsabilidade de levarem para outros jovens o vem sendo discutido e acumulado nas reuniões. A perspectiva é de que a Rede se compreenda e seja de fato uma estrutura consolidada nas bases, nos territórios, e não um espaço unicamente movimentado pelas/os representantes que participam das reuniões presenciais da articulação estadual (CÁRITAS, 2015).

Em 2016, surgem as primeiras articulações territoriais, com o objetivo de articular grupos, coletivos/movimentos e jovens que não pertencessem a grupos instituídos. Os fóruns, redes e/ou articulações - denominações específicas das articulações nos territórios - buscaram refletir a realidade das juventudes no/do campo e na/da cidade e fortalecer a identidade desses jovens, a partir de seus territórios. Fomentaram processos formativos a fim de animar os grupos e comunidades a que os/as jovens estivessem ligados, com o intuito de identificar desafios comuns e construir estratégias conjuntas no âmbito comunitário, municipal e intermunicipal.

Esse processo aconteceu por meio da constituição de 08 Fóruns articulados territorialmente: Fórum de Juventudes do Cariri, Rede de Juventudes Centro-Sul, Fórum de Juventudes dos Sertões de Inhamuns e Crateús, Rede Ibiapabana de Juventudes, Articulação de Juventudes Região Norte, Articulação de Juventudes de Itapipoca; Articulações de Juventudes de Fortaleza e de Limoeiro do Norte.

Portanto, as articulações territoriais têm o papel de integrar e articular as bases da Rede, ou seja, desempenham o papel de fortalecer a identidade das juventudes, identificando as principais violações de direitos nos territórios e articulando-se com outras forças sociais para as lutas, em torno de seus objetivos. Todavia, é importante mencionar que, desde então, as articulações territoriais vivenciaram fases distintas de articulação e/ou desarticulação..

Ressalta-se que até o ano de 2018, quando da reestruturação da Rede de Juventudes do Ceará, algumas articulações territoriais denominavam-se Fóruns Diocesanos de Juventude. O termo diocesano vem da forma como está estruturada a Igreja Católica no Brasil e essa questão também foi objeto de análise e reflexão da Rede. Juazeiro relata como avançou, dentro da Rede, essa construção da noção de território.

Preparar um modelo orgânico pensando o Ceará, como deveria funcionar foi um avanço. Como era esse modelo orgânico conformado nos territórios? Como ele iria se dá? No começo foi pela concepção que vem um pouco da Igreja, porque a Caritas contribuiu muito e porque vários integrantes da rede são ligados as pastorais sociais da igreja católica. E aí, tendia muito pra que a gente se organizasse no estado como dioceses, que no caso do Ceará são nove. Mas aí foi construída uma nova concepção dentro da rede que é de territórios. Que o território ele sempre é físico e social. E que mesmo a diocese organizada no território do Ceará, não abrangia a cultura, a política, a forma das pessoas socializarem a vida, numa região. E que a diocese talvez não organizasse, mas participava dessa organização. Então, nós construímos uma concepção mais de território, nesse modelo orgânico, com as bases, as articulações territoriais e estadual. Também definimos equipes de trabalho: finanças, comunicação, secretariado (JUAZEIRO, ENTREVISTA A AUTORA).

Nos passos dados pela articulação observa-se, paulatinamente, a construção de sua identidade, inclusive revisando seus espaços internos e alterando-os. Foi assim também a construção da identidade de muitos movimentos sociais, organizações populares e coletivos que, inicialmente foram forjados no campo progressista da Igreja Católica. Um exemplo desse processo de construção de identidade é o caso do próprio Movimento Sem Terra, com representações nas articulações territoriais e estadual.

Articulação Estadual

A Rede de Juventudes do Ceará constitui uma articulação estadual, com representação de jovens das 08 (oito) articulações territoriais, com objetivo de animar a Rede de Juventudes do Ceará, desenvolvendo processos formativos, estabelecendo parcerias e apoio, em vista da concretização de sua missão e realização de seus objetivos. A identificação de pautas e agendas políticas estratégicas para o conjunto da Rede também é definido por essa instância, bem como o acompanhamento da dinamização das articulações territoriais e o cuidado com o fortalecimento dos grupos de base. Quando nasce, em 2013, foram identificados dois jovens de cada território para compor a articulação estadual (que ainda não tinha esse nome); em 2017, com a realização do curso Tecendo Redes, o número de representações dos fóruns territoriais ampliou-se para 04 (quatro) jovens com a intenção de fortalecer essas instâncias.

Para uma melhor organização da Rede de Juventudes do Ceará, a articulação estadual constituiu os seguintes grupos de trabalho: sustentabilidade, formação e metodologia, animação e comunicação. O grupo da sustentabilidade, com a tarefa de ampliar as ações da Rede, buscar de parceiros e apoios que se identifiquem com sua missão; a equipe de formação e metodologia é responsável pelo desenvolvimento do processo formativo da Rede de

Juventudes do Ceará. Já o grupo responsável pela animação tem a função de garantir a arte e a cultura e, por fim, a equipe de comunicação é responsável por animar a comunicação como um eixo central, na perspectiva da comunicação popular e da mobilização social. A afinidade e experiência dos/as jovens com as temáticas definem, a partir de suas escolhas, de qual grupo participará.

A articulação estadual reúne-se a cada dois meses, conforme indicado em seus documentos. Contudo, observa-se que essa prática não ocorre de forma sistemática devido às dificuldades de recursos e as distâncias entre os/as membros da Rede.

2.1.3 Relação Rede de Juventudes do Ceará e Rede Cáritas Ceará

Desde seu nascimento, a relação da Rede de Juventudes do Ceará com a Rede Cáritas Ceará tem várias vertentes de interpretação e, a partir da análise do conteúdo das entrevistas da pesquisa e de documentos institucionais da entidade, identificam-se diferentes fases. Para a leitura e interpretação dessas fases, as categorizamos em três tipos de relação: a) maternidade-dependência, b) fortalecimento e assessoria; c) distanciamento, a depender dos nós estabelecidos entre as duas redes, como é possível observar nos depoimentos.

a) Relação de Maternidade-Dependência.

Para Flor do Angico, a relação entre Cáritas e a Rede de Juventudes do Ceará sempre foi objeto de debate. Observemos seu relato diante da última reunião presencial ocorrida em novembro de 2019.

Na última reunião [presencial] da Rede dizíamos na necessidade de cortar o “cordão umbilical” com a Cáritas. Cortar o cordão umbilical não é difícil, queremos que a caritas vire nosso parceiro. Que não dependamos financeiramente da caritas, ou de um projeto da caritas. Que a rede ajude a caritas a fortalecer seu trabalho com juventude e que a caritas ajude a rede em seus processos formativos. Mas é uma relação que sempre será de proximidade, por um desejo nosso e pelo processo histórico. O intuito é que a gente consiga cortar esse cordão umbilical não no sentido de separar, cada um pro seu lado. Mas que a gente olhe a rede e não diga a rede de juventude da caritas. Que às vezes a gente se fecha nessa caixinha e não avança. Tanto dando uma retaguarda para caritas e que a caritas dê para rede. Que tenha consciência que é uma rede, no início animada pela caritas, mas que hoje construímos pautas em comum. Uma dando retaguarda pra outra. Esse é um intuito. É uma relação de amor, de afeto, mas também pode ser considerada uma relação de dependência. Inclusive com dificuldade de falarmos disso. Nesse corte do cordão umbilical, o apoio financeiro é onde pesa mais. A Rede Cáritas sempre nos ajudou, ajuda no processo de formação da rede, nas reuniões. E a rede sabendo desde o início dessa necessidade de não ficar dependente total da caritas, ainda não

conseguiu avançar nesse aspecto. Acho que ainda estamos engatinhando no geral (FLOR DO ANGICO, ENTREVISTA A AUTORA).

A primeira fase que caracteriza a relação da Rede de Juventudes do Ceará com a Cáritas é identificada como uma relação de maternidade. Na fala de Flor do Angico observam-se alguns elementos que merecem destaque: apresenta a Cáritas como uma mãe, quando faz referência ao corte do cordão umbilical entre a instituição e a Rede. Durante a gestação o cordão umbilical é responsável pela manutenção da vida intrauterina, pois é por ele que os nutrientes chegam ao feto possibilitando o seu crescimento e fortalecimento. Porém, quando do nascimento, esse “vínculo físico” perde a funcionalidade e seu corte é necessário para que a criança se desenvolva no ambiente externo e inicie sua jornada societal.

A relação de maternidade estabelecida entre a Cáritas e os sujeitos acompanhados, de uma forma geral, carrega muitos significados. Como parte integrante da Igreja Católica, a visão de proteção e maternidade, advinda do caráter religioso, delega essa responsabilidade às mulheres. E como uma instituição majoritariamente formada por mulheres,³² tais referências permeiam representações sociais em relação à entidade.

Constituindo-se como ser que “engatinha”, Flor do Angico menciona a relação de dependência econômica da Rede de Juventudes do Ceará em relação à Cáritas. Compreendemos que a dependência econômica é uma forma de perpetuar relações de subordinação-dominação entre opressor e oprimido (FREIRE, 1994). Contudo, como essa relação é de dependência? Salientamos que a própria natureza da Cáritas é facilitar processos de articulação, tendo por base sua natureza assistencial e religiosa. Então, essa natureza de origem da organização já é um fator que influi nesse tipo de relação construída entre a Cáritas e as Redes que a entidade assessora.

Ao proceder a análise de documentos institucionais da Cáritas Brasileira Regional Ceará, encontramos referências de como se caracteriza a dependência financeira, fato inclusive apresentado como um desafio, em seus relatórios institucionais. Verificamos que boa parte das ações desenvolvidas pela Rede de Juventudes do Ceará ocorreu com o apoio financeiro da Rede Cáritas Ceará, através do Programa Infância, Adolescência e Juventude – PIAJ. O referido Programa contribuiu financeiramente para a realização das reuniões da articulação, dos Fóruns Territoriais, encontros e intercâmbios, disponibilizando, em grande parte, os recursos materiais e financeiros para concretização das ações. Contudo, os documentos analisados demonstram que todas as reflexões e definições políticas acerca da

³²Em levantamento realizado em 2019, a Rede Cáritas Brasileira é constituída por 7.258 agentes, destes: 4.401 são mulheres e 2.479 homens.

Rede de Juventudes do Ceará são realizadas por seus integrantes, em fóruns próprios, ou seja, Não há um direcionamento da Rede Cáritas para com a Rede de Juventudes, inclusive, frisado por todos/as os/as entrevistados/as da pesquisa.

Para o enfrentamento do desafio da dependência financeira, a Rede de Juventudes do Ceará buscou alternativas através da elaboração e apresentação de um projeto em resposta à chamada do Fundo Brasil de Direitos Humanos 2019. Porém, na ocasião foram selecionados apenas 02 projetos no Nordeste, ficando a Rede de fora desta seleção. Essa iniciativa demonstra a busca de novos caminhos para alçarem outros vãos e se desafiarem a outras possibilidades de apoios.

b) Relação de Fortalecimento e Assessoria:

Em relação à Rede de Juventudes do Ceará, a Cáritas Ceará definiu para o triênio 2019-2021, juntamente com as Redes de Intercâmbio de Sementes – RIS, e Rede de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Ceará, o acompanhamento e assessoria das mesmas, por todas as Entidades-Membros presentes no estado. Em seu relatório anual, a entidade afirma que “O fortalecimento das redes, enquanto espaços de formação, organização, autonomia e incidência política é uma ação a ser priorizada no próximo projeto, em articulação com as comunidades locais” (CARITAS, 2018, p. 10). A fala de Cumaru reflete a intencionalidade institucional:

O papel da Cáritas é de uma forte assessoria, no desenvolvimento de projetos. O acompanhamento é fundamental para nossa organização, a partir do que a Cáritas desenvolve nos territórios. Fortalece a ação de juventudes nos territórios do Ceará, fortalecendo a dimensão de rede, essa integração. A Cáritas vem como uma parceira que nos fortalece e nos abre os olhos para pensar essa integração, na perspectiva do Bem Viver(CUMARU, ENTREVISTA A AUTORA).

A partir de suas áreas de atuação, a Cáritas Brasileira desenvolve junto aos grupos/comunidades e Redes acompanhadas o papel de fortalecimento e assessoramento a essas instâncias. Conforme a Cáritas, a assessoria às Redes no Ceará contribui para que as mesmas desenvolvam e qualifiquem processos formativos; fortaleçam a organização e articulação de seus entes; desenvolvam ações de incidência política junto às três esferas de governo: executiva, legislativa e judiciária e, sobretudo, constituam tecido social fortalecendo o campo e as lutas populares (CARITAS, 2019).

Os desafios provenientes do contexto externo e interno à dinâmica de rede amadurece a cada momento, nos deixando atentos no que diz respeito à forma de condução do acompanhamento e assessoria, que sempre teve como horizonte

fomentar a autonomia dos próprios sujeitos. Buscamos manter o foco em facilitar os processos e decisões, priorizando que as decisões sejam tomadas de acordo com o entendimento coletivo. Realizamos formações e apoiamos a elaboração de planos de incidência, como forma de contribuir com as lutas e conquistas do Povo (CARITAS, 2019, p. 37).

c) Relação de distanciamento:

Porque nos territórios as Cáritas também têm a sua atuação forte e tal e a gente consegue isso. Mas eu ainda vejo, falando a partir da nossa realidade, como um distanciamento assim, apesar de ter muita coisa que a gente pudesse somar e que a Cáritas também pode somar com a gente, a gente percebe certo distanciamento com a Cáritas diocesana. E aí isso... Pra Cáritas Regional a gente sente muito mais aproximação do que com o próprio local, né, o que a gente percebe é isso(SABIÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

Na contramão da relação de aproximação, jovens da Rede de Juventudes do Ceará identificam, em alguns casos, o distanciamento por parte de alguns entes da Rede Cáritas, sobretudo, quanto ao apoio e assessoramento realizado pelas Cáritas (arqui)diocesanas.³³ Sabemos que as relações sociais são construídas a partir dos territórios e são, ao mesmo tempo, diversas e específicas, dependendo de cada agente. Portanto, mesmo quando a Rede Cáritas Ceará estabelece o acompanhamento e assessoria à articulação como prioridade, o mesmo não ocorre de forma homogênea. Em determinados territórios, ora por agentes sobrecarregados, ora por divergência em relação à condução, temas e parcerias da Rede de Juventudes do Ceará, há um distanciamento entre a Rede e a Cáritas local.

Desse modo, chamam atenção as percepções diferenciadas, por vezes contraditórias, expressas por parte dos/as jovens entrevistados/as. Compreendemos essas percepções como fases dessa relação, que não é progressiva, podendo inclusive ser simultânea, a depender das conexões estabelecidas pelos sujeitos de ambas as Redes. Todos/as reconhecem a importância e o apoio da Rede Cáritas Ceará e têm ciência de que a Rede Cáritas é diversa pois, como já explicitado anteriormente, é composta por 09 instituições (08 Cáritas arquidiocesana e um escritório regional) onde cada ente tem sua autonomia institucional e suas especificidades territoriais, portanto, constrói relações diferenciadas com a Rede de Juventudes, levando em conta seu território e suas prioridades.

³³Em grego conceito Arquí significa primeiro e com o crescimento da Igreja Católica em relevância e territorialidade, as dioceses foram se dividindo e formando novas dioceses. Em meio delas, aquelas com maior antiguidade e preeminência foram chamadas de Arquidiocese. Geralmente, constituíram-se as Arquidioceses nas capitais brasileiras (CNBB, 2018).

2.2. Concepção sociológica e geográfica de território

2.2.1 A territorialização da Rede de Juventudes do Ceará.

Conforme apresentado anteriormente, a Rede de Juventudes é uma articulação territorial, está organizada em oito territórios do Ceará e caracterizam-se pela disputa com a concepção de território na perspectiva do capital. Por tal razão, para compreender os processos organizativos e participativos dessa juventude, há que se compreender que ela se situa em um território, temática prioritária para a Rede de Juventudes do Ceará.

O conceito de território foi bastante difundido na geografia crítica e na sociologia como sendo para além dos aspectos físicos e naturais. Territórios, territorialidades e espaços estão interligados e desenvolvidos conceitualmente por muitos autores. Uma abordagem sobre o tema desenvolveu a Sociologias dos territórios³⁴. Destacamos ideias centrais sobre a categoria territórios e a relação campo-cidade, em diálogo com as teorias sociológicas construídas na América Latina.

Entre os anos de 1950 e 1980, o conceito de território é concebido de forma renovada na Filosofia e em estudos de Economia, Antropologia e Sociologia. Em Dematteis (1964, 1967, 1969 e 1970), esteve presente como produto de relações cristalizadas no âmbito da família e da complementariedade cidade-campo, ou seja, das territorialidades econômicas, políticas e culturais, numa concepção histórico-crítica e relacional (SAQUET, 2011).

O autor recupera algumas abordagens sobre território ao longo das últimas décadas e destaca: Gottmann (1947, 1952 e 1973) que se dedicou ao debate sobre território, numa concepção crítica não marxista da Geografia, introduzindo o conceito político, para além do geográfico, compreendendo o território como um “espaço geográfico tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos” (SAQUET, 2011, p.38).

Na década de 1970, Deleuze e Guattari (1976) descreveram o território como fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação das relações sociais presentes, numa profunda reflexão filosófica, com base na dialética marxista. Quaini (1974), com base no método do materialismo histórico-dialético, destaca o território como produto da organização econômica, cultural e política. Segundo Indovina (1976), também com base na dialética marxista, o território é o resultado e condição das forças e relações produtivas

³⁴ A Sociologia dos Territórios é compreendida a partir da análise dos territórios, com suas múltiplas e complexas relações sociais e conexões, integrando estudos de diversas ciências, a priori, da Geografia, e, mais recentemente no século XXI, a sociologia se volta a aprender os fenômenos sociológicos presentes nestes territórios.

capitalistas que ordenam e usam o espaço transformando-o em território. Assim, a partir da perspectiva marxista, o território era visto como resultado de processos e relações sociais, sobretudo, econômicas, vividos por cada grupo social em cada relação espaço-tempo.

Diante do processo histórico de expropriação das riquezas pela Europa e Estados Unidos, nos territórios latino-americanos, em particular no Brasil, o território constituiu-se como espaço de reprodução ampliada do capital e provocou conflitos e acumulação, conformando assim, diferentes territórios tanto no campo como na cidade.

Bambirra (2013), ao reapresentar elementos sobre a teoria da dependência, abre um novo marco de reconsideração e interpretação dos principais elementos teóricos e analíticos para o estudo do desenvolvimento capitalista nos territórios latino-americanos, em diálogo com as teorias supracitadas.

Segundo Svampa (2019), o estágio atual do capitalismo expressa uma demanda cada vez maior dos países desenvolvidos para os países dependentes, em termos de matérias-primas ou bens de consumo, provocando a expansão das fronteiras para territórios anteriormente considerados “improdutivos”: a fronteira agrícola, petrolífera, mineira, energética e florestal. Essa expansão gera grandes impactos, visto que redireciona completamente a economia e estilos de vida de povos inteiros. Além do mais, ameaça a sustentabilidade do planeta num médio prazo. Mineração a céu aberto e a construção de megaempreendimentos vinculados ao capital transnacional, ilustram a nova divisão territorial e global do trabalho no contexto atual.

Assim, terra, água, sementes, ventos, minérios, carbono, biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados são utilizados para atender a demanda crescente de consumo. Trata-se de uma lógica de reprodução do capital em que os bens comuns são transformados em commodities a serem negociadas no mercado financeiro internacional e retirados de diferentes territórios que recebem sobre si a expropriação do acesso aos bens da vida (RIGOTTO; AGUIAR; RIBEIRO, 2018).

Após a segunda metade do século XX, o modelo tripé formado pela aliança entre capital privado nacional, capital estatal nacional e capital privado internacional foi a base para a forma de desenvolvimento do território brasileiro. O governo militar deu o impulso inicial ao patrocinar a denominada “revolução verde”, o que propiciou as bases de um novo paradigma do capitalismo agrário, assentado no modelo econômico (revolução verde), no Estado regulador (aliado ao capital) e na revisão/elaboração de um novo Marco Legal Jurídico, com interesses direcionados na América Latina (FERNANDES, 2009).

Portanto, de uma sociedade essencialmente rural nos anos 1950, o Brasil teve seu perfil demográfico invertido e, segundo os critérios normativos utilizados pelo IBGE, o país tornou-se predominantemente urbano. Essa mudança do perfil demográfico brasileiro foi resultado do intenso processo de migração campo-cidade que levou parcela expressiva da população para os centros urbanos e provocou a redução significativa da população rural.

Diante do exposto, **compreender os territórios, as relações campo e cidade e dos/as jovens nestes territórios, não é algo que se restringe a um caráter imediato e específico.** As relações estabelecidas possuem uma amplitude cada vez maior e devem ser pensadas na totalidade que as integram, em termos de estrutura, função, forma, conteúdo e articulação. Os espaços, quaisquer que sejam, não podem mais ser objetos de estudos desvinculados do contexto (regional, estadual, nacional ou global) em que estão inseridos. Assim, retomar os conceitos e historicizá-los contribui para perceber suas relações e impactos com os sujeitos, sobretudo as juventudes.

Nessa perspectiva, há diferentes compreensões sobre espaço geográfico e territórios, apontando suas diferenças, de acordo com as opções teórico-metodológicas e políticas adotadas. Compartilhamos do entendimento de Saquet quando assevera que

Há, portanto, no território, fixação e movimento, contradições e unidades; dominação e subordinação, controle do e no espaço geográfico, que está contido na formação territorial, não como substrato, palco, mas como elementos presente, inerente às conjugações internas do território. (...) A apropriação e produção do espaço geográfico, cotidianamente, está na base do arranjo territorial. Território e espaço estão ligados, entrelaçados, pois o primeiro é fruto da dinâmica socioespacial. (...). As relações espaciais estão contidas e revelam as relações territoriais (e vice-versa). Não sendo possível separar o inseparável, o uno e pensar o território separadamente do espaço(SAQUET, 2009, p.48-49).

Já para Santos, o território,

(...)não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2007, p.96).

Segundo Santos (2007) e Saquet (2009), há a necessidade de distinção de conceitos/elementos que compõem os territórios: **Espaço** – entendido em sua dimensão geográfica, onde se produz e/ou apropria-se; **Relações** – estabelecida entre os seres que habitam esse espaço, produzindo dinâmicas socioespaciais nos territórios, com características

diversas, a depender dos interesses e das relações estabelecidas nestes espaços. Revela também algumas características que vão para além das características físicas. Portanto, além do espaço, outros elementos são fundamentais na constituição dos territórios, tais como: **identidade; Redes e fluxos; relações de poder.**

O processo de construção da identidade realiza-se tanto no âmbito individual como no âmbito coletivo, fazendo menção ao fato de que o indivíduo vai se desenvolvendo como um ser único, com suas especificidades, ao longo de sua trajetória de vida particular. Como ser social, o indivíduo transita por diferentes contextos e grupos, seja na escola, na família, no trabalho, possibilitando a troca de experiências com esses grupos. A partir dessas trocas, identificam-se, ou não, com grupos que se conformam quando há identificação e sentimento de pertencimento (SANTOS, 2007).

Vale salientar ainda, a relevância do outro na construção da identidade, pois a partir do momento em que o sujeito está inserido em determinado grupo e cultura, socializando com seus pares, ele vivencia diferentes trocas: emocional, intelectual, motor etc. Tais vivências vão moldando-o enquanto ser social e determinando seu processo identitário, visto que é a partir de tais interações que os sujeitos são identificados e reconhecidos na sociedade.

Redes e fluxos são formas utilizadas pelos atores sociais para incidir, de forma conjunta, sobre determinado território, ou tema, segmento específico (Deleuze e Guattari, 1997). Em geral, podem ser: Redes produtivas, comunicativas, de movimentos sociais, coletivos, de profissionais liberais, produtores/as etc. sempre significando interdependência, conexão, relação entre sujeitos, espaços, territórios; fluxo de comunicação e organização sempre horizontalizado, considerando os/as participantes como NÓS estratégicos desse tipo de articulação mas que têm identidades próprias.

Com base nessa reflexão teórica, consideramos que a Rede de Juventudes do Ceará constitui-se como um elemento do território cearense e que tem como um de seus princípios o respeito à diversidade: cultural, **territorial**, religiosa, sexual, de gênero e étnico-racial das juventudes.

As políticas neoliberais influenciaram as disputas e ressignificaram o conceito de território, passando a significar espaços de governança, desde a escala municipal até a escala global e sendo utilizado como conceito central na implementação de políticas públicas e privadas.

Como exemplo temos, desde os territórios da cidadania³⁵ até aos “transterritórios” – estes reúnem territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos que já estão ou irão ser implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais. A principal intenção é a produção de commodities, reafirmando o caráter hegemônico do imperialismo, produzindo políticas de subordinação; na contra-hegemonia, a construção de processos de resistências e pressão pela efetividade de políticas emancipatórias (FERNANDES, 2009).

Na perspectiva do que foi dito anteriormente, os territórios também são espaços de disputa hegemônica entre as comunidades/sociedades, o Estado e o capital. Essa relação existente nos territórios nos interessa pois ajuda a compreender as formas de participação da juventude, incluindo jovens que participam de movimentos sociais que lutam em defesa do território.

De acordo com Fernandes (2009), as políticas de subordinação caracterizam-se como “anestesia” para a população, no sentido de mitigar os impactos causados pelo minério-agro-hidronegócio. Como exemplo, identificamos PRONAF³⁶ e programas e projetos de mitigação dos impactos causados pelas grandes obras, como os programas de conservação do IBAMA, implementados em áreas impactadas.

A construção de políticas públicas emancipatórias é fundamental para evitar a dependência de relações capitalistas. Promover educação em todos os níveis, formação tecnológica e política, saúde, infraestrutura, pautados na Agroecologia e visando a soberania são caminhos a trilhar. (Fernandes, 2015). O autor considera que alguns programas governamentais foram elaborados com este viés, a exemplo do: Política Nacional de Educação do Campo (PRONERA) e Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PAA. Contudo, diante do desmonte promovido no governo Bolsonaro, esses programas praticamente deixaram de existir, o que nos faz questionar os limites de políticas públicas emancipatórias dentro da ordem do Estado à serviço do capital.

Com base nessa caracterização mais ampla do território, perguntamos: Como se configura o território cearense nesse marco de disputa? Identificamos alguns aspectos em destaque, a partir dos territórios que se articulam na Rede de Juventudes do Ceará. Estes

³⁵ Assim denominados durante as gestões do presidente Luís Inácio Lula da Silva de 2003 a 2011, e da presidenta Dilma Rousseff de 2011 a 2016.

³⁶ Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem objetivo de “incentivar” os agricultores familiares, concedendo empréstimos, fazendo com que muitos não consigam quitar suas dívidas, acarretando outros problemas para suas famílias, inclusive, com a perda de propriedades.

indicaram que essa disputa está circunscrita ao modelo hídrico, do agronegócio e mineração, implementados no Ceará.

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE,³⁷ o Governo do Estado do Ceará,³⁸ optou pela regionalização, com enfoque territorial, delineando assim políticas e recursos. São 14 Regiões de Planejamento: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste / Vale do Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe. Estas regiões foram criadas a partir de aspectos semelhantes vinculados a características geoambientais, socioeconômicas, culturais e de rede de fluxos dos municípios (IPECE, 2020).

Outro aspecto fundamental nos territórios cearenses é o clima semiárido e a predominância do bioma caatinga, aspectos ambientais que tornam o estado vulnerável aos fenômenos da estiagem. O estado do Ceará, entre os anos de 2012 a 2018, viveu o período de seca de maior duração registrado na história do Brasil, segundo levantamento do Instituto Nacional de Meteorologia (2019). Foram sete anos consecutivos com chuvas abaixo da média e o governo do estado continuou a adotar medidas que priorizam um modelo de desenvolvimento que desencadeou o agravamento de conflitos e disputa por territórios. Portanto, o acesso à água para a população cearense é tema prioritário e objeto de disputa no Estado, entre o capital e os povos (CARITAS, 2018).

Observa-se, a partir do caminho das águas, a forma como se dá a expropriação, a injustiça hídrica, a exploração mineral, do agronegócio e das eólicas gerando conflitos e violência, sobretudo no campo. Do Cariri cearense, passando pelo Vale do Jaguaribe e desaguando no Complexo Portuário do Pecém,³⁹ na região metropolitana de Fortaleza, a ÁGUA, que para os movimentos sociais e povos originários e tradicionais é defendida como

³⁷<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11.htm>). Acesso em 12 de maio de 2020.

³⁸ Com a chegada ao poder do grupo político autodenominado “jovens empresários”, formado pelos empreendedores ligados à indústria, que sucede os governos anteriores, iniciou-se um processo de regionalização do estado, com foco inicial no turismo e indústria. O “Governo de Mudanças” inicia com a gestão de Tasso Jereissati, por três períodos: 1987-1990, 1995-1998 1999- 2002, seguido por Ciro Gomes: 1991-1994. Desde então se utiliza o conceito, com pequenas variações de formato, prioridades para alocação de recursos (BONFIM, 2002).

³⁹“Localizado nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante (CE), o Complexo Industrial e Jereissati. Com um total de 13.337 hectares, o CIPP possui localização estratégica, estando distante 50 km da capital do estado, e compreende um terminal portuário e Portuário do Pecém (CIPP) foi criado em 1995, no governo de Tasso Jereissati. Com um total de 13.337 hectares, o CIPP possui localização estratégica, estando distante 50 km da capital do estado, e compreende um terminal portuário e um retroporto, onde fica o distrito industrial (PORTAL PECÉM). Dentre as indústrias ali instaladas, estão uma siderúrgica e uma usina termelétrica. [...] Em operação desde 2012, a termelétrica utilizada como matéria-prima para a produção de energia, o carvão mineral, fonte considerada “a mais impactante do ponto de vista ambiental e da saúde”. (RIGOTTO, 2009, p. 252).

Bem Comum e direito humano, para o capital, nada mais é que mercadoria, atualmente *commodity*, sendo assim, fonte de disputa e conflitos nestes territórios.

Iniciando os caminhos tortuosos das águas no Ceará, a região sul do Estado, o Cariri cearense, é berço de disputa e resistência. O Cinturão das Águas do Ceará (CAC),⁴⁰ por exemplo, é o empreendimento de maior proporção e impacto já feito no Estado. A pretensão do governo estadual era criar, até 2016, um sistema de canais interligando o território cearense para conduzir as águas que chegariam do Rio São Francisco pela transposição.

Tal obra⁴¹ teve algumas etapas concluídas no atual governo de Jair Messias Bolsonaro, contudo, ainda não foram finalizadas a entrega dos últimos lotes e muitas comunidades do entorno da obra, não têm acesso à água, um grande contrassenso para uma obra hídrica. Tal impacto ambiental já ameaça a população, seus meios de subsistência e a diversidade natural da Floresta, mesmo sem sua conclusão.

Desde 2016, comunidades e movimentos sociais da região, como o Movimento dos Trabalhadores dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, Sindicatos, Organizações Populares, Cáritas Diocesana do Crato, entre outros, constituíram o Fórum Popular das Águas, destinado à articulação e diálogo com poderes públicos local e estadual. Nos últimos anos, a Rede de Juventudes do Ceará também integrou essa luta, haja vista jovens integrantes da articulação territorial do Cariri também serem impactados diretamente pela obra, como é o caso da comunidade de Baixio das Palmeiras, no Crato.

No Vale do Jaguaribe, as águas do Rio Jaguaribe e do aquífero Jandaíra, servem ao agronegócio de fruticultura irrigada na Chapada do Apodi, em detrimento dos/as pequenos/as agricultores/as. No decorrer dos anos e com a construção do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi,⁴² comunidades da Chapada foram estranguladas ou expulsas pela expansão do agronegócio na região. Note-se que a referida construção integra a política governamental de incentivo à produção agrícola por grandes empresas. Os/as agricultores/as familiares, habitantes históricos desse território, seguem sofrendo as consequências do modelo de desenvolvimento vigente, principalmente no que diz respeito à segurança alimentar e à saúde, além da própria pressão fundiária.

⁴⁰O Cinturão das águas é a principal obra hídrica do Governo do Estado, que tem por objetivo levar as águas da transposição do Rio São Francisco para o Açude Castanhão, cortando todo o Estado. <https://especiais.opovo.com.br/cinturaodasaguas/>

⁴¹No Brasil, uma das obras representativas desse contexto em termos de extensão e geração de conflitos ambientais é a transposição do rio São Francisco.

⁴²Para mais informações sobre o tema, recomenda-se a análise do “Dossiê perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido” (RIGOTTO; FREITAS, 2014, on-line). Para uma leitura condensada do dossiê, indica-se o artigo de Rigotto et al. (2016, on-line).

Os conflitos gerados pelo modelo de desenvolvimento capitaneado pelo agronegócio, resultou no assassinato da liderança comunitária José Maria, da Comunidade do Tomé, em Limoeiro do Norte, no dia 21 de abril de 2010. O assassinato ocorreu após o líder comunitário denunciar o uso intensivo e abusivo de agrotóxicos, por pulverização aérea na região. Desde então, comunidades, movimentos e organizações sociais e populares, Pastorais Sociais, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Sindicatos e Universidades constituíram o Movimento 21. O referido movimento é uma articulação de luta e enfrentamento na região, com a participação de jovens das comunidades impactadas, quais sejam, integrantes do acampamento Zé Maria do Tomé e comunidades rurais do município de Potiretama.

Outras regiões do Estado são alvos de empresas brasileiras e estrangeiras para exploração de minérios. É o caso do Projeto Santa Quitéria⁴³, nos municípios de Santa Quitéria e Itatira, onde está localizada a Mina de Itataia, uma das maiores jazidas de urânio e fosfato do país. Segundo o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM, caso a exploração seja autorizada e iniciada, 42 comunidades no entorno da mina sofrerão os impactos da contaminação dos mananciais e bacias hidrográficas, pela poeira radioativa resultante da exploração.

Observa-se que, para o funcionamento da usina, o Governo do Estado arcará com as obras de infraestrutura - fornecimento de energia, estradas e abastecimento de água – e capacitação da mão de obra. A água, tão escassa para os/as agricultores/as, será farta para a mineração pois, atualmente, a comunidade Riacho das Pedras, onde residem 105 famílias, recebe 130 carros-pipa de água por mês mas para a mina, serão necessários 120 carros-pipa, por hora.⁴⁴ Ressalta-se a participação ativa e qualificada das juventudes da região no MAM, realizando encontros e intercâmbios com outras regiões também atingidas pela mineração - como é o caso de Caetité na Bahia - para que juntos possam construir estratégias de resistência ao modelo de desenvolvimento mineral imposto às comunidades.

⁴³O Projeto Santa Quitéria objetiva realizar a mineração e o beneficiamento de reservas de urânio e fosfato da jazida de Itataia, localizada no município de Santa Quitéria (CE). Proposto pelo Consórcio Santa Quitéria (formado pelas empresas Indústrias Nucleares do Brasil – INB – e Galvani Indústria, Comércio e Serviço S.A), o empreendimento prevê a produção anual de 1.600 toneladas de concentrado de urânio (destinadas à geração de energia nuclear) e 1.050.000 toneladas de derivados fosfatados (destinadas à produção de fertilizantes para o agronegócio). Atualmente, o projeto está em fase de licenciamento ambiental no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para maiores informações sobre os riscos e os impactos que representa, recomendam-se as leituras de Ribeiro (2016).

⁴⁴Dados obtidos em documentário produzido em 2013, pelo Núcleo TRAMAS – UFC, intitulado: De Caetité (Ba) a Santa Quitéria (Ce) - A saga da exploração do urânio no Brasil, com depoimentos de trabalhadores das regiões e ler a cartilha intitulada: No Ceará - A peleja da vida contra o urânio, lançada em Janeiro de 2014, pela Cáritas Diocesana de Sobral.

A luta pela soberania mineral e hídrica também está presente nos territórios Inhamuns-Crateús onde é perceptível a participação direta das juventudes. Os jovens fazem parte dos movimentos e coletivos que atuam na região e integram o Fórum de Juventudes dos Sertões de Inhamuns e Crateús.

Silva(2020) aponta como se dão os conflitos e impactos socioambientais na região diante do saque mineral que as populações locais vêm sofrendo ao longo de décadas. Mais recentemente, o Lago de Fronteiras, outro mega-empreendimento do governo estadual e federal a ser implantado em Crateús, tem acirrado a disputa pelo acesso à água na região.

Na região da Serra da Ibiapaba, o Fórum Ibiapabano de Juventudes, junto a outros coletivos e movimentos, construíram processos de luta e resistência contra as empresas transnacionais que instalaram aerogeradores em algumas comunidades da região para produção de energia eólica.

Embora considerada uma fonte de energia limpa, seu processo de instalação e produção no Brasil e na América Latina é baseado na expropriação territorial, ou seja, na grande maioria dos casos desterritorializa povos e comunidades tradicionais. Foi o que aconteceu no território do povo indígena Tapuya Kariri de Gameleira, situado nos municípios de São Benedito e Carnaubal. Esse povo enfrentou, além da luta pela demarcação das terras, a luta contra uma empresa eólica que chegou a instalar uma torre na Aldeia Gameleira, porém, após a realização de ritual e posterior temporal na região, o equipamento ruiu (CARITAS, 2016). Contudo, outras torres eólicas estão presentes em varias comunidades tradicionais da região e os/as jovens participantes da Rede de Juventudes do Ceará integram essas lutas.

Na região metropolitana de Fortaleza, o projeto de Revitalização do Rio Maranguapinho foi palco de processos de desterritorialização e reteriorização das comunidades localizadas em seu entorno.

O Projeto Rio Maranguapinho tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, mais especificamente os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Concebido pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades e em parceria com o Governo Federal - desde 2009 - através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 1 e 2, foi considerada a maior obra de intervenção urbana do programa no Brasil (SECRETARIA DAS CIDADES, 2020)⁴⁵. Desde então, as comunidades, coletivos/organizações e movimentos sociais integram articulações de luta e defesa desses territórios.

⁴⁵ Para maiores informações: <https://www.cidades.ce.gov.br/projeto-rio-maranguapinho> (acessado em 01/08/2020).

Ressalta-se que, desde o Golpe 16e com o fim do PAC, a obra permanece inacabada: drenagem, urbanização, habitação e equipamentos sociais que deveriam ter sido entregues à população, não o foram. Segundo a Rede de Desenvolvimento e Integração Local – Rede DLIS (2018), das mais de 15 mil famílias desapropriadas, o governo do estado reconheceu somente um pouco mais de 7mil famílias para indenização e destas, somente 4.629 efetivamente foram indenizadas por seus bens e imóveis, porém, receberam valores indenizatórios bem abaixo do preço de mercado. Assim, ante os processos de resistência e re-existências a Rede de Juventudes do Ceará também integrou a luta e participou de atos e manifestações em defesa do Rio Maranguapinho.

Em síntese, é possível afirmar que os territórios de pertencimento dos/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará são territórios atravessados por esta gama de empreendimentos vinculados ao projeto neoextrativista que vem sendo implementado no Ceará. Tal modelo tem provocado a articulação das juventudes em seus territórios, junto a outros coletivos e movimentos sociais, objetivando construir estratégias de resistências.

Diante desse cenário, a Rede de Juventudes do Ceará acumulou reflexões acerca dos territórios cearenses, suas diversidades, especificidades, os conflitos travados a partir da luta do campo popular e construiu saberes a partir de suas realidades e vivências; os jovensse perceberam como parte constituinte desses territórios e que, ao produzir conflitos, viola seus direitos. Analisamos a concepção dos territórios e quais direitos são violados, sob a ótica da Rede de Juventudes do Ceará.

Em processo de conflitualidades motivadas pela exploração mineral, hídrica, agrária, das energias eólicas etc. Os territórios estão em disputa: de um lado o capital transnacional e de outro, os povos que ali vivem lutando para permanecer em seu lugar, como afirma a Cáritas Brasileira Regional Ceará.

O reforço da matriz econômica baseada na exportação de commodities mantém o modelo agromineral, com exploração desenfreada e expansão exponencial pelo território. Essas atividades geram impactos ambientais, bem como, desestruturação social no campo e superpopulação nos espaços urbanos, impactando modos de vida, economia e organização das populações do campo e das cidades; além de muitas vezes provocar a expulsão dos povos de seus territórios de origem (CARITAS, 2018, p.07).

Demarca-se, portanto, que estes territórios, resultantes das relações sócio-políticas-econômicas, culturais e eclesiais são profundamente marcados pela regulação do mercado e por um Estado submisso ao capital transnacional e, no Brasil, orientado pelo agro e hidronegócio, especialmente no norte e nordeste brasileiro. Quando analisamos, a partir dos

oprimidos e suas condições de vida nestes territórios, em especial dos/as jovens, observamos que as relações de poder e as desigualdades sociais agudizam-se devido às próprias condições de vida desses sujeitos.

Deste modo, **os territórios estão em disputa e em processos de conflitualidade**, prioritariamente com o capital transnacional. Para Fernandes (2008, p. 106) “há uma tipologia de territórios,”⁴⁶ de modo a estabelecer uma leitura da diversidade territorial que produz a multiterritorialidade. Essa leitura tem como estrutura a produção espacial e territorial, por meio das relações sociais promovidas pelas classes em permanente conflitualidade, na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade. Nesse modo de análise, as relações de classe -acrescentamos raça/etnia, gênero, geração – no território são indissociáveis.

As disputas territoriais são resultantes das relações sociais e do controle exercido pelas classes sociais sobre os diferentes tipos de territórios. Além do mais, o modo desigual e conflitante de como esse controle é exercido, gera disputas territoriais permanentes.

As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade multidimensional, tais disputas se desdobram em todas as dimensões, inclusive nos âmbitos político, teórico e ideológico, o que aponta a existência de territórios materiais e imateriais (FERNANDES, 2008).

Os territórios materiais estão diretamente relacionados à luta pelo acesso, controle, uso e reconfiguração da terra e do espaço físico. O território imaterial relaciona-se ao campo da construção das ideias e da elaboração teórica. Por trás do discurso que nega o campo como espaço de vida e de produção material, há o interesse do capital transnacional em desterritorializar o campo para apropriar-se dele. Daí a centralidade do debate em torno dos paradigmas de desenvolvimento do campo que assentam suas bases na natureza do projeto que se deseja consolidar neste “território de disputa: de um lado, o paradigma do capitalismo agrário transnacional, defendido pelo agronegócio e, em contraposição a ele, o paradigma do território camponês” (FERNANDES, 2008, p. 123).

Portanto, diante do paradigma do Capitalismo Agrário – caracterizado pela compreensão de que a agricultura familiar é integrada ao capital e que o agronegócio (aqui ampliamos também para o minério-hidronegócio) interpreta a agricultura familiar como “residual no capitalismo” (FERNANDES, 2008, p. 132) – ocorrem processo de disputa territorial em toda a América Latina, no Brasil e no Ceará, sobretudo nas comunidades/cidade

⁴⁶Fernandes (2008) identifica de forma mais abrangente dois tipos de territórios: “território uno” compreendido a partir dos espaços de governança, e a compreensão das tipologias “territórios diversos” trabalha com as duas formas de territórios: material e imaterial.

onde a Rede de Juventudes do Ceará tem presença e articula-se, provocada por esse processo de territorialização / desterritorialização (DELEUZE e GUATTARI, 1997).

Segundo Fernandes (2009), os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição dos modos de vida das populações oprimidas e subalternizadas são ações concretas do capital representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

De várias formas podemos encontrar a resistência, no mundo atual. Várias formas de resistência são praticadas por grupos sociais subalternizados. Muitas vezes, estas envolvem estratégias e táticas (CERTEAU, 2014) que são territoriais. Em grande parte, **territorializar-se, desterritorializar-se e reterritorializar-se**, ainda que com deslocamentos mínimos ou sem deslocamentos aparentes, são práticas socioespaciais de resistência de grupos sociais subalternizados constituídos na “ferida colonial” (MIGNOLO, 2003).

A resistência se espacializa, se territorializa, ainda que seja uma “territorialização precária” (HARVEY, 2004), ou uma forma de escapar da “precarização territorial” (HARVEY, 2004), como tem sido para a maior parte da população do mundo moderno-colonial.

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas.

Esse debate teórico-analítico acerca dos processos de territorialização e desterritorialização é fundamental para situarmos nosso contexto de análise: **os territórios de conflito e re-existência e como os/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará vivem**. Dessa forma, os exemplos de TDR estão presentes no cotidiano dos/as jovens que integram-se à articulação, tanto no campo como nas cidades.

No campo, está ancorado num movimento que, de um lado, estão as empresas capitalistas (minério, agro e hidronegócio) que se instalam e/ou mudam de cidades e país de acordo com as conjunturas política e econômica e, de outro, a agricultura camponesa. Tal movimento vai modificando paisagens e mudando a estrutura fundiária bem como as relações sociais.

Nas cidades, exemplos de TDR são as novas configurações territoriais a partir do tráfico de drogas e armas; a chegada de novas facções criminosas ao Ceará – o que agudizou os conflitos já existentes –; as polícias e as milícias disputando a “supervisão” desse novo poderio econômico e as periferias desterritorializadas e reterritorializada mediante a reconfiguração do crime nas cidades.

A expansão do capitalismo desterritorializa outras relações sociais e extermina relações não capitalistas por meio do que Harvey (2004) definiu como acumulação pela espoliação ou despossessão. Essa estratégia do capital caracteriza-se pela destruição de postos de trabalho, precarização das relações de trabalho e destruição dos territórios. A acumulação pela espoliação significa um estágio avançado das relações capitalistas que necessitam cada vez menos da recriação das relações não capitalistas. Evidente que essa condição faz com que o capital recree com, menos intensidade, trabalhadores assalariados e territórios camponeses, aumentando o número de excluídos.

Destarte, existe uma tentativa de controle dos territórios através de políticas públicas de subordinação elaboradas pelo Estado, agências multilaterais e transnacionais. Esses processos de disputa ocorrem no campo, nas cidades e nas florestas, em escalas diversas. Nas cidades, o processo de gentrificação, conhecido como a **transformação de centros urbanos através da mudança dos grupos sociais** ali existentes, faz com que saia do território a comunidade de baixa renda e esse espaço seja ocupado por moradores das camadas mais ricas da sociedade local. Essa prática é cada vez mais evidente no Estado do Ceará, principalmente em Fortaleza. Esse desafio também faz parte das lutas dos/as jovens do campo e das cidades.

Deslocamentos territoriais, desvios de padrões ou formas de controle, precarização territorial, curvaturas nas forças dominantes de des-re-territorialização capitalista e estatal moderno-coloniais, dobraduras nos espaços homogeneizados e fragmentados tornam-se, quase sempre, estratégias e táticas de resistência eficazes ainda que temporárias, a partir da micropolítica ou ações e gestos moleculares de grupos sociais subalternizados (CERTEAU, 2014).

Dessa forma, afirmamos que a articulação de juventudes pesquisada organiza-se a partir dos territórios marcados por conflitos, fluxos e refluxos. **Há, portanto, uma territorialização da Rede de Juventudes do Ceará.** Ao circunscrever-se nessa configuração territorial em disputa no Ceará, os/as jovens constroem sua percepção sobre os territórios e nele, sua ação política.

Por conseguinte, quem resiste constrói um território de resistência. Resistir não é se fechar num território ou, a todo custo, tentar proteger um território apropriado e/ou próprio. Pelo contrário, resistir envolve, atualmente, acionar e acessar territórios múltiplos. A resistência joga com estratégias e táticas de multiterritorialidade.

Como já mencionado, Foucault (2012) afirma que a resistência tem relação direta com poder. Para ele, a luta de resistência deve ser entendida como “uma luta que não é a contradição, mas o antagonismo”. Para o autor,

Estas são tão mais reais e eficazes, quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais (FOUCAULT, 2012, p.244).

Entretanto, compreendemos a resistência para além de um contraponto ao conceito de poder. Na atual configuração do mundo moderno-colonial, as resistências estão sempre envolvidas e são constitutivas de práticas territoriais com vistas à ruptura das relações de dominação-opressão. Estas práticas territoriais de resistência, principalmente as “formas cotidianas de resistências”, apresentam-se como estratégias e táticas das classes populares subalternizadas, que resistem pelo seu modo de ser e existir nos territórios e aliam-se às lutas contra-hegemônicas, objetivando confrontar o capital e seus modos de acumulação e expropriação territorial bem como fortalecer suas identidades. Assim tais estratégias são mais do que resistência: devemos compreendê-las como **re-existência** (PORTO GONÇALVES, 2006).

2.2.2 As relações entre o campo e a cidade, o rural e o urbano:

Diante da territorialização da Rede de Juventudes do Ceará num cenário de territórios de conflitualidades onde é vivenciada, cotidianamente, a territorialização/desterritorialização e diante de processos de luta e resistência, há reterritorialização das classes subalternizadas, em especial, as juventudes.

Em nosso campo de pesquisa, observamos que neste debate territorial, a abordagem histórica da relação campo e cidade é fundamental para que possamos estabelecer as interfaces desses territórios, e sobretudo, compreender como se dá a relação entre os/as jovens do/no campo e cidade, sujeitos que a Rede de Juventudes do Ceará se propõe a articular.

As relações entre campo e cidade, rural e urbano são questões que sempre permearam inquietações e objetos de estudos da sociologia. Um vasto conteúdo foi produzido, sobretudo, a partir das profundas transformações resultantes das revoluções Francesa e Industrial. A partir da segunda metade do século XX, constata-se uma segunda fase de notável produção acerca dessa temática. Tais transformações implicaram novas dinâmicas (econômicas, sociais, culturais e políticas) nas relações entre esses recortes territoriais, impondo a necessidade de ressignificar os conteúdos atinentes aos temas rural e urbano.

Clássicos da sociologia produziram conceitos sobre essas categorias mas com destaque para as cidades que, naquele período, viviam uma efervescência creditada à consolidação do capitalismo. Nesse sentido e devido a natureza da Rede de Juventudes do Ceará acreditamos ser fundamental retomá-las a fim de compreender os contextos dos séculos XIX e XX.

Segundo Weber (1979), percebe-se o caráter econômico das cidades quando a população recorre ao mercado e encontra os produtos de que necessita. Parte desses produtos tem origem na própria localidade e a outra parte vem de populações vizinhas. Em essência “toda cidade é um local de mercado” (WEBER, 1979, p. 69). O tamanho, por si só, não é um elemento definidor do que seja cidade. Um fator a ser considerado é a vinculação da maioria dos habitantes com atividades industriais e comerciais, afastando-se da produção agrícola.

Simmel caracteriza a metrópole como multiplicação da quantidade de atitudes a que as pessoas estão sujeitas. A característica fundamental da metrópole é sua extensão funcional para além de suas fronteiras físicas e de seus limites imediatos. Nesse espaço, o homem teve a possibilidade de desfazer-se de amarras que tolhiam sua liberdade no que tange aos relacionamentos intelectuais e sociais. A independência individual e a própria elaboração da individualidade nutriram-se das condições proporcionadas pela vida metropolitana (SIMMEL, 1979, p.21-24).

Saquet (2007) aponta o extraordinário aumento da produtividade ocorrido ao longo do século XX como propulsor da urbanização generalizada, promovendo o cruzamento dos interesses industriais e agrícolas. As classes dominantes, com o capital financeiro, foram niveladas e ficaram no mesmo patamar, industriais e agricultores como devedores do sistema financeiro. Tais mudanças, acrescidas do desenvolvimento verificado nos sistemas de transportes e de comunicações, deslocaram para um segundo plano a contradição campo/cidade. Tais contradições evidenciavam o campo como modelo arcaico e atrasado; já a cidade, como a expressão do moderno.

No Brasil, com o processo de modernização e tecnicização das cidades iniciado nos anos de 1950 e, posteriormente, avançado para o campo nos idos de 1990, ampliou-se a subordinação da agricultura ao capital financeiro transnacional. Vale ressaltar que, até o início dos anos 1980, esse setor era considerado pelo Estado, apenas como um setor econômico.

Ao favorecer interesses dos capitais urbano-industriais, ao mesmo tempo em que excluía um grande número de pequenos produtores e trabalhadores rurais, aumentou a concentração fundiária e os problemas ambientais, o que resultou uma maior heterogeneidade socioespacial entre campo e cidade.

Como resultado desse intenso processo de migração campo-cidade, houve o crescimento desordenado das grandes cidades e a formação de extensas periferias urbanas. Nessa perspectiva Souza afirma que,

[...] anteriormente, era um fenômeno restrito às grandes cidades. Hoje, processo análogo acontece em cidades médias e até pequenas tornando a periferização uma configuração urbana expandida, presente, praticamente, em todo o território urbano nacional. Sua presença denota uma situação de precariedade e déficit de políticas públicas mais abrangentes que atingem os setores de infraestrutura, equipamentos e serviços nas áreas de saneamento básico, habitação, saúde e educação. (...) Como agravante, a sociedade lida com a violência urbana que desponta como um problema social generalizado, atingindo campo e cidade(SOUZA, 2010, p. 04).

O fenômeno das migrações também encontra-se presente entre os/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará. Segundo o Censo de 2010, cerca de 08 milhões de pessoas entre 15 a 29 anos estavam no meio rural, percentual equivalente a 27% da população rural. No mesmo ano, aproximadamente 02 milhões de pessoas deixaram o meio rural e destes, cerca de 01 milhão era de jovens entre 18 a 29 anos, ou seja, metade da emigração do campo para a cidade, naquele ano, foi de jovens (BARCELLOS, 2014).

Dentre os/as jovens entrevistados/as, Sabiá, Ipê, Flor do Angico e Cumaru migraram do campo para cidade, seja para conclusão de estudos, seja para desenvolvimento de atividades laborais. Contudo, a identidade camponesa ainda é bastante presente nas falas dos/as mesmas e o desejo de contribuir com o local de origem a fim de para qualificar o modo de vida nos territórios faz parte de suas aspirações. Vejamos o comentário de Sabiá.

Eu tive que sair da minha comunidade para fazer a faculdade. Ainda tive que ir pra outro estado, porque com o ENEM consegui vaga para o curso que eu queria lá, até porque nem tem aqui no Ceará: Agroecologia, campesinato e educação popular na Universidade Rural de Pernambuco. É um grande desafio pensar que esse curso não deve ser só uma graduação, mas também uma oportunidade política da Rede de Juventudes se organizar a partir de outra dimensão, que não é mais só uma dimensão

de estado, mas talvez de região, de Nordeste porque temos nós três do Ceará, tem mais um do Rio Grande do Norte, tem da Paraíba e tem a maioria de Pernambuco (SABIÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

O depoimento de Sabiá demonstra que seu processo de migração ocorreu para que a mesma tivesse acesso a um curso de graduação correlato com sua identidade camponesa. Essa busca fez com que a jovem migrasse para outro estado. Entretanto, mesmo diante do desafio da migração, Sabiá vê possibilidades de articulação com outros/as jovens da região nordeste, no intuito de fortalecer a Rede de Juventudes do Ceará.

Como consequência da expansão urbana, ocorreu um maior desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, incorporação da ciência, da tecnologia e da informação em parte do setor agropecuário nacional, ou seja, **o campo tendeu a apresentar maior complexidade e heterogeneidade em termos da sua organização socioeconômica, das relações sociais e, sobretudo, dos agentes/sujeitos que o compõem**. No entanto, é notório o surgimento ou agravamento de conflitos.

Nesse contexto de disputa entre conceituação e posição política, alguns estudiosos/as como Lefebvre (2008); Martins (2013, 1981), Navarro (2001); Abramovay (2000); Santos (2001,2008); Suzuki (2007), entre outros, se debruçaram sobre questões relacionadas às categorias campo, cidade, rural e urbano. Esses estudiosos/as orientaram suas discussões para uma abordagem territorial com base nas transformações ocorridas no campo, e que impulsionaram uma nova organização do território e do trabalho para atender as demandas do sistema capitalista.

No campo e na cidade vão se construindo territórios do capital, mas sem destruir todas as formas pré-existentes que, ao se metamorfosearem, encontram maneiras de resistirem e persistirem, enquanto outras são criadas. Vale, aqui, lembrar, no campo, a existência dos caiçaras, dos quilombolas, das populações ribeirinhas, dos faxinalenses, dos ocupantes de fundos de pastos, das populações indígenas, dentre múltiplas possibilidades de resistência e de criação de formas sociais que se conformam em territórios que negam o território do capital, marcado pela lógica da modernização no sentido da constituição de uma nova relação entre o campo e a cidade, no mundo da modernidade e do moderno(SUZUKI, 2007, p. 07).

Outrossim, conceitos e correntes se constituíram apresentando dimensões diferenciadas para a relação campo-cidade. De forma geral, os referidos estudos estão associadas a três grandes abordagens: a dicotômica, a de *continuum* e a de permanência das ruralidades (MOTA; SCHMITZ, 2002).

A abordagem que considera a dicotomia campo-cidade vincula-se a uma visão marcadamente setorial, considerando que o campo está restrito à produção agropecuária e a

cidade voltada para a produção industrial e o fornecimento de bens e serviços para a população residente nela e no seu entorno. Segundo essa abordagem, as definições clássicas formuladas a partir do final do século XIX, partem da constatação de vários aspectos da realidade com o objetivo de ressaltar as principais diferenças do espaço rural em relação ao urbano, constituindo-se em um alicerce para a formulação de conceituações dicotômicas entre o rural e o urbano (REIS, 2006). Os pensadores clássicos, como apontado anteriormente, reforçaram a dicotomia entre campo-cidade retomando o contexto da revolução industrial que acentuou tais diferenças.

Com a intensificação do processo de urbanização e o agravamento dos problemas inerentes a esse processo, alteraram-se as perspectivas analíticas que ressaltavam as dualidades campo/arcaico/atrasado e a cidade/moderna/progresso. Assim, surgem as **visões idealizadas ou penosas do campo**, onde são ressaltados ou valorizados principalmente aspectos ligados à natureza, ao sossego, à tranquilidade e à beleza. Essas visões idílicas contribuíram para a criação de novos mitos e o fortalecimento da dicotomia entre campo (harmonioso) e cidade (conflituosa) (BAGLI, 2006).

Olhando para a realidade brasileira, a visão dicotômica predominou até os anos 1980 porém, na atualidade, ela ainda está presente em certas instituições, agências e políticas que entendem o espaço rural de maneira restrita, como sendo apenas o local onde se realiza a produção agropecuária.

A segunda abordagem, que advoga o **fim do rural** (Wanderley, 2001), assenta-se no argumento de que a ampliação dos processos de industrialização e globalização provocou a urbanização geral da sociedade, tendendo a homogeneizar todos os espaços, sejam eles rurais ou urbanos. Tal abordagem traz o conceito de *continuum* rural-urbano. Este conceito – tanto quanto o de urbanização do campo, levado às últimas consequências, apresenta vertente das teorias da urbanização do campo e do *continuum* rural-urbano que apontam para um processo de **homogeneização espacial e social**⁴⁷. Tal processo se caracterizaria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural que é, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.

Essa perspectiva também relaciona-se com a concepção dualista da realidade, já que considera o rural e o urbano como polos extremos em uma escala de gradação que resultaria na urbanização geral da sociedade.

⁴⁷ Com o processo de industrialização do campo, o mesmo tornou-se homogêneo, sem diferenciações espaciais e sociais. Contudo, compreendemos que essa vertente é incorreta.

Há ainda a abordagem das novas ruralidades que defende a permanência de diferentes ruralidades derivadas das particularidades de cada lugar e da maneira como cada fração do espaço participa dos processos econômicos e sociais. Nesta perspectiva, Wanderley (2011); Mota e Schmitz (2002) reconhecem as transformações que atingiram o meio rural, mas defendem que há pertinência em se considerar o rural como categoria de análise do social, pois tem “particularidades que podem ser constatadas por meio das atividades econômicas, das formas de ocupação do espaço, da paisagem, dos atores, das relações de trabalho e das representações sociais” (MOTA; SCHMITZ, 2002, p. 393).

Compreendemos que as relações sociais, produtivas, econômicas, culturais e políticas estabelecidas entre os povos do campo e cidade são estratégias de resistência e de territorialização frente a ofensiva do capitalismo transnacional. Portanto, é de extrema relevância a articulação e integração desses territórios, respeitando as especificidades locais. Para os/as jovens do/no campo e cidade, o debate é vital haja vista ser cada vez mais intenso os processos migratórios desses sujeitos; igualmente relevante é a construção de estratégias de ações articuladas, a partir das juventudes, como é o caso da Rede, objeto do presente estudo.

A opção do uso de “no/do campo” nos situa como sujeitos históricos e políticos forjados no âmbito da resistência, isto é, a classe trabalhadora. A expressão revela que **jovens no/do campo**, é para além de uma presença física neste espaço; é uma afirmação político-ideológica carregada de simbologia e significado de ser camponês, sujeito de num projeto popular do campo para o campo.

A referência “no/do” campo (BARBOSA, 2016) também carrega a perspectiva de migração de jovens ante o avanço de um modelo de desenvolvimento que prima por um campo desterritorializado de sua população. **Ao deixarem fisicamente seus territórios, carregam suas identidades forjadas em seus territórios identitários**, fortalecendo a luta, as pautas e a perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, sendo jovens NO/DO campo e cidade.

Ao abordar o termo “juventudes no/do campo”, chamamos a atenção para que não se caia em estereótipos e visão arcaica do campo brasileiro, como sendo apenas um espaço limitado a um perímetro não urbano. Assim como as cidades, **o campo se transformou e novas relações se estabeleceram, inclusive, entre os sujeitos jovens que nele habitam**. Os fluxos migratórios, por exemplo, são desafios presentes no cotidiano dos/as jovens do campo e dos grandes centros urbanos que migram na busca de melhores condições de vida.

Quanto à Rede de Juventudes do Ceará que se propõe a articular jovens no/do campo e cidade, observamos que a mesma tem compreensão das especificidades destes

territórios bem como da interdependência existente entre eles. Isso reafirma que houve transformações no rural e no urbano devido à acentuação do capital transnacional, sobretudo no campo, alterando este território e provocando novas ruralidades. Uma revelação da pesquisa - aprofundada no capítulo seguinte - é que, embora a Rede tenha como propósito articular uma juventude do campo e da cidade, o que tem predominado é a presença de jovens do/no campo e suas pautas de luta relacionadas aos coletivos e movimentos os quais integram.

2.3 A concepção do território na perspectiva dos/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará

Apresentamos na seção anterior uma concepção de território enquanto fenômeno sociológico e espaço de conflito socio-histórico provocado pelo modelo de desenvolvimento capitalista, ao longo de 500 anos, e situamos a inter-relação entre campo e cidade a fim de compreender a territorialização da Rede de Juventudes do Ceará e suas nuances.

Nesta seção adentramos um desses exemplos, conformado pela Rede de Juventudes do Ceará e apresentado na primeira seção deste capítulo, ou seja, apresentamos como estes jovens concebem o território no qual são partícipes de processos coletivo de luta e resistência.

Ao analisar as entrevistas e dos documentos identificamos algumas categorias que emergiram das falas dos/as jovens e que revelam a concepção de território imaterial (ideias, pensamentos) da Rede de Juventudes do Ceará. Essa concepção é diferenciada da concepção adotada pelo modelo de desenvolvimento vinculado ao capital. As categorias identificadas são **território-identidade; território-corpo; território-coletivo**, discutidas a seguir.

Flor do Angico compreende o território para além da dimensão geográfica e aborda a dimensão política como sendo um outro elemento de caracterização territorial. A jovem ressalta a conformação de um *ethos* identitário, como nos afirma Barbosa (2015) ao apresentar a territorialização como eixo constitutivo da identidade política dos movimentos sociais do campo. Assim, a categoria **identidade é ressaltada por Flor do Angico**.

Comecei a ver território como lugar onde construo minha caminhada, minha vivência com a comunidade. Espaço onde realizamos atividades, ter relações pessoais, construir novos laços. E hoje vejo meu território como meu lugar de trabalho e também como **espaço de renovação e construção de uma nova sociedade**. Um **território de aprendizagem**, para além da dimensão geográfica,

para além da delimitação do mapa político, como lugar de socialização, de renovação do indivíduo (FLOR DO ANJICO⁴⁸, ENTREVISTA A AUTORA).

Um elemento fundamental na formação dos territórios é a identidade. Em diálogo com Santos (2007), ao apresentar o território como espaço onde se constrói a caminhada, observa-se a noção de que a identidade constitui-se de forma processual, através das vivências. Ressalta-se que, em especial nas juventudes, a noção de identidade está em processo de conformação.

Uma categoria apresentada por Flor do Angico, de maneira implícita, é a territorialização (FERNANDES, 2009). Tal categoria é perceptível quando a jovem afirma que o território constitui um “espaço onde realizamos atividades, ter relações pessoais, construir novos laços”. Nota-se também o caráter educativo e social do território quando a mesma o caracteriza como território de aprendizagem e de socialização.

Sabiá, jovem camponesa na cidade, recupera categorias como **memória e pertencimento** ao referir-se à construção de sua identidade naquele território. Ressaltamos que recuperar a memória, preservar a história, seus processos de luta e a identificação de pertencimento a uma classe social – a dos grupos subalternizados – é uma forte estratégia de resistências e re-existência nos territórios (CERTAU, 2014).

Sabiá revela como se deu a construção de sua identidade camponesa, ao recuperar a memória e a história de sua ancestralidade:

Depois que tive clareza de minha identidade camponesa é que eu fui ter certeza de que era lá que eu queria ficar. Apesar de todos os desafios que a gente tem em reconhecer e entender porque meus avós permaneceram lá apesar das secas; entender porque ainda estavam produzindo e se mantendo vivos naquele lugar que praticamente só tem pedra foi fundamental para mim. Quando eu entendi porque eles estavam fazendo isso, aí eu tive certeza da minha identidade ... O maior desafio é assumir a identidade camponesa. Se assumir desse jeito no mundo que a gente vive. Que à toda hora que a gente saia do campo ou que a gente não tenha uma identidade. Não é porque nós não estamos morando mais no campo que nós vamos deixar de ser camponês ou camponesa. É uma luta que faz parte da gente, então onde quer que a gente esteja sempre vai fazer parte da nossa vida (SABIÁ⁴⁹, ENTREVISTA A AUTORA).

O depoimento de Caroá aborda a ocupação dos territórios, a desterritorialização sofrida pelas comunidades, a presença das políticas públicas de subordinação, mas também a organização de grupos sociais locais:

⁴⁸ Mulher, 28 anos, Ensino superior completo. Entrevista concedida à autora em 24 de janeiro de 2020.

⁴⁹ Mulher, 22 anos. Ensino superior incompleto. Entrevista cedida a autora em 27 de janeiro de 2020.

Meu território é uma região periférica na cidade de Fortaleza com a característica forte que é o rio, que corta as comunidades, o Rio Maranguapinho. É um território onde temos um grande número de jovens, em sua maioria jovens que não estão organizados em coletivos, grupos, seja ele qual for. É um território também de ocupações urbanas, só na parte do Santa Rosa existe duas ocupações muito grande. É muitas vezes um território desassistido pelo poder público, mas também é um território que sobrevive o seu lado cultural, a partir muitas vezes, das crianças e os grupos que temos como a Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, Pastoral do Menor- PAMEN (CAROÁ⁵⁰, ENTREVISTA A AUTORA, 2020).

Caroá descreve seu território periférico na capital Fortaleza e faz referência ao modo como se deu a ocupação do mesmo, tendo o Rio Maranguapinho “que corta as comunidades”. Aqui é interessante observar a **ocupação dos territórios**. É sabido que no processo de urbanização dos grandes centros, as populações empobrecidas foram alijadas das regiões centrais das cidades e conformadas em espaços periféricos, ocupando áreas de risco, como é o caso da comunidade de Caroá. A comunidade onde reside nossa interlocutora, organizou-se às margens do Rio Maranguapinho, resultado de duas grandes ocupações naquele território.

Assim, o **processo de desterritorialização e re-teriorização** fez com que as comunidades cortassem o Rio e não o contrário; que mesmo sofrendo com a falta de acesso às políticas públicas, organizaram-se em torno da pauta da **cultura e constituíram coletivos** com foco no trabalho com crianças, adolescentes e jovens, através da Igreja Católica representada aí pelas Pastorais do Menor e da Juventude do Meio Popular.

A “revitalização do Rio Maranguapinho” foi uma grande tristeza e está sendo porque diversas famílias que iniciaram a comunidade que moram lá desde o início tiveram que ser retiradas, não recebeu uma indenização suficiente pra comprar uma casa de qualidade, nem o valor que valia. As pessoas que resolveram receber a casa do governo no conjunto habitacional, aqueles modelos de casa muito apertado e longe da comunidade longe de toda a vida que se tinha. A obra era no sentido de recuperar e reorganizar o rio e tudo mais não se fez uma obra de saneamento básico nas comunidades e a obra inclusive facilitou o escoamento do esgoto das casas pra dentro do rio, a gente viu quando botaram aqueles anéis que a água do esgoto vai caindo para dentro do rio, a própria obra que era pra recuperar e hoje eu não vejo o sentido da obra do rio Maranguapinho (CAROÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

Por conseguinte, Caroá denuncia a implementação de políticas de subordinação (FERNANDES, 2008) nos territórios de conflitualidades como, por exemplo, a Revitalização do Rio Maranguapinho, apresentado no início deste capítulo. Para evidenciar a perspectiva de subordinação da obra pública, transcrevemos um trecho do *site* da Secretaria Estadual das Cidades, sobre a situação atual da obra:

⁵⁰ Homem, 23 anos, Ensino médio completo. Entrevista concedida à autora em 10 de janeiro de 2020.

18 áreas de risco eliminadas no período de 2011 à 2017, de um total de 25 áreas (Capim São Miguel; Pantanal III / Genibaú; Alto do Bode / Beco do Cal; Do Cal (Autran Nunes); Nova Jerusalém; Dias Monteiro / Olaria / Vila Holanda; Favela Cuiabá; Porto Alegre; Donzelas; Goiânia; Chuí; Comunidade 8 de dezembro; Parque Jerusalém; Favela Genilse; Alto Alegre; Parque Vitória; Parque Jerusalém II; Do Cal / Bubu (SITE SECRETARIA DAS CIDADES, acessado em 01/08/2020).

A perspectiva de “eliminação das áreas de risco” é evidenciada na política pública de subordinação gerida pela Secretaria das Cidades, reforçando a desterritorialização das comunidades periféricas de Fortaleza e demais municípios da região metropolitana. Ressalta-se que alguns jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará residem nestas áreas.

Assim, com o discurso governamental de “revitalizar o rio”, famílias passaram pelo segundo processo de desterritorialização e, mais uma vez, sofreram expropriação de seus bens, sem sequer receberem indenizações. Vale ressaltar que várias organizações, dentre elas a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, acompanharam de perto o processo, inclusive denunciando ao Ministério Público que tal obra só serviu aos interesses do grande capital, pois o Rio Maranguapinho, como relata Caroá, encontra-se mais poluído e assoreado do que antes das obras de revitalização.

Caroá e Flor do Angico, apesar de viverem há 250 km de distância - um na capital e outra numa cidade de pequeno porte da zona norte do estado do Ceará – compartilham do conceito de território abordado por Santos (2000), ao trazerem para suas narrativas elementos importantes como os vínculos estabelecidos com seus territórios e construção processual de identidade. Quando fala-se em Identidade, a compreendemos como possibilidade de reafirmar as histórias e o lugar social dos jovens: jovens do campo, da cidade, filhos/as de agricultores/as, camponeses/as, das periferias, filhos/as de trabalhadores/as, trabalhadores/as, estudantes, mulheres, negros/as etc.

Cumaru traz em suas reflexões a inter-relação de conceitos entre territórios. A entrevistada compreendendo o corpo como um tipo de território, agregando novos elementos à concepção de território até então estabelecida e, ao relacionar a dimensão **Território-Corpo** à dimensão Território Coletivo, os integra como uno e indissociável.

O território também me traz o sentimento de pertença, de identidade. Primeiro pelas minhas origens, que a partir desse chão onde eu aprendo sobre outros chãos que tem no Ceará e no Brasil. Depois, pelos relacionamentos que eu constituo aqui. Pensar sobre a ideia que a dimensão de território está para além de um espaço ocupado, mas que começa em mim. O meu corpo, o corpo das pessoas que estão aqui são os que fazem ele, essa dimensão do que chamamos de território e o sentimento que desperta em nós. Primeiro, pelas pessoas que estão nele, vivem nele é fundamental pra minha existência e atuação e acabo aprendendo muito, a partir do sentir, das relações. Esse

sentimento da pertença me provoca a fazer a defesa dessas pessoas e dos territórios(CUMARU,⁵¹ ENTREVISTA A AUTORA).

Cumarú é uma jovem da cidade. Ela compreende o território na dimensão sócio espacial (SAQUET, 2007)e também apresenta o corpo como território. Esse conceito é abordado por Sales (2016) que afirma que “o corpo é produto do contexto social, o corpo é afetado pelas mudanças de hábitos, estilo de vida e pelas inovações tecnológicas” e “a experiência do lugar e do espaço se faz através do corpo” (SALES, 2016, p. 224-226).

Dessa forma,ao compreender o corpo como um território destaca-se que dimensionar o nosso próprio corpo só é possível por e a partir das experiências, as quais não devem ser confundidas com o acúmulo de informações ou excesso de dados codificáveis socialmente. Pelo contrário, associar às experiências é vislumbrar o corpo como espaço de sentimentos, de afetividades, de exposição para se permitir ser tocado pelo outro, pelas vivências que articulam as territorialidades (SALES, 2016). Nessa perspectiva, a categoria corpo-território

[...] propicia ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias. (MIRANDA, 2014, p. 69-70)

O conceito de corpo-território apresentado por Miranda (2014) e Sales (2016) aparece na fala de Cumaru demonstrando como são complexas e multifacetadas as características dos territórios. Para Cumaru o corpo carrega ação e sentimento, o que retoma a dimensão sentipensante do ser - apresentada na introdução deste trabalho –que faz com que um sujeito se importe com o outro e desperte nele a necessidade de construção coletiva, integrando corpo-território-coletivo.

Assim, Caroá, Cumaru, Sabiá e Flor do Angico são jovens da/na cidade e apresentam em suas falas, valores e categorias como pertença, conflitos, territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) na constituição dos territórios.

Ipê⁵², jovem da coordenação do MST Ceará, percebe particularidades dentro dos territórios, principalmente, acampamentos e assentamentos do movimento e suas formas de organização e trabalho diferenciados.Ao destacar a relação dos/as jovens com esses territórios, devido a essas especificidades, afirma:

⁵¹Homem, 26 anos, Ensino superior incompleto. Entrevista concedida à autora em 15 de janeiro de 2020

⁵²Mulher, 24 anos. Ensino superior incompleto. Entrevista concedida a autora em 23 de janeiro de 2020.

Hoje nós estamos trabalhando muito nos territórios já conquistados, nós temos poucos acampamentos, nós temos trinta acampamentos por volta de mil e duzentas famílias acampadas e aí um percentual considerável de jovens nessas famílias e aí tem muitos jovens de assentamentos também agregados. Então, esses territórios são territórios pra gente muito específicos, né. Um acampamento com todas as suas dimensões de contradições, mas também com um espaço bem mais pedagógico, mais coletivo, porque no acampamento quando você entra a cozinha é coletiva, as barracas são coletivas, todo mundo vive a dimensão da coletividade muito forte. No assentamento você já tem a divisão dos blocos, cada um tem a sua casa, tem os espaços coletivos, mas não são tão fortalecidos como na época do acampamento, então o jovem que já nasce no assentamento, ele não passou pelo conflito da luta pela terra. É tarefa nossa da juventude resgatar esse processo, fazer uma conscientização dessa juventude, um trabalho de base mesmo (IPÊ, ENTREVISTA A AUTORA).

Retomamos alguns elementos que perpassam a concepção de território em um contexto de luta social e de resistência: a dimensão coletiva de um **território coletivo, de uso comum**. Como ressalta Ipê, no campo essa concepção é mais forte devido sua origem ontológica, da natureza histórica dos povos indígenas e camponeses, por exemplo. Entretanto, neste mesmo território, devido haver formas diferenciadas de organização dos grupos e das comunidades, ele se apresenta com especificidades, mesmo sendo ocupado por um mesmo Movimento, no caso, o MST.

Ipê apresenta a diferença entre assentamentos e acampamentos. Em condições mais precárias, os acampamentos constituem-se como territórios de maior integração, devido as áreas de uso comum e os espaços coletivos. A **partilha e a solidariedade** são elementos constitutivos do território coletivo e da luta com vistas à conquista de áreas assentadas.

Contudo, é nos acampamentos que os **conflitos** se tornam mais evidentes, devido a própria luta para a conquista da moradia; as condições precárias de vida; as relações de proximidade estabelecidas por famílias distintas etc. Já nos assentamentos, diante da conquista das propriedades e da forma de organização por blocos, os vínculos com o coletivo diminuem. Ipê afirma que os jovens que nasceram nos assentamentos e “não passaram pelo conflito da luta pela terra”, têm maior dificuldade para o engajamento na luta, sendo necessário trabalho de base para criar vínculos e identidade através da memória e da história, forjando conscientização de classe através dos processos educativos animados pelo Movimento.

Ressaltamos que a realidade dos territórios descrita por Ipê também apresenta os processos de TDR e o quanto esses processos contribuem para a formação das identidades juvenis. Assim como os /as jovens acampados, assentados, impactados pelo minério-agro-hidronegócio que passaram pelo conflito da luta, os/as jovens da cidade, das periferias, “das quebradas” também vivenciaram processos de TDR, seja pela ação do tráfico, seja pela ação do Estado. Portanto, constituem-se como territórios de resistências e re-existências.

Nas entrevistas, quando perguntados sobre as diferenças entre campo e cidade, observa-se que nossos interlocutores/as reconhecem particularidades entre jovens do campo e da cidade, qual seja: **a relação espaço/tempo; vínculos familiares; acesso à informação; dimensão cultural**. Além do mais, as novas ruralidades (Wanderley, 2011) traduzem uma maior aproximação entre campo e cidade, integrando-os. Por vezes, a perspectiva do *continuum* também se faz presente nas falas:

Nos valores, no contato com o externo né, o jovem da cidade ele tem muito esse contato com o externo, com a informação, com a velocidade do tempo, com a rotina, contato com o trabalho, um trabalho sempre muito precarizado. O jovem do campo não, tem muitos jovens do campo que passa muitos e muitos tempos com os pais e os pais inclusive tem essa cultura de “não meu filho, vá estudar”, os pais que são agricultores não querem que os filhos sejam agricultores muitas vezes, então é “vá estudar, vá pensar no seu futuro, não quero isso pra você” inclusive nós enquanto movimento desconstruímos isso, porque pode ser um agricultor e ter uma vida digna e não uma penosa né, o trabalho no campo não tem que ser penoso pra ninguém (IPÊ, ENTREVISTA A AUTORA).

Ipê apresenta como especificidade dos/as jovens da cidade, a velocidade da dinâmica espaço/tempo, o que ela chamou de “contato com externo”. Observa-se que, nas cidades, essa relação é mais frenética, devido ao número de pessoas interagindo num mesmo território; a diversidade e complexidade das relações estabelecidas naqueles espaços bem como a noção de tempo mais aproximada do tempo Cronos.⁵³ Também ressalta que a permanência de jovens do campo com suas famílias é maior do que de jovens da cidade, conforme aponta Castro (2011), construindo e consolidando os vínculos de forma mais aproximada. Contudo, chamamos atenção para o perigo da visão romantizada do campo, como aponta Wanderley (2011), pois a reestruturação do campo promovida pela intervenção do capital transnacional, as relações do campo também aceleraram suas dinâmicas.

Jurema relata sua dificuldade em diferenciar, com precisão, jovens do/no campo de jovens na/da cidade:

Em outros tempos eu teria muita facilidade em responder isso, hoje já não teria tanta porque muitas coisas que a gente via que era da cidade hoje estão no campo. Coisas boas e ruins, por exemplo a violência, era coisa que a gente via na televisão e ouvia no rádio principalmente, casos de violência que aconteciam eram muito distante da gente, então hoje com essa junção de campo e cidade isso chega com muita força também, no interior. Hoje em dia, se eu for na cidade ninguém vai saber que eu sou do campo porque a vestimenta, o jeito de se comportar, o acesso à tecnologia ele tá muito unificado, apesar de na minha região ainda ter uma diferença grande, tipo, no

⁵³ O tempo Cronos pode ser entendido como tempo cronológico, tempo exato, que define marcadores quantitativos, relacionado, sobretudo a produtividade do tempo, o tempo trabalho. Para o capital a relação tempo/espaço/produtividade estão diretamente relacionados.

acesso à comunicação, a tecnologia e as várias outras coisas, ainda existe uma diferença (JUREMA⁵⁴, ENTREVISTA A AUTORA).

A jovem apresenta como problema sociológico comum ao campo e à cidade, a questão da violência. Contudo, relata que, inicialmente, a percepção e a vivência da violência eram mais distante do campo do que da cidade. Aqui faremos um parêntese, pois, é possível que a mesma esteja referindo-se à socialização das violências através dos meios de comunicação, pois é de conhecimento nosso haver uma tendência de ocultação dos conflitos do campo (SOUZA, 2010), haja vista envolverem famílias ligadas ao agronegócio e detentoras dos meios de comunicação no Brasil.

Dados apontam que a violência no campo sempre ocorreu e, nos últimos anos, houve um aumento exacerbado diante os conflitos no campo, como revela a Comissão Pastoral da Terra (2019). Conforme o caderno de conflitos no campo, em 2019, houve um aumento de 23% dos conflitos no campo em relação ao ano de 2018 e o maior número de conflito dos últimos cinco anos. Nas cidades, também os índices de violência também aumentaram significativamente, sobretudo, relacionados às periferias, constatado pelo Comitê de Prevenção de Homicídios na Adolescência (2019).

Em se tratando do acesso à internet, “é possível perceber que os/as jovens do campo, assim como os/as jovens da cidade, nutrem o mesmo interesse em acessar a internet e interagir nas redes sociais” (SALES, 2015, p.268). Observamos na fala de Jurema que o acesso à tecnologia se assemelha e também apresenta diferenças entre campo e cidade. Ao afirmar que “está muito unificado”, identifica aí um avanço, pois num passado recente o acesso à internet era bastante restrito, diferentemente dos dias atuais.

Todavia, ressaltamos que este acesso é diferenciado (SALES, 2010), pois, a disponibilidade do serviço altera de acordo com a realidade: quanto mais distante das áreas privilegiadas pelo capital - nas cidades e nos campos –menor ou inexistente é a qualidade e/ou o acesso. Como afirma Juazeiro: “Aqui tô tendo muita dificuldade e/ou acessar nessa semana, tá caindo direto”. Assim, os/as jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará das periferias e das comunidades rurais sofrem com a baixa qualidade do acesso à internet.

Na própria dinâmica de encontros e reuniões da Rede de Juventudes, Sabiá relata que, no início, houve “estranhamento” quando participaram juntos/as jovens no/do campo e na/da cidade, mas destaca a importância de compreender essas realidades.

Primeiro o horário, a gente começava sempre seis horas da manhã, os encontros da Pastoral da Juventude Rural – PJR com a mística né, da alvorada e tal no meio da

⁵⁴ Mulher, 26 anos. Ensino médio completo. Entrevista concedida a autora em 10 de fevereiro de 2020.

mata ou de alguma comunidade e quando a gente se encontrou com os meninos da cidade já era oito horas/nove horas, às vezes oito horas o café e nove horas a gente começava mas ia até mais tarde, daí eu já pensei né “valha como começa tarde aqui né”, mas as músicas, os cantos, eram diferentes, a metodologia também era outra mas uma coisa que eu achei muito bom foi a forma, assim, porque era a juventude mais que assumia tudo né, de acolhida, de estadia, de num sei o que... E conhecer a realidade do pessoal que mora na cidade também foi muito bom, foi muito importante porque era uma realidade que assim eu nem ligava pra quem morava na cidade e aí depois eu fiquei pensando assim “não gente, imagine só? Os jovens daqui que agora tão vivendo na cidade eles tão passando por tudo isso que essa galera tá passando” e é importante saber disso porque se a galera começa a participar de encontros comuns, quando eles forem pra cidade eles não precisam se distanciar totalmente da luta, porque eles vão ter outra realidade e eles vão precisar conhecer esse pessoal que já estão se organizando(SABIÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

A fala de Sabiá revela que, inicialmente havia um desconhecimento da realidade urbana, mas que diante da aproximação com jovens da cidade, importou-se com a luta dos mesmos. Apontou relação entre os processos migratórios que as juventudes do campo vivenciam e a necessidade da articulação com as lutas da cidade, inclusive como elemento de reafirmação da identidade desses territórios.

Atualmente, Sabiá é uma jovem camponesa na cidade e está no Curso Agroecologia, Campesinato e Educação Popular, da Universidade Federal Rural de Pernambuco e reside em Recife-PE. Contribui em diversas lutas, principalmente no movimento estudantil universitário.

Reconhecemos que as relações entre cidade e campo podem e devem ser interpretadas a partir de seus territórios, destacando diferenças e elementos comuns, como relatam os/as jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará. Interpretar as juventudes do campo e da cidade de forma equivocada e desconecta, sem perceber suas especificidades e particularidades é estagnar a leitura sociológica. Como aponta Sales (2015, p. 269), “Homogeneizar e desconhecer os modos particulares dessas juventudes em uma sociedade mais ampla é estagnar a discussão”.

Assim, as juventudes configuram-se como sujeitos que convivem em seus territórios, construindo identidades sejam de jovem no/do campo ou na/da cidade e que têm seus direitos violados devido ao contexto de disputa, contexto esse baseado em modelos de desenvolvimento geradores de conflitos e mortes. Analisamos, na seção seguinte, quais as principais violações de direitos que os/as jovens sofrem em seus territórios.

2.4 As violações de direitos dos/as jovens em seus territórios

De acordo com o Estatuto da Juventude (2013), os jovens têm direito à cidadania, à participação social e política e a representação juvenil (seção I); à educação (seção II); à profissionalização, ao trabalho e à renda (seção III); à diversidade e à igualdade (seção IV); à saúde (seção V); à cultura (seção VI); à comunicação e à liberdade de expressão (seção VII); ao desporto e ao lazer (seção VIII); ao território e à mobilidade (seção IX); à sustentabilidade e ao meio ambiente (seção X); e, a segurança pública e ao acesso à justiça (seção XI).

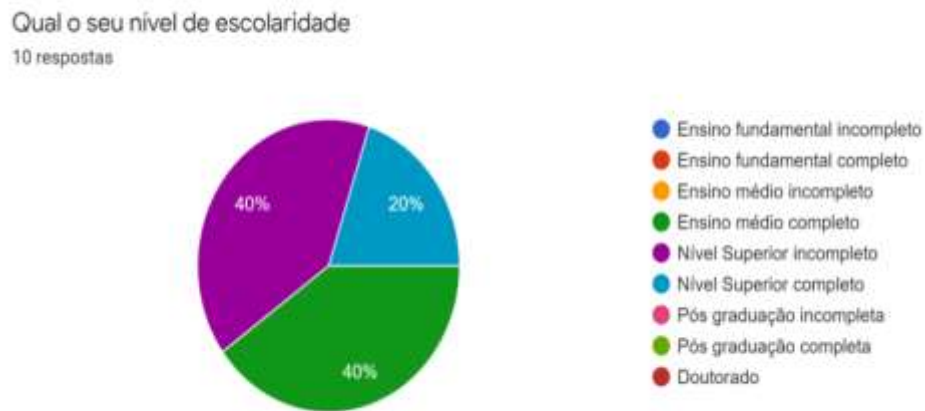
Não é objeto desse estudo analisar todos os direitos dos/as jovens contidos no referido Estatuto, mas sim buscar perceber quais destes direitos são mais violados nos territórios, segundo as percepções e vivências de jovens da Rede de Juventudes do Ceará. Através das entrevistas e dos questionários aplicados, foi possível identificar que, em medidas diferenciadas, os jovens percebem que todos os direitos são violados, no entanto, foi possível elencar aqueles mais violados tanto para jovens do campo como das periferias urbanas. São eles: educação; trabalho e renda; cultura e lazer; segurança pública e o direito à terra e à água, sendo que a estes últimos, o Estatuto da Juventude (2013) não faz referência.

Referindo-se ao direito à Educação, a jovem Flor do Angico relata que “uma das principais violações é o acesso de ir e vir. E o outro é acesso à educação. Pública, gratuita e de qualidade, extremamente ameaçada no atual governo.⁵⁵ Hoje, temos que escolher entre estudar e trabalhar. A educação deixa de ser prioridade diante da necessidade de emprego e renda”. E Ipê complementa “a educação é sempre aquela educação que é na cidade, e que os jovens do campo não têm. Você dificultar o acesso a uma política estrutural, hoje a política mais abrangente no Brasil, mais do que a saúde, é nos matar”.

Os dados oficiais do IPECE (2019) reafirmam as impressões dos/as jovens entrevistados/as: A frequência escolar de jovens cearenses entre 15 e 29 anos foi de 37% no ano de 2019, sendo considerada uma das maiores evasões escolares dos últimos anos. A proporção de jovens de 25 a 29 anos com ensino superior completo alcançou os 14,3%. Dentre os jovens pesquisados, temos: 20% com nível superior completo; 40% com nível superior incompleto; 40% de nível médio completo. Assim, pode-se observar que o nível de escolaridade dos/as jovens pesquisados/as é maior que a média estadual, como aponta o gráfico 01.

⁵⁵A Emenda Constitucional n.º 95, também conhecida como a Emenda Constitucional do Teto de Gastos, congelou os investimentos em áreas estratégicas como saúde e educação por 20 anos.

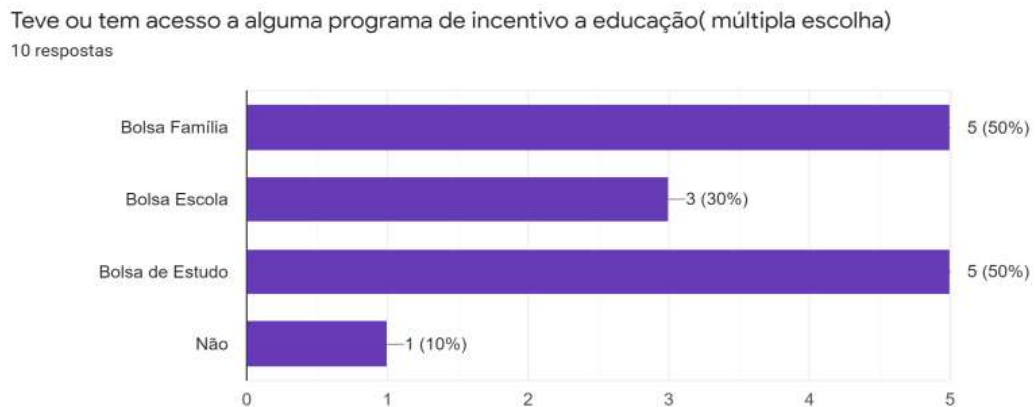
Gráfico 1 – Características do nível de escolaridade dos entrevistados em Fortaleza, CE, 2020



Fonte: elaborado pela autora.

Chamam a atenção os cursos de nível superior citados pelos/as 06 (seis) entrevistados/as que concluíram ou estão em conclusão. São eles: Agroecologia, Campesinato e Educação Popular (Sabiá); Psicologia (Mandacaru); Licenciatura Plena em Pedagogia (Cumarú); Geografia – licenciatura (Flor do Angico); Serviço Social (Ipê) – cursando e Filosofia (Juazeiro), todos das áreas das ciências humanas. Portanto, as falas dizem respeito às suas vidas, a relação com os coletivos/movimentos de que participam e a outros jovens que estão em seus círculos afetivos e de militância.

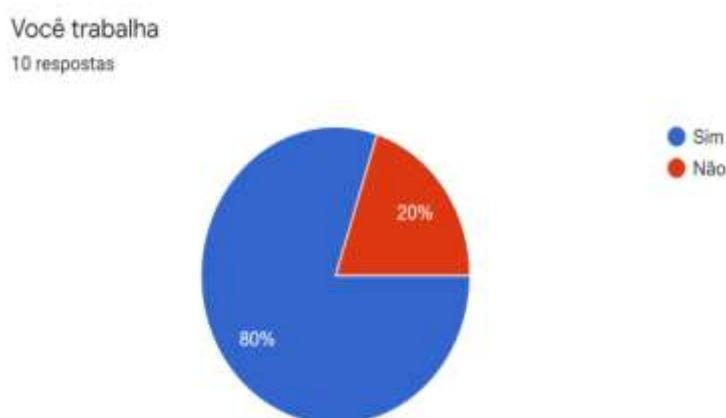
Gráfico 2 – Características sobre acesso a programas ou projetos de incentivo a educação dos entrevistados em Fortaleza, CE, 2020



Fonte: elaborado pela autora.

Observa-se que 90% dos/as entrevistados/as tiveram acesso a programas e/ou projetos de incentivo à educação. Somente Caroá não teve acesso a nenhuma iniciativa governamental desse tipo. Para Leão e Antunes-Rocha (2015), o vínculo às organizações coletivas, notadamente aquelas de luta pela terra, água, direitos humanos e sociais, contribui para que os/as jovens construam possibilidades de acesso aos programas e projetos, sejam governamentais ou das organizações da sociedade civil. Além do mais contribui para que lutem por um espaço que possa constituir-se como território para a afirmação de suas identidades, seja camponesa, sem terra, da cidade, de periferia, ou “das quebradas”. Os dados apresentados confirmam esse argumento.

Gráfico 3 – Características sobre inserção no mercado de trabalho dos entrevistados em Fortaleza, CE, 2020



Fonte: elaborado pela autora.

Em se tratando de direito ao trabalho e renda, o IPECE aponta que a proporção de jovens de 15 a 29 anos fora da condição de população economicamente ativa alcançou, em 2019, 44% . No mesmo ano, a proporção de jovens de 15 a 29 anos ocupados informalmente foi de 58,5%.

Também no ano de 2019, o rendimento real médio mensal dos jovens de 15 a 29 anos foi de R\$ 931,00 (novecentos e trinta e um reais), ou seja, 6.8% abaixo do salário mínimo nacional (R\$ 998) vigente no período. No que se refere à presença no mercado de trabalho, entre os/as jovens entrevistados/as 80% deles/as trabalham, demonstrando assim uma realidade bem diferente da apresentada anteriormente. Contudo, a renda familiar mensal

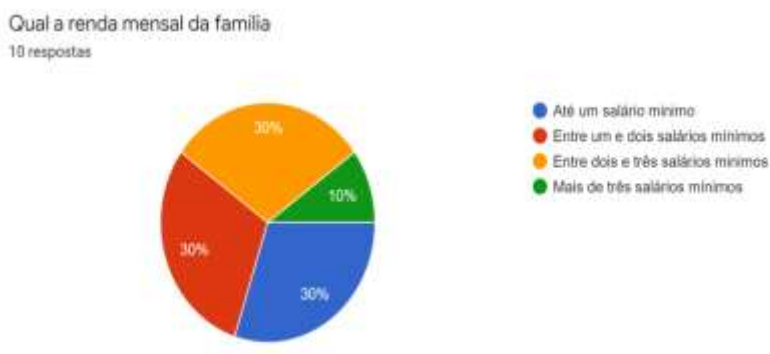
percapita média foi de R\$ 548,90⁵⁶, o que corresponde a 57,89% do valor do salário mínimo nacional. Dessa forma, observa-se que, mesmo com a presença dos/as jovens trabalhando, o rendimento familiar médio ainda é baixo, ou seja, na linha da pobreza.

Um dado que não pode passar despercebido é com relação ao sexo e ao percentual de jovens que não trabalham. Entre os/as nossos/as interlocutores/as, 20% são mulheres jovens desempregadas, isto é, 100% de jovens desempregadas são mulheres. Catingueira⁵⁷ e Malva⁵⁸, mães recentemente afirmam: “Tive bebê há 11 meses e nesse primeiro ano decidi priorizá-la. Em relação à escola e o trabalho eu acabei decidindo parar, resolvi dar prioridade a ela nesse primeiro ano, também refletir mais um pouco no que eu quero para retomar os estudos”. Já Catingueira diz:

O município é pequeno e a oferta de emprego é pouca, é exclusivamente só da prefeitura e lojas. Referente ao trabalho e faculdade, o trabalho tô a procura, pois o bebê já tem 1 ano e 3 meses então já dá pra retomar e também tem o marido pra ajudar a cuidar, já a faculdade eu tinha parado também, mas se Deus quiser depois dessa pandemia retornarei. (CATINGUEIRA, ENTREVISTA A AUTORA).

Assim, pode-se identificar que as jovens mulheres-mães deixaram o trabalho produtivo e a escolaridade para um momento posterior. Contudo, sabe-se que, muitas vezes esta não é opção para as mulheres, mas uma imposição da sociedade patriarcal que delega à mulher, a responsabilidade do trabalho reprodutivo. E, por vezes, essa realidade não é apreendida para que se faça um debate mais aprofundado sobre ela.

Gráfico 4 – Características da renda familiar dos entrevistados em Fortaleza, CE, 2020



Fonte: elaborado pela autora.

⁵⁶Renda familiar média per capita calculada a partir da renda familiar mensal e número de membros na família, totalizando 40 pessoas.

⁵⁷Mulher, 23 anos. Ensino médio completo. Entrevista concedida a autora em 07 de maio de 2020.

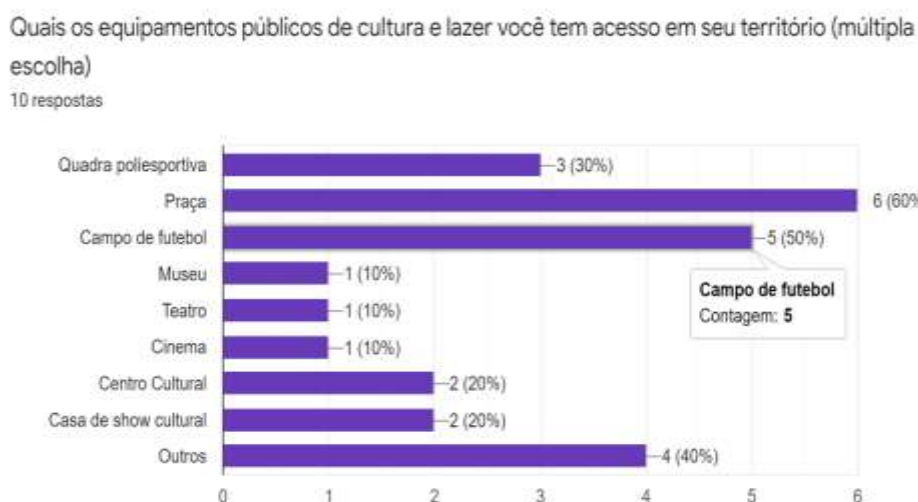
⁵⁸Mulher, 22 anos. Ensino médio completo. Entrevista concedida a autora em 05 de maio de 2020.

Quando cruzamos escolaridade e trabalho, os dados são alarmantes. Segundo dados do (IPECE, 2019) no referido ano, a proporção de jovens que não frequentam a escola e não possuem ocupação, é de, aproximadamente, 28%, chegando ao número de 700 mil jovens cearenses, o que alguns estudiosos denominam de Geração Nem-Nem (FRIGOTO 2011; COAN 2012). Outros estudiosos acrescentam mais um Nem: Geração Nem, Nem, Nem (não estudam, não trabalham e não estão mais a procura).

Entretanto, Diógenes (2019) coordenou um estudo denominado: “Eles dizem não – um estudo sobre a geração N”, que traz vários elementos e indicadores, apontando que o “não” é por falta de condições objetivas e não uma mera “escolha” do jovem. O estudo mostra que algumas condições relacionadas à pobreza, ao gênero, raça/etnia, produzem um conjunto de barreiras difíceis de superar. Dessa forma, é preciso desconstruir o termo “nem-nem” e “nem, nem, nem”, que não reflete as muitas diferenças entre esses jovens e joga sobre eles/as um enorme estigma.

Novaes (2006) argumenta que os jovens reconhecem a importância do estudo, ao passo que também têm consciência de que ele não é garantia efetiva de inserção no mercado de trabalho – principalmente dentro dessa conjuntura de tanto desemprego. Ela indica, ainda, que os motivos mais comuns de conflito na família correspondem justamente à não inserção imediata do jovem no mercado de trabalho. Este, por sinal, constitui, junto com a violência, a possibilidade que causa maior angústia ao segmento.

Gráfico 5– Características dos equipamentos públicos de cultura e lazer que os entrevistados têm acesso, em Fortaleza, CE, 2020



Fonte: Elaboração da autora.

Dos equipamentos de cultura e lazer a que os/as jovens entrevistados têm acesso, identificamos que os mais utilizados são: praça (60% dos entrevistados frequentam); campo de futebol (50% dos entrevistados usam); quadra poliesportiva (30%) e chama a atenção que 40% dos entrevistados disseram não ter acesso a nenhum equipamento cultural ou de lazer em suas comunidades/bairros. Destarte, os espaços públicos de lazer e sociabilidade são raros, corroborando o que evidenciaram Brenner, Dayrell e Carrano (2008) de que no Brasil, quanto menor o município, menor a existência de equipamentos culturais públicos.

Outro campo do direito violado é o acesso à cultura e ao lazer, que Caróá relaciona com a questão da segurança pública e da violência.

A falta de espaço de cultura e lazer, muitas vezes a questão da violência policial na região com os adolescentes e os jovens, acontece nesses poucos espaços que ainda tem. A questão da drogadição quando você não tem por exemplo por parte do poder público esses espaços, agente disputa o jovem com o tráfico (CAROÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

Caróá faz referências sobre algumas políticas relacionadas à juventude: cultura, lazer, segurança e saúde pública a partir de seu território, na periferia de Fortaleza. Inicialmente, afirma haver falta de equipamentos culturais e de lazer, que proporcionem a integração dos jovens. Sobre essa questão é sabido que, com a diminuição dos espaços públicos e cada vez mais submissos aos imperativos do movimento acelerado e da fragmentação da vida metropolitana como também ao tráfico, tornou-se distante e desafiador o acontecimento da sociabilidade cotidiana em tais equipamentos.

Vale ressaltar que as políticas de cultura e lazer para as periferias da capital cearense são relegadas pelos poderes públicos constituídos, a um segundo plano. A atenção e grande parte dos investimentos governamentais estão voltados para a lógica do turismo exploratório e para a implementação de políticas que priorizam os grandes empreendimentos localizados nas áreas privilegiadas na capital, em detrimento das periferias da cidade.

Essa realidade não é exclusiva das periferias das grandes cidades. Jovens do campo também sofrem com a falta de incentivo para o desenvolvimento de políticas culturais que dialoguem com o contexto do território local, como argumenta Ipê. Nossa interlocutora problematiza sobre a falta de apoio às quadrilhas juninas dos assentamentos, marco característico da identidade do povo nordestino.

E aí dentro das pautas mais específicas olhando pra juventude, a gente percebe né, o acesso à cultura, ao lazer que é quase zero dentro dos territórios, não tem uma quadra de esportes, os grupos não tem condições de se manter, o investimento que

existe são nos grupos juninos das grandes federações, eles não chegam nas pequenas quadrilhas de assentamento né (IPÊ, ENTREVISTA A AUTORA).

Outro grande desafio relacionado às políticas de juventudes é a morte por suicídios. Essas ocorrências têm aumentado de maneira significativa em nosso estado, nos últimos cinco anos⁵⁹. Cumarú reforça a perspectiva de construção do projeto de vida como fundamental para construção de ações afirmativas junto aos/as jovens.

Sabemos que nossa região nos traz muitos desafios para os jovens, tanto com relação à violência com os meninos e meninas, mas também com relação ao suicídio das juventudes. Um ponto central é pensar a ideia do projeto de vida com as juventudes. Nós percebemos que muitos de nossos jovens estão sem perspectiva de vida, saem da escola, termina o ensino médio e não tem condições de ir pra universidade. Ou até mesmo de conseguir emprego. As possibilidades são poucas (CUMARU, ENTREVISTA A AUTORA)

As juventudes são sujeitos que questionam as formas tradicionais de participação social como a relação com Estado via espaços de controle social ou corroboram as políticas de subordinação. Daí decorrem outras questões, tais como: Há possibilidades de formas diversas de participação no contexto brasileiro? Há uma participação real que possibilite práticas educativas libertadoras?

Novaes (2006) aborda a participação política dos jovens em projetos sociais, estes que têm ligação com o território da periferia vinculada à uma perspectiva de “sobrevivência social” (NOVAES, 2006, p. 108), possibilitando a saída desse público do espaço de exclusão. No capítulo a seguir, refletimos sobre **Juventudes em movimento(s): como os/as jovens do campo e da cidade participam?**

⁵⁹ Segundo dados do Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil mais de 5.000 pessoas tiraram a própria vida entre 2015-2019, com aumento de 35% em relação ao ano anterior. <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/17/2019-014-Publicacao-02-07.pdf>

3 JUVENTUDES EM MOVIMENTO(S): COMO OS/AS JOVENS DA REDE DE JUVENTUDES DO CEARÁ PARTICIPAM?

A reflexão sobre participação política das juventudes no Brasil não é nova (NOVAES, 2007; SPOSITO 2009; BRANDÃO 2019). Ainda no início do século XX surgiram importantes movimentos revolucionários, como o movimento anarquista dos anos de 1910 e o movimento comunista - que atuava na clandestinidade sob a ditadura Vargas - já se revelavam. A própria Igreja Católica em sua ação eclesial de base, notadamente nos anos 1960, observou que a "juventude" era o segmento populacional prioritário e dedicou projetos e ações para este público, em vistas à sua participação política.

Para os efeitos da pesquisa e diante de nosso vínculo já estabelecido com a Igreja Católica, especificadamente com a Cáritas Brasileira Regional Ceará e seu papel na constituição da Rede de Juventudes do Ceará, na primeira seção deste capítulo destacamos, o papel da Igreja Católica junto às juventudes e o nascer da participação política de jovens, a partir desse lugar social.

Assim como os territórios, ainda no século XX e mais fortemente no novo milênio, **as juventudes tornaram-se campo em disputa**. Os territórios imateriais (FERNANDES, 2009) como as concepções, ideias e premissas sobre esse segmento também foram apropriadas pelo capital transnacional. Tal apropriação deu-se via agências multilaterais e organismos internacionais com o intuito de fazer com que os países dependentes “comprassem” sua agenda de políticas sociais, incluindo a “política de juventude” e, muito provavelmente, a institucionalização desta política em nosso país também sofreu essa influência (BRANDÃO, 2019).

Analisamos a categoria ‘participação política’ como fenômeno sociológico, objetivando identificar como se deu o processo para/com jovens de “aparecerem” na cena pública nacional sob a concepção de Protagonismo Juvenil, muito difundida nos anos 1990, e suas consequências desde então.

A partir da concepção sobre juventudes apresentada na Introdução, adentramos o entendimento sobre suas formas de participação política e como estas constituem-se como estratégias de resistência e de territorialização da Rede de Juventudes do Ceará. No presente capítulo, analisamos a gênese da participação política dos/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará, ou seja, sua inserção política, considerando três principais espaços, a saber: as Pastorais vinculadas à Igreja Católica, as Organizações Comunitárias e os Movimentos Sociais. A nosso ver, tais processos de inserção revelam a identidade política desses/as jovens

e dos grupos, organizações sociais e movimentos sociais, os quais integram. Por fim, identificamos a Rede de Juventudes do Ceará como espaço de participação política, apresentando suas pautas prioritárias, ações estratégicas e os interlocutores desse debate/embate.

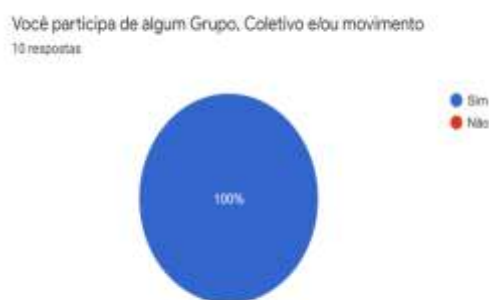
3.1 O nascer da participação política dos/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará.

A Rede de Juventudes do Ceará constitui-se como espaço de articulação de jovens no/do campo e na/da cidade e reúne jovens que tiveram sua inserção política em três principais espaços, a saber: as Pastorais vinculadas à Igreja Católica, as Organizações Comunitárias e Populares e os Movimentos Sociais.

Todos/as os/as jovens entrevistados/as participam diretamente de algum coletivo/movimento, ocupando ali funções estratégicas. Identificamos fortemente a participação desses/as jovens na Igreja Católica bem como o papel desempenhado por ela na constituição do campo político das juventudes no Brasil. Ademais, discorreremos sobre o nascer dessa participação nas organizações comunitárias e nos movimentos sociais.

Os/as jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará participam ativamente de vários grupos/coletivos e movimentos, como demonstra o gráfico abaixo, ocupando funções de representação nestes espaços. Ao analisar as entrevistas concedidas pelos/as 10 jovens participantes da presente pesquisa, destacamos alguns coletivos/movimentos e identificamos as formas de organização, as lutas, pautas e os desafios. Ressalta-se que optamos por identificar jovens integrantes dos três tipos de espaços de participação qualificar a análise e a interpretação das informações.

Gráfico 6– Características da participação dos entrevistados em grupos, coletivos e/ou movimentos, em Fortaleza, CE, 2020.



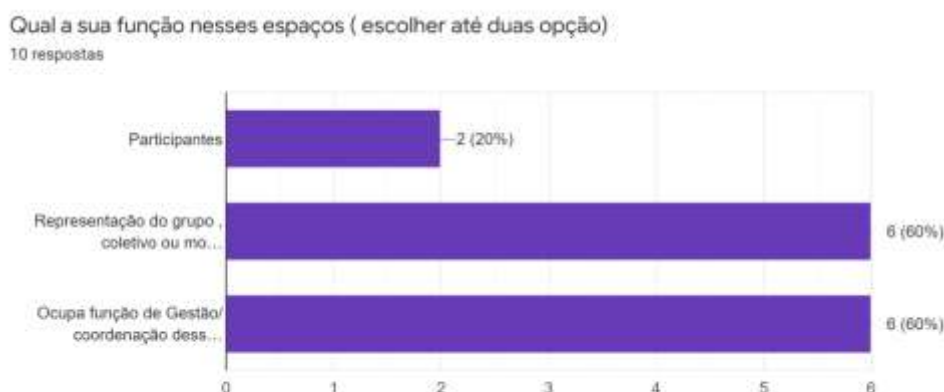
Fonte: Elaborada pela autora.

Uma das questões apresentadas no questionário visava identificar quais coletivos/grupos/movimentos os sujeitos participam, destacando-se: Rede de Juventudes do Ceará; Rede Ibiapabana de Juventudes; Associações Comunitárias; Grupos de Jovens; Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos- MTD; Pastoral da Juventude (PJ); Pastoral da Juventude Rural (PJR); Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP); Levante Popular da Juventude; Pastoral da Juventude; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Observamos que, ao responder o questionário, todos/as os/as entrevistados/as indicaram as respectivas pastorais, organizações populares-comunitárias e movimentos sociais de que participam. Contudo, somente três jovens indicaram a Rede de Juventudes do Ceará como grupo/coletivo/movimento de que participa e, em relação às articulações territoriais, somente a jovem Jurema indicou a Rede.

Ressaltamos que, infelizmente, não foi possível problematizar sobre esse dado relevante junto aos/as entrevistados/as, já que as tabulações dos questionários ocorreram em momento posterior às entrevistas. Entretanto, levantamos como hipótese que os/as jovens somente priorizaram a identificação dos três tipos de organizações que participam e representam diretamente. Ao indicarem as funções estratégicas que ocupam nestes espaços, seja de representação ou coordenação - como demonstra o gráfico 07 - observamos a relação participação/representação.

Gráfico 7– Características da participação dos entrevistados em grupos, coletivos e/ou movimentos, em Fortaleza, CE, 2020



Fonte: Elaborada pela autora.

Diante do relevante papel da Cáritas Brasileira Regional e das demais pastorais da Igreja Católica, abordamos, na seção seguinte, o nascer da participação política neste espaço eclesial, repleto de nuances e desafios.

3.1.1 O papel da Igreja Católica e a participação dos/as jovens da Rede de Juventudes no espaço eclesial.

No Brasil, **o campo religioso, com destaque para a Igreja Católica, historicamente foi um campo de organização política e, em especial, de organização política das juventudes.** Castro (2016) chama atenção aos processos organizativos das juventudes na Igreja Católica através da Ação Católica.⁶⁰ A Ação Católica no Brasil nasceu em 1935 com o mesmo espírito que Papa Pio XI desejava, ou seja, “como uma alternativa da Igreja para responder aos desafios sociais demandados da época. O papel inicial da Ação Católica Brasileira foi à defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo da atuação política” (SOUZA, 2006, p. 40).

A Ação Católica no Brasil - ACB foi marcada por dois momentos distintos. O primeiro, com a chamada Ação Católica Geral (de 1932 a 1950), e o segundo momento, com a Ação Católica Especializada (de 1950 a 1960). Neste segundo momento, apresenta-se o início de um novo modelo de pastoral com os jovens no Brasil.

Com o histórico período de resistência vivenciado a partir da década de 1950, entre períodos ditatoriais, constituíram-se a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Escolar Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), todas organizações da Ação Católica Especializada (JAC, JEC, JIC, JOC, JUC).

Ressaltamos, nesse contexto, a figura de D. Hélder Câmara, que assumiu papel relevante na Ação Católica no Brasil – ACB, direcionando-a a uma forte inclinação progressista para atividades de cunho político e social dentro da Igreja Católica, contribuindo com a fundação da própria Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, em 1952, e da Cáritas Brasileira, em 1956. Assim, conformava-se a Cáritas Brasileira - CB, inicialmente numa fase assistencialista; depois, na perspectiva da promoção humana e dos direitos e, atualmente, tem sua ação pautada nos referenciais do Bem Viver.

⁶⁰A Ação Católica, nome com o qual é reconhecida hoje, nasceu oficialmente no pontificado de Pio XI, em 23/12/1922, mas sua história remonta a 1867, com durante o pontificado de Pio IX (de 1846 a 1878).

Nos idos de 1960, cristãos pertencentes aos movimentos da Ação Católica, especialmente da (Ação católica Operária - ACO), (Juventude Estudantil Católica - JEC), (Juventude Operária Católica - JOC), (Juventude Universitária Católica - JUC), construíram, e ajudaram a consolidar, juntos com outros grupos, as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que tinham como missão a inserção da comunidade nos problemas da vida cotidiana e na luta pela justiça, desde a mensagem do Evangelho.

Destacamos o papel das CEBs até os dias atuais, sendo um de seus maiores legados a difusão do método Ver-Julgar-Agir⁶¹ - uma prática transformadora a partir da realidade, com a reafirmação da dimensão política da fé; a importância das comunidades, do trabalho de base e a presença do Deus Libertador nas lutas do povo - que beberam das fontes da **Teologia da Libertação** apresentada no capítulo primeiro e que retomamos a seguir:

A expressão Teologia da Libertação é usada comumente para indicar tanto um movimento eclesial mais ou menos reflexo (um jeito de ser Igreja, um jeito de viver e celebrar a fé, um jeito de atuar e intervir na sociedade etc.). Diz respeito à vida humana em todos os seus aspectos ou dimensões, enquanto referida a Deus e vivida em comunhão com ele, quanto um processo de libertação (práxis), vividas e elaboradas a partir dos pobres e oprimidos e no horizonte de sua libertação (AQUINO JR, 2016, p. 248).

Dessa forma, Aquino Jr (2016) enfatiza a grande contribuição da TdL- nascida e desenvolvida na América Latina e Caribe - para a construção de um “novo jeito de ser Igreja no continente latino-americano e caribenho”. Entre as décadas de 1960 a 1980, a Igreja Católica vivia um período de grandes expectativas, pois em Medellín (1968) e Puebla (1979), realizaram-se as II e III Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e do Caribe,⁶² respectivamente.

Uma quebra de paradigma para a instituição foi a aprovação, nos documentos finais das duas Conferências, de uma nova centralidade de sujeitos para a atuação da Igreja

⁶¹ Em 1964 é elaborado “Sentido, linha de ação e método dos movimentos especializados”, em comemoração aos 30 anos da Ação Católica com objetivo de generalizar o método da revisão de vida operária (Ver, Julgar e Agir) para todos os outros movimentos a ser praticamente a referência metodológica do campo popular e progressista até os dias de hoje. O método consiste em: VER a realidade vivida pelo mundo operário e popular, no trabalho, na família, no bairro, nas comunidades. Ler os acontecimentos e fatos da vida em todas as suas dimensões: econômica, política, ideológica, social. JULGAR a realidade com um olhar crítico a partir da Boa Nova de Jesus de Nazaré e de seu projeto de Vida. AGIR dentro da sociedade, no mundo operário e na Igreja. Agir para responder às exigências da fé em Jesus Cristo (SOUZA, 2006).

⁶² Ressaltamos que as Conferências Gerais congregam os bispos das confederações dos países latino-americanos e caribenhos, em Assembleia própria, para que conjuntamente aprovem os caminhos da Igreja Católica para a região e os expressem através de documentos oficiais, como as Diretrizes da Ação Evangelizadora. Realizadas a cada década, procuram conhecer e estudar a realidade do momento, refletindo sobre ela a luz da fé, buscando encontrar os horizontes e caminhos para o anúncio de Jesus Cristo no continente (<https://www.celam.org/> - CELAM, 2019). Acessado em 25 de julho de 2020

Católica: a opção preferencial pelos pobres, em seus termos “Igreja dos pobres e/ou opção preferencial pelos pobres, construindo um novo jeito de ser Igreja na América Latina e Caribe – a Igreja Povo de Deus” (AQUINO JR, 2018, 2016; BEOZZO, 1994).

O reconhecimento da Teologia da Libertação nos documentos oficiais da Igreja Católica Latino-americana, opção concreta pelos pobres e pelos jovens, trouxe novos ares para a ação pastoral. Nessa perspectiva,

Esta é marca fundamental e decisiva de Medellín e Puebla: pensar a identidade e a missão da Igreja em sua referência “essencial e primordial” aos pobres, que constituem a grande maioria dos povos latino-americanos e caribenhos, o que significou, em última instância, pensá-la como “Igreja dos pobres” (AQUINO JR, 2016, p.636).

Compromissada com os resultados de Medellín e Puebla, a CNBB atualizou as Diretrizes da Ação Evangelizadora na Igreja no Brasil (1979-1982), construindo uma linha de ação prioritária: Juventude, com objetivo de desenvolver uma “pastoral de juventude que leve em conta a realidade social dos jovens ... lhes ofereça elementos para se converterem em fatores de transformação ativa na Igreja e na sociedade” (DGAE, 1979, 75-76). Assim, organizações juvenis na Igreja Católica se reposicionaram em forma de pastorais, acompanhando as novas Diretrizes da Ação Evangelizadora na Igreja no Brasil daquele período e fazendo surgir a Pastoral da Juventude (PJ), a Juventude Rural (PJR), da Juventude do Meio Popular (PJMP).

Colocando em prática a militância e o testemunho cristão, naquele período, muitos integrantes da Ação Católica, da Ação Católica Especializada e das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que participavam dos espaços eclesiais na Igreja Católica, integraram-se às pastorais sociais e, ao identificarem-se com a causa popular, constituíram movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos.⁶³

Passadas cinco décadas desde a realização das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, observa-se uma continuidade da articulação das juventudes na Igreja Católica. No campo progressista pastoral, surgiram e consolidaram-se: Pastoral da Juventude (PJ), da Juventude Rural (PJR), da Juventude do Meio Popular (PJMP), da Juventude Estudantil (PJE) e da Juventude Universitária (PJU), tendo como referências a Ação Católica Especializada, as Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação - TdL.

⁶³ MST, Partido dos Trabalhadores são exemplos de movimento social e partido que suas lideranças forjaram identidades no seio da Igreja Católica.

Atualmente, jovens vinculados/as a essas pastorais participam da Rede de Juventudes do Ceará.

Flor do Angico, Caroá, Cumaru e Sabiá identificam-se como jovens integrantes das pastorais juvenis, a saber: Juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude (PJ), da Juventude Rural (PJR), respectivamente e relataram suas primeiras experiências pastorais. Flor do Angico assevera:

A PJMP foi meu primeiro grupo de base, a princípio ia para as novenas de maio na comunidade, e certo dia, uma catequista chamou alguns jovens para construir um grupo na comunidade. Iniciei aí. A lembrança mais forte que tenho foi à reforma da associação, que hoje é a capela da comunidade. Conseguimos consolidar o grupo que antes éramos dispersos. E, com a juventude conseguimos ajudar na comunidade e isso me marca muito. Vejo as fotos em um mural que tem lá e até hoje me marca. Tinha 14 anos à época. (FLOR DE ANGICO, ENTREVISTA A AUTORA).

Flor de Angico relembra a aproximação com a Igreja Católica, em sua adolescência, quando participava das novenas do mês de maio, em devoção à Nossa Senhora, festejo realizado em toda a igreja no Brasil, também em sua comunidade. Conheceu a PJMP através do convite de uma catequista, importante figura leiga nas comunidades católicas, responsável pela animação bíblico-catequética de crianças e adolescentes.

Há que se destacar a participação das mulheres na Igreja Católica, no âmbito das bases eclesiais, sendo elas as responsáveis pela grande maioria do público voluntário da entidade. Todavia, ainda é um enorme desafio a participação política das mulheres nos espaços hierárquicos da Igreja Católica. Pequenos avanços podem ser observados nas pastorais e organismos, como a Cáritas Brasileira, que reconhece e compreende a participação das mulheres nos espaços de gestão. No Ceará, por exemplo, as coordenações da Cáritas Brasileira Regional Ceará, desde 1998, são assumidas por mulheres e, mesmo diante desse avanço, ainda é um desafio a participação política em outros espaços eclesiais.

Note-se que o fato marcante da caminhada da jovem, naquele período, foi a reforma da associação comunitária, demonstrando relação de proximidade entre a Igreja e associação local bem como a preocupação com as formas organizativas comunitárias. Atualmente, Flor do Angico está um pouco mais afastada da PJMP e integra o movimento social Levante Popular da Juventude, abordado mais adiante.

A PJMP, constituída em 1978 pela CNBB, tem como objetivo evangelizar os jovens da classe popular no meio em que eles vivem e atuam, “anunciando a Pessoa e o Projeto de Jesus Cristo Libertador com vista a uma prática libertadora na igreja, na sociedade,

na família e em todos os momentos de sua vida” (PJMP, 2020, p. 2). O relato de Caroá, integrante da pastoral, informa a como é a atuação no Ceará:

O meu primeiro contato com a base, de grupos de jovens foi em 2013, em outubro, na paróquia, quando juntaram alguns jovens para apresentar a pastoral da juventude no meio popular (PJMP), aí eu comecei a fazer parte do grupo lá da minha comunidade. O nome do grupo é AJURI, que é uma palavra indígena que significa construir juntos, e esse é um dos grupos que fazem parte da PJMP. Hoje a gente atua com grupos urbanos, das periferias das grandes cidades, os grupos rurais e também os grupos nas regiões de praia, nas comunidades pesqueiras e nas aldeias indígenas. Trabalhamos na linha da formação bíblica pastoral, da espiritualidade libertadora, da afetividade, trabalhando a questão política, social e a questão ecológica também (CAROA, ENTREVISTA À AUTORA).

Caroá também teve seu primeiro contato com a PJMP através de uma ação da **Paróquia**⁶⁴. Vale ressaltar que as paróquias desempenham importante papel na vida das comunidades, quando constituem e animam as pastorais comunitárias, o que demonstra que a ação paroquial vai para além dos atos litúrgicos e devocionais.

A PJMP é constituída por jovens empobrecidos do meio popular – do campo e da cidade - e, no Ceará está presente em várias regiões do Estado. Ressalta-se que jovens integrantes da PJMP estão presentes em quase todas as articulações territoriais da Rede de Juventudes do Ceará, sendo relevante sua participação e posicionamento dentro da articulação.

Outra Pastoral que despertou o nascer da participação política de muitos jovens foi a Pastoral da Juventude – PJ. Cumarú diz como iniciou sua participação na comunidade tornando-se, mais tarde, coordenador diocesano da pastoral.

Meu gosto em participar começou em minha própria comunidade. A minha mãe professora, meu pai agricultor sempre nos educou à participar. Vi minha mãe atuando junto à associação de moradores, participando do conselho da capela na comunidade, em seguida engajei-me no grupo de jovens que temos até hoje denominado Jovens Peregrinos de Cristo. É um grupo de jovens da igreja católica, das Comunidades Eclesiais de Base, ligada a Pastoral da Juventude – PJ, e foi aí que iniciei os primeiros passos na coordenação desse grupo, pra essa vivência maior de organização de juventudes (CUMARU, ENTREVISTA À AUTORA).

Para indicar sua aproximação com a Igreja Católica, Cumarú ressalta sua referência familiar, principalmente por parte de sua mãe que participava da associação comunitária e das ações da capela local. O relato de Cumarú demonstra a presença das

⁶⁴ “Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano” (Cân. 515 § 1º). Determina ainda o direito canônico que “toda diocese ou outra Igreja particular seja dividida em partes distintas ou paróquias” (Cân. 374 § 1º).

mulheres que inspira e anima o jovem à participação. Outro elemento destacado pelo jovem é a vinculação às Comunidades Eclesiais de Base, presente na raiz da Pastoral de Juventude.

Ressalta-se que a Pastoral da Juventude tem como objetivo geral “despertar os/as jovens para a pessoa e a proposta de Jesus Cristo e desenvolver com eles/elas um processo global de formação baseado na fé, para formar líderes capacitados para agir na comunidade” (CNBB, 1998, p. 08). Está presente em todo o estado e tem integrantes participando das articulações territoriais e estadual. O relato de jovens na/da cidade demonstra que, nestes territórios, a presença da Igreja Católica, suas pastorais e organismos contribuem para a organização comunitária e política das juventudes.

Ainda sobre o nascer da participação dos/as jovens entrevistados/as, observa-se a presença de outra pastoral- Pastoral da Juventude Rural – PJR, vinculada aos/as jovens camponeses. No relato a seguir, a jovem do campo Sabiá - que atualmente encontram-se na cidade de Recife-PE – afirma:

Quando eu fui para a EFA [Escola Família Agrícola] comecei a conhecer mais sobre a realidade da nossa comunidade, da família e aí a monitora que me acompanhava nessa época falou da PJR, da importância de conhecermos porque veríamos outra forma da organização da juventude no campo. Em 2012, no meu primeiro ano na EFA fui pra assembleia diocesana da PJR e me pediram pra eu ir representando a escola, pra falar das unidades produtivas da escola, como elas funcionavam de forma integral. E acho que foi a primeira vez que eu falei pra um publico que eu não conhecia ninguém, com tantos jovens, mas eu me empolguei porque eu gostava muito da escola, então só estava falando do que sabia, aí deu tudo certo e entrei pra PJR e até hoje participo (SABIÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

Sabiá conheceu a PJR quando era estudante de uma Escola Família Agrícola⁶⁵ localizada em seu território. Segundo nossa interlocutora, uma monitora da Escola falou da necessidade de a juventude camponesa conhecer outras formas de organização mais aproximadas de suas realidades. No relato de Sabiá Identificamos outra organização que aproximou a jovem da pastoral: **a escola**.⁶⁶

⁶⁵ As Escolas Famílias Agrícolas - EFAs, com origem nas experiências de alternância na França, na década de 1930. Enfatizam a formação escolar dos/as educandos/as a partir do regime seriado junto às Secretarias Estaduais de Educação, possuindo também a formação técnica, tanto no ensino fundamental, como de forma mais específica o ensino médio, em que se trabalha a educação profissional de técnico em agropecuária (FREITAS, 2015, p. 172).

⁶⁶ A escola de uma forma geral foi outro espaço institucionalizado que contribuiu sobremaneira com a participação política das juventudes, inicialmente na década de 1960, com os movimentos estudantis, e posteriormente, com a organização de grêmios estudantis. Para aprofundamento do tema consultar Novaes (2007).

As escolas do campo⁶⁷ e as Escolas Famílias Agrícolas trabalham com a proposta de educação contextualizada e têm a intencionalidade de integrar a escola à comunidade, aos territórios e vice-versa. A Escola Família Agrícola, incentivou Sabiá a participar de outras formas de organização das juventudes que apresentam propostas para a permanência do jovem do campo. Assim, o papel das escolas famílias agrícolas na formação política das juventudes é de extrema relevância, sobretudo, quando articulada com outras formas de organização das juventudes, no âmbito local e territorial. A PJR nasceu em 1983, com o objetivo de “ser serviço da juventude camponesa com o intuito de fazer do campo um lugar com condições dignas de vida” (PJR, 2002, p. 03).

Portanto, ao analisarmos o nascer da participação política de alguns jovens entrevistados/as, percebemos que muitos têm sua origem participativa no seio da Igreja Católica, mais especificadamente nas Pastorais da Juventude – PJ, Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP e Pastoral da Juventude Rural- PJR. Assim, é possível afirmar que um número expressivo de jovens integrantes dessas pastorais, de outros grupos e de organismos eclesiais participa da Rede de Juventudes do Ceará, desde sua constituição, perfazendo **presença majoritária dos/as jovens vinculados à Igreja Católica na Rede de Juventudes do Ceará.**

Todavia, enquanto instituição, **a Igreja Católica também é diversa e campo de disputa.** No mesmo período de efervescência de ideologias mais progressistas, a ala conservadora movimentou-se e engendrou novos movimentos inspirados no pentecostalismo⁶⁸. Tais movimentos nasceram, se fortaleceram e difundiram-se, especialmente, entre as juventudes. Inicialmente, atingiram jovens da classe média e universitária e, atualmente, congregam jovens de todas as classes sociais.

A forte crítica feita pela ala conservadora, afirmando que a Igreja Católica estava se preocupando mais com as questões do mundo do que com as questões espirituais, “os/as jovens, foram chamados a participar de uma Igreja Renovada pautada exclusivamente na vida espiritual” (SILVA, 2017, p. 132).

⁶⁷As Escolas do Campo são “aquella que trabaja los intereses, la política, la cultura y la economía de los diversos grupos de trabajadores y trabajadoras del campo, em sus diversas formas de trabajo y de organización, en su dimensión de permanente proceso, produciendo valores, conocimiento y tecnología en la perspectiva del desarrollo social y económico igualitario de esta población. La identificación política y la inserción geográfica en la propia realidad cultural del campo son condiciones fundamentales de su implantación” (BARBOSA, 2015, p. 115) Para aprofundamento consultar Arroyo, Caldart y Molina (2004).

⁶⁸ Segundo Silva (2017), sociologicamente, tem sido chamado pentecostalismo os movimentos cristãos que dão ênfase às experiências de recebimento de dons do Espírito Santo. Há caminhos distintos do fenômeno nos EUA e no Brasil. Este último identifica “três ondas” pentecostais no Brasil, todas ligadas ao protestantismo. Os movimentos religiosos que se ligam ao pentecostalismo remetem ao fato bíblico do Pentecostes, narrado no segundo capítulo dos Atos dos Apóstolos, a sua origem.

Segundo Silva (2017), os movimentos neopentecostais católicos, a exemplo da Renovação Carismática Católica - RCC⁶⁹, nasceram no Brasil na década 1970, inicialmente nas camadas de classe média e escolarizadas, nos setores mais industrializados e modernizados da vida social, inclusive como uma espécie de contraponto ao público das CEBs (empobrecidos e excluídos). Tem como marca principal a ênfase na importância da oração, na vida espiritual compreendida como um fim em si mesmo, diferente da ênfase social, proposta pelas CEBs. Ainda sobre a Renovação Carismática Católica, o autor acrescenta:

Apesar de estar organizada como um “movimento” dentro da Igreja — o que a colocaria na mesma dinâmica de outros “movimentos”, com uma identidade própria e um público-alvo a quem se destinaria — a RCC, desde seus primórdios, pretendeu-se como uma ação transformadora, “renovadora” para ser mais exato, da própria Igreja Católica: ser uma nova Igreja, renovada, com o uso dos carismas, pondo a responsabilidade da “economia da graça” não apenas no clero, mas, também, no laicato. Seria, pois, um “novo jeito de ser Igreja” a ser esboçado (SILVA, 2017, p. 121).

Com ações de valorização do papel dos leigos/as e práticas de caráter mais devocionais, “jovens” foi um público estratégico e prioritário para a RCC. Na atualidade, **o crescente movimento neopentecostal**, disputa diretamente com as Pastorais Juvenis tradicionais, o campo das juventudes dentro da estrutura da Igreja Católica e a arena dessa disputa é denominada como Setor Juventude.⁷⁰ O acirramento desse embate acontece pelos aspectos ideológico, político e econômico: a disputa de narrativa; ocupação de espaços eclesiais e aproximação com lideranças católicas fundamentalistas, gerando conflitos entre novos movimentos juvenis católicos e as pastorais juvenis, como aponta Caroá.

“muitas vezes a gente fica com vontade de desistir do setor, de sair de lá, o pessoal da renovação domina. A gente tenta construir conjuntamente pra que todos os carismas tenham participação, mas é complicado. O Dia Nacional da Juventude - DNJ, por exemplo, agora é mais louvação que qualquer outra coisa” (CAROÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

⁶⁹RCC pode ser reconhecido e, de fato, é percebido como um **pentecostalismo católico**, que muitos também chamam de **neopentecostalismo (terceira onda do pentecostalismo)**; mantém todas as diferenças que o catolicismo mantém com o protestantismo em geral, mas afirma a atualidade dos dons do Espírito Santo. É, desde o final dos anos 70, um dos movimentos que mais cresce dentro do catolicismo (SILVA, 2017).

⁷⁰O Setor Juventude é o espaço que articula, convoca e propõe orientações para a Evangelização da Juventude, respeitando o protagonismo juvenil, a diversidade dos carismas, a organização e a espiritualidade para a unidade das forças ao redor de algumas metas e prioridades comuns à luz do documento 85 “Evangelização da Juventude”, das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil e Documento de Aparecida (CNBB, 2017). Para aprofundamento <https://jovensconectados.org.br/setorjuventude/>.

A fala de Caroá, participante das reuniões do Setor Juventude, revela os desgastes na construção conjunta do Dia Nacional da Juventude – DNJ,⁷¹ dia no qual todos os setores da Igreja Católica que trabalham com juventudes, realizam ações e atos de forma unitária. Anteriormente no Ceará, em várias dioceses ocorriam os DNJs com forte viés político, de formação, denúncia das injustiças e das violências cometidas contra as juventudes. Atualmente, as ações realizadas neste Dia são fortemente influenciadas pela RCC, caracterizando-se como um “ato-show” de fé e adoração ao Santíssimo, alijando a perceptiva política e de luta pela vida das juventudes ameaçadas.

Flor do Angico, Caroá, Cumaru e Sabiá relatam que o primeiro contato com a organização político-comunitária deu-se através da Igreja Católica, via pastorais sociais específicas para a juventude. Acompanhando mais de perto esse campo, dialogamos com Castro (2016), quando afirma que as pastorais das juventudes passaram a ocupar um cenário público, transmutando suas trajetórias como organizações político-religiosas e projetando-as para um campo político onde a categoria juventudes continua como centro do debate. Além disso, vem ampliando sua especificidade que é transversal a outros segmentos e campos, com aproximação mais evidenciada junto aos movimentos sociais. Todavia esse processo há um custo pois, como apontamos anteriormente, os setores mais conservadores da Igreja Católica, em ascensão, atacam veementemente essas pastorais por seus posicionamentos políticos. É o que ocorre no Setor Juventude.

Assim, mesmo diante de seus desafios, é perceptível **o papel da Igreja Católica para a constituição da identidade política de jovens** e que ela – a Igreja - é também território de disputa e conflitualidade. Avança-se na construção da identidade política através de organizações de base, das Pastorais Sociais, Juvenis e Organismos, como a Cáritas, pautados numa perspectiva progressista, orientando-se como uma “Igreja em Saída, para as periferias do Mundo” (AQUINO JR, 2018, p. 580).

A nosso ver, ao mesmo tempo em que se propõe a ser uma igreja em saída, recua ao voltar-se para as estruturas eclesiais, ante a acelerada diminuição do número de fiéis e do fortalecimento de alas conservadoras com a ascensão dos movimentos neopentecostais católicos.

⁷¹O Dia Nacional da Juventude (DNJ) surgiu em 1985, durante o Ano Internacional da Juventude, promovido pela Organização das Nações Unidas. Estava evidente que a juventude precisava mobilizar-se e construir espaços de participação, para pensar e repensar uma nova sociedade. Todos os anos organizam-se um dia de festa da juventude, sempre com um tema importante a ser debatido e trabalhado com grupos. O DNJ acontece em todo o país, em todos os estados. A realização do DNJ acontece todos os anos no último domingo do mês de outubro, exceto em ano eleitoral. Fonte: <https://jovensconectados.org.br/dnj/>.

Esse movimento de fluxo-refluxo também foi sentido pelos integrantes da Rede de Juventudes do Ceará, fazendo com que houvesse uma reflexão mais acurada a respeito da identidade da articulação e suas relações com a estrutura eclesial Católica, inclusive com modificações internas, como demonstrado no capítulo anterior.

3.1.2 Organizações Comunitárias- Populares e Movimentos Sociais – o nascer da participação política dos/as jovens “fora” da Igreja Católica.

3.1.2.1 Organizações Comunitárias e Populares

Mandacaru identifica, como seu primeiro grupo de base, o campo popular das organizações comunitárias e descreve:

Cheguei à UMJIR em 2008 [aos 15 anos]. Sempre tive desejo, mas não sabia como chegar lá, porque tinha uma ideia que era pra adulto. Até que um dia uma vizinha me chamou e eu quis conhecer. Levei um papel com uma lista de ideias, pra aumentar as ações, porque já tinha teatro, capoeira, cursos com a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza. Em 2012 tinha um projeto da caritas e fui ser arte-educador desse projeto na comunidade. Depois, teve eleição da diretoria da associação e fiquei coordenando o departamento de criança e adolescente e hoje contribuo com a parte de organização e elaboração de projetos. Considero a UMJIR meu primeiro grupo de base, porque conheci pessoas que me inspiraram para a vida.

O jovem da periferia de Fortaleza relata seu processo de aproximação e nos revela que a primeira emoção foi o desejo de conhecer, mas tinha o medo (BRANDÃO, 2016, 2019) do adultocentrismo presente nos espaços institucionalizados (NOVAES, 2007). E mesmo diante dessas emoções conflitivas, arriscou-se: “leve um papel com uma lista de ideias”, demonstrando iniciativa e interesse. Posteriormente, desempenhou função de referência junto a outras crianças e adolescentes, chegando a coordenar o Departamento específico para este público e ingressando no quadro diretivo da associação.

Aqui nos chama a atenção é que, inicialmente, existiu o medo de não ser aceito, pois como abordamos na seção anterior, que esse receio faz parte da vida dos/as jovens, sobretudo dos grupos subalternizados, mas observa-se que o mesmo sentiu-se acolhido e deu continuidade à sua participação na associação.

Quando Mandacaru informa que tornou-se arte-educador e assumiu a responsabilidade de acompanhar outras crianças e adolescentes, esse elemento poderia ser caracterizado como protagonismo juvenil, segundo (SOUZA, 2006). O trabalho desenvolvido

pela União dos Moradores do Jardim Iracema⁷² (UMJIR) e Caritas Arquidiocesana de Fortaleza tem como referência a formação do sujeito político desde adolescentes e jovens, ao problematizar a participação desses jovens em todas as instâncias sociais, inclusive na dimensão micro, a partir das organizações comunitárias e suas instâncias de gestão.

Outro aspecto a ser destacado foi a forma de aproximação da organização comunitária, a partir de uma mulher, sua vizinha. Tal circunstância também ocorreu com os/as jovens ligados aos grupos de base da Igreja Católica, referenciando a importância e o papel das mulheres na organização dos grupos de base. Sobre a associação comunitária e sua pauta de luta, o jovem assevera:

Minha história vai a partir da organização comunitária local que é a UMJIR – União dos Moradores do Jardim Iracema. A partir dos movimentos realizados no bairro pela luta por moradia. Inclusive a casa que moro veio dessa luta. (MANDACARU, ENTREVISTA A AUTORA).

“A União dos Moradores do Jardim Iracema (UMJIR), entidade sem fins lucrativos, foi fundada em 12 de março de 1983, com a finalidade de organizar e mobilizar os moradores do bairro Jardim Iracema e adjacências, com vistas à garantia de seus direitos” (UMJIR, 2020, p. 08).

Nosso entrevistado ressalta que a luta pelo direito à moradia digna é uma constante na caminhada UMJIR inclusive destacando a conquista de sua própria casa. Todavia, a luta pela moradia não consiste somente na luta pela casa, mas sim por toda a infraestrutura necessária para viver com dignidade em seu território. Sobre isso, Mandacaru acrescenta:

“lutamos pela creche que tem na associação; o cursinho popular para os jovens; a praça da comunidade; médicos no posto de saúde, que na época, os cubanos faziam um ótimo trabalho, mas foram mandados embora pelo governo golpista. Lutamos também contra o extermínio da juventude em nosso bairro, na verdade em todas as periferias de Fortaleza e do Ceará como um todo. Fazemos muitos atos, mobilizações, negociamos diretamente com a prefeitura e a câmara de vereadores em alguns momentos, às vezes conseguimos, às vezes não. Enfim, tudo que somos: comunidade de periferia, com a maioria do povo negro e pobre; e, o que conquistamos, é na base da organização e luta comunitária (MANDACARU, ENTREVISTA A AUTORA).”

As pautas da/na cidade são reveladas por Mandacaru e demonstram o quanto os/as jovens estão envolvidos/as: participando diretamente das lutas, atos, mobilizações; se fazendo presentes na cena pública; em debates e negociações de pautas gerais em favor da

⁷² Logo adiante apresentaremos a entidade de forma mais detalhada.

comunidade, do bairro, mas também de pautas específicas das juventudes, como é o caso do cursinho e do enfrentamento ao extermínio das juventudes. Outro elemento importante, presente na fala do jovem é a consciência para além da geracional – a consciência de classe e raça- pois sabe-se o quanto é revelador o racismo estrutural e as relações de dominação e opressão.

A fragilidade da política de lazer é recorrente na fala dos/as entrevistados/as pois, como já foi dito no capítulo anterior, a falta de equipamentos de lazer vêm se configurando como uma das formas de violações de direitos nos territórios. No referido capítulo, Mancadaru relata a luta pela conquista de espaços de socialização comunitária.

Assim como Mandacaru, outros/as jovens também iniciaram sua participação a partir de organizações comunitárias e populares, presentes em todo o território cearense.

3.1.2.2 Movimentos Sociais

Os movimentos sociais construíram lutas, resistências e conceitos e que foram compreendidos e apreendidos pela academia, de diferentes formas e concepções. Reconhecemos a categoria a partir do acúmulo sociológico de Gohn (2011, 2009, 2008) bem como de uma leitura crítica da mesma em alguns apontamentos de Svampa (2009); Aguiar (2015) e Barbosa (2019, 2018, 2017, 2016, 2015). Acreditamos que a discussão teórica supracitada aproxima-se dos movimentos sociais territoriais e das lutas comunitário-popular no Ceará. Contudo, diante de vasta e profícua produção acadêmica, não nos deteremos à conceituação por não ser diretamente objeto deste estudo.

Dado o contexto apresentado, quem é impactado diretamente nesses territórios marcados por diferentes processos de disputa territorial, conforme apresentado no capítulo anterior? Prioritariamente os povos originários, camponeses e as comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, pescadores/as e agricultores/as familiares. Ressalta-se que esses grupos/comunidades/segmentos realizam ações coletivas mas também integram movimentos sociais para o enfrentamento e o fortalecimento de suas lutas e resistências e a construção de práticas solidárias e sustentáveis dentro de seus territórios.

Entre os movimentos sociais que, cotidianamente, resistem nos diferentes territórios que compõem a Rede de Juventudes, destacam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST,

Movimento Indígena e Movimento Quilombola, com ênfase para a participação das mulheres e jovens nestes movimentos.

Na constituição da Rede de Juventudes do Ceará, jovens militantes referidos movimentos participaram da articulação: Ipê, Flor do Angico e Juazeiro são integrantes do Movimento Sem Terra, Levante Popular da Juventude e Movimento das Trabalhadores/as por Direitos – MTD, respectivamente. Ademais, jovens integrantes de outros movimentos - Movimento Indígena - também compõem as articulações territorial e estadual. Nessa perspectiva, Flor do Angico informa como integrou-se ao Levante Popular da Juventude:

Na Universidade conheci o **Levante Popular da Juventude** e hoje contribuo na coordenação nacional do Levante e ainda sou da PJMP, mas não organicamente. O Levante surgiu no RS em 2006 como um movimento de bairro. Tinha uma aproximação muito grande com MST, que compõe a Via Campesina, com o MAB, PJR também. Em 2012 definiu nacionalizar o levante. Um acampamento com pessoas do MST, MAB, MPA, Consulta Popular, PJR vai pro acampamento nacional e organiza o Levante em um tripé: organização-formação-luta. E nesse tripé tem três linhas de atuação. A frente camponesa, a frente estudantil e a frente territorial. Organizamos os jovens nestas 3 frentes que conseguimos fazer a partir de pequenas ações, a tão sonhada revolução. Revolução estrutural, numa sociedade que combata as injustiças. (FLOR DO ANGICO, ENTREVISTA A AUTORA).

Flor do Angico, que iniciou a formação de sua identidade política na Pastoral da Juventude do Meio Popular, na universidade conheceu o Levante Popular da Juventude e, atualmente, contribui em sua estrutura orgânica, participando da coordenação nacional, “mas não deixando de ser da PJMP”.

Essa atuação em ambas as organizações aponta a capacidade dos/as jovens de **participarem simultaneamente de diversos coletivos/movimentos/pastorais**, não “garantindo exclusividade” a nenhum coletivo, mas promovendo articulação de forças e campos políticos. É o que faz a articulação da Via Campesina⁷³. Estas são importantes características para a consolidação de Redes, como a Rede de Juventudes do Ceará: **os/as jovens do/no campo e na/da cidade vão se forjando nesses movimentos e apesar de se forjarem dentro de uma organização popular/eclesial/movimento social específico,**

⁷³A Via Campesina é uma articulação internacional de luta por terra e territórios. No Brasil, é integrada pelas seguintes organizações: Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MS), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra; (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Conselho Indígena Missionário (CIMI), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Para maior aprofundamento (Barbosa e Rosset, 2017; Rosset, 2015).

articulam pautas amplas e pautas específicas das juventudes através da Rede de Juventudes. Retomamos essa constatação na última seção do capítulo.

Ao apresentar a forma de organização e as bandeiras de luta do Levante Popular da Juventude, a jovem demonstra conhecimento da história do movimento e seu campo de atuação, a saber: camponesa, estudantil e territorial. Estas constituem linhas de frente que representam a diversidade das juventudes que compõem o Levante Popular da Juventude, com a participação de jovens do/no campo e na/da cidade, assim como na Rede.

As principais bandeiras de luta do Levante são a Justiça social e também todas as pautas que envolvem a juventude: extermínio, o combate à violência, desigualdade sociais, emprego e renda, a gente luta pra que os jovens possam ter acesso e nossos jovens não sejam exterminados, principalmente o negro da periferia. Hoje também temos o lema: SALVAR VIDAS, não importa os caminhos. Aí construímos uma campanha “Levante pela Paz” pra que a gente possa adentrar nos territórios comandados pelo crime e que a gente possa desenvolver atividades lá. No Ceará temos em todas as regiões, consolidado na região norte e cariri (FLOR DO ANGICO, EM ENTREVISTA A AUTORA).

Ao referirem-se às principais bandeiras do movimento, observamos que as mesmas dialogam com os princípios da Rede de Juventudes do Ceará, com destaque para a Justiça Social e o combate às formas de violência e opressão das juventudes, inclusive, em sua forma letal, o extermínio.

Outra violação dos direitos das juventudes, já apresentado no capítulo anterior, é a relação com o tráfico e os comandos das facções nos territórios, fazendo com que os movimentos dediquem-se a construir pautas e estratégias para o trabalho de base nestes territórios comandado pelo tráfico e as milícias.

Para Juazeiro, jovem da cidade e integrante do Movimento dos/as Trabalhadores/as por Direitos – MTD, o resgate da história dos movimentos o ajuda a compreender sua condição socio-histórica como indivíduo pertencente à classe trabalhadora. Essa afirmação revela a importância do movimento sindical-operário, elemento constitutivo da luta do MTD, na perspectiva do acesso à terra, moradia e condições dignas de trabalho.

Ressalta que, diante do contexto instituído pelo Golpe de 16, os movimentos voltaram-se para reflexões mais internas com a finalidade de revisar suas formas organizativas, agenda de luta. Houve também a unificação de movimentos em prol de articulações mais amplas, como foi o caso da integração do MUTU ao MTD, dois movimentos importante do campo popular, na luta das cidades. O relato é longo, mas pertinente para compreendermos os novos rearranjos nos movimentos sociais na/da cidade:

No dia 22 de maio fez 20 anos do MTD – Movimento dos Trabalhadores/as por Direitos. Que nasceu na região metropolitana de Porto Alegre com a primeira ocupação de terra que ficava do lado de uma fábrica da Volkswagen, fazendo o contraponto porque a grande empresa tinha direito a terra de graça e os trabalhadores não tinham acesso a terra e moradia. O MTD nasce com esse processo de ocupação urbana na região de Porto Alegre. Surgiu esse movimento mais estadual. Era parceiro do campo político da Via Campesina, se configurou depois nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Aí foi surgindo com organicidade, com processo de articulação e formação política, construindo muita luta nos governos Lula e Dilma com acesso às políticas públicas. Um leque de direitos o MTD foi trabalhando. Em 2015 diante da crise política, econômica e social vivenciada, esse campo popular do projeto popular faz uma análise de conjuntura densa, e faz uma definição política de que era necessário fortalecer as ferramentas políticas no urbano, nas grandes e médias cidades do país. Realizamos um seminário na Escola Nacional Florestan Fernandes pra discutir a unificação do MTD e MUTU – movimento unificado dos trabalhadores urbanos, numa perspectiva de reelaboração mais programática, as bandeiras que os movimentos defendiam e mais estratégica, de identidade e modelo orgânico, com a tarefa central de organizar os trabalhadores das periferias do Brasil. Foi aceito e com o nome de Movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras por direitos. Hoje o MTD está em 17 estados, nas 05 regiões do país. Tem um coletivo nacional e coordenação nacional consolidado. Aqui no Ceará temos o MTD em Fortaleza e na região do Cariri. (JUAZEIRO,⁷⁴ EM ENTREVISTA A AUTORA).

Em relação aos desafios, Juazeiro apresenta a demanda crescente de formação crítica dos grupos de base, desde a instância estadual até a nacional. Para isso, tem a perspectiva da consolidação da Escola Ana Dias, referência do movimento popular e operário. Ainda de acordo com nosso entrevistado, o MTD adota como estratégias de articulação de forças, o fortalecimento e ampliação de parcerias com as pastorais, Igrejas e outros movimentos. Assim, a Rede de Juventudes do Ceará é campo propício para tais articulações.

Temos vários desafios desde o ponto de vista da formação, da organização. Nacionalmente temos 3 desafios que cabem pro estado que é expansão, massificação e consolidação do Movimento. Expandir para as cidades médias. O movimento popular deve contribuir com o movimento sindical. Temos a ideia de Massa e não de poucos iluminados, de baixo pra cima. E, a consolidação perpassando um modelo orgânico no estado, desde os grupos de base, na luta e formação política. Todos esses 3 desafios tem ações concretas: consolidação da Escola Estadual Ana Dias, que é uma escola de formação política, em homenagem a uma grande lutadora do povo de São Paulo; consolidação de uma coordenação estadual mais fixa e ampla; e estabelecer parceiros importantes não só dos movimentos populares, ONGS, pastorais fortalecer a relação com as Igrejas, tanto Católicas quanto evangélicas. Que a gente tenha projetos sociais em parcerias. (JUAZEIRO, EM ENTREVISTA A AUTORA).

Enquanto movimento camponês presente na Rede, identificamos o Movimento Sem Terra – MST, sujeito de produções sociológicas (BARBOSA, 2019, 2018, 2017). Jovens

⁷⁴ Homem, 23 anos. Ensino Superior Incompleto, estudante do curso de Filosofia. Entrevista concedida a autora em 05 de maio de 2020 e complementada em 24 de maio de 2020.

de suas bases – Acampamentos e Assentamentos – participam das mais diferentes Setores do MST,⁷⁵ e das articulações territorial e estadual da Rede de Juventudes do Ceará.

O conteúdo da fala de Ipê ressalta algumas categorias expressivas da participação política no Movimento: formação educativa e política; crianças e adolescentes integrantes da luta; papel das mulheres.

Então na época, quando eu nasci, o MST ainda tinha os seus 15 anos e começava a discutir educação infantil né, formação para as crianças e aí participei dentro do movimento de uma experiência que nós chamamos de uma ciranda infantil, que você pode pensar, na primeira vez que você visualizar o espaço, a primeira impressão é que é uma creche, como se fosse à creche do MST. Mas a ciranda infantil para nós ela tem uma perspectiva mais ampla de formação das nossas crianças, né. Perspectiva educativa, mas também política, de já fazer um processo de formação com esses sujeitos que são importantes e são parte da luta. E aí, eu participei da primeira ciranda infantil, minha mãe puxou esse debate dentro do movimento, porque ela percebia muito que havia um afastamento das mulheres quando elas eram mães, era como se ser mãe impedisse sua militância, e aí ela faz esse debate dentro do movimento e a partir disso, com outras mães, constrói essa proposta de que os filhos dos militantes, eles são parte do movimento e responsabilidade do movimento. (IPÊ, ENTREVISTA A AUTORA)

Ipê faz memória de sua infância permeada pela história do MST, sobretudo da luta do Movimento pelo acesso à educação, na perspectiva educativa e política, para todos os segmentos que o compõem, iniciando pelas crianças. Ao fortalecer a identidade do Movimento a partir das crianças sem-terrinhas,⁷⁶ a Ciranda Infantil inaugura a perspectiva da educação política para este segmento, e vai além, ao reconhecer a importância das crianças e da infância para a conformação da luta social.

Revela o embate travado por sua mãe, liderança histórica do MST na luta por terra e educação que, na época percebia o afastamento de mulheres-mães da luta, impedidas de realizarem a militância.

Aqui recuperamos que ainda hoje esse desafio está presente, conforme os relatos de Catingueira e Malva que se distanciaram da Rede de Juventudes do Ceará, da dimensão produtiva do trabalho e dos estudos, devido às responsabilidades advindas com a maternidade. Observa-se o caráter coletivo das questões, que para muitos, poderia ser somente de uma mulher ou do segmento, mas diante das lutas travadas, tornou-se pauta e bandeira coletiva do MST. Continuamos com a reflexão de Ipê que afirma:

⁷⁵Para um maior detalhamento, ver Barbosa (2015).

⁷⁶ Os sem-terrinha é a identidade construída das crianças sem-terra, integrante do Movimento Sem Terra. Para aprofundamento: BARBOSA, L.P e SALES, M (2018).

A nossa atuação é muito vinculada a esses processos formativos e organizativos, porque nossas pautas, nós não somos um movimento dentro do movimento, nós somos do MST. Então, quando eu chego num espaço e vou me apresentar falo “sou Ipê, juventude sem terra”, e não “sou Ipê do movimento da juventude do MST” uma vez numa reunião queriam colocar isso, porque tem as juventudes dos partidos né: JPT, Juventude da CUT, não, não existe JMST, é MST. Somos jovens do MST, então isso é uma primeira coisa assim, nós não somos uma coisa a parte, nós somos parte de um todo. A nossa pauta é a reforma agrária, é a pauta do MST, é a luta pela terra, é a luta pela educação do campo, são as lutas do MST geral e que, claro, a juventude tá atrelada, porque o projeto de reforma agraria popular que é o que a gente defende, é o nosso programa, ele não consegue existir sem a juventude. Então pra nós essas são as nossas bandeiras. Mas também é do reconhecimento do todo que existe pautas da juventude que são importantes, nós pautamos a copa da reforma agraria, porque o esporte é uma coisa que é da juventude que quer tá ativa, quer estar nos territórios, foi uma pauta nossa. A pauta cultural, dos festivais juninos, tudo isso, o movimento incorpora aqui no Ceará. Que é uma coisa específica bastante daqui, a partir da juventude. (IPÊ, EM ENTREVISTA A AUTORA).

O depoimento de Ipê revela a construção de uma **identidade coletiva** quando reporta-se às “pautas do Movimento”, no qual todos os segmentos – crianças, jovens, adultos e idosos/as - constroem a luta. A pauta da “Reforma Agrária Popular, Luta pela Terra e Educação do Campo” são exemplos de bandeiras de todos/as.

A jovem frisa a importância de não “fracionar o Movimento” em pautas específicas, mesmo reconhecendo a existência e a necessidade delas, como é o caso da Copa da Reforma Agrária, dos Festivais Juninos, dentre outras. Portanto, as identidades coletivas dos movimentos vão se firmando tanto com pautas amplas e gerais como com questões específicas demandadas pela realidade das juventudes.

Por fim, compreendemos que o nascer da participação política dos sujeitos contribuiu para o fortalecimento das articulações territoriais; identificamos que as pastorais, organizações populares e/ou comunitárias e movimentos sociais estão ou estiveram presentes nos oito territórios, desde 2015, quando estes foram constituídos.

Enquanto espaço de articulação das juventudes do/no campo e da/na cidade, integrando coletivos, a partir de pastorais/organismos da Igreja, organizações populares e movimentos sociais, **observaremos que as pautas desses coletivos retroalimentam a Rede de Juventudes do Ceará e vice-versa.**

3.2 A Rede de Juventudes do Ceará como espaço de participação política.

3.2.1 Participação Política: as juventudes como campo político e presença na agenda pública

O conceito de Participação desenvolvido no debate sociológico, tem várias dimensões e significados. Nesta seção não faremos uma imersão na categoria participação por reconhecermos o acúmulo produzido pela sociologia com respeito à temática: Bordenave (1994), Pateman (1992), Carvalho (1998), Dagnino (2007), Brandão (2016, 2019), Leal (2003), Avritzer (2008), Monteiro (2015), Loureiro (2008), Gohn (2011, 2009, 2008). Retomamos alguns conceitos que consideramos relevantes no que diz respeito à participação política das juventudes na agenda pública e como a crise democrática atual, na qual a participação é elemento constituinte, tem afetado diretamente esse segmento..

O significado mais simples e direto do conceito de participação é apresentado como “fazer parte, tomar parte ou ter parte” Bordenave (1994, p. 22). Para Pateman (1992), na teoria participativa, a participação política se refere à igual participação na tomada de decisões e igualdade política refere-se à igualdade de poder na determinação das decisões.

Na perspectiva do senso comum, predomina a concepção de participação atrelada aos processos eleitorais, em que se elege uma representação para gerir assuntos de interesse coletivo. Nesse marco, destaca-se a participação na eleição de políticos, por exemplo. Entretanto, é relevante destacar a impossibilidade de se afirmar que, efetivamente, exista participação apenas porque as pessoas têm acesso à escolha de seus governantes. Pateman (1992) diz que mesmo Mill (1910), apesar das contradições em sua teoria, pautada no liberalismo e utilitarismo, já sustentava que de nada adianta o sufrágio universal se o indivíduo não estiver preparado para a participação política em nível local, onde ele aprende a se autogovernar.

Somente se o indivíduo tiver a oportunidade de participar de modo direto no processo de decisão e na escolha de representantes nas áreas alternativas é que nas modernas circunstâncias, ele pode esperar qualquer controle real sobre o curso de sua vida ou sobre o desenvolvimento do ambiente em que vive. (PATEMAN, 1992, p. 145-146).

Pateman (1992) acredita que a efetivação da participação política só será possível quando houver uma transformação da relação de superioridade-subordinação para uma relação de cooperação ou igualdade. Assim, também **a democracia não se faz possível enquanto exista desigualdade econômica e verticalização do poder**. A autora diz que a

participação deve acontecer em todas as esferas da sociedade, pois só assim ela poderá exercer influência sobre a estrutura nacional. Ainda de acordo com Pateman (1992), Rousseau também já dizia que a função central da **participação é educativa**, sendo também importante a tomada de decisões coletivas e a integração dos cidadãos à sua comunidade.

Ainda no final do século XX, Carvalho (1998) chama atenção para o perigo da participação configurar-se como elemento constituinte da política neoliberal, onde o Estado, na tentativa de desobrigar-se de seus encargos sociais, transfere-os à sociedade, afirmando estar abrindo espaço à participação. Exemplo disso foi o apelo à “participação” como voluntário nas escolas, propagandeado como uma condição para se alcançar a cidadania. Aqui nota-se que se vincula a dimensão da participação política à cidadania, a conquista de direitos. Dessa forma, a participação política foi fortemente compreendida como espaço de participação da sociedade para construção de uma agenda pública junto ao Estado, proliferando-se espaços de controle social das mais diversas políticas públicas gestadas naquele período (DAGNINO, 2002).

Segundo Avritzer (2008), a primeira década do século XXI consolidou no Brasil, uma variedade de instituições participativas, com desenhos institucionais distintos que exerceram impactos diferenciados na democratização do governo. Desenhos como “participativo de baixo para cima, de livre entrada” que se relacionam com os Orçamentos Participativos. Contudo, em relação à efetividade, estudos como Monteiro (2015) e Loureiro (2008) apontam os limites desse modelo, já que constatou-se, através de pesquisas, que muitas demandas apresentadas como prioritárias nos orçamentos participativos, sequer foram implementadas.

Sobre o desenrolar dessa discussão no Brasil, Carvalho (1998) afirma ser necessário entender a participação a partir da história na qual esta se constituiu. Reconhecemos como uma conquista temporal de organizações populares, sindicatos, movimentos sociais, entre outros, a participação em espaços de controle social, o que impeliu o Estado a abrir espaço para a participação da sociedade.

Ao mesmo tempo o capital, ao se apropriar com maior envergadura das estruturas políticas do Estado, contribuiu para que o discurso da participação se apresentasse de forma generalizada porém, superficial. Nesse sentido, essa configuração do Estado utilizou tais espaços, ditos participativos, para maquiar a realidade, denominando essa forma de **participação como oferta estatal** (Dagnino, 2007). Esse tipo de participação, na maioria dos casos, é criada tão somente para legitimar os interesses do capital junto ao Estado, como

ocorreu com a **institucionalização da política de juventude no Brasil no início do século XXI**.

O Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852 de 2013) em seu Capítulo II, estabelece como direitos dos jovens o direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil (Seção I). Em seu artigo 4º, entende por participação juvenil:

Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

I – a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II – o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III – a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV – a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013).

Para Castro (2016, 2011), a partir dos anos 2000, observa-se uma presença importante no cenário político nacional: **o campo das políticas públicas de juventude – PPJ**, institucionalizando inclusive uma política através do Estatuto da Juventude (2013). A autora também remete a este período a conformação do **campo político da juventude**⁷⁷ e **faz distinção entre o campo das políticas públicas de juventude – PPJ e o campo político da juventude**.

A autora afirma que o campo político é mais largo e pauta-se por temas que não se restringem ao diálogo com o Estado. Todavia, para que não se caia em uma leitura anacrônica do campo político das juventudes somente a partir dos anos 2000, apresentamos, no início deste capítulo, todo o acúmulo da Igreja Católica que, desde a década de 1950 compreendia a juventude como campo político e os/as jovens, como sujeitos dessa ação. Além do mais, os movimentos anarquistas e comunistas se fizeram presentes ainda no início do século XX e que, inclusive antecederam a ação da Igreja nessa perspectiva.

Para Castro (2011), a mudança mais significativa portanto, é que os/as jovens estavam organizados/as politicamente em espaços em que a juventude não era uma categoria de identificação política ou mesmo de reconhecimento. Segundo à autora, um exemplo

⁷⁷A autora debate, de forma mais aprofundada, a constituição desses campos no capítulo “O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão” (CASTRO, 2011), no livro *Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil* (PAPA; FREITAS, 2011). Observa-se que a mesma opta por trabalhar com a categoria juventude no singular, e não juventudes no plural, como assim o faço. Portanto, para preservar seu conceito, reescrevo em seus termos.

clássico no Brasil até início dos anos de 1990, foi a primazia da categoria estudante⁷⁸ sobre a categoria juventude como identidade política. Nas palavras da autora: “Hoje observamos juventude como categoria identitária de representação política presente em uma diversidade de expressões organizativas e formas de participação política” (CASTRO, 2011, p. 298).

Contudo, outros autores (Souza, 2006; Brandão 2016, 2019) refutam essa perspectiva da participação política das juventudes. Para esses autores, não é de “hoje”, ou melhor, dos anos 2000, que o segmento se apresenta com identidade política própria e o que ocorreu no início do milênio foi a institucionalização da política pública de juventude no Brasil; que as juventudes “apareceram” na agenda governamental, fruto de um processo iniciado por agências e organismos internacionais - a exemplo da ONU - que em 1985 estabeleceu o Ano Internacional da Juventude. Estas políticas que, de modo genérico, denominamos “de juventude”, são também políticas “com” e “para” jovens, já refletidos por autores, como Castro e Abramovay (2002) e Novaes (2007).

Comungamos com a perspectiva de Brandão (2019) ao relacionar a elaboração e implementação das políticas públicas de juventudes no Brasil à emoções, sentimentos e afetos ao abordar sociologicamente a questão. Em se tratando da participação de jovens, Brandão (2016; 2019), a partir de estudos sobre as políticas públicas de juventudes- PPJ, em Pernambuco, e dos processos e mecanismos de constituição dessas políticas, faz relação entre emoções, sentimentos e afetos para compreender como as políticas públicas de juventude operam.

Brandão (2019) retoma conceitos da filosofia e da psicologia para compreender as emoções, os sentimentos e afetos como categorias sociológicas, e apresenta distinção entre a tríade: “As emoções são respostas a situações objetivas, que podem ser compartilhadas por terceiros...os sentimentos seriam mais duradouros que as emoções... e os afetos se constituem como unidade sógnica de emoções e sentimentos” (BRANDÃO, 2019, 61-63). Ao aprofundar categorias tão presentes na vida dos/as jovens, por vezes, compreendem emoções-sentimentos-afetos como sinônimos - mas que de fato não são - podemos observar o quanto essas categorias se concretizam nas políticas públicas de juventudes, através do medo, adoração e do encantamento, como argumenta o autor. Destacamos o **medo e adoração**, por

⁷⁸ Para aprofundamento do tema: MISCHE, Ann. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. In: PERALVA, Angelina Teixeira e SPÓSITO, Marília Pontes (orgs). Revista Brasileira de Educação: *Juventude e Contemporaneidade*. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1997, p.134-150.

relacionarem-se a questões identificadas nas entrevistas e documentos relacionados à Rede de Juventudes do Ceará.

Ao afirmar “A gente vive com medo. Medo de morrer porque a polícia não quer nem saber, já chega atirando; medo da discriminação da sociedade, quando a gente faz os rolezinhos ou saraus por ser preto da periferia; medo de tudo”, o jovem Juazeiro identifica o medo presente em seu cotidiano e a forma de como o Estado, através da segurança pública, bem como a sociedade, o identificam como ameaça, reforçando a visão de jovem como problema.

Conforme aponta Abramo, “a **juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade**” (ABRAMO, 2005, p. 29). Juazeiro apresenta como a sociedade e o Estado “reagem” junto às juventudes, preocupando-se muito mais com a segurança da sociedade e vendo os/as jovens como ameaça. Assim, jovens entram na cena pública através do medo como “estado situacional de perigo, real ou imaginário” (BRANDÃO, 2019, p. 66), constituindo-se na origem e desenvolvimento das políticas públicas de juventude no Brasil.

Isto revela que não apenas os jovens tinham medo de sua própria condição no mundo contemporâneo, mas também a sociedade e o Estado nacional enfocavam esta fase da vida “quase sempre” pelo ângulo dos problemas que lhes são associados e causam diferentes medos (BRANDÃO, 2019, p. 65).

Em paralelo à fase do “jovem como perigo”, outros interesses foram se conformando, em especial de agências internacionais e organismos multilaterais, no desenvolvimento das políticas públicas de juventudes, como explicitado anteriormente. Nesse ínterim, o emprego e difusão do conceito de protagonismo juvenil foram basilares para a elaboração de políticas públicas de juventudes – PPJ no Brasil, refletindo a transferência de responsabilidades do Estado e da sociedade para o/a jovem. Brandão (2019) relaciona essa fase da PPJ como uma **adoração ao jovem como protagonista, retomando o sentido religioso do termo**.

Pautado por organismos internacionais e organizações sociais a fim de transferir ao jovem seu sucesso ou fracasso, o autor refere-se o protagonismo juvenil como uma representação do culto à simbologia da divindade do que propriamente a divindade em si.

Voltando à metáfora religiosa, podemos afirmar que o protagonismo juvenil representa mais um culto à simbologia da divindade (do vigor e da plenitude

humanas) do que à divindade propriamente dita. Sendo o símbolo incorporado na juventude e a materialização divina difundida entre aquilo e aqueles que efetivamente afetam a vida de jovens e não-jovens. Talvez estejamos adorando imagens porque simplesmente não conheçamos os deuses que afetam este mundo contemporâneo tão fluído e complexo (BRANDÃO, 2019, p.69).

Com o/a jovem sendo o personagem principal de um espetáculo, sem ter se construído conscientemente para tal papel, já que sua própria condição juvenil não garante condições objetivas para desvelar esse papel, produz-se o **fetiche e/ou espetacularização da participação de jovens**, e, conseqüentemente, das políticas para juventudes. Nesse sentido, “os papéis representados pelos/as jovens na construção da política de juventude se assemelharam, de modo geral, aos papéis de figurantes, cujas performances – por melhor que tenham sido – foram praticamente irrelevantes para o conjunto do espetáculo” (BRANDÃO, 2016, p. 173). Nessa mesma direção, Souza (2006) afirma:

O protagonismo juvenil, portanto, é um discurso de adultos, produzido e compartilhado pelos organismos internacionais, órgãos governamentais, ONGs, empresários e educadores, ou seja, pelos adultos que se dedicam à integração da juventude, considerada objeto de intervenções. O jovem protagonista é objeto e não sujeito de políticas e medidas governamentais e não governamentais. [...] o protagonismo juvenil é um simulacro, visto que o jovem do discurso não é sujeito (SOUZA, 2006, p. 16-17, itálico no original).

Vale ressaltar que na missão da Rede de Juventudes do Ceará o termo protagonismo juvenil se faz presente: “Articular e fortalecer as juventudes do campo e da cidade do Ceará, buscando desenvolver **o protagonismo juvenil** através do trabalho de base, respeitando as diversidades, promovendo a autonomia e lutando por direitos na construção do Bem Viver” (REDE DE JUVENTUDES DO CEARÁ, 2019). Observamos que, provavelmente, o debate sociológico sobre esse termo ainda não ocorreu, já que ele vai de encontro com a perspectiva do Bem Viver, configurando-se como uma problematização necessária para o interior da Rede de Juventudes do Ceará e dos coletivos que a compõem.

Assim, concordamos com as crescentes análises que apontam os limites da participação, quando somente circunscrita à dimensão relacional com o Estado, ocorrendo, o **fetiche da participação popular**. Como afirma Leal (2003), a participação popular passa a operar junto às gestões governamentais, como algo sem efetividade, eficácia. Brandão (2016, p.170) afirma que, “Transpondo para os dias atuais, a participação popular parece ser o fetiche do tempo presente e questionar sua eficácia só não é mais execrado do que criticar sua aplicação pelos governos”.

Em junho de 2013, o Brasil passou por momentos marcantes com intensas manifestações de novos movimentos “protagonizadas” especialmente pelas juventudes, que foram às ruas para protestar. Inicialmente, as manifestações eram contra o aumento das tarifas de transporte público mas, posteriormente se transformaram em insatisfação generalizada. As pautas foram ampliadas e incluíram muitos outros temas, tais como: as reivindicações por mais qualidade na saúde e educação públicas; as denúncias de gastos considerados excessivos com a Copa de 2014; as manifestações de repúdio contra a corrupção etc.

Ademais, ainda sendo estudadas diante de sua complexidade, pautas e intencionalidades (CARVALHO, 2019, GOHN 2017), as manifestações de junho de 2013 evidenciaram a enorme insatisfação do povo com as formas tradicionais de participação, tornando notável que a população – em especial, os jovens – das mais diversas formas, começaram a questionar a representatividade política e pautar “mudanças”.

Naquele período e diante do contexto de incertezas e fortes pressões políticas e financeiras, o capital transnacional financiou o surgimento de “novos movimentos”, tais como o Movimento Brasil Livre – MBL (BARBOSA, 2016). Jovens com viés de direita, conservador e fundamentalista também se apresentaram na cena e agenda pública.

Em contraposição ao recente período de redemocratização vivenciado, em 2016 o país passou pelo **Golpe**⁷⁹ jurídico-parlamentar, o que desconstruiu muitos espaços de participação bem como políticas/programas construídos de forma participativa. Carvalho (2019) retoma os efeitos do Golpe16:

Com efeito, o golpe de 2016 encarna, de forma nítida, o projeto das classes burguesas, vinculadas aos diferentes segmentos do capital, sobremaneira o capital financeiro, em composições orgânicas com o capital vinculado ao neoextrativismo, nos circuitos do agronegócio. Nos percursos de consecutivos desmontes e desmanches no que podemos denominar *Golpe 16*, vem se rompendo a regulação democrática do capitalismo, conquistada nos processos de democratização, e irrompem dimensões de um capitalismo selvagem, sustentado por forças do capital. O país está a viver um momento peculiar da luta de classes, comum a preponderância das elites, a exigir resistências capazes de responder às pesadas investidas do poderio capitalista. (CARVALHO, 2019, p. 16).

Dessa forma, **como efetivar esses direitos, diante da crise democrática vivenciada?** Num *continuum* de 2013 até este ano de 2020, com a destituição da Presidenta Dilma, com o Golpe de 2016 e com a prisão do ex-presidente Lula, em 07 de abril de 2018 -o

⁷⁹ A destituição da Presidenta eleita democraticamente em 2016 demonstra que este foi um passo agravante, no processo de polarização das forças econômicas e políticas que faz uns afirmarem ter sido golpe e outros defenderem a formalidade processual, como garantia do exercício democrático. Contudo, assim como Carvalho (2019), ratificamos que houve um Golpe, por ela denominado, Golpe 16.

que o tirou da disputa eleitoral daquele ano – agudizou-se a crise e pôs-se em xeque o presidencialismo de coalisão.

Diante de inúmeras divulgações de informações judiciais e notícias falsas pela imprensa e, de forma nunca vista, pelas redes sociais, culminou com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, candidato da direita conservadora brasileira, aliado da bancada evangélica fundamentalista, dos militares e do agronegócio.⁸⁰

Posteriormente, a ascensão política do então juiz Sergio Moro,⁸¹ que atuou de forma decisiva no impedimento da candidatura de Lula, caracterizou uma suspeição da isenção necessária ao Poder Judiciário bem como apontou uma relação questionável entre os poderes Executivo e Judiciário, possibilitando-nos argumentos para falar de crise da tão recente democracia brasileira.

Com base nas contribuições teóricas de Dagnino (2002), Avritzer (2002) e Oliveira (2007), compreendemos que, mesmo diante de todas as reflexões sobre democracia ela ainda não facilitou a ampliação da participação da sociedade, já que **ocorreu a restrição das formas de participação e soberania ampliadas** em favor de um consenso em torno do procedimento eleitoral para a formação de governos. Os autores supracitados ressaltam, de forma enfática, que **o sentido da democracia e da participação foi esvaziado**, sendo preciso institucionalizar um modelo contra-hegemônico de Democracia, em que emergjam novas formas de organização da sociedade e de relação entre o Estado e a sociedade. Oliveira (2007) afirma ser necessário retomar o verdadeiro sentido da dimensão da ampliação pública de Estado, o Estado Ampliado,⁸² apresentado em Gramsci (1999).

⁸⁰ Reconhecemos que a aliança entre governos e capital é elemento constitutivo do Estado, conforme nos legou a análise de Marx. Faoro (1958) revelou a característica patrimonialista do Estado Brasileiro. E, mesmo os governos “progressistas” da “era PT”, com o presidencialismo de coalizão (AVRITZER, 2016), na perspectiva da conciliação de classes, não rompeu com esse modelo. Aliás, ampliou a relação com o capital financeiro e transnacional, incentivando o consumo, e, por conseguinte o endividamento da população e o fortalecimento da elite agrária, potencializando o agro e hidronegócio, a mineração, o setor energético e da construção civil. Estabelecendo assim, uma dialética expansão-contradição da política econômica na “era PT” (BARBOSA, 2017). *(tradução própria)*.

⁸¹ Atualmente, ex-Ministro da Justiça do Governo Bolsonaro.

⁸² Retomamos o conceito de Estado Ampliado que se relaciona a Superestrutura, formada pela junção de duas esferas: sociedade política (Estado em sentido estrito, Estado-coerção): formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas burocracias. Por meio da sociedade política, as classes exercem sempre uma ditadura, uma dominação mediante coerção; e sociedade civil (Estado ético): organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação etc. No âmbito e por meio da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia (buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso). Os seus portadores materiais são os “aparelhos privados de hegemonia”, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. Como a sociedade civil pertence ao Estado ampliado, ela seria estatal em sentido amplo. (COUTINHO, 1999).

Oliveira (2007) põs em cheque a institucionalidade democrática no Brasil, por estar ancorada no “desmanche da ordem jurídico-política; deslocamento e a domesticação do campo de conflitos organizados, a articulação de uma sociedade civil frágil, sem considerar seu sentido ampliado, em sua associação com o capital global” (OLIVEIRA, 2007, p. 7-8). O autor compreende que, nesse campo de disputas, a hegemonia tem se pautado pelo capital transnacional sem o alcance da democracia no Estado Brasileiro, democracia esta que ainda está ancorada em relações subalternas. Portanto, a questão da participação vai além de ocupar espaços participativos dentro da agenda pública governamental, ou até mesmo da dimensão cidadã como ressaltam Oliveira (2007), Souza (2008), Tonet (2005, 2013) e Brandão (2016, 2019).

Compreendemos que a participação política está para além de direito constitucional vinculada à dimensão da cidadania e da busca por uma participação cidadã, como define o Estatuto da Juventude (2013). A participação política é um processo educativo e pedagógico que contribui para a conquista das liberdades individuais e coletivas, possibilitando a emancipação política e, por conseguinte, a emancipação humana.⁸³.

3.2.2 Os sujeitos que integram a Rede de Juventudes do Ceará a partir dos territórios.

3.2.2.1 *Articulações Territoriais*

Apresentamos abaixo um quadro consolidado da participação dos/as jovens integrantes de coletivos, organizações/pastorais e movimentos sociais, a partir de cada território, no período de 2015 (constituição) a 2019. Vale ressaltar que, em alguns casos, não há continuidade sistemática de participação e que os coletivos - organizações/movimentos/redes - não estão presentes em todos os territórios, mesmo podendo ser de âmbito estadual. **Observamos que as relações sociais e políticas presentes em cada território estabelecem a aproximação e/ou distanciamento de seus participantes, seja de forma sistemática e/ou pontual.**

⁸³ Desenvolveremos o conceito de emancipação humana e sua relação com as práticas educativas da Rede de Juventudes do Ceará no capítulo 4.

Quadro 2 – Composição dos Fóruns Territoriais entre os anos de 2015 a 2019

(continua)

FÓRUM TERRITORIAL	GRUPOS / MOVIMENTOS / COLETIVOS	MUNICÍPIOS
ARTICULAÇÃO DE JUVENTUDES DE ITAPIPOCA	Pastoral de juventude, Rede de Juventudes em defesa de seus direitos- REJUDES, Juventude do movimento de trabalhadores sem-terra- MST, Rede de Turismo Comunitário- Rede tucum, X- LABITAPIPOCA, Setor de juventude- Diocese de Itapipoca, Movimento dos artistas de Itapipoca, estudantes secundaristas e universitários do município de Itapipoca; Grupos de jovens de comunidades rurais acompanhados pela Cáritas; Comunidade Quilombola.	Trairi, Itapipoca, Amontada.
REDE IBIAPABANA DE JUVENTUDES	Grupos de jovens das comunidades rurais; jovens que não participam de nenhum coletivo; Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Tianguá; Grupos de jovens de comunidades rurais acompanhados pela Cáritas; Pastoral da Juventude; Pastoral da Juventude Rural; Setor Diocesano de Juventude; EFA Ibiapaba.	Tianguá, São Benedito.
ARTICULAÇÃO REGIÃO NORTE	Levante Popular da Juventude; Setor Diocesano de Juventude; comissão de juventude de Bela Cruz; grupos de jovens de comunidades rurais acompanhados pela Cáritas; Pastoral de Juventude do Meio Popular; secretarias de juventudes dos Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTRs).	Sobral, Massapê, Meruoca, Bela Cruz, Pacujá.
REDE DE JUVENTUDES CENTRO SUL	Movimento dos Trabalhadores/as Sem Terra – MST / Levante Popular da Juventude / Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP / Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Iguatu / grupos de jovens de comunidades rurais acompanhados pela Cáritas / Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) / Juventude Missionária; Rede de Educação Cidadã (RECID)	Cariús, Jucás, Saboeiro, Cedro, Mombaça, Icó, Iguatu, Acopiara.
ARTICULAÇÃO DE JUVENTUDES DE FORTALEZA	Representação das Comunidades: Bom Jardim, Pici, Jangurussu, Mondubim, Sabiaguaba, Pirambu e Bom Jardim e articulação com as organizações: Diaconia, Cáritas, Obra Kolping, Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), CEDECA-CE; Rejudes, Centro Magis Inaciano da Juventude; estudantes secundaristas e universitários, jovens assentados; PJ; PJMP. Grupos acompanhados pela cáritas; Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do	Fortaleza, Ocara

2019

(conclusão)

	Grande Bom Jardim - Rede DLIS do Grande Bom Jardim.	
FÓRUM PERMANENTE DAS JUVENTUDES DO CAMPO E DA CIDADE DOS TERRITÓRIOS INHAMUNS E CRATEÚS	Pastoral da Juventude / Pastoral da Juventude Rural / Levante Popular da Juventude / Núcleo Popular / Frente Social Cristã / Movimento Sindical / LEO Clube / Grêmios Estudantis / Faculdade de Educação de Crateús - FAEC / MST / MAM/ EFA Dom Frágoso/ Sindicato de trabalhadores/as rurais/ grupos de base e coletivos ligados aos movimentos estudantis da região; jovens não integrantes de coletivos.	Crateús, Tamboril, Tauá, Independência, Nova Russas.
FÓRUM DE JUVENTUDES DO CARIRI	Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), Espaços vinculados à Universidade Regional do Cariri (URCA), Setor diocesano de Juventudes, Movimentos como Levante Popular da Juventude, Movimento de luta por Moradia, Movimento dos Trabalhadores/as na luta por direitos/ Movimento dos Trabalhadores/as Sem Terra, Pastorais de Juventudes e Grupos culturais/Juventude quilombola, Coletivo de Cultura do Cariri, Grupos acompanhados pela Cáritas.	Crato, Caririáçu; Juazeiro do Norte; Barbalha; Salitre.
ARTICULAÇÃO DE JUVENTUDES DE LIMOEIRO DO NORTE	Pastoral da Juventude do Meio Popular, Pastoral da Juventude, grupos de jovens de comunidades rurais acompanhadas pela Cáritas; Jovens do acampamento Zé Maria do Tomé; EFA Zé Maria do Tomé.	Limoeiro do Norte; Potiretama

Fonte: elaborado pela autora.

Observa-se a participação de outros coletivos não citados anteriormente, como é o caso dos Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais – STTRs, de outros movimentos sociais, como o caso do Movimento Estudantil e do Movimento Quilombola. Estes estão mais presente, especificamente, em determinadas articulações territoriais e muito relacionado às pautas e lutas dos territórios.

Também fazemos referências a coletivos de jovens ausentes da Rede, seja nas articulações territorial ou estadual. É o caso dos coletivos de juventudes integrantes dos Partidos Políticos, Movimento de Mulheres e LGBTQI+, especificadamente. Contudo, não avançamos na identificação do motivo das ausências. Levanta-se uma questão que pode estar relacionada à “reticência” da hierarquia da Igreja Católica com determinados coletivos e movimentos, a exemplo de mulheres e LGBTQI+, nos quais a Rede de Juventudes do Ceará, através das pastorais e organismos, estão diretamente imbricados, bem como pautas de grandes acirramentos internos.

Entre os anos de 2015-2016, com estrutura organizativa inicialmente definida, foram constituídos os Fóruns/Articulações de Juventude como espaço no território diocesano (ainda com esta nomenclatura). Nessa fase, destacaram-se: Articulação de Juventudes da Ibiapaba; Fórum Permanente das Juventudes do Campo e da Cidade dos Territórios Inhamuns e Crateús; Articulação Zona Norte. Tais articulações realizaram ações nos territórios sobre as pautas de identidade - jovem campo-cidade - e articularam-se com outros coletivos nas regiões. As demais articulações também desenvolveram encontros formativos sobre as temáticas: **Identidade – campo e cidade**, contudo, não desenvolveram outras dinâmicas de forma mais articulada nos territórios.

Os processos formativos, com perspectiva política desenvolvida pela Cáritas Brasileira Regional Ceará, em parceria com os Fóruns, também se constituíram como parte de **formação política da Rede**. É válido afirmar que os temas dos encontros diocesanos foram definidos pelos grupos/coletivos que compõem os territórios diocesanos e que as representações da Rede Estadual de Jovens coordenavam os momentos, junto com os/as agentes das Cáritas Diocesanas, como apresentado em documento institucional da época:

Os encontros contribuíram com noções de trabalho coletivo, de responsabilidade e de autonomia. Todas diretamente relacionadas ao envolvimento dos jovens, e de todas as comunidades que receberam os encontros diocesanos, desde o planejamento, a organização e as definições sobre como deveriam acontecer. É claro que como todo processo de amadurecimento individual, nem sempre essas noções foram vividas de forma integral na prática. Mas entendemos que os encontros foram um importante momento pedagógico para esses aprendizados. (CARITAS, 2016).

Entre os anos de 2017-2018, destacam-se os Fóruns e articulações territoriais do Cariri, Centro-Sul e Itapipoca que se fortaleceram neste período, participando e integrando as pautas e lutas definidas em âmbito estadual além de participa de pautas e articulações que emergiram com a chegada de outros coletivos e movimentos nos referidos territórios.

No Cariri, a luta contra as formas de opressão e violência pautadas pelo racismo e o patriarcado foi debatida de forma mais contundente nos territórios carirenses, com atos e mobilizações específicas. Além do mais, a participação no Fórum Popular das Águas garantiu a continuidade da participação das juventudes na luta pelo acesso e democratização da água.

No Centro-Sul, a pauta da convivência com o semiárido tornou-se propostas de projetos produtivos para jovens negociados com os poderes públicos municipais, resultando dessa ação direta a construção de uma padaria comunitária, sorveteria e produção de viveiro de mudas, financiados com recursos públicos e de parceiros.

A partir dos eixos de Formação, Convivência com o Semiárido e Identidade Juvenil, a Rede Centro Sul desenvolveu o Projeto “Jovens Tecendo Redes e intervindo para a superação da violência”. Com isso, a articulação ampliou sua atuação para cerca de oito municípios da Região e se coloca como uma referência para a mobilização e organização juvenil (MALVA, ENTREVISTA A AUTORA).

Malva faz referência ao desenvolvimento de um projeto que integra os eixos formação, convivência com semiárido e identidade juvenil no território, eixos apresentados como estratégias de superação da violência. Sabe-se que a organização das juventudes nos territórios é importante, por ser porta de entrada para mudanças mais significativas na sociedade. Todavia, a superação da violência como meta é tarefa do Estado, o que, em nosso caso parece-nos inatingível haja vista a priorização de políticas de segurança que legitimam o uso da violência pelo braço armado do próprio Estado.⁸⁴

A articulação de Juventudes de Itapipoca, com a participação de jovens das praias, serras e sertões, ainda encontra-se em processo de organização. Porém, observa-se que à dimensão cultural é uma pauta já aprofundada devido à participação de muitos grupos e coletivos que têm essa bandeira de luta. Expressões artísticas como o teatro, a dança e a música repercutem nos territórios e constroem possibilidades de ações conjuntas.

Ao analisarmos os documentos institucionais e o conteúdo das entrevistas, observa-se que nos anos de 2018-2019, as articulações territoriais fragilizaram-se enquanto espaços orgânicos, diminuindo a participação de coletivos em âmbito territorial e a dinamicidade de reuniões e encontros sistemáticos. Flor do Angico aponta o contexto social e político como um dos elementos que contribuíram para esta fragilidade:

Esse processo de desmobilização que acontece em nosso país também nos atingiu. A Rede de Juventudes do Ceará também não foi imune à maldade desse governo, e as articulações territoriais se fragilizaram. A articulação da Região Norte, por exemplo, não foi mais pra frente. (FLOR DO ANGICO, ENTREVISTA A AUTORA).

Contudo, para analisarmos melhor a fragilidade das articulações territoriais compreendemos que é necessário identificar os processos desenvolvidos pela Articulação Estadual no mesmo período.

⁸⁴ Para compreensão e aprofundamento da banalização da violência policial contra jovens pretos, pobres e periféricos na cidade de Fortaleza consultar Brasil, Santiago e Brandão (2020).

3.2.2.2 Articulação Estadual

Após a finalização do curso Tecendo Redes: Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas, realizado entre 2017 e 2018, os/as participantes **constituíram a Articulação Estadual da Rede, ampliando a representatividade que antes era formada por 16 jovens para 40 jovens representantes de todos os oito territórios.** Através de pesquisa documental e relato dos/as entrevistados/as, pontuamos aspectos representativos, com o interesse de conhecer **o perfil dos/as participantes da Articulação Estadual.**

Quanto à idade

Tabela 1 – Características da distribuição de jovens participantes do curso Tecendo Redes, segundo faixa etária, em Fortaleza, CE, 2017

Faixa etária	Quantidade (nº absoluto)	Percentual (%)
Adolescentes 16 – 17 anos	02	5,0
18 – 21 anos	14	35,0
22 – 25 anos	08	20,0
25 - 29 anos	10	25,0
30 - 34 anos	03	7,5
Sem identificação	03	7,5
Total	40	100,00

Fonte: elaborado pela autora.

Observa-se que a maior participação é de jovens da faixa etária entre 18 a 21 anos - com 35% (trinta e cinco por cento) da participação; Adolescentes têm uma pequena representação de 5% (cinco por cento) do total de participantes; a participação de pessoas maiores de 29 anos, perfazem um percentual de 7,5% (sete e meio por cento) do total. Vale ressaltar que legalmente, são considerados jovens, pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos e esse último grupo estaria fora desse universo. Contudo, ressaltamos que, para o movimento sindical, ainda são consideradas jovens pessoas de até 32 anos, como descreve Wanderley (2011).

Quanto ao sexo

Tabela 2 – Características da distribuição de jovens participantes do curso Tecendo Redes, segundo sexo, em Fortaleza, CE, 2017

Sexo	Quantidade (nº absoluto)	Percentual (%)
Feminino	25	62,5
Masculino	15	37,5
Total	40	100,00

Fonte: elaborado pela autora.

A representatividade das mulheres no curso é expressiva. Elas representam 62,5% (sessenta e dois vírgula cinco por cento), percentual aproximado das entrevistadas, sendo 60% de mulheres. O dado revela que há uma maior participação das mulheres jovens embora Sposito (2009) afirme que há uma ausência de preocupação nos estudos produzidos na pós-graduação nas ciências sociais que considere as diferenças de gêneros entre as juventudes. Para (BEAVOIR, 1949; BUTLER, 2016; DAVIS, 2016), muitos estudos já identificam maior participação das mulheres e maior debate sobre temáticas relacionadas a gênero.

Quanto à identificação jovem no/do campo ou no/da cidade

Tabela 3 – Características da distribuição de jovens participantes do curso Tecendo Redes, segundo relação campo/cidade, endereço de referência, em Fortaleza, CE, 2017

Endereço	Quantidade (nº absoluto)	Percentual (%)
Campo	23	57,5
Cidade	17	42,5
Total	40	100,00

Fonte: elaborado pela autora.

A tabela 03 apresenta outra especificidade em relação ao perfil dos jovens participantes da Rede de Juventudes, qual seja, um número maior de participantes residentes no campo, fato que vai na contramão dos dados estatísticos oficiais, já que a população cearense juvenil rural (este termo é utilizado) é inferior à população urbana (IPECE, 2019). Contudo, **a maior presença e organicidade dos movimentos populares e sociais do campo nos territórios** é confirmada pela participação no curso.

Quando perguntado sobre como se vê e como se autoidentifica em relação a ser um/a jovem no/do campo ou na/da cidade, foi relatado:

Eu me considero jovem do campo, nascida lá, mesmo que não fique lá durante toda a semana, mas me considero jovem do campo. Minha base tá lá, minha família tá lá então assim... Eu sou uma jovem do campo. E que pra mim, a vivência no campo é linda, é coletiva, um se importa com o outro. As comunidades são organizadas coletivamente. O cuidado com o outro que prevalece. Isso me mantém firme para permanecer na luta e saber que as comunidades valem a pena. Continuamos se organizando e muitas vezes não são bem vistas, porque muitas vezes sofrem preconceito, por terem a visão de quem mora no campo é caipira e não tem capacidade para desenvolver determinadas atividades. Mas o que me mantém é lá, minha vida no campo, minha vida em comunidade (CATINGUEIRA, ENTREVISTA A AUTORA).

Ao retratar sua identidade e a vida no campo, a fala de Catingueira revela valores importantes como a valorização da dimensão do trabalho e modos de vida coletivo do campo e os laços construídos a partir da família e da comunidade. Mesmo diante dos preconceitos vivenciados, o processo de autoidentificação enquanto jovem camponesa está presente. Observa-se também a relação dialógica entre campo/cidade em seu cotidiano, já retratada no capítulo anterior.

Caroá se autoidentifica como jovem da cidade e afirma:

Sou jovem da cidade porque é o lugar que eu moro, é o meu “chão” essa realidade da cidade. Vivo na correria. Moro na periferia e trabalho na aldeota. Então, gasto uma boa parte do tempo no ônibus. Aqui na periferia a vida é difícil, mas é boa porque nossa comunidade se ajuda muito. Mesmo não tendo as políticas públicas aqui, temos uns aos outros (CAROÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

Na identificação de Caroá como um jovem da cidade, destacamos alguns elementos para análise. Em primeiro plano, ressalta-se a “correria da cidade”, isto é, a relação espaço/tempo demonstra a complexidade das relações estabelecidas no ambiente urbano, com ênfase na gentrificação urbana.

Vale ressaltar que, cada vez mais as comunidades periféricas são, forçadamente, afastadas dos “polos de desenvolvimento” nas cidades. Outro ponto ressaltado é a ausência de políticas públicas nestes territórios, ou seja, o Estado não se faz presente com políticas ou programas reconhecidos pela população. Nosso interlocutor afirma ainda que os vínculos estabelecidos entre as comunidades periféricas e seus moradores assemelham-se aos construídos pelas comunidades do campo. Portanto, observam-se diferenças e semelhanças entre campo e cidade e uma relação dialógica entre tais territórios e as juventudes.

Tabela 4 – Características da distribuição de jovens participantes do curso Tecendo Redes, segundo presença em território, em Fortaleza, CE, 2017

Território	Quantidade (nº absoluto)	Percentual (%)
Crateús/ Sertão dos Inhamuns – Crateús	04	10,0
Crato /Cariri	04	10,0
Fortaleza	13	32,5
Iguatú/ Centro-Sul	04	10,0
Itapipoca/ Vale do Curu, Aracatiaçu.	04	10,0
Limoeiro do Norte/Vale do Jaguaribe	03	7,5
Sobral/ Vale do Acaraú	04	10,0
Tianguá/Serra da Ibiapaba	04	10,0
Total	40	100,00

Fonte: elaborado pela autora.

O quadro demonstra que a maior participação de jovens é do território de Fortaleza, chegando a 32,5% do total de participantes. As demais regiões possuem uma média de quatro participantes, o que corresponde a 10% do total, com exceção da região do Vale do Jaguaribe, com uma representação de 7,5%. Para as entrevistas, o número de jovens entrevistados, residentes em Fortaleza, foi de 30%, aproximando-se da representatividade no curso. Esse fato demonstra que há uma concentração de representação de coletivos de juventudes, como Ipê e Caroá - representantes estaduais e nacionais de coletivos dos quais participam - residentes na capital cearense.

Quanto à participação em coletivos/movimentos

Identificamos a participação direta dos/as 40 jovens em aproximadamente 13 coletivos, organizações e/ou movimentos sociais, sendo que todos/as participam de grupos de base, em seus bairros ou comunidades:

Tabela 5 – Características de distribuição de jovens participantes do curso Tecendo Redes, segundo participação em coletivos/movimentos, em Fortaleza, CE, 2017 (continua)

Organizações/coletivos/Movimentos	Quantidade (nº absoluto)	Percentual (%)
Caritas Brasileira Regional Ceará	02	5,0
Centro de defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA-CE	02	5,0
Centro Inaciano de Juventude	01	2,5
Grupos comunitários	16	40,0

Tabela 5 – Características de distribuição de jovens participantes do curso Tecendo Redes, segundo participação em coletivos/movimentos, em Fortaleza, CE, 2017

(conclusão)

Grupos da Igreja Católica (catequistas)	02	5,0
Levante Popular da Juventude	02	5,0
Movimento dos Pescadores e Pescadoras – MPP.	01	2,5
Movimento Estudantil	01	2,5
Movimento Sem Terra – MST	02	5,0
Movimento sindical	01	2,5
Pastoral da Juventude	04	10,0
Pastoral da Juventude do Meio Popular	04	10,0
Pastoral da Juventude Rural	01	2,5
Total	40	100,00

Fonte: elaborado pela autora.

Identificamos maior aproximação de grupos/coletivos/organizações ligados à Igreja Católica e às lutas por acesso à água e à terra, pautas da luta sindical e defesa dos direitos de crianças, adolescente e jovens. Segundo Leão e Antunes-Rocha (2015), ao se vincularem a organizações coletivas, notadamente aquelas que lutam pela terra, os jovens constroem possibilidades de acesso a programas e projetos, ao mesmo tempo em que lutam por um espaço que possa se constituir como um território para afirmação de sua identidade.

3.3 Linha do tempo: Ações, pautas, lutas e interlocução da Rede de Juventudes do Ceará.

Para melhor identificação das pautas e lutas da Rede e seus interlocutores, optamos em reconstruir a linha do tempo. Tal técnica é bastante utilizada no campo popular para, de forma participativa, “**recontar fatos marcantes**” de grupos/coletivos demarcando o tempo histórico dos acontecimentos.

A referida técnica foi aplicada durante uma reunião da Rede de Juventudes do Ceará, da qual participamos, ainda em 2018, durante a realização da XV Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária da Região de Inhamuns e Crateús. Para complementar as informações, resgatamos anotações do diário de campo e documentos institucionais da Cáritas Brasileira Regional Ceará. Optamos por organizar o registro a cada biênio para facilitação didática do processo. Todavia, ressaltamos que as pautas e lutas da Rede não ocorreram de forma linear e consecutiva, a cada biênio, mas sim, de forma progressiva e cumulativa.

3.3.1 Os anos de 2013-2014

- a) Realização do I Encontro Regional da Juventude;
- b) Realização do II Encontro Estadual da Juventude;
- c) Constituição da Rede Estadual de Jovens;
- d) Definição de representantes das Dioceses para compor a articulação da Rede.

O processo vivenciado entre os anos de 2013 e 2014, período de constituição da Rede de Juventudes do Ceará, foi apresentado em detalhes no capítulo anterior, não sendo necessário apresentá-lo novamente. **A pauta refletida neste período foi relacionada à organização interna e o papel desse espaço.**

3.3.2 Entre 2015 e 2016

- 1) Aproximação e articulação com Movimentos Sociais, Pastorais Sociais – participação em encontros estratégicos de pastorais e movimentos que compõem a Rede.

Enquanto processo de constituição e visibilidade junto à alguns coletivos e movimentos, a Rede de Juventudes do Ceará garantiu representação em grandes eventos de parceiros, a exemplo do Acampamento das Juventudes do MST,⁸⁵ em Eldorado Carajás, no Pará (2016); participação do jovem Mandacaru no Programa Jovens Líderes Gestores de Uma Nova Sociedade,⁸⁶ realizado em Quito, em 2016, e uma segunda etapa, em 2017, também realizada no Equador, o que trouxe para a Rede uma perspectiva inicial de compreensão da realidade latino-americana.

Percebemos, a partir do relato dos/as entrevistados/as, que reconhecem a participação nesses eventos como **possibilidade de intercambiar experiências, pautas, lutas e sonhos**, trazendo para a Rede e para o coletivo do qual participam, novas vivências, metodologias de trabalho e, sobretudo, articulação e identidade. Já que **a Rede se apresenta como sujeito coletivo e posiciona-se politicamente junto a outros coletivos e movimentos**

⁸⁵A jovem integrante da Rede relatou sua experiência no artigo publicado em 05/05/2016, disponível em <http://ce.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/2016/05/05/participar-de-um-evento-ao-rico-de-sentimentos-valores-faz-voce-repensar-naquilo-voce-acredita/>.

⁸⁶O programa foi proporcionado pelo Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM) através do Departamento de Justiça e Solidariedade (DEJUSOL). A proposta é que os/as jovens participantes representando os diversos países da América Latina e Caribe pudessem vivenciar processos formativos que colaborem com as ações desenvolvidas em seus locais com grupos de adolescentes e jovens, como oficinas de comunicação popular, liderança ética e participativa, elaboração de projetos, Doutrina Social da Igreja etc.

também participantes desses eventos. Observamos que a prática dos intercâmbios vem se tornando característica da Rede.

2) Intercâmbio Nacional “**Juventudes e Resistência: semeando o Bem Viver na construção do projeto popular**”.

Em 2015, devido à dinâmica inovadora da Rede Estadual de Jovens no Ceará, a Cáritas Brasileira desafiou a Articulação a organizar e coordenar o I Intercâmbio Nacional de Juventudes, realizado no Crato, com cerca de 60 jovens representantes de coletivos e movimentos parceiros dos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e do Ceará. Com o tema “**Juventudes e Resistência: semeando o bem viver na construção do projeto popular**”, os jovens do Ceará provocaram outros jovens com reflexões sobre: formação política; a identificação das juventudes com as lutas de seus territórios; o papel dos jovens frente aos desafios políticos e socioeconômicos que enfrentavam globalmente, levando em conta as particularidades em cada território onde vivem (CARITAS, 2016).

Jurema reflete sobre o papel desempenhado pela Rede de Juventudes do Ceará na organização e coordenação do Intercâmbio Nacional das Juventudes, realizado em 2015.

Realizar um encontro com aquele perfil nacional, muito a partir da juventude que teve o apoio da Cáritas, mas quem tomou a frente foi a juventude, falando sobre as diversas realidades brasileiras e perceber que não estávamos só, que o Bem Viver era o paradigma que devíamos buscar, eu acho que deu uma outra cara pra rede. E meio que encheu a gente de ânimo pra seguir, né, a gente percebeu que estava num caminho bom, num caminho que era favorável pra continuação dessa rede (JUREMA, ENTREVISTA À AUTORA).

Sobre o Intercâmbio, Jurema lembra e afirma que, naquele momento, a dimensão nacional revelou uma diversidade de realidades juvenis, portanto, uma percepção de que “não estavam só”. Também foi um momento para compreender o **Bem Viver como paradigma e Projeto Popular**, introduzindo uma nova perspectiva de compreensão da realidade em vistas da transformação social, o que deu “outra cara pra Rede”. Isso posto, a Rede se “encheu de ânimo” para seguir. Assim, as duas categorias: Bem Viver e Projeto Popular de Sociedade foram incorporadas aos princípios da Rede de Juventudes do Ceará para definição das pautas da articulação.

3) Debate e aprofundamento sobre **Crise Hídrica no Ceará**: “Juventudes e Resistência – Água: bem comum, direito de todos/as”.

Diante da realidade de crise hídrica que o Ceará vivencia desde 2013, como relatado no capítulo anterior, a Rede de Juventudes do Ceará definiu o tema **Crise Hídrica** como tema central para ser trabalhado no ano de 201 e foram realizadas rodas de conversas e momentos formativos em todas as instâncias da Rede. A pauta refletia a perspectiva do acesso e democratização da água, em diálogo, sobretudo, com as Pastorais do Campo (CPT, CPP, Cáritas, PJR); Movimentos Camponeses (MAB, MST, Via Campesina) e Fórum Cearense pela Vida no Semiárido.⁸⁷ Formações, intercâmbios e atos com essa pauta tiveram a participação da Rede.

O caminho tortuoso das águas descrito no capítulo anterior, bem como as lutas e resistências em **defesa do acesso e democratização das águas** chamaram a atenção das juventudes, compreendendo que participar dessa pauta mais ampla dizia respeito a todos/as, inclusive aos jovens. Como estratégia política, a Rede incentivou seus integrantes e coletivos a participarem dos espaços que se dedicavam à referida pauta com prioridade: Fóruns microrregionais de convivência com semiárido, Comitês de Bacias e Fórum Popular das Águas do Cariri.

A culminância desse processo de aprofundamento sobre a realidade hídrica cearense aconteceu com a realização do III Encontro Estadual de Juventudes, em outubro de 2016. O referido encontro foi realizado numa comunidade rural do município de Potiretama - distante 300 km da capital -desenvolvido pela Rede de Juventudes do Ceará, com apoio da Cáritas. Teve com tema “Juventudes e Resistência – Água: bem comum, direito de todos/as. Foram mais de 120 jovens, de todas as partes do Ceará, reunidos para discutir e planejar ações de incidência das juventudes na defesa do direito à água” (CARITAS, 2017, p. 21).

Ao retomar notas do caderno de campo identificamos no processo preparatório para realização do III Encontro das Juventudes, a dificuldade de acesso à água da comunidade que acolheu os/as jovens. Entretanto, mesmo diante da dificuldade, toda a comunidade mobilizou-se e fez incidência política junto a prefeitura municipal para garantir água para o consumo daqueles jovens, demonstrando a articulação da comunidade, mas também os desafios cotidianos que enfrentam.

⁸⁷ O Fórum Cearense pela Vida no semiárido é uma articulação da sociedade civil organizada que tem como principal bandeira de luta a convivência com o semiárido, desenvolvendo tecnologias sociais apropriadas a região. Alguns jovens integrantes da Rede também participam desse espaço em âmbito territorial através dos Fóruns microrregionais do semiárido.

Chama a atenção uma prática que o grupo de jovens local realizou antes do encontro: durante vários dias, eles/elas e a comunidade se organizaram para receber o encontro e, como um desafio, estava a hospedagem de 120 jovens, nas casas da comunidade (cerca de 40 casas), num período de estiagem. Assim, negociaram com a prefeitura a liberação de carro-pipa para encher as cisternas de placas, e logo quando os/as jovens eram recebidos/as nas casas, as famílias explicavam sobre o uso racional da água. Alguns jovens da cidade (primeira vez vivenciando essa experiência) relataram o quanto foi importante ir para a comunidade e compreender a importância da água para aquelas famílias, como impacta a vida dos/as jovens, e perceberem que a região metropolitana é privilegiada no acesso à água devido às indústrias e o complexo portuário do Pecém (CADERNO DE CAMPO, 07 a 09 de outubro de 2016).

Caroá lembra como o direito à água impacta a vida dos/as jovens do campo:

Impacta mais nos jovens das comunidades mais rurais né, você não tem a água, por exemplo, para produzir. Você não vai ter também de onde tirar o seu sustento então acontece muitas vezes o abandono dos jovens do campo. Isso quem trabalha mais fortemente é a PJR, a permanência do jovem no campo e você não tem água e não tem o que fazer nas comunidades a não ser fazer esse processo de reflexões de luta. Principalmente na região de Limoeiro do Norte que é uma região do Ceará que essa coisa da água – que a luta do direito – ela surge mais forte. Por isso o encontro que a gente debateu sobre a água foi lá, na região, na cidade de Potiretama (CAROÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

Destacamos na fala de Caroá, a partir da perspectiva de um jovem da cidade, a compreensão da negação do direito à água que acarreta desafios para a produção no campo e a própria permanência dos/as jovens em suas localidades; destaca a relevância do trabalho da Pastoral da Juventude Rural que, em diálogo com outros coletivos e movimentos sociais, realiza a luta pelo acesso e democratização da água. Também se observa o reconhecimento do território do Vale do Jaguaribe como um território de práticas de resistência ao modelo do agro-hidronegócio desenvolvido na região.

Barbosa (2015) aprofunda reflexões sobre a existência de uma práxis educativo-política dos movimentos sociais indígenas e camponeses na América Latina e cita como exemplos o MST e do Movimento Zapatista. O autor identifica cinco dimensões para a constituição dessa práxis, a saber: dimensão epistêmica, dimensão organizativa, dimensão identitária, dimensão dialógica e dimensão política. Apresentamos as cinco dimensões por considerarmos que, algumas delas estão presentes na prática educativa da Rede de Juventudes do Ceará, ao conformar a identidade educativo-política da articulação.

Para melhor compreensão da categoria práxis, palavra de tradição do pensamento crítico marxista, Barbosa (2015) retoma o pensamento de Sánchez Vásquez:

Sánchez Vázquez aponta el hecho de que “toda praxis es actividad, pero no toda actividad es praxis” (1997: 185). Con base en dicha afirmación, considero pertinente comprender que el sentido político que adquiere la praxis, en el marco de un proyecto educativo-político se vincula a su dimensión cognitiva, es decir, de entendimiento de la praxis en tanto actividad de intervención en la consciencia. Por tal razón, la praxis constituye una acción prefigurativa, de pensar la acción humana en virtud de un resultado ideal —producto de la consciencia— y que se materializa en el plan real. Conforme Sánchez Vázquez: “en verdad, carece de sentido proponerse un fin ya alcanzado, o un resultado obtenido. El fin prefigura idealmente lo que todavía no se logró alcanzar” (VAZQUEZ, 1997, p. 189 *apud* BARBOSA, 2015, p. 392).

A dimensão epistêmica, segundo Barbosa “*constituye el fundamento del proceso educativo y de formación de una subjetividad política, una vez que estructura y confiere sentido a una determinada forma de ver, sentir, pensar e interpretar el mundo y, principalmente, posicionarse sobre él*” (2015, p. 260). Assim, a dimensão epistêmica possibilita aos movimentos sociais construir suas próprias epistemes e posicionar-se diante da realidade socio-histórica, em suas múltiplas formas, ao integrar pensamento, ação e luta.

A dimensão organizativa, a exemplo da práxis político-educativa dos Movimentos Sem Terra e Zapatista, diz respeito ao próprio processo de organização política, no sentido de compreender seu caráter imprescindível na construção da consciência de ser oprimido e subalterno. Portanto, consolida-se por necessidade histórica a conformação de uma consciência de classe, no caso destes movimentos: camponesa e indígena, que se posiciona no campo da disputa hegemônica (BARBOSA, 2015).

A dimensão identitária é “*Una dimensión que se expresa de forma literaria, musical, poética, visual (La fotografía, la pintura, los videos), que conforma una mística de La resistencia*” e que articula os elementos que dão sentido à identidade dos movimentos (BARBOSA, 2015, p. 302). A dimensão identitária atravessa todo o sentir-pensar-estar do sujeito histórico-político Rede de Juventudes do Ceará. É notória, a presença da arte, da mística, da música, da pintura e vídeos em sua trajetória identitária.

Destacamos que, embora a autora desenvolva a análise a partir de movimentos sociais que possuem uma trajetória de luta já consolidada, mais orgânica e uma práxis, que lhes permite desenvolver com maior profundidade todas as dimensões, é inegável que a Rede de Juventudes do Ceará adentrou algumas dessas dimensões. Por possuir desde sua constituição a articulação com esses movimentos, as dimensões identitária e dialógica a atravessa. Ressaltamos que essas são dimensões fundamentais na construção de uma identidade política e de articulação de sujeitos coletivos. A seguir, identificamos essas dimensões da prática da Rede de Juventudes do Ceará.

Ao analisarmos a linha do tempo da Rede de Juventudes do Ceará, em especial, as diversas abordagens e formas de expressão dos/as jovens da articulação, identificamos fortemente a **dimensão identitária através de uma estética da resistência** (Barbosa, 2015).

A autora identifica que a estética da resistência se expressa na ação política de diferentes movimentos indígenas e camponeses latino-americanos, a exemplo do MST e do Movimento Zapatista. Tais movimentos “encontram na arte um espaço de enunciação política e uma dimensão de formação humana imprescindível à leitura crítica da realidade, à compreensão do atual estágio de desenvolvimento do capital e suas consequências no âmbito dos territórios” (BARBOSA, 2019, p. 33).

Os/as jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará, na construção de suas identidades a partir dos territórios expressam, das mais variadas formas, a leitura crítica da realidade: a música, poesia, rapp, cordel, grafismo (indígena e urbano), todas elas expressões que fazem parte das práticas da articulação. Em todos os encontros, reuniões e outras atividades, identificamos a compreensão das juventudes sobre o atual estágio do capital e as consequências em suas vidas e territórios.

Barbosa (2015) acrescenta que a dimensão da arte contribui para a conformação do sujeito histórico-político. A memória, história, a mística dos movimentos, através da estética da resistência evidencia outras epistemologias, outras rotas de construção do projeto-político com vistas à emancipação:

la dimensión del arte es parte fundamental en el proceso de conformación de la identidad sociocultural y política Zapatista, que se expresa en los múltiples espacios del quehacer educativo-político del Movimiento. En síntesis, una identidad resultante de un arte de la rebeldía, de la resistencia que se entreteje en los murales, en los trajes y bordados, en los corridos y en las canciones que traspasan los múltiples espacios de actuación educativo-política del EZLN. Configura una estética de la resistencia que dialoga dialécticamente con otros movimientos sociales, como por ejemplo el MST, que igualmente nutre y lucha por la tierra y por la reforma agraria a partir de la mística, entendida en tanto estética de la resistencia campesina protagonizada por este movimiento social. Una estética capaz de evidenciar otras epistemologías, otras rutas de construcción de un proyecto político con vistas a la emancipación. Una estética de la memoria, de la narrativa y de la construcción histórica (BARBOSA, 2015, p. 336).

Em forma de poesia, outra jovem, participante do III Encontro, registrou uma síntese das reflexões, no qual identificamos a estética da resistência (BARBOSA, 2015).

Juventudes e Resistência⁸⁸ – Água: bem comum, direito de todos/as.

Preste bastante atenção No que agora vou falar É de um tal de Encontro De juventudes do Ceará.	Organizado pelos grupos de jovens locais E pela Rede de Jovens Regional Teve apoio do PIAJ Das Cáritas de Limoeiro e Regional.	A juventude empoderada Reconhece a situação. Sabe que a crise Não é só por falta de chuva não.	Foram dias lindos De partilha e muitos aprendizados.
De 07 a 09 de outubro Foi à data escolhida Para debater sobre a água, O bem maior da vida.	As juventudes chegam, Vindas de todo lugar, Cheias de alegria E com muito a partilhar.	A privatização da mesma É por diversas situações. Agronegócio, indústria e termelétrica. Com comunidades sofrendo perseguições.	Momentos inesquecíveis Pela juventude realizados.
Realizado em Catingueirinha, Comunidade de Potiretama. Um lugar abençoado E que todo mundo ama.	Com uma mística linda, Inicia o Encontro, Fazendo galera se emocionar, Quando Asa Branca veio em forma de canção.	Tivemos uma tarde de oficinas Durante o encontro, Onde a juventude colocou O talento em ação.	Chegamos ao fim Choro, música, abraços e dança. Na lembrança, a comunidade linda que acolheu. Que abriu as portas das casas para os filhos que não são seus.
	É aberto o debate Sobre a situação hídrica do Ceará. E a tristeza nos invade, Pois falta água em todo lugar.	Na noite cultural, Festa, alegria e apresentações. Um momento especial Foram os recadinhos do coração.	Agora fica a saudade E a esperança de nos encontrarmos outra vez. Mas o que é mais importante, É que esse encontro foi a juventude quem fez.

Podemos observar que a reflexão acerca do **acesso e democratização da água não é uma pauta exclusiva das comunidades rurais** que sofrem com a falta de acesso mas geralmente a demanda pela incidência no tema vem deles/delas que mobilizam as forças sociais no/do campo e estes, mobilizam a cidade, como um efeito em cadeia.

Para Barbosa, a dimensão dialógica se concretiza através de

una amplia red de diálogo con otros movimientos sociales, redes de activistas, académicos, estudiantes, entre otros grupos y sujetos para la profundización del debate acerca de la importancia de llevar a cabo un proyecto popular alternativo (BARBOSA, 2015, p. 340).

Assim, essas teias de diálogo para a articulação de agendas de lutas, são partes integrantes da práxis educativo-políticas dos movimentos sociais ao constituir a dimensão dialógica dessa práxis. Na Rede de Juventudes do Ceará, parafraseando Barbosa (2015), podemos observar que a presença da dimensão dialógica na articulação das juventudes se dá através da participação em diversos intercâmbios, encontros estratégicos dos diversos

⁸⁸Poesia elaborada por Alyne Lima, em 09 de outubro de 2016.

coletivos/movimentos sociais, das diversas mobilizações realizadas após o III Encontro, em que todos/as sentiram-se responsáveis para que esta luta fosse coletiva.

Por fim, a dimensão política constitui-se a partir das dimensões apresentadas anteriormente, pois as mesmas *“traspasan todo el proceso de formación subjetiva del sujeto histórico-político y conforman los elementos y matices constitutivos de su accionar político”* (BARBOSA, 2015, p. 392). Portanto, a dimensão política conforma o sujeito histórico-político com vistas ao horizonte emancipatório.

4) Atos e manifestações

Em se tratando de participação e representação da Rede Estadual de Jovens em grandes atos e encontros, nos anos de 2015 e 2016, destacam-se aqueles relacionados às pautas pelo acesso à água e a luta contra a redução da idade penal, proposta pelo Governo Federal naquele período: Amanhecer pela Juventude (2015), com vigílias em algumas cidades do Estado; ato Redução Não é a Solução, no Crato (2015); ato em Viçosa do Ceará durante a 17ª Romaria da Terra e 1ª Romaria das Águas (2015); e participação no Grito dos Excluídos (2015, 2016) em diversos municípios do Estado, em diálogo com pastorais sociais, movimentos de direitos humanos, dentre outros.

Reconhecemos, aqui, o nascimento de outra forma de participação da Rede de Juventudes do Ceará, através da participação em atos e mobilizações sociais, conhecidos como ação ou pressão direta (GOHN, 2017). Tais atos e mobilizações sociais são características fortes de movimentos populares, sociais e da Igreja Católica para visibilização e pressão junto aos poderes constituídos, a partir de determinadas pautas. Com seus/suas integrantes vindos desse campo, a Rede assume, em conjunto com outros grupos/segmentos populacionais, povo em geral, a organização e participação em atos e mobilizações para denunciar publicamente a violação de direitos e reivindicar acesso às políticas públicas.

3.3.3 Anos de 2017-2018

Diante do agravamento da crise democrática vivenciada no período de 2017, 2018 (AVRITZER, 2018; CARVALHO 2019) e ainda em curso em 2020, ano de conclusão da presente dissertação, pautados pela aceleração do capital transnacional e o desmonte das poucas políticas, programas e projetos da agenda governamental destinada à população

empobrecida, a classe trabalhadora, os movimentos sociais, organizações populares e o campo progressista da Igreja Católica retomaram temas e pautas históricas.

Ao compreender que a luta contra a ofensiva do capital é ampla e global e que, portanto está para além dos espaços institucionalizados, movimentos sociais revisitaram suas estruturas orgânicas para o fortalecimento do trabalho de base, inclusive retomando processos formativos desde as bases. A Rede de Juventudes do Ceará envolvida neste contexto, também participou desse processo e reconfigurou-se.

Observamos que pautas relativas à reafirmação das **identidades e direitos dos povos e comunidades; compreensão da estrutura do Estado e a lógica do capital, através da implementação do minério-agro-hidronegócio no Ceará e na América Latina; os processos de resistência e re-existência dos povos através das práticas de agroecologia e economia popular solidária** contribuíram para que a Rede de Juventudes do Ceará se consolidasse como **sujeito coletivo pautado pela luta e transformação social**, ressignificando e atualizando sua missão, princípios, objetivos e estrutura organizativa, como demonstrado no capítulo anterior. Assim, destacamos ações e interlocutores nesse período.

1) Curso “Tecendo Redes: **Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas**”;

No capítulo seguinte analisamos em detalhes a metodologia, o conteúdo e os aprendizados, a fim de que possamos discorrer sobre a prática educativa emancipatória da Rede de Juventudes do Ceará.

2) **Intercâmbio Estadual Juventudes do Campo e Cidade:** tecendo redes de resistência pela **Soberania Popular na mineração** e participação no I Encontro Nacional do MAM

O Intercâmbio Estadual de Juventudes realizado pela Rede Estadual de Jovens (ainda com esta nomenclatura) com apoio da Cáritas e em parceria com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) ocorreu na comunidade de Morrinhos, em Santa Quitéria, entre os dias 09 a 11 de março de 2018. Em nota do caderno de campo, destacamos as ameaças sofridas pelas comunidades do entorno da mina e os mecanismos de sedução utilizados pelas empresas diante das comunidades.

Naquele território, as comunidades disputam espaço e força com empresas mineradoras desde a década de 1970. Lá o fosfato e o urânio – que representam perigo pelo caráter radioativo e tóxico – estão no alvo de empresas de mineração desde o final da década de 1970, mas somente em 2004, a exploração desses minérios foi evidenciada com a formação do Consórcio Santa Quitéria

(descrevemos essa realidade no capítulo anterior) que desencadeou todo um processo de luta e resistência nas comunidades circunvizinhas. Iniciamos o encontro com o acolhimento de jovens da comunidade, integrantes da Articulação Territorial Zona Norte, que no momento da mística resgatou toda a dor, sofrimento e luta das comunidades deste então. (CADERNO DE CAMPO, 11 de março de 2018).

A atividade supracitada possibilitou-nos conhecer melhor e problematizar a situação de exploração dos minérios no Estado do Ceará e perceber que o capital transnacional também se manifesta através da mineração e utiliza-se de mecanismos de sedução objetivando dividir as comunidades.

Ressalta-se que esse mecanismo citado anteriormente é adotado logo no momento em que mapeiam a área. Ao identificar as forças e lideranças locais, “oferecem” benefícios e vantagens para quem colaborar com a implementação do empreendimento. São prometidos empregos e “desenvolvimento” para a região, ofertas que fazem com que algumas lideranças e pessoas das comunidades sejam seduzidas pelo discurso e tornem-se aliadas das empresas.

Muitas vezes a comunidade se divide ante a chegada de tais obras, ocasionando conflitos internos. Foi o que aconteceu na comunidade de Pedrinhas, no município de Santa Quitéria. Para Flor do Ipê ficou evidente a necessidade de “encontrar formas de construir soberania popular nos territórios”.

Como mencionado anteriormente, o intercâmbio foi organizado em parceria com o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM, que tem pautado essa discussão em todo Brasil e vem, junto a outros grupos, trabalhando com as comunidades no sentido de alertar e mobilizar contra as graves ameaças vindas da exploração desenfreada de minérios.

Naquele momento, jovens do Fórum Territorial Inhamuns-Crateús, presentes no intercâmbio, integraram a articulação que o MAM realizava naquela região, o que possibilitou a participação de uma representante da Rede no 1º Encontro Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), acontecido em maio de 2018, em Parauapebas, Pará.

- 3) **Agroecologia e Economia Popular Solidária:** participação em Feiras, incentivo à produção agroecológica pautada nos princípios da Economia Popular Solidária - EPS e participação no IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA⁸⁹) em Belo Horizonte - MG entre os dias 31 de maio a 03 de junho de 2018.

Compreendendo **Agroecologia e Economia Popular Solidária** como princípios pautados no paradigma do Bem Viver e como práticas de soberania alimentar (**REDE DE**

⁸⁹ Carta Política do IV ENA disponível em http://enagroecologia.org.br/files/2019/03/carta_politica_web.pdf

JUVENTUDES, 2019), a Rede de Juventudes incentivou os grupos de base a desenvolverem práticas de produção agroecológica, em parceria com a Rede Cáritas Ceará. Grupos de base desenvolveram experiências de quintais produtivos e hortas em suas casas; produção artesanal de velas, canecas, camisas, no qual o excedente destinava-se à comercialização em feiras locais e os recursos captados voltavam para os grupos de base, potencializando-os através da constituição de **Fundos Rotativos Solidários**.⁹⁰.

Enquanto espaço estratégico, a Rede de Juventudes do Ceará participou ativamente em um dos mais relevantes eventos que reflete sobre Agroecologia e Economia Popular Solidária no país: a Feira da Agricultura Familiar dos Territórios do Inhamuns e Crateús. O evento congrega produtores/as, agricultores/as, organizações, movimentos, universidades de todo o país, com espaços de formação, intercâmbios e comercialização. Desde então, participa das atividades gerais e constrói momentos específicos de reflexão junto aos/as jovens presentes na Feira, tais como a Assembleias Populares, Atos e Intercâmbios.

Diante da pauta da Agroecologia presente na Rede de Juventudes do Ceará, a participação no IV Encontro Nacional de Agroecologia - ENA, em Belo Horizonte – MG foi consequência da prática desenvolvida e aquele espaço representativo possibilitou que Sabiá partilhasse a experiência das juventudes cearenses no/do campo e na/da cidade: “pudemos partilhar a experiência de articulação de diversos territórios do estado e como estamos contribuindo para a transformação dessa realidade de exploração, machismo, homofobia e racismos, para relação de respeito à diversidade e à vida humana”, relata Sabiá. Nesse sentido, observamos uma ampliação das pautas e interlocutores da Rede de Juventudes do Ceará.

4) Atos e mobilizações

Dando continuidade à participação em Atos e Mobilizações no período de 2017 e 2018, a Rede de Juventudes do Ceará intensificou a presença naquelas manifestações que dialogavam com pautas daquele período, em conjunto com outras forças sociais, a saber:

- a) Mobilização e Participação no Grito dos Excluídos em setembro 2017 com o tema: “Por direitos e cidadania, a luta é todo dia”;
- b) Mobilização e Participação no Grito dos Excluídos em setembro 2018 com o tema: “Desigualdade gera violência: Basta de privilégios”;
- c) Encontro e mobilização estadual da juventude Sem Terra;

⁹⁰ Os Fundos Rotativos Solidários são como uma poupança comunitária gerida coletivamente para fortalecer o grupo/comunidade. Essa poupança é formada por meio da doação voluntária de recursos por cada membro participante do fundo ou ainda pode ser constituída a partir de ações e recursos externos destinados à comunidade (CARITAS, 2015).

- d) Ato em solidariedade ao Acampamento Carlos Leite de Araújo – Crateús;
- e) Participação na Greve Geral e Manifestação contra a Reforma da Previdência;
- f) Romarias do Acampamento Zé Maria do Tomé em Limoeiro do Norte e do Assentamento Denir, em Ocara (2017, 2018 e 2019);
- g) Dia Nacional da Juventude (DNJ Diocesanos);
- h) Atos em defesa da Democracia e contra o fascismo;
- i) Marcha da Periferia (Novembro de 2018);
- j) Caminhada Ecumênica pela Paz (Maio de 2018);
- k) Ocupa Casa Frei Tito;
- l) Manifestação pelo Dia Internacional da Mulher (março de 2018 e 2019);
- m) Greve Geral (abril de 2018 e 2019);
- n) Atos diversos “Ele Não”.

Nota-se uma ampliação de atos e mobilizações com participação direta da Rede de Juventudes do Ceará, demonstrando uma **ampliação de pautas e aproximação da Rede com o campo popular**. Contudo, no mesmo período, as mobilizações sociais não foram suficientes e, na correlação de forças, o movimento ascendente do conservadorismo brasileiro fez de Jair Messias Bolsonaro presidente eleito para os próximos 04 anos, acelerando a agenda neoliberal. Em âmbito estadual, o governador Camilo Santana foi reeleito, dando continuidade às pautas aliadas ao minério-agro-hidronegócio no estado.

3.3.4 O ano de 2019

1) Segurança Pública e a letalidade de jovens cearenses

Em 2019, a pauta principal da Rede de Juventudes do Ceará foi a denúncia da violência contra as juventudes nas suas mais diversas formas e expressões. O Atlas da Violência (IPEA, 2019) identifica que os/as jovens cearenses foram as principais vítimas de violência letal. Segundo o IPEA (2019), em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos.

Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos. Tal quadro faz dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros, em 2017. Infelizmente, o Estado do Ceará foi o segundo estado com maior taxa de homicídios entre as

juventudes, a saber: Rio Grande do Norte (152,3), Ceará (140,2) e Pernambuco (133,0), todos no nordeste brasileiro.

Sabemos que o próprio Estado, através das forças da **segurança pública, configura-se como um agente letal das juventudes, através da violência policial** (BRASIL, SANTIAGO, BRANDÃO, 2020). Assim, a letalidade na adolescência e juventude chamou atenção da Rede e, em diálogo com o Comitê Cearense de Prevenção aos Homicídios na Adolescência, foram realizadas reuniões específicas com representantes desse colegiado objetivando a construção de propostas e, sobretudo, levar a discussão para as bases da Rede, problematizando essa realidade em todas as instâncias.

Nesse campo, a Rede de Juventudes do Ceará junto a outras organizações, movimentos, o Comitê de Prevenção aos Homicídios na Adolescência através do Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará – FPSP⁹¹ encamparam a realização de conferências populares de segurança pública nos territórios, a partir das articulações/fóruns e redes territoriais de juventudes. Tal feito contribuiu para que ocorresse a Conferência Popular de Segurança Pública do Ceará, no início de novembro/2019, em Fortaleza, com representação de jovens no/do campo e na/da cidade, organizações e militantes integrantes do Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará – FPSP.

2) Apresentação de pautas e diálogo com representação do Governo Estadual.

Diante das reflexões da Rede de Juventudes do Ceará relacionadas a pauta da segurança pública, bem como das violações de direitos vivenciadas pelos/as jovens em seus territórios, a articulação organizou o IV Encontro das Juventudes na comunidade de Minador, município de Jucás. Ocorrido entre dias 5 a 7 de abril de 2019, com o tema Tecendo Redes de Resistência por Democracia, Direitos e Liberdade. A Rede de Juventudes do Ceará refletiu sobre o papel político de jovens na atual conjuntura brasileira e cearense. Durante o evento, destacou-se a participação do titular da coordenadoria das juventudes do governo do estado, para apresentar a política estadual de juventudes e ouvir os/as jovens sobre tais políticas e programas. Apresentamos notas do caderno de campo sobre a ação da Rede de Juventudes do Ceará:

⁹¹ Criado em novembro de 2017, o Fórum se tornou um espaço de debates, monitoramento, denúncias e formulação de proposições no campo das políticas públicas de segurança a partir da articulação entre entidades, movimentos sociais, coletivos, organizações da sociedade e pesquisadoras/es.

O ônibus saiu as 13h04 de Fortaleza. 21 Jovens dos territórios de Fortaleza, Vale do Jaguaribe e Vale do Curu, Aracatiaçu e eu entramos animados/as, dizendo que já ia começar o karaokê. Partimos com destino a Jucás, região centro sul do estado. No outro canto do Estado, em outro micro-ônibus, jovens da zona norte, da serra da Ibiapaba e do serão dos Inhamuns-Crateús também seguiam viagem. Depois de 10 horas de viagem, com direito a atoleiro e fortes chuvas na estrada, chegamos a Minador. O chão sagrado da comunidade é a casa comum que revela a memória do povo, suas lutas e sonhos. Alguns eu já conheço: Caroá, da coordenação estadual da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, tem em sua essência o vigor da Igreja Católica Progressista, e do trabalho de base, das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que desenvolve na paróquia, em Fortaleza; Malva, que sempre é calada, mas de um olhar profundo e atenta a tudo que passa; Catingueira assentada a partir da luta quando da construção da Barragem do Figueiredo, pelo Governo do Estado, em Potiretama, região jaguaribana. Lá foi realizado o 3º encontro, em 2016, com o tema “Juventudes e Resistência – Água: bem comum, direito de todas/os”, como dito anteriormente. Campo e cidade, integrando afetos, re-existências e esperança. Todos compõem a Rede de Juventudes do Ceará(CADERNO DE CAMPO, 5de abril de 2019).

Observamos a definição político-metodológica de realização dos Encontros da Rede de Juventudes do Ceará, em comunidades nas quais os/as jovens residem. Tal posicionamento político reverbera na valorização dos grupos de base. Contudo, revela também grandes dificuldades para a realização dos encontros, pois a participação de mais de 100 jovens de diversos territórios do estado requer grande esforço e compromisso para chegar às comunidades. Identificamos também que esse esforço é vivido pela comunidade que acolhe mas, ao visualizar a presença das diversas representações das juventudes e sermos tomados pela mística da Rede de Juventudes do Ceará, as dificuldades são vencidas e a luta é valorizada.

No momento inicial, da celebração da mística, um grupo de jovens convidou os demais a ficarem descalços e olhar para aquele chão, firmar-se nele, sentir suas lutas, seu sofrimento. Em seguida, convidou-os para pegar um punhado de terra (molhada porque havia chovido) e sentir o cheiro da terra molhada, sinal de fartura, para o povo do campo. Lembrou-se de seus ancestrais, quem lutou antes deles e delas. E, nesse momento, reafirmaram o sentido de pertença, de coletivo. Percebo que a história, a memória e os símbolos são três dimensões presentes na mística da rede, conformando a identidade das juventudes de luta (CADERNO DE CAMPO, 07 de abril de 2019).

Ao analisarmos esse trecho do caderno de campo, a dimensão identitária e a estética da resistência estão presentes e interligadas. A mística, como princípio da Rede de Juventudes do Ceará e elemento constitutivo de sua prática educativa, é expressa através da ritualização de seus valores: os pés descalços refaz o contato do/a jovem com a Terra e sua força ancestral. O cheiro da terra molhada remete à luta pelo acesso e democratização da água, que a Rede de Juventudes do Ceará, junto com outros coletivos e movimentos,

pautaram. Assim, a memória histórica de resistência dos povos do campo e da cidade se faz presente.

Ao compreendermos a mística como um ato educativo (BARBOSA, 2019) e como ela remonta às próprias práticas educativas da Educação Popular e das CEBs, a Rede de Juventudes do Ceará ultrapassa a dimensão identitária e adentra outras dimensões educativo-política, como a dimensão dialógica e a política.

O papel do Estado - como expresso nos relatos dos/as jovens - deveria ser a promoção de políticas públicas mas, muitas vezes ele é o próprio agente violador. Temas como violência contra jovens, letalidade, criminalização das novas formas de articulação das juventudes (saraus, rolezinhos), sucessão rural, saúde mental, transporte e mobilidade, agrotóxicos, agroecologia, educação do campo emergiram no debate.

Diante de tantos desafios do contexto, a mística e os afetos que percorreram o encontro, as reflexões sobre o cenário das lutas pela defesa da vida e dos direitos das juventudes, as oficinas, o diálogo sobre resistência e esperança e as demandas emergenciais dos jovens, pareciam costurar mais firmes as linhas de entrelace entre coletivos, grupos e movimentos que compõem a Rede de Juventudes do Ceará.

3) Articulação entre Redes.

Notadamente a Rede de Juventudes do Ceará vem se fazendo presente nos territórios cearenses e constituindo-se como espaço das juventudes no/do campo e na/da cidade e de suas bandeiras de luta. Porém, percebendo a necessidade de articulação de lutas mais amplas, **a Rede de Juventudes iniciou a tessitura com outras Redes**, a saber: Rede de Intercâmbio de Sementes – RIS; Rede Bodegas; Rede de Turismo Comunitário – Rede TUCUM, Rede de Educação Cidadã– RECID; Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim - Rede DLIS do GBJ, todas no estado do Ceará, e Rede de Juventudes do Seridó – no Rio Grande do Norte, a partir dos territórios. Identificamos cada uma delas e a articulação coma Rede de Juventudes do Ceará.

Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) – É uma articulação de sujeitos através de casas de sementes que se unem e se organizam no sentido de fortalecer a agricultura camponesa a partir da Agroecologia; a autonomia das/os agricultoras/es familiares com o resgate, preservação e conservação das sementes crioulas por meio da produção agroecológicas no Território do Semiárido Cearense (CARITAS, 2019). A Rede de

Juventudes do Ceará anima os grupos de bases do campo a participarem ativamente das dinâmicas comunitárias e integrarem as casas de sementes.

Rede de Bodega – A Rede tem o objetivo de articular e fortalecer os pontos fixos de comercialização solidária (Bodegas), através da formação, da incidência política, em conjunto com o movimento de economia solidária, da mobilização de recursos, do intercâmbio de produtos entre as mesmas, da troca de experiência entre os grupos e unidades familiares de produção (CARITAS, 2019). Diante da animação dos grupos de base para a produção, alguns já introduziram o excedente nos circuitos curtos de comercialização (Feiras locais) e mais distantes, através dos pontos fixos de comercialização, as bodegas.

Rede de Turismo Comunitário– Rede TUCUM – com forte atuação na Zona Costeira Cearense, a Rede TUCUM potencializa o turismo comunitário sustentável, através de práticas solidárias e sustentáveis da relação com os territórios, potencializando também as comunidades costeiras na defesa de seus territórios (TERRAMAR, 2019). A articulação de Juventudes de Itapipoca integra grupos de base que participam da Rede TUCUM.

Rede de Educação Cidadã⁹²é uma articulação de diversos atores sociais, entidades e movimentos populares do Brasil que assumem, solidariamente, a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular da população brasileira (RECID, 2019). Através dos Fóruns Territoriais do sul do estado: Cariri e Centro-Sul, a RECID tem contribuído nos processos formativos dessas articulações.

Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim - Rede DLIS do GBJ é uma articulação de forças do campo popular do grande Bom Jardim – Fortaleza-Ceará, presente no território desde o ano 2000 e visa contribuir para o desenvolvimento local, integrado e sustentável em vistas da luta por acesso às políticas públicas (ALMEIDA, 2014). Em conjunto com a Rede DLIS, a Rede de Juventudes realizou debates sobre o tema da segurança pública e do acesso à cultura nos territórios do Grande Bom Jardim.

Diante das articulações, mobilizações e ações da Rede de Juventudes do Ceará, podemos dizer que as juventudes resistem e re-existem. Embora seja um processo em construção, essa articulação busca pautar lutas em âmbito comunitário e popular, com caráter, inclusive, questionador de posturas e métodos.

Portanto, compreendemos que a participação dos/as jovens no/do campo e na/da cidade que compõem a Rede de Juventudes do Ceará ocorre de forma articulada, tanto em

⁹²<https://recid.redelivre.org.br/quem-somos>

âmbito comunitário, nos grupos/comunidades impactados diretamente pelo modelo neoextrativista implantado, mas também, a partir da articulação dos diversos movimentos em Redes, Frentes e Fóruns, a exemplo do Movimento 21, Fórum Popular das Águas, Frente Ceará no Clima, Fórum Cearense pela Vida no Semiárido, Rede de Intercâmbio de Sementes, dentre outros já citados.

A construção de estratégias e ações diretas, de forma coletiva e horizontalizada, ampliando as formas de participação popular (SVAMPA, 2009) em diversos níveis e instâncias: comunitária; territorial; estadual e nacional fortalecem os grupos de base, os fóruns territoriais e a articulação estadual da Rede de Juventudes do Ceará, tornando pública sua agenda e bandeiras de lutas, como observado anteriormente.

Também é válido afirmar que **a participação dos/as jovens no campo eclesial, das organizações populares e movimentos sociais não ocorreu somente enquanto jovens**, mas antes dessa faixa etária. Relatos de todos/as os/as entrevistados/as indicam a participação desde a infância e/ou adolescência, o que reflete um significativo acúmulo de vivências com um largo repertório de experiências teórico-práticas e de militância, que contribuíram com os papéis de coordenações que muitos ocupam atualmente nas organizações e movimentos sociais nos quais estão inseridos/as.

Identificamos como avanço o **conhecimento sobre a história dos movimentos, suas estruturas orgânicas e articulação com outros coletivos/movimentos**, por parte dos/as jovens que os integram. Destarte, as múltiplas trajetórias demonstram como os processos de construção de identidade política combinam trajetórias individuais com processos coletivos, associando formas de sociabilidade, trajetórias de trabalho, trajetória de mobilidade espacial, de territórios, entre outras. (CASTRO, 2016).

Outro avanço em relação à participação é a diversificação das pautas e agendas de luta tanto vinculadas à realidade do campo como da cidade. Contudo, percebe-se uma maior presença de pautas relacionadas ao campo, como afirma Mandacaru:

“percebo que no campo os movimentos têm uma organicidade maior e as questões trazidas pelos coletivos do campo, tem servido de alerta para a cidade que muitas vezes passar batido. A questão da água, por exemplo, muitas vezes mais sentida no campo e parece que aqui [cidade] tá tudo bem, nas não tá” (MANDACARU, ENTREVISTA A AUTORA).

Essa percepção de Mandacaru se efetiva pois **reconhecemos na Rede de Juventudes do Ceará uma maior organicidade dos coletivos camponeses**, tanto no âmbito

da Igreja Católica, quanto dos movimentos sociais, trazendo de forma mais efetiva pautas que relacionam campo e cidade.

Observamos ainda que **os coletivos na/da cidade não participam de forma sistemática e contínua da Rede, ou seja, sua participação se dá de forma mais irregular, fluida.** Verificamos que determinadas pautas, como da segurança pública e das novas formas de sociabilidade nos espaços públicos (rolezinhos, saraus) engajaram mais coletivos na/da cidade para uma aproximação da Rede. Esse elemento necessitaria ser analisado com maior profundidade, configurando-se como um desafio para a Rede, a articulação com mais grupos/coletivos na/da cidade.

Em se tratando das pautas específicas, observamos que **os temas relacionados às violações de direito das juventudes nas áreas da educação, cultura, lazer e segurança pública constituem agenda específica para os/as jovens.** Sendo assim, já existe uma interlocução direta da Rede com os poderes públicos das esferas municipais e estadual, porém, sem ganhos efetivos, tornando essa interlocução um desafio para a articulação das juventudes.

Em síntese, podemos afirmar que desde a década de 1960, através da ação da Igreja Católica e de outros sujeitos políticos, testemunhamos um intenso processo de constituição de novas formas das juventudes como campo político e dos/as jovens como sujeitos políticos organizados em movimentos sociais; em movimentos juvenis; em movimentos não juvenis; no fortalecimento institucional nos partidos políticos de todas as matizes ideológicas; nas instituições religiosas, como relataram os/as jovens entrevistados/as.

Apesar de não ter sido aprofundado nas entrevistas realizadas, sabemos que a participação dos/as jovens provoca tensões, especialmente diante de visões mais tradicionais sobre o segmento. As tensões a que nos referimos vão desde a disputa pelo poder político dentro das instâncias deliberativas das pastorais, organizações populares e movimentos sociais; passando pelo difícil processo de renovação de lideranças, até a secundarização de temáticas propostas pelos coletivos juvenis. Portanto, perceber a visão dessas instâncias deliberativas das pastorais, organizações e movimentos sobre a Rede de Juventudes do Ceará seria um interessante objeto de análise.

Por fim, a constituição dos espaços que reforçam o reconhecimento do papel político da juventude se faz presente no cotidiano das pastorais, organizações comunitárias, populares e dos próprios movimentos sociais. Como desafio, ainda existe o discurso de algumas lideranças mais velhas que associa a juventude a uma população sobre a qual se deve atuar e, ainda, como um símbolo da renovação, do futuro, reforçando relações de

subalternidade, deslegitimando a atuação política daqueles que são assim identificados, ainda pautando-se no medo e adoração (BRANDÃO, 2019).

Concluimos este capítulo com a compreensão de que é perceptível a identidade coletiva da Rede de Juventudes do Ceará e sua posição política quando se apresenta como sujeito transformador, conhecedora de seus contextos e do sistema sócio-político e econômico, bem como seu comprometimento com a construção coletiva e a transformação social.

Compreendemos que a participação política da Rede de Juventudes do Ceará oscila entre duas vertentes: primeiro como reconhecimento do direito constitucional à participação política vinculada à dimensão da cidadania, ou seja, a perspectiva da participação cidadã, fundamentada no diálogo e negociação com Estado.

Outra vertente é o reconhecimento da participação política como um processo histórico, educativo e pedagógico, desenvolvendo as dimensões político-educativas, em vistas do horizonte emancipatório. A Rede de Juventudes do Ceará nos provoca a refletir a prática educativa da rede, em especial, de seus processos de formação política, temática discutida no próximo capítulo. Afinal, que prática educativa a Rede de Juventudes do Ceará desenvolve?

4 DA PARTICIPAÇÃO AO HORIZONTE EMANCIPATÓRIO: COMO OS/AS JOVENS DA REDE DE JUVENTUDES DO CEARÁ REALIZAM SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EMANCIPADORAS?

A Rede de Juventudes do Ceará, como apresentada nos capítulos anteriores, construiu em sua trajetória um intenso processo de compreensão do existir e resistir dos/as jovens no/do campo e na/da cidade que participam ativamente de lutas e que desenvolvem pautas relacionadas à defesa da vida e dos territórios desde 2013, ano de sua constituição.

A educação cumpre papel histórico e libertador (FREIRE, 1994; BARBOSA 2016; 2015). Com papel estratégico na permanente disputa de projetos políticos, a educação popular germinou processos que desembocaram na apreensão, por parte dos movimentos populares, sociais e o campo progressista da Igreja católica, de uma concepção crítica da educação, no horizonte freiriano, de uma educação para a libertação (BARBOSA, 2019).

Na conformação de uma consciência de classe, a educação é (re)apropriada com o intuito de aprofundar a compreensão crítica acerca da dimensão política do educativo e do pedagógico, em especial na sua apreensão como instrumentos de libertação e emancipação humana. Desses processos, inclusive, nasceram projetos educativo-políticos, sobretudo entre os movimentos sociais, como é o caso de movimentos indígenas e camponeses que articulam projetos educativos como estratégia política de resistência. (BARBOSA 2017, 2018)

Cotidianamente, a educação popular esteve presente nas práticas educativas da Rede de Juventudes do Ceará: no desenvolvimento de ações coletivas em âmbito local, nas articulações territoriais e estadual; na realização dos “Encontros das Juventudes”, mas também na luta por acesso e efetivação do direito à educação. Tudo isso indica que as práticas da Rede vinculam-se à perspectiva crítica da educação e evidenciam o caráter político-educativo dessas práticas. já apresentadas no capítulo anterior.

No presente capítulo analisamos como as práticas educativas desenvolvidas pela Rede de Juventudes do Ceará, constituem-se como emancipadoras, com vistas à transformação social. Para tanto, discorreremos sobre os conceitos de educação e emancipação humana, a fim de estabelecer os pilares da prática educativa emancipadora, à luz da sociologia e dos pensadores Karl Marx e Paulo Freire, por considerarem indissociável esta relação e introduzir conceitos como consciência de classe (MARX, 1994, 2010), emancipação humana (MARX, 1994, 2010), humanização (FREIRE, 1994) e educação libertadora (FREIRE, 1994).

Consideramos práticas educativas emancipadoras, um conjunto de ações desenvolvidas por sujeitos histórico-políticos que, a partir de uma leitura crítica da realidade dos territórios estabelecem relações entre o pensar-sentir-agir com vistas à construção da consciência de classe.

Optamos por desenvolver a análise sobre a prática educativa emancipadora a partir de uma experiência concreta realizada pela Rede de Juventudes do Ceará e a Cáritas Brasileira Regional Ceará: o curso “Tecendo Redes: Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas”, realizado durante os anos de 2017 e 2018, atendendo a necessidade de formações mais qualificadas reivindicada pelos/as jovens que compõem a Rede de Juventudes.

Dessa forma, organizou-se o curso e sua análise faz-se necessária, pois houve ampliação da participação na Rede de Juventudes do Ceará, como relata Cumaru: “conheci a Rede de Juventudes a partir da participação do curso Tecendo Redes em Fortaleza, em agosto de 2017. Como atuo na Pastoral de Juventude, também conhecia o trabalho da Cáritas e comecei participar da Rede”. Como ele, Ipê, Sabiá e Malva, jovens entrevistados/as, disseram que a porta de entrada para a Rede de Juventudes do Ceará foi o curso de formação política. Mandacarú apresenta o curso como um “divisor de águas”, já que houve um processo de reestruturação da Rede de Juventudes do Ceará em decorrência das vivências do curso.

Portanto, a Rede de Juventudes do Ceará desenvolveu uma prática educativa que traduziu várias outras, e tornou-se um catalisador de práticas educativas emancipadoras no Ceará. Por fim, identificamos os avanços, desafios e perspectiva da Rede de Juventudes do Ceará para continuidade de sua história.

4.1 Educação, Emancipação e Práticas Educativas Emancipadoras.

4.1.1 Educação e Emancipação Humana como concepções sociológicas indissociáveis.

As categorias ‘educação’ e ‘emancipação humana’ são recorrentes nos estudos da educação, filosofia, ciência política e também da sociologia. Compreender o papel da educação no processo de dominação dos povos em nossa América Latina, é fundamental para a conformação de um sujeito político, para que tenha a possibilidade de desenvolver sua ação política com vistas à emancipação humana. Esse processo se dá através da resistência e estratégias de re-existências nos territórios de conflito, nos quais os/as jovens da Rede de Juventudes do Ceará realizam suas práticas políticas e educativas.

Segundo Barbosa (2020), o caráter emancipador da educação crítica é fundamental para a conformação do sujeito histórico-político. Em suas palavras:

la educación constituye una herramienta creadora de conciencias para la descolonización y la liberación, a la vez el proyecto político en sí mismo, en tanto eje fundamental y transversal en la conformación del sujeto histórico-político, responsable por conducir el camino hacia una alternativa política latinoamericana de carácter emancipatorio y popular (BARBOSA, 2020, p. 39).

Sabe-se que a perspectiva da educação como forma de dominação foi estratégia da sociedade moderna e acompanha o desenvolvimento do capitalismo. Marx (1994), no século XIX, já atentava para essa relação e apresentou a falácia do projeto de sociedade moderna, baseada no iluminismo, época histórica em que se propagava a ideia do povo constituir-se cidadão, sujeito autônomo e o Estado independente, garantido pelo contrato social entre os cidadãos. Para Marx (1994), o Estado existia para servir ao capital. Para romper com ciclo de opressão e violência, a classe trabalhadora necessitava organizar-se e construir consciência para realizar a revolução.

Essa é a crítica que Marx (1994) fez ao analisar as transformações no modo de produção do sistema capitalista. Ao destacar que as formas de consciência estão intrinsicamente ligadas às condições materiais de vida, demonstrou que o Estado está emancipado politicamente, mas o indivíduo não. O indivíduo é determinado e os direitos humanos fundamentais (liberdade, igualdade e propriedade), nada mais são do que garantias para o individualismo e jamais para a emancipação humana.

Karl Marx (1994) sustenta que o conjunto de concepções e ideias difundidas no processo educativo capitalista são representações aparentes da realidade social e implicam, num primeiro momento, a uma **falsa consciência ou consciência invertida**, enraizada no imaginário social que não consegue captar a essência das relações sociais e econômicas que subalternizam a classe trabalhadora na ordem do capital.

Nesse processo, a construção da consciência só se dá a partir da construção de identidades que, para Marx, vinculavam-se aos processos organizativos da classe trabalhadora, compostos pela formação da consciência de classe e a luta política para a retomada dos meios de produção.

Karl Marx aprofunda o conceito de emancipação humana, no texto “Sobre a Questão Judaica”, publicado originalmente em 1944, e que trata dos direitos humanos e da possibilidade de emancipação humana do cidadão no Estado burguês. No referido texto, Marx se contrapõe a Bruno Bauer, que faz da questão judaica uma crítica à relação Estado e

Religião, Marx argumenta contra a concepção de Estado burguês, que embora laico, não conduz à emancipação humana.

O Estado livre, emancipado politicamente, atinge uma universalidade que não elimina as particularidades sociais: propriedade, classe, educação, profissão, religião. A emancipação política significa a redução das particularidades que compõem a vida humana (religião, propriedade, profissão, educação) à categoria de sociedade civil, a relação com o Estado. Portanto, o Estado é livre, mas o homem não. O Estado é emancipado, o homem é determinado. Nessa perspectiva, a **emancipação política do homem não é direta, ela é mediada pelo Estado.**

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (MARX, 2010, p. 37).

Assim como Marx atentou para a função política da educação na reprodução do capital, observamos que no contexto latino-americano foi inaugurado durante os processos de consolidação dos países e dos primeiros processos independentistas, a construção de pensamentos e pedagogias por pensadores como José Martí e Simon Rodríguez, que igualmente se preocuparam com a centralidade da educação numa perspectiva emancipadora (BARBOSA, 2020).

José Martí, pensador cubano e contemporâneo de Marx, em sua obra *Nuestra América* (1977) -originalmente publicada ao final do século XIX -argumenta que o ideário educativo e pedagógico tem por atribuição assumir o labor político de uma releitura da América Latina por ela mesma, no intuito de fomentar o autoconhecimento de nossa própria história, a partir das matrizes de nossa formação sociocultural e política. Segundo Barbosa,

“a educação deve propiciar a construção de um projeto histórico de conhecimento, que nos permita compreender nossa realidade histórica a partir dos fatos políticos e seus sujeitos (povos indígenas, negros, mestiços) no esforço de reconstruir a outra história latino-americana” (BARBOSA, 2017, p. 26).

Inaugura-se a construção de um novo paradigma para educação dos povos subalternizados e oprimidos na América Latina. Barbosa (2020) recupera que no final do século XVIII, surgiram as primeiras propostas de projetos educativos responsáveis por

conformar uma nova cultura política, de identidade nacional e regional próprias, a partir da perspectiva do poder popular.

Somente através dos/as dos oprimidos que constituem a materialização de vozes que inscrevem na história política da região, a luta pela emancipação como uma necessidade histórica, e até mesmo ontológica desses povos. Todavia, somente a partir da segunda metade do século XX e foram retomados os estudos e reflexões sobre o papel da América Latina e seus povos na construção da emancipação humana.

De acordo com Barbosa (2017), no contexto latino-americano, esta consciência de ser com e no mundo prescindiu a crítica necessária ao legado histórico da colonização e do modelo de desenvolvimento do capital na região, o qual acentuou as desigualdades sociais e o antagonismo de classe. Um modelo de desenvolvimento econômico que encontrou na educação “o processo de interiorização das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-lo a sua aceitação passiva” (MÉSZÁROS, 2005, p. 17).

Observamos que a educação em diferentes países da América Latina, entre eles o Brasil, continua com a marca de nossas sociedades: contraditória, hierárquica, elitista, individualista e que continua fortalecendo a dominação dos poderosos e donos do capital, ou seja, a educação funciona como veículo de hegemonia das classes dominantes. As agências internacionais como a Organizações das Nações Unidas – ONU e os bancos mundiais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (ADJACY FARIAS, 2014), desde a década de 1950, intensificaram o papel da educação como forma de dominação.

Neste período, Paulo Freire inaugura a concepção de Educação Popular, e não menos importante, a Pedagogia do Oprimido como campo de conhecimento e prática educativa em exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente. Suas obras, que demarcam um novo campo da vinculação entre educação e política, são fundamentais para a compreensão de qualquer prática pedagógica dos movimentos sociais, organizações populares, a Igreja Católica e a própria Rede de Juventudes do Ceará. Assim, retomamos elementos centrais da Pedagogia do Oprimido e da Pedagogia da Autonomia, obras escritas inicialmente em 1968 e 1996, respectivamente.

Em Paulo Freire, a emancipação deixa de ser somente uma proposta filosófica, social ou crítica e passa a ser fundamentalmente uma tarefa educacional. Freire identificou que na prática pedagógica é possível construir consciência crítica e compreendeu que o ato educativo (que não se limita à escola) quando crítico, conduz à prática da liberdade.

Dentro da proposta de Freire, emancipação ganha o significado de humanização e que se opõe e luta contra a desumanização. As duas, “[...] dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão” (FREIRE, 1994, p. 32).

A desumanização é fato histórico, é a ação de dominação e de opressão. Na perspectiva da educação é a educação neoliberal; já a humanização é vocação humana. O caminho da emancipação humana, por meio do resgate de sua verdadeira humanização, é tarefa histórica do ser humano e está situada num contexto social e objetivo concreto, envolvendo pessoas e comunidades reais.

Paulo Freire acreditava que a superação da dialética da opressão só se daria na consolidação da educação como prática libertadora, esta erigida pelas mãos dos próprios oprimidos, aqueles que verdadeiramente sentem e entendem o significado de uma sociedade opressora (FREIRE, 1994). Daí resulta a Pedagogia do Oprimido:

Aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e se refará. (FREIRE, 1994, p. 43).

A pedagogia do oprimido não poderia deixar de ser uma crítica à educação tradicional e, ao mesmo tempo, uma proposta de construção de outra forma de entender e praticar o conhecimento, a aprendizagem, os processos pedagógicos e a escola. O ponto de partida de Paulo Freire é o fato de que o ensinar veio depois do aprender: “Foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. [...] Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender” (FREIRE, 1994, p. 23-24).

Na medida em que se afirma a prioridade da aprendizagem, decorre daí uma outra constatação para a compreensão do próprio ensino: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1994, p. 22). Ao afirmar que o **sujeito do processo de conhecimento é o educando**, Paulo Freire tece sua crítica à educação tradicional – ou bancária – e conclui que o educando na construção de sua autonomia pode superar as formas da educação tradicional e construir seu próprio caminho epistemológico.

Barbosa ressalta a importância da categoria “oprimido” ao relacionar o político e o educativo:

En realidad, la categoría “oprimido” permitió tejer una interpretación crítica de la realidad socio-política de este período, caracterizada por una profunda exclusión y segregación social, además del veto a una participación política legítima. A la vez, puso en el centro del debate político el tema de lo educativo y su dimensión político-ideológica (BARBOSA, 2015, p. 41).

Ao correlacionarmos os pensamentos de Marx e Freire, podemos apontar que “ser oprimido” equivale a “ser desumanizado”. Freire considerou que um primeiro passo no processo de libertação consistia no reconhecimento da condição de desumanização e opressão vividos, isto é, assumir a consciência da opressão é fundamental para o fim da desumanização, para iniciar o processo de libertação e romper com os processos históricos de dominação.

Na Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire insiste na necessidade do pensar certo. Isso significa não somente pensar logicamente, mas também eticamente. É a razão pura e a razão prática juntas. O pensar certo propõe pensar o quão errado a educação deixou de considerar o elemento formativo do processo pedagógico. “[...] quem forma se forma e re-forma ao for-mar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 2002, p. 23). É praticamente impossível educar sem formar. O educador que só ensina conteúdos já está automaticamente formando. Está formando um sujeito que se deixa guiar por outros sujeitos, que em posições superiores, orientam e propõe o que ele deve fazer. Não há, portanto, neutralidade na educação.

Paulo Freire sintetiza a ideia de que o ser humano possui uma necessidade ontológica de superar o condicionamento histórico em que se encontra. Isso porque a própria consciência do seu inacabamento implica que ele supere as dificuldades concretas de sua existência. Esse movimento de construção do ser humano é o que Paulo Freire chama de conscientização, ter consciência da sua inconclusão.

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em tal movimento. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. (FREIRE, 2010, p. 57).

A conscientização do ser humano leva à necessidade da educação. A educação que parte da consciência do inacabamento do ser humano é uma educação que tem como principal função formar esse ser humano. Para Freire, ao passo que as pessoas tomam consciência que são seres inacabados e dispostos a sempre aprender, a educação se faz presente: “Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram

inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade” (FREIRE, 2010, p. 58).

Assim, a educação, como projeto político de resistência, demarca o lugar da cultura, da política, da economia, das experiências e conhecimento local como referências para a construção de novas matrizes conceituais que desempenham um papel fundamental na conformação do sujeito político-histórico e seu papel na correlação de forças e disputa hegemônica com o Estado (BARBOSA, 2015).

Mészáros (2005) enfatiza o papel da educação libertadora, que tem como função transformar o trabalhador em um sujeito político, que pensa, que age e usa a palavra para transformar o mundo. Para o referido autor, uma educação para além do capital deve andar de mãos dadas com a luta pela transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico. Por conseguinte, educar não é uma mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do capitalismo neoliberal-extrativista- financeiro, reconhecendo que a história é campo aberto de possibilidades.

Na perspectiva da emergências de outros marcos conceituais em contextos históricos de resistência e luta política, o campo educativo, segundo Barbosa (2016) foi um dos espaços de reprodução das relações de dominação simbólico-ideológico, que através da violência epistêmica (SPIVAK, 2010), negou outras formas de construção do conhecimento e impôs uma racionalidade unilateral, majoritariamente eurocêntrica.

Todavia, nas últimas três décadas, tem-se observado a consolidação de diferentes projetos alternativos de movimentos sociais e segmentos subalternizados, onde a educação figura como ponto de inflexão na formação do sujeito histórico-político, produzindo conhecimento teórico próprio para a interpretação da realidade e para a construção de estratégias políticas em vistas da emancipação humana.

Ressalta-se que a compreensão acerca do papel da educação como prática libertadora perpassa o modo de ser da Rede de Juventudes do Ceará, quando a mesma tem dentre seus princípios, **a Educação Popular e a valorização dos saberes populares**. Nesse sentido, a Rede de Juventude traz para si a concepção de uma educação pautada a partir dos oprimidos, no exercício da construção de sua consciência, em vistas da emancipação. Também, na reconstrução de sua linha do tempo, observamos que a educação esteve presente em toda sua caminhada através de vários momentos formativos e abordando temáticas relacionadas às realidades das juventudes e seus territórios. Contudo, a tarefa não deve ser somente de um segmento específico, mas sim de todos os povos que sofrem opressão.

Na reflexão apresentada no capítulo anterior verifica-se que na relação entre sociedade civil e Estado, muitos coletivos, organizações e movimentos sociais continuam concentrando suas forças na busca pela conquista da cidadania e do acesso aos direitos. Contudo, somente esta via não possibilitará a emancipação humana nem política, mas somente a cidadania, que nasce no Estado liberal. **Assim, numa perspectiva crítica, emancipação política não é sinônimo de cidadania, haja vista ser imprescindível para aquela, ruptura com qualquer forma de opressão e dominação.** Vejamos o depoimento de Juazeiro sobre a prática educativa desenvolvida pela Rede de Juventudes do Ceará:

A prática educativa desenvolvida na rede **é uma opção política, feita pelos pobres.** Entender que a participação coletiva da juventude periférica, quilombola, indígena, dos povos do mar, do sertão, da juventude camponesa, da juventude LGBTQI+, enfim, todas as juventudes, faz com que elas participem, sejam protagonistas, do processo de luta, do processo de reflexão, faz parte da nossa concepção de prática educativa enquanto informal e educação popular. Aliando sempre a teoria que nós aprendemos na construção da rede, da luta, do projeto de bem viver (JUAZEIRO, ENTREVISTA A AUTORA).

É destaque na fala de Juazeiro o papel da educação como opção política, isto é, do reconhecimento de que é indissociável a relação entre educação e política, retomando a reflexão inicial deste capítulo. Também a origem desse processo educativo, feito pelos pobres, revela a consciência que a emancipação política e humana só acontece a partir desses sujeitos, pois, são os que sofrem e vivem a opressão, cotidianamente. Aliando processos formativos às lutas sociais, como vimos no capítulo anterior, a Rede de Juventudes do Ceará apresenta-se como sujeito educativo-político (BARBOSA, 2015).

Para Barbosa considera-se sujeito educativo-político os movimentos sociais, a exemplo do MST, que:

(...) constrói *ethos* identitário con su territorio, entendido y defendido como espacio de vida, de cultura y de producción de bienes materiales y simbólicos. En otras palabras, considerar a los movimientos sociales “*sujeitos educativo-políticos*” no niega su dimensión de “*sujeito pedagógico*”. Más bien se reafirma que la acción pedagógica del “*sujeito pedagógico*” media la intencionalidad de la acción del sujeto educativo-político. (BARBOSA, 2015, p.59).

Conforme a autora, quando os movimentos sociais camponeses e indígenas integram a luta na defesa dos seus territórios, desenvolvem e integram pautas mais amplas de defesa da vida, em seu sentido ontológico, considerando o papel transformador da educação, ampliando a relação para além do Estado, em busca da emancipação humana (BARBOSA, 2015). Nesse sentido, **consideramos que a Rede de Juventudes do Ceará, sobretudo em**

suas práticas educativas, caminha para a conformação de um sujeito político-educativo e para um horizonte emancipatório, conforme o que se segue.

4.1.2 Prática Educativa Emancipadora

Para compreender a prática educativa emancipadora da Rede de Juventudes do Ceará é necessário observar a importância do processo educativo em sua trajetória. A natureza essencial da prática educativa consiste em propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimento, habilidades, valores e comportamentos que se constituem em patrimônio acumulado ao longo da história da humanidade, contribuindo para que o mesmo se constitua como gênero humano. Contudo, sabe-se que esse processo de apropriação não é homogêneo nem neutro e é atravessado por antagonismos sociais, como apontou Juazeiro em depoimento anterior.

Em uma sociedade de classes, o interesse da classe dominante será sempre hegemônico na estruturação da educação, a fim de impedir qualquer ruptura com a ordem social vigente, tendo um caráter eminentemente conservador. Daí a importância da construção de práticas educativas emancipadoras, sobretudo na sociedade civil organizada, através dos movimentos sociais e segmentos subalternizados: mulheres, negros/as e jovens, como os desenvolvidos pela Rede de Juventudes do Ceará.

Mas, em que consiste uma **prática educativa que contribua para a emancipação humana?** Tonet (2013) identifica quatro aspectos fundamentais, a saber:

Em primeiro lugar, são atividades que **contribuem para que as pessoas compreendam o processo histórico**, desde as suas origens e os seus fundamentos até os dias atuais, de modo que entendam que a realidade social é “radicalmente histórica e social”, isto é, que ela resulta das atividades humanas e não de potências divinas ou naturais. Um sólido compromisso com a emancipação humana supõe a convicção, racionalmente fundada, de que a História é feita exclusiva e integralmente pelos homens. Daí porque seu estudo, não como disciplina especializada, mas como compreensão articulada dos vários aspectos – econômicos, políticos, sociais, ideológicos, culturais – é de capital importância.

Em segundo lugar, são atividades educativas que **permitem a compreensão da origem e natureza da sociabilidade capitalista**, da lógica da reprodução do capital, das contradições e das classes sociais típicas da sociedade burguesa, da alienação que a caracteriza, da natureza e das consequências da atual crise do capital e da possibilidade e necessidade da superação total dessa forma de sociabilidade.

Em terceiro lugar, também são atividades educativas que **permitem compreender os fundamentos, a natureza e a possibilidade real de construção de uma sociedade comunista**. Para Tonet (2013), a correta compreensão, pelo menos em seus elementos fundamentais, do que será, se vier a existir, uma sociedade comunista, é de fundamental importância para evitar as idealizações e as imprecisões. “Infelizmente, por uma série de circunstâncias históricas, o ideário comunista foi profundamente deformado e deturpado, tanto teórica como praticamente” (TONET, 2013, p. 25).

Desse modo, o resgate de sua integridade é necessário para que possa ser assumido como um objetivo digno de ser perseguido” (TONET, 2013, p.27). Contudo, diante de nossa compreensão societal, redimensionamos a perspectiva do autor em relação à sociedade comunista para uma sociedade pautada no paradigma do Bem Viver, reescrevendo portanto da seguinte forma: **permitem compreender os fundamentos, a natureza e a possibilidade real de construção de uma sociedade do Bem Viver**.

Em quarto lugar, são atividades educativas que **permitem compreender a natureza específica da educação, a função social que ela cumpre, suas possibilidades e seus limites**. Esta compreensão evitará tanto a supervalorização da educação - a afirmação de que ela é a responsável fundamental pelo progresso; que é a única responsável pela transformação social - quanto à desvalorização desta atividade, retirando-lhe qualquer possibilidade de contribuição ativa na luta revolucionária.

Segundo Barbosa (2019), **revela-se também a natureza da arte, da cultura, a estética da resistência** no desenvolvimento de práticas educativas emancipadoras, conforme refletido no capítulo anterior. Inspirados nos movimentos citados, os jovens da Rede de Juventudes do Ceará, através de diversas formas,⁹³ se posicionam como sujeitos produtores de uma arte política: “Eles visam a tocar o coração diante da crise estrutural do capital, às opressões do patriarcado, à violação de direitos humanos e dos direitos da natureza, ao mesmo tempo em que se posicionam como sujeitos produtores de arte e de uma arte política” (BARBOSA, 2019, p. 39).

Sabiá revela algumas práticas educativas da Rede de Juventudes do Ceará, destacando a arte e a cultura no processo educativo:

Dentro dos encontros que a gente tem principalmente dos encontros maiores a gente faz metodologia dos trabalhos em grupos, através de oficinas, e a partir dos temas das oficinas a gente também trabalha o tema a partir da pintura de tecido, ou

⁹³ Nos anexos apresentamos algumas expressões da estética da resistência elaboradas por jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará.

confeção de bandeiras das lutas, do teatro (*do oprimido*), da dança. Então a gente também tenta pegar essa temática que gente está discutindo e trabalha ela a partir da arte e da cultura... Vi também que o pessoal da cidade eles resistem muito através da arte né, da cultura e isso também foi importante pra gente buscar como uma forma de resistência no campo. Eu acho que essa história do sarau foi uma coisa que marcou muito e até hoje a gente faz lá nas nossas comunidades que era algo que a galera de Fortaleza lutava pra ter os sarais né, e a gente podia fazer o sarau, de boas, porque tinha quem tocasse, a gente podia tocar um som, e a polícia não chega junto, podemos juntar a comunidade toda e reunir jovens com os idosos e com as crianças e fazer um sarau, e foi lindo. (SABIÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

Muitos elementos estão presentes no discurso de Sabiá como as técnicas participativas pautadas na educação popular: dança, artesanato, teatro do oprimido,⁹⁴ da corporeidade à reflexão teórica. Chama a atenção que os intercâmbios e as trocas de experiências não são apenas multiplicação de saberes, mas também sororidade com a dor e o sofrimento de outros jovens. O exemplo vem da experiência dos Saraus, realizados em Fortaleza, como sinal de resistência das periferias e ressignificado nas comunidades no/do campo.

Ao analisarmos também a Arte, produzidas nos encontros por integrantes da Rede de Juventudes do Ceará, sempre estão relacionadas com a posição política da Rede. Referências às pautas e lutas se fazem presentes, desde a arte gráfica, na elaboração dos símbolos da articulação. Barbosa (2019), ao fazer o contraponto entre a arte hegemônica produzida pelo capital e a arte como resistência, sentipensante, revela o caráter coletivo e político da mesma: “À diferença da arte hegemônica, mais restrita às galerias e a um reconhecimento individual, à arte sentipensante adquire um caráter coletivo, de uma curadoria construída coletivamente e com uma intencionalidade política” (BARBOSA, 2019, p. 49).

A arte e a cultura sempre fizeram parte do universo juvenil. Contudo, a perspectiva crítica de abordagem, denunciando injustiças e se posicionando como sujeitos educativo-políticos, os/as jovens reverberam as práticas educativas da Rede de Juventudes do Ceará, possibilitando a construção de práticas educativas emancipatórias, inspirada na *práxis* dos movimentos de resistência da América Latina.

Em diálogo com a autora, podemos observar nas figuras 07 e 08 que constam no anexo, a perspectiva coletiva e política das artes produzidas para encontros temáticos da Rede de juventudes do Ceará. Ao revelar os símbolos de resistência dos povos na arte, a mesma constitui-se como arte sentipensante.

⁹⁴O **Teatro do Oprimido** (TO) é uma metodologia criada por Augusto Boal nos anos de 1960, que usou o **teatro** como ferramenta de trabalho político, social, ético e estético, contribuindo para a transformação social, pautado nos princípios da educação popular e da teoria crítica.

Compreendemos também a natureza dos afetos e dos sentidos na construção de práticas educativas emancipadoras. Para tanto, bebemos da fonte de Brandão (2019); Traspadini (2019) e Cefai (2010) para recuperar tais categorias.

Brandão (2019) recupera, desde a filosofia de Santo Agostinho, a relevância emocional na perspectiva ontológica do ser e apresenta Spinoza como provavelmente “o primeiro a registrar, ainda no séc. XVII, a relação entre a relevância emocional e o desenvolvimento da política, de modo geral” (BRANDÃO, 2019, p. 62) e que, na atualidade, reverbera cada vez mais na sociologia. Assim, aproximações com as concepções sobre emoções, sentimentos e afetos apresentam-se como necessárias para compreendermos também a natureza educativa das práticas da Rede de Juventudes. Contudo, priorizaremos a concepção de afetos, reveladas a partir dos depoimentos dos/as jovens entrevistados/as. Sobre os afetos, o autor retoma:

“afetos”, algo compreensível pela via vygotskiana das ciências da educação que postulam a afetividade como sendo “unidade sgnica de emoções e sentimentos e [...] resposta às necessidades de superação do sujeito” (LIMA, 2015, p. 875). Remontando, mais uma vez a Spinoza, ainda é importante relembrar a diferença entre afeto e afecção em sua obra; o que, diga-se de passagem, é bastante ressaltado por Deleuze (2006). Os afetos, em toda a pluralidade da acepção que carrega na obra de Spinoza, “são as únicas coisas que modificam o pensar e o agir” (CASTRO, 2016, p. 61). Isto é fundamental na concepção de ser humano postulada por este filósofo que não separa o corpo da mente e não concebe a determinação de um pelo outro. Assim, o afeto é necessariamente relacional, põe em unidade relacional sentimentos e emoções, corpo e mente, pensamento e ação, mas também sujeitos e situações, como nos ensina a antropologia de Favret-Saada (2005 [1990]) ou o mesmo Spinoza, para quem “afetar e ser afetado são características comuns a tudo que existe” (CAVALCANTE, 2016, p. 78). Apoiando-nos em Marilena Chauí, lembramos ainda que a noção spinoseana de afecção é tomada como “Toda mudança, alteração, ou modificação de alguma coisa, seja produzida por ela mesma, seja causada por outra coisa”(CHAUÍ, 1995, p. 105 *apud* BRANDÃO 2019, p.63).

Destaca-se, para nosso trabalho, a perspectiva na qual os afetos possibilitam modificar o pensar e o agir através de ato relacional. Numa perspectiva sociológica, não se separam corpo e mente, pensamento e ação, sentimentos e emoção. Flor do Angico revela a importância e quanto ainda constitui-se um desafio integrar os afetos nas práticas educativas da Rede de Juventudes do Ceará e nos próprios movimentos.

Na rede tinha gente que tinha mais afetividade, olhar mais humano e tinha gente que era mais pragmático, que a revolução é aqui e agora, tchá! E tinha quem não acreditasse mais em revolução. Tinha quem não gostava de abraçar, porque achava frescura, mimimi, e tinha outros que não tava vendo muito sentido. Avaliamos inclusive, que nossa geração é uma geração muito carente de afeto. Vivemos num mundo que é muito correria, que tínhamos que dar conta. A gente não tinha afeto e amor por nós mesmos. Como vamos salvar vidas, ajudar na construção de um grupo

de jovens se não cultivamos isso? **Colocamos que um dos nossos princípios afetividade e trabalhamos muito isso em nossas místicas.** Todo momento de alegria, de brincadeira, de preocupação era nossa mística, para gente cuidar. **Isso foi elo diferenciado, que não vemos em muitos movimentos.** Transitamos em outros movimentos, forte no debate político, mas essa dimensão de afeto não é presente. (FLOR DO ANGICO, ENTREVISTA A AUTORA).

Para Flor do Angico, política e afeto são indissociáveis, ou seja, ao aliar formação educativa, política e afeto, a jovem afirma que a Rede de Juventudes do Ceará fundamenta-se na dimensão identitária e dialógica (BARBOSA, 2015). Ao mesmo tempo, Flor do Angico, chama atenção para as dificuldades dos movimentos em integrarem as pautas e as lutas com formas mais afetivas.

Catingueira faz referência à dimensão epistêmica (BARBOSA, 2015) ao identificar a aliança entre formação crítica; sentidos e dimensão política. Mesmo percebendo os desafios de articulações de agendas e pautas de luta, isto é, a dimensão dialógica, a mesma reconhece avanços no percurso da Rede de Juventudes do Ceará.

A rede me mostrou que é possível e necessário aliar a formação crítica com afeto. Com crítica ao outro, mas sem perder o respeito. Hoje consigo olhar a rede como instrumento político de qualidade, a partir da escuta e do respeito. Sabemos que em muitos movimentos esse é o maior desafio, para integrar suas lutas e pautas e na rede enfrentamos esse desafio. (CATINGUEIRA, ENTREVISTA A AUTORA).

Fragmentos das entrevistas refletem quão valorosa e ainda desafiante é a perspectiva do afeto junto aos coletivos e movimentos sociais. Sabe-se que o modelo de sociedade capitalista sufoca e sobrecarrega e, como refletido nos capítulos anteriores, as violações de direitos dos/as jovens em seus territórios e a violência estrutural são tamanhas, chegando ao ponto dos/as jovens questionarem sobre o sentido de suas vidas, por vezes, chegando ao limite de interrompê-las. Outrossim, resistências pautadas nos afetos também são elementos constitutivos de práticas educativas emancipadoras. Ao considerar que a tríade – emoção, sentimento e afeto - move o/a outro/a, revelamos seu caráter educativo emancipador.

Por fim, destacamos **os sentidos como elementos que contribuem para práticas educativas emancipadoras.** Ao recapitular Daniel Cefai (2010) refletirmos sobre a importância da percepção dos sentidos, para uma análise sociológica. Nesse sentido observamos que

(...)o olhar é, por excelência, um sentido à distância. O olho, o órgão da objetivação... O tato e o paladar são os sentidos do contato que se dá imediatamente no consciente... O tipo de afecção que o olfato propicia é de uma outra ordem: ele

traz uma experiência... O cheiro está no coração da atração e da repulsa. O tato é um sentido de contato... E o tato não é apenas o tocar, com a ambiguidade perturbadora do que toca e do que é tocado. (CEFAI, 2010, p. 77-82).

Em vários momentos das entrevistas, ao retratarem a Rede de Juventudes do Ceará, foi comum identificarmos referências aos cinco sentidos, ou seja, olhar; tato; audição; paladar e olfato estiveram presentes nas práticas educativas. Ao olhar para a realidade de seus territórios os/as jovens identificaram conflitos e resistências, o que é real e palpável, pois, se fazem através de relações sociais estabelecidas, mas também, por correlações de forças, inicialmente invisíveis a olho nu - como o capital transnacional – mas ao “mudar a lente” percebe-se sua materialidade no agro-minério-hidronegócio.

A escuta apresenta-se como elemento essencial para a construção de práticas educativas coletivas e transformadoras, haja vista a construção-reconstrução do conhecimento ser dialógica. Os cheiros e sabores dos saberes também foram resgatados ao trazerem a memória e histórias das lutas vividas. Quando Sabiá respira forte e diz que a Rede de Juventudes tem cheiro de “terra molhada no sertão” e Cumaru traz a esperança para reconhecer o cheiro da articulação, as práticas educativas emancipadoras se integram:

A Rede tem cheiro de esperança. Tem cheiro de pessoas que buscam e acreditam numa sociedade onde o ser humano possa desfrutar de suas diversas capacidades. Possamos olhar para as pessoas e sentir, que mesmo diante de nossas diferenças, que o mundo propõe somos irmãos e irmãs. A rede tem cheiro de integração, de percebermos o quanto somos capazes de sonhar, de criar e fazer. Cheiro de grande novidade, Nova Idade, Novo tempo de pensar a juventude no estado do Ceará. (CUMARU, ENTREVISTA A AUTORA).

Assim, identificamos alguns aspectos constitutivos de práticas educativas emancipadoras no cotidiano da Rede de Juventudes do Ceará, bem como percebemos novos elementos na construção da identidade político-educativa da articulação.

Com a intenção de apresentar as práticas educativas emancipadoras da Rede de Juventudes do Ceará, até o presente momento trouxemos quais são as práticas e como as mesmas se desenvolvem.

Como já dissemos anteriormente, para uma melhor análise interpretativa optamos, metodologicamente, em discorrer sobre uma prática específica: curso Tecendo Redes: Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas para explicitar, através de seus módulos, algumas práticas educativas emancipadoras da Rede de Juventudes do Ceará. Vale ressaltar que o curso é uma das práticas educativas, que se soma às demais, apresentadas anteriormente.

4.2 O curso “Tecendo Redes: Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas”.

4.2.1 Antecedentes.

Como mencionado na introdução deste trabalho, o curso “Tecendo Redes: Juventudes, Participação Sociais e Políticas Públicas” nasceu a partir do contexto vivenciado em 2016, qual seja, o crescimento, de forma mais explícita, da onda conservadora no país, de um lado ea extrema fragilidade dos movimentos sociais e do trabalho de base, de outro. Enquanto instituição, a Cáritas Brasileira Regional Ceará, em processo de elaboração de uma nova etapa do Programa Infância, Adolescência e Juventude – PIAJ, para o período de 2017 a 2019. Nesta etapa, a entidade e representantes da Rede Estadual de Jovens construíram, durante o primeiro semestre de 2017, uma proposta de formação continuada, que culminou com o curso “Tecendo Redes: Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas” (CARITAS, 2018).

Dessa forma, observa-se que a Rede Estadual de Jovens (nomenclatura da época) se apresentou como realizadora junto com a Cáritas Brasileira Regional Ceará, com apoio da cooperação internacional alemã - Cáritas Alemã, Kindermissionswerk, Misereor - e de parceiros locais: Centro Magis Inaciano de Juventudes e Universidade Estadual do Ceará. Nota-se que a Rede se apresenta politicamente como realizadora, trazendo para si novas responsabilidades e compromissos, como relata Jurema: “Aumentou a nossa responsabilidade com outros sujeitos, com outros jovens, coletivos, movimentos e com a história que essa rede se colocou pra construir”.

O relato de Jurema apresenta o papel desempenhado pelos/as jovens que compõem a Rede de Juventudes do Ceará junto a outros sujeitos: de contribuir com sua formação crítica. A noção de responsabilidade em desencadear um processo formativo crítico permite identificar que, desde o início, era presente o compromisso com o coletivo, partindo de jovens para jovens.

Assim, a Rede Estadual de Jovens realizou o curso, entre os meses de agosto de 2017 a fevereiro de 2018, em conjunto com a Cáritas Brasileira Regional Ceará e Universidade Estadual do Ceará, através do grupo de Pesquisa Práticas Educativas, Memórias e Oralidades (PEMO/UECE). Destaca-se que o grupo PEMO/UECE realizou uma pesquisa-ação durante o curso e, posteriormente, publicou artigo⁹⁵ em revista científica com a coautoria

⁹⁵FIALHO, L. SOUSA. G. MONTEIRO, P. **Juventudes, políticas públicas e empoderamento**. Research, SocietyandDevelopment, v. 9, n. 6, 2020.

de um dos jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará, também entrevistado em nossa pesquisa.

Vale ressaltar a importância da parceria da Universidade Estadual do Ceará - UECE através do grupo de Pesquisa Práticas Educativas, Memórias e Oralidades (PEMO/UECE) com a Rede e Juventudes do Ceará. A perspectiva de aliar o saber popular ao acadêmico no desenvolvimento do curso, reflete a busca por uma formação mais qualificada com densidade no aprofundamento das análises vinculando os conteúdos à realidade dos territórios nos quais os/as jovens estavam inseridos e a Rede de Juventudes territorializada.

O curso teve como objetivo “qualificar técnica e politicamente jovens excluídos/as acerca da realidade sociopolítica brasileira e de seus territórios, empoderando-os e sensibilizando-os para o engajamento social e para a atuação como defensores de um projeto popular de sociedade com vistas a maior justiça social” (CÁRITAS, 2017, p. 24).

Ao analisarmos o objetivo do curso é notório o desejo de aprimorar a qualificação dos/as jovens excluídos/as, compreendendo-os como sujeito. A percepção de classe - “os excluídos” - é presente e projeta a possibilidade de construção da consciência de classe.

Outro elemento a ser destacado é o entendimento de que a mudança social parte do concreto de suas realidades territoriais; que a realidade brasileira se faz a partir do local com vistas à defesa de um projeto popular de sociedade. Assim, podemos afirmar que a perspectiva da educação emancipadora estava presente no objetivo do curso.

O curso foi estruturado em seis módulos, denominados: 1) História social e política brasileira: aspectos econômicos, aparelhos ideológicos e relações de poder; 2) Patrimônio, memória, território e movimentos sociais: experiências e perspectivas; 3) Direitos Humanos; 4) Políticas públicas; 5) Projeto popular de sociedade justa, solidária e sustentável; e 6) Educação popular para as juventudes. Cada módulo tinha a carga-horária de 20 horas, totalizando um curso de 120 horas. Carga-horária relevante, certificação pela Universidade Estadual do Ceará através da Pró-reitoria de Extensão e pela Cáritas Brasileira Regional Ceará.

Os conteúdos de cada módulo foram previamente definidos, em diálogo entre os realizadores, parceiros e educadores/as convidados para facilitar cada temática, considerando sua relevância para o conhecimento das juventudes, o vínculo com seus territórios e a possibilidade de atividades complementares nestes territórios junto aos grupos/coletivos de que participavam.

Ressaltamos que a **Pedagogia da Alternância foi fundamental para a proposta pedagógica baseada na partilha dos saberes**. Para Sabiá, ex-educanda de uma escola

agrícola dos sertões de Crateús, denominada Escola Família Agrícola - EFA Dom Fragoso⁹⁶, a pedagogia da Alternância é considerada

Um método bem participativo, que estimula muito a gente a ser protagonista dentro da nossa realidade porque as aulas, por ser uma educação em alternância, a gente passa um período na escola, mas outro período em casa, então não só o que eu aprendo na escola vai servir pra mim usar em casa, mas o que eu aprendo em casa, principalmente na comunidade, serve pra gente aprofundar na escola, pra gente aprender na escola. E tudo a partir da nossa realidade (SABIÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

Nessa perspectiva pedagógica, a cada módulo, após a discussão dos conteúdos, havia o encaminhamento de uma atividade prática a ser realizada na comunidade, o que possibilitava exercitar os conhecimentos teóricos com o desenvolvimento de ações concretas em seus territórios e retornavam com as aprendizagens no módulo seguinte, sempre fazendo intersecções dos saberes. Resumindo a metodologia dos módulos 1) Teóricos, para mediar os conhecimentos já produzidos no campo das temáticas definidas previamente e instigar a reflexão dos/as jovens; 2) ações práticas em suas cidades e comunidades, denominadas atividades do tempo-comunidade, que consistiam em socializar os conhecimentos adquiridos nos encontros presenciais com outros jovens de suas comunidades (FIALHO; SOUSA; MONTEIRO, 2020, p. 7).

4.2.2 Perfil dos/as participantes

Retomaremos uma síntese do perfil da Articulação Estadual apresentado no capítulo anterior, pois a mesma foi quem participou do curso Tecendo Redes. Cumaru, que se integrou à Rede de Juventudes a partir do curso, revela o desejo de que os/as demais participantes do curso pudessem refletir a diversidade dos movimentos de juventudes do Ceará:

Tínhamos a vontade de construir um movimento de juventude do Ceará inteiro, trazendo todas as expressões de juventudes, independente da sua crença, cor, local onde está: se campo ou cidade; que pudesse pensar o estado com suas mais diversas expressões. A partir do curso tive a compreensão da rede em nível de estado (CUMARU, ENTREVISTA A AUTORA).

⁹⁶ A EFA Dom Fragoso, criada em 2002, é uma referência no estado do Ceará, seu nome é uma homenagem a Dom Fragoso, 1º Bispo da Diocese de Crateús, grande lutador junto aos povos do campo e da Teologia da Libertação, bastante difundida na Diocese.

Diante da fala de Cumaru, observamos que todos os/as participantes do curso integravam alguns coletivos/organizações/movimentos, contudo, não seria possível integrar todas as expressões de juventudes cearenses, pois o campo é amplo, diverso e, possivelmente, ainda não conhecido em sua totalidade.

Ao analisarmos o perfil, identificamos que todos/as participantes do curso eram maiores de dezoito anos e a maioria formada por mulheres, com cerca de 60%. Em se tratando de residência, (57%) residia no campo e cerca de 45% eram vinculados às organizações comunitárias-populares; 37,5% eram ligados/as a pastorais e organismos da Igreja Católica e aos movimentos sociais, cerca de 17,5% dos participantes.

Mesmo com o desejo de construir um movimento com todas as expressões juvenis, observa-se uma concentração de participação de jovens mulheres, integrantes de coletivos do campo e ligadas às organizações comunitária-populares e da Igreja Católica. Mesmo reconhecendo uma certa ampliação dessa diversidade, ela ainda não se consolidou,

4.2.3 Os módulos

Recorremos aos relatórios de cada módulo, elaborado por dois jovens que, no início do módulo, se voluntariavam para compor a equipe de relatoria e produzir o documento síntese do encontro. Também consultamos os relatórios institucionais da Cáritas Brasileira Regional Ceará referente ao período de 2017 e 2018. Ressalta-se também que outras equipes eram compostas com papéis pré-estabelecidos, no início de cada módulo, a saber: Mística; Animação e Confraternização; Coordenação; Infraestrutura.

A equipe de mística responsabilizava-se por realizar a acolhida inicial do encontro, a ambientação do espaço e pelo encerramento, resgatando elementos da espiritualidade libertadora e simbologias que representassem a luta das juventudes, dos movimentos do campo e da cidade, relacionando-os ao conteúdo do módulo a ser vivenciado (REDE DE JUVENTUDES, 2018). “Os momentos sempre eram repletos de significado, trazia nossas bandeiras de luta, a força ancestral pra perto da gente e nossos símbolos para o centro da roda”, afirmou Sabiá ao lembrar-se da mística vivida no curso.

Animação e confraternização era a equipe responsável pela alegria do encontrar-se. A música, de vários ritmos e batidas, retratavam as questões sociais, a luta e resistência e traziam a memória e a história do povo oprimido.

A equipe de infraestrutura era responsável pela organização da logística dos módulos: compra de passagens e traslado dos/as participantes, compra dos gêneros

alimentícios e dos materiais didáticos necessários para o módulo. Geralmente, nesta equipe estava presente o jovem Mandacaru, representante da Cáritas Brasileira Regional Ceará que tinha a responsabilidade institucional de coordenar o curso junto à Rede de Juventudes do Ceará.

Por fim, a equipe de coordenação tinha o papel de preparar o módulo junto ao educador/a convidado/a e coordenar todo o encontro, bem como animar as demais equipes de trabalho. Observa-se que a experiência da organização do curso através de equipes de trabalho formada pelos participantes é uma prática educativa da Rede de Juventudes e que contribuiu para uma melhor organização dos trabalhos e descentralização das responsabilidades.

4.2.3.1 Módulo 01 - História Social e Política Brasileira – Aspectos Econômicos; Aparelhos ideológicos do Estado; Relações de Poder

Data: 04 a 06 de agosto de 2017

Educadora: Roberta Traspadini.

Textos estudados: Traspadini (2005; 2010).

Metodologia: exposição dialogada; trabalhos de grupo; reflexão a partir de pinturas de artistas latino-americanos.

O primeiro e último módulo foi com a Roberta Traspadini que é uma intelectual muito boa, ela trouxe um debate da juventude com o marxismo, com esse processo de formação dos modos de produção. Cara pra mim foi uma formação que me marcou. Que contribuiu muito com a minha militância. (IPÊ, ENTREVISTA A AUTORA).

A ementa do primeiro módulo do curso descreve como categorias de análise: ‘individualismo’, ‘intolerância’, ‘indiferença’ e ‘naturalização da mentira como verdade’. As temáticas foram abordadas com o objetivo de instigar a solidariedade, despertar o senso crítico acerca das estruturas de poder do Estado e sobre a manutenção do sistema capitalista e como a educação formal tem atuado para essa finalidade. Também foram elencadas as categorias ‘método’, ‘trabalho’, ‘dialética’ e ‘ideia de desenvolvimento’ na estrutura capitalista, que exige a desigualdade para se manter. A noção de dialética foi apreendida como o movimento histórico e social que expõe as contradições ao longo do desenvolvimento (FIALHO; SOUSA; MONTEIRO, 2020).

Nota-se que o diálogo sobre dialética esteve presente durante todo o módulo e visou à formação crítica dos/as jovens em quatro vertentes: econômica, social, política e

cultural (REDE DE JUVENTUDES, 2018). Na discussão sobre “método”, adotaram o materialismo histórico dialético – MHD, “Método referencial marxista de reflexão e renovada ação após a reflexão, rumo à superação da opressão-exploração vivida” (TRASPADINI, 2010, p. 7). Os/as jovens compreenderam que o método parte do real, delinea o ideal e pode tornar-se real, transformando a realidade.

Dentre as modalidades de *práxis* - reprodutora, retificadora, reflexiva, reformista e revolucionária - concluiu-se que a última, que luta por uma nova organização de poder popular, é a que está de acordo com o pensamento e com as práticas dos jovens inseridos no curso, que disseram sempre buscar fazer o movimento da crítica e da autocrítica (FIALHO; SOUSA; MONTEIRO, 2020). Contudo, compreendemos que a Rede de Juventudes do Ceará ainda não desenvolve uma *práxis* revolucionária por ainda estar em processo de reflexão e reconstrução de suas bases teóricas e epistemológicas, produzindo seu conhecimento e construindo um processo de articulação e formação das juventudes do/no campo e da/na cidade. No entanto, desenvolve práticas educativas emancipadoras em vistas da transformação social.

Como atividade do tempo-comunidade, os jovens foram incitados a formar grupos, de acordo com seus territórios, e organizar uma formação sobre os temas estudados para os/as jovens dos grupos com os quais integram (REDE DE JUVENTUDES, 2017).

4.2.3.2 Módulo 02: Identidade e Território: juventudes e realidade sociopolítica brasileira/cearense

Data: 08 a 10 de setembro de 2017

Educador: João Paulo Vieira

Textos estudados: Gomes e Vieira Neto (2009); Vieira Neto e Pereira (2017).

Metodologia: exposição dialogada; trabalho em grupos; intercâmbio e vivência junto à comunidade indígena Tapeba com participação em um ritual da Tribo e conhecimento dos lugares Sagrados do território.

Identidade, Memórias e Territórios foram às categorias centrais do segundo módulo. Foi socializada a história das suas comunidades, assentamentos e periferias, para visualizar o negligenciamento de direitos constitucionalmente assegurados e os espaços de lutas. Os jovens trouxeram um universo de patrimônios culturais de suas comunidades, muitas vezes não levados em consideração pelos poderes públicos. Nas narrativas eles/elas, inclusive, citaram os patrimônios naturais – açudes, mangues, rios -, que difere da concepção de

patrimônio histórico difundida no Brasil a partir de 1920, com a elite intelectual e urbana, que vincula a história aos seus feitos heróicos, datas e acontecimentos que consideram mais importantes (FIALHO; SANTOS; SALES, 2019).

O grupo de jovens que participo trabalha principalmente com patrimônios históricos e culturais a partir do museu e das trilhas arqueológicas, com a intenção de proteger nossa história e a dos nossos antepassados, mas principalmente de nos proteger dos grandes projetos do agronegócio que chegam e ameaçam destruir toda a história das nossas comunidades e nossas histórias de vida. A partir do momento que começamos a trabalhar a dimensão político e patrimonial dos territórios, aprendemos e nos envolvemos muito mais com a nossa história e nos apropriamos melhor de nossos direitos dentro dessa sociedade, que tantas vezes só nos deixa de lado. (CATINGUEIRINHA, ENTREVISTA A AUTORA).

A reafirmação da identidade e memória de um povo são sinais de resistência, sobretudo, quando os/as jovens reconhecem esses valores e contribuem para sua perpetuação a partir de seus olhares e vivências. Catingueira apresenta a consciência de que esse conhecimento contribui para o enfrentamento dos grandes projetos do agronegócio que invadem e, muitas vezes, divide as comunidades com o discurso de progresso, como retratado em capítulos anteriores.

Como sujeitos políticos, os/as jovens sabem que devem intervir nessa realidade; como campo político, sabe-se que este, como outros campos, estão em permanente disputa por modelos de desenvolvimentos antagônicos. (CASTRO, 2011). Ao abordar os conceitos de ‘patrimônio’, ‘memória’, ‘território’, ‘movimentos sociais’ e ‘construção de noções coletivas’, frisa-se que ninguém mais indicado para contar a história de um lugar do que as pessoas que ali vivem e, que a história, a memória e o patrimônio são campos de disputa, uma vez que a versão dos colonizadores desconsidera as identidades do povo (SVAMPA, 2009).

Ao conhecerem as conflitualidades dos territórios indígenas (FERNANDES, 2009) nas terras sagradas do Povo Tapeba, identificaram a correlação de forças entre o capital, através do complexo Portuário do Pecém, e a luta dos povos e comunidades tradicionais. Os/as jovens e eu tivemos a honra de participar junto ao Povo Tapeba, parentes de outros povos e apoiadores indigenistas, na Escola Indígena Índios Tapeba, de uma grande vitória:⁹⁷ o reconhecimento das Terras pelo Ministério da Justiça. Contudo, a liderança Weibe Tapeba, advogado e vereador⁹⁸ indígena, afirmou que a luta segue firme: “A luta não termina

⁹⁷ Matéria na íntegra sobre o processo: <http://adelco.org.br/tag/tapeba/> (acessado em 15 de julho de 2020).

⁹⁸ Vereador eleito pelo Partido dos Trabalhadores, na cidade de Caucaia-Ce, com mandato vigente entre janeiro de 2017 a dezembro de 2020.

aqui. A Portaria não pode servir como pretexto para que nosso povo se cale. Nosso povo tem que continuar resistindo”.

Observa-se que, diante daquela experiência, toda a reflexão sobre territórios de conflitualidades, a luta e resistência dos povos tradicionais revelaram aos/as jovens que seus territórios também são de conflitos, disputas, identidade, memória e história. Também propiciou uma maior reflexão em torno dos modelos de desenvolvimento do capital transnacional e do Bem Viver, temáticas que foram identificadas nos dois primeiros módulos.

Para este módulo, a atividade tempo-comunidade foi um convite para que os/as jovens conversassem com guardiões da memória de cada comunidade; realizassem busca por fotos antigas para a formação da memória coletiva para possíveis intervenções patrimoniais (exposição público do material pesquisado), com vista à construção de museus comunitários, de forma participativa como o exemplo do vivenciado por Catingueira.

4.2.3.3 Módulo 03: Direitos Humanos e Mobilização Social – compreensão histórica sobre as lutas sociais e os desafios atuais

Data: 20 a 22 de outubro de 2017

Assessoria: Dillyane Ribeiro e Cecília Paiva

Textos estudados: Baldi (2014); Lima (2013); Relatório Final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (2017).

Metodologia: exposição dialogada; teatro-fórum; Tribunal Popular.

O terceiro módulo do curso refletiu sobre os direitos humanos desde a sua gênese no século XIX, na França, abordando também sobre as Constituições brasileira e mexicana e as concepções de direitos humanos que elas veiculam. Nesse momento, conclui-se que a luta por uma constituição, como foi o caso do México, é importante para que as demandas da população sejam atendidas (REDE DE JUVENTUDES, 2017).

No Brasil, por mais que a “história oficial” queira negar processos de resistências e lutas pela democracia e os direitos humanos sempre, no referido módulo discutiu-se a respeito de processos de resistência como os Quilombos, Caldeirão, Canudos, só pra destacar algumas lutas no nordeste brasileiro. No período da redemocratização, a luta por instrumentos jurídicos normativos que avançassem na consolidação da democracia e direitos humanos foi pauta da década de 1980 e 1990 - a Era dos Direitos (BOBBIO, 1992). A reflexão sobre emancipação também fez parte das discussões, apresentando contrapontos em relação ao

conceito de direitos humanos apropriado inclusive pela lógica do capital (REDE DE JUVENTUDES, 2017).

Como atividade prática, os/as jovens desenvolveram um tribunal popular a partir da simulação de casos criminais por eles selecionados, sobre os quais montaram a acusação, a defesa do Estado e o Júri. No tempo-comunidade, eles realizaram um levantamento das condições dos territórios onde vivem e reconheceram, a partir do conteúdo estudado, violações de direitos sociais diversos, principalmente nas áreas da educação e segurança pública. Na sequência, pensaram e problematizaram possíveis estratégias para enfrentar os conflitos elencados (FIALHO; SANTOS; SALES, 2019).

É importante destacar os textos de apoio neste módulo, pois revelam uma leitura sociológica crítica sob o prisma da categoria direitos humanos, e traz como questão central: é possível pensar os direitos humanos numa perspectiva crítica e descolonizada? Para tanto, apresenta à necessidade de refundar a dimensão dos direitos humanos numa perspectiva para além do direito constitucional, a partir das lutas e resistências dos povos asiáticos e latino-americanos (BALDI, 2014). Outro elemento de análise são as metodologias participativas, a exemplo do Teatro-Fórum⁹⁹ e Tribunal Popular. Em ambos os casos, os/as participantes constroem argumentos diante de situações reais vividas e posicionam-se a respeito, possibilitando ao grupo analisar os conflitos sob várias vertentes e construir estratégias de resistência e luta.

4.2.3.4 Módulo 04: Políticas Públicas de Juventudes – Desafios e Perspectivas; Espaços de Participação e controle social do orçamento público; conselhos de juventudes

Data: 17 a 19 de novembro de 2017

Assessoria: Lia Machado Fialho

Textos estudados: Fialho (2015; 2016)

Metodologia: Exposição Dialogada, Trabalho em grupos.

As políticas públicas de juventudes (SPOSITO, 2009), problematizadas no quarto módulo trouxeram os grandes desafios na efetivação das mesmas. As categorias norteadoras para reflexão e discussão foram ‘juventudes’, ‘Estado’ e ‘Políticas Públicas’. Neste módulo,

⁹⁹ O Teatro-fórum é uma técnica do Teatro do Oprimido. Considerado como um ensaio para a vida, por meio do qual o espect-ator experimenta as possibilidades de atuação, de reivindicação da resolução de opressões vividas ou testemunhadas no contexto social. Em cena, o sujeito é portador da voz, do ato cênico e visa colocar em prática as ideias e as sugestões de ações para a superação do problema de opressão, para que possa ensaiar possibilidades de atuação no contexto social (BOAL, 1974).

as questões e reflexões apontadas neste trabalho sobre as violações de direitos dos/as jovens em seus territórios e o papel do Estado, muitas vezes, como agente violador, foram bastante aprofundadas(FIALHO; SANTOS; SALES, 2019). Para Sabiá, o módulo trouxe novos conhecimentos, inclusive o Estatuto da Juventude (2013), ainda desconhecido para uma ampla maioria dos/as jovens:

Entender essa história das políticas públicas, entender os nossos direitos também, conhecer os nossos direitos é fundamental porque a gente tá formando organizações de juventude pra gente lutar pelos nossos direitos, mas muito de nós não conhecíamos nossos direitos, não conhecia o Estatuto da Juventude. Daí foi uma coisa que eu mesma fui ler todinho porque eu: disse gente como é que pode? Eu vou trabalhar, vou querer formar grupos de jovens, mas eu nunca me toquei pra ler o estatuto da juventude, por exemplo, e aí foi uma coisa que a gente começou a fazer né, nos nossos grupos, isso foi muito importante (SABIÁ, ENTREVISTA A AUTORA).

Sabiá revela que mesmo diante da militância exercida por ela,o instrumento jurídico que apresenta os direitos da juventude ainda era desconhecido, afirmando que somente depois do processo formativo, foi “ler todinho” o Estatuto da Juventude, o que demonstra que o mesmo não ainda não é referência para as juventudes. Nesse sentido e como refletido no capítulo anterior, estudos demonstram a inefetividade dos Marcos Legais brasileiros. Contudo, reconhecemos que são mecanismos e instrumentos de mediação com o Estado e que, portanto, é necessário seu conhecimento e apropriação.

Como atividade do tempo-comunidade, os/as jovens foram incitados a investigar sobre as formas de participação juvenil nos seus municípios, por meio de um levantamento das políticas públicas de juventudes em exercício, reconhecendo as suas potencialidades, insuficiências e possibilidades de luta.

Como resultado da pesquisa participante desenvolvida durante o curso Fialho; Sousa; Monteiro (2020) constataram em relação às políticas públicas de juventudes, que em todas as cidades de origem dos jovens envolvidos, incluindo a capital cearense: 1) O Conselho de Juventude, órgão responsável por fomentar as políticas juvenis, não funciona e / ou não há Coordenadoria ou Secretaria especializada de juventude; 2) Os projetos para as juventudes são escassos, principalmente no campo; 3) A ausência da Secretaria de Juventudes resulta em projetos e programas destinados a esse público, por meio de outras secretarias que abarcam a população em geral, como a Secretaria de Esporte e Cultura; 4) A maior parte das ações existentes veiculam uma imagem negativa dos jovens (perigo para a sociedade) e objetivam ocupar os seus tempos para que não pratiquem atos infracionais; 5) Muitas das ações desenvolvidas nos territórios, com foco nas juventudes, não são promovidas pelo poder

público, mas por organizações da sociedade civil ou por grupos religiosos locais (FIALHO; SOUSA; MONTEIRO, 2020).

Tal análise reforça o conceito de juventudes atrelado ao perigo e ao medo (BRANDÃO, 2017) - já refletido anteriormente neste trabalho – e demonstra a quase inexistência de políticas públicas direcionadas aos jovens, restritas somente às áreas de esporte e cultura pouco presente. Confirmamos, portanto, que as violações de direitos dos/as jovens em seus territórios, apresentadas no capítulo 2, têm relação direta com a quase nula presença de políticas públicas de juventudes nos territórios cearenses. Quanto ao governo do estado, este prioriza os investimentos para o agro-minério-hidronegócio e a política de segurança pública pautada numa perspectiva armamentista, onde os jovens negros das periferias são as maiores vítimas.

4.2.3.5 Módulo 05: Projeto popular de sociedade justa, solidária e sustentável (experiências e estratégias de intervenção para a construção da sociedade do Bem Viver)

Data: 15 a 17 de dezembro de 2017

Assessoria: Thiago Valentim.

Textos estudados: Nogueira e Dantas (2012)

Metodologia: Exposição dialogada; trabalhos em grupos; Intercâmbio de saberes com Vila dos Poetas e Banco Palmas.

Durante o quinto módulo, os/as jovens foram convidados/as a conhecerem iniciativas já consolidadas, que constroem a Sociedade do Bem Viver. Experiências pautadas no princípio da economia popular solidária, como o Banco Palmas e a Vila dos Poetas. Tais experiências demonstram a capacidade de, a partir de seus territórios, mudar a realidade local. Para Malva muitas dessas iniciativas eram desconhecidas dela e, diante de sua surpresa, afirmou

Eu não sabia que existia um banco em Fortaleza, com uma galera que vendia e tinha dinheiro próprio, com auto-organização da comunidade, com outra visão de mundo. Que construía uma sociedade diferente. E nas visitas, fomos conhecer o Conjunto Palmeiras e Banco Palmas. Outra experiência foi conhecer a Vila dos Poetas, tinha uma bodega da economia solidária, de que novas práticas solidárias é possível (MALVA, ENTREVISTA A AUTORA).

Os textos de apoio recuperaram o sentido e significado do paradigma do Bem Viver presente na missão da Rede de Juventudes do Ceará. A compreensão do SumakKawsay; BuenVivir e AbyaYala, apresentadas em capítulos anteriores, foi destaque

neste módulo para que as juventudes avançassem no entendimento do Bem Viver para os povos latino-americanos, em especial os povos originários do Equador e Bolívia. Princípios relacionados aos saberes apontaram caminhos para a construção da sociedade do Bem Viver: saber recriar a organização do povo; saber recriar a relação com a mãe Terra; saber respeitar os valores ancestrais; saber sentir e cuidar; saber recriar a educação.

Ao compreender o Bem Viver como uma proposta de sociedade que se contrapõem a lógica do capital, a Rede de Juventudes do Ceará avança nas possibilidades de construção de propostas locais e territoriais de bases agroecológicas e pautadas nos princípios da Economia Popular Solidária. Fortalecem as experiências de quintais produtivos, hortas comunitárias e a articulação com outros coletivos e movimentos, a partir das articulações territoriais, como pudemos observar na linha do tempo construída no capítulo anterior.

Como atividade do tempo-comunidade, os/as participantes se comprometeram em produzir sistematizações de experiências pautadas no Bem Viver em seus territórios. Partes dessas produções podem ser vistas na Revista Cáritas nº 5, publicada em 2019.

4.2.3.6 Módulo 6: Educação Popular

Data: 02 a 04 de Fevereiro de 2018.

Assessoria: Roberta Traspadini.

Textos estudados: Traspadini (2010); Paludo (2015)

Metodologia: Temas Geradores; Exposição Dialogada e trabalhos de grupo.

Nesta caminhada, o sexto e último módulo, reavivou nas/os jovens o entendimento de que a educação popular é a aproximação do cotidiano, cuja intencionalidade política é reestruturar a participação dos sujeitos a partir de uma formação coletiva da consciência sobre os porquês de se atuar de forma padronizada - conforme uma lógica de poder - ou de forma compartilhada e solidária - segundo a lógica do Bem Viver. Tudo isso traz para a Rede de Juventudes do Ceará o desafio de olhar para suas práticas educativas (FIALHO; SOUSA; MONTEIRO, 2020).

Enquanto processo de teoria-ação no território com vistas à luta social, a educação popular recupera processos históricos marginalizados em detrimento do sistema capitalista, sendo ato político imprescindível a formação das juventudes para além dos estabelecimentos de ensino formal (TRASPADINI, 2010). Assim, defender que a educação popular é experiência vivida a partir das realidades onde se reproduzem as relações sociais, é tarefa urgente para a formação de jovens compromissados com a transformação dos seus espaços.

Na fala de Mandacaru, a educação popular se faz presente, reconhecendo o processo de teoria-ação construída a partir dos sujeitos e de suas realidades concretas.

O curso ajudou a ajustar mais o caminho da Rede, no sentido de pegar uma determinada realidade e desmembrar em vários aspectos. Onde você pôde contribuir de sua forma, na sua possibilidade, em vários aspectos. A formação foi muito qualificada, participativa. O conteúdo foi os que nós jovens trazíamos, juntando os saberes populares à literatura que se tinha através dos educadores. (MANDACARU, ENTREVISTA A AUTORA).

Ao final do curso “Tecendo Redes: Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas”, Juazeiro relembra com entusiasmo e alegria o momento de Formatura da Turma:

No final do curso tivemos a formatura da turma. Foram seis meses de formação no Centro MAGIS Inaciano de Juventude (CIJ), em Fortaleza, que diga-se de passagem, nos acolheu com muita atenção e carinho. O encerramento, com direito a celebração de nossa mística forte, do teatro, da dança, da música, não foi em tom de despedida, mas de entendimento coletivo de que a caminhada é longa, e os momentos tenebrosos, exige de nós muita organização, formação e luta. (JUAZEIRO, ENTREVISTA A AUTORA).

Ao analisarmos o caminho percorrido, curso, reforça o **sentido de sujeito coletivo, político e educativo que a Rede de Juventudes do Ceará se reconstituiu e consolidou-se**. Observam-se pelo conteúdo, metodologias e vivências, que o curso foi muito maior que seu título, pois, circunscrevia inicialmente as categorias: Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas, mas que foram trazendo novos sentidos e significados para a Rede de Juventudes do Ceará ao ponto de retomar seus princípios, objetivos e afirmar-se enquanto uma articulação de jovens no/do campo e na/da cidade, integrantes de coletivos/organizações populares e movimentos sociais no Ceará.

Como pesquisadora-militante, participamos da Festa de Formatura da Turma a fim de analisar o fechamento de um ciclo e perceber o início de outro. A arte sentipensante, a estética da resistência e as dimensões educativa e política da prática da Rede de Juventudes estavam presentes:

Realizada num sábado à noite, participei da Festa de Formatura da Turma, junto com meus filhos Maria Júlia (13 anos), João Lucas (09 anos) e Pedro Henrique (06 anos), onde se celebrou o encerramento do curso. Recordo-me da ornamentação do Centro MAGIS: almofadas espalhadas na área externa, com a lua a espiar, tochas e candeeiros acesos, o zelo da equipe de ornamentação em trazer símbolos representativos dos módulos, como: desenhos, fotos, apostilas de todos os módulos, bandeiras dos movimentos integrantes do curso, dentre outros. Sentamos nas almofadas, formando um círculo (o sentar em círculo foi feito em todos os momentos modulares de formação). O cerimonial, puxado por Flor do Angico e

Caroá, lembrou momentos marcantes, engraçados, tristes, que fez a emoção de todos/as brotar. E meus filhos foram chamados pra roda, o pequeno não parava quieto, e de vez em quando pegava o microfone para cantar. Os outros dois, mais envergonhados, observavam atentamente. Percebi que tinha muitos que não os conhecia, com falas potentes, e também reconheci outros que estavam, em 2013/2014, em Itapipoca, quando a Rede foi constituída. Não eram mais os mesmos que conheci. Os/as reconheci como companheiros/as de caminhada, de luta, dos movimentos, sujeitos políticos que disputam um campo, e me inspiraram, como a meus filhos, para continuar a luta. Com a ciranda, concluiu-se o curso, e retomei meus aprendizados junto à rede (CADERNO DE CAMPO, 28 de agosto de 2018).

Portanto, diante do vivido, estudado e analisado, identificamos o curso Tecendo Redes: Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas como um catalisador de práticas educativas emancipadoras da Rede de Juventudes do Ceará.

Quadro 3-Síntese do curso realizado entre agosto de 2017 a fevereiro de 2018 (continua)

Módulo	Datas e principais conteúdos	Atividade Tempo-Comunidade
Módulo 1: História social e política brasileira: aspecto econômicos, aparelhos ideológicos e relações de poder.	04/08/2017 – Categorias de manutenção das estruturas de dominação e violência; 05/08/2017 – Método, trabalho, dialética; 06/08/2017 – Práxis reprodutora, retificadora, reflexiva, reformista e revolucionária.	Leitura do texto “(In)dependência ou morte: história, luta entre reprodução do capital e a emancipação do trabalho” e escolha de uma palavra que identifique a mobilização juvenil.
Módulo 2: Patrimônio, memória, território e movimentos sociais: experiências e perspectivas.	08/09/2017 – Identidade e história dos lugares de onde viemos; vivência Aldeia Tapeba – Caucaia. 09/09/2017 – Construção de noções coletivas, patrimônio, cultura erudita e cultura popular; 10/09/2017 – Museologia social, trabalho com foco na memória.	Conversa com guardiões da memória de cada comunidade; busca por fotos antigas para a formação da memória coletiva; intervenções patrimoniais (exposição do material pesquisado nas praças); Construção de museus comunitários.
Módulo 3: Direitos Humanos.	20/10/2017 – Direitos de primeira geração; Constituição Federal do Brasil, do México e Soviética; 21/10/2017 – Direitos territoriais, à educação, à cidade e à vida; 22/10/2017 – Direitos sociais violados;	Identificar violações de direitos humanos no território e quais as estratégias os movimentos sociais estão utilizando para enfrentá-las.
Módulo 4: Políticas públicas de Juventudes.	18/11/2017 – Juventudes, Estado e Políticas públicas; 19/11/2017 – O que é democracia, estado e Governo; 20/11/2017 – Marcos da política nacional de juventude.	Levantamento dos espaços de representação juvenil e sugestão para o fortalecimento e criação dos espaços de participação.

Quadro 3-Síntese do curso realizado entre agosto de 2017 a fevereiro**de 2018**

(conclusão)

Módulo 5: Projeto popular de sociedade justa, solidária e sustentável.	15/02/2017 –Economia Popular Solidária – Visita Banco Palmas; 16/12/2017 – Experiências de bem viver, crenças, lendas, relação com a mãe terra; 16/12/2017 – Vivência na Vila dos Poetas, em Maranguape.	Sistematização de uma experiência de bem viver no seu território.
Módulo 6: Educação popular para as juventudes.	02/02/2018 – Estudo das categorias 'povo', 'luta' e 'popular'; 03/02/2018 – Educação no campo; Educação Popular; Formação Política; 04/02/2018 –Rede como possibilidade de constituir espaço de diálogo.	Debate em grupo para discutir interpretações das imagens dos murais dos pintores mexicanos Diego Rivera e David Alfaro Siqueiros.

Fonte: FIALHO; SOUSA; MONTEIRO, (2020, p. 8).

4.3 O Projeto Educativo-Político da Rede de Juventudes do Ceará: os métodos e metodologias emancipadoras abordadas.

Identificamos como base de sustentação pedagógica do curso e das demais práticas educativo-políticas da Rede de Juventudes do Ceará, métodos e metodologias participativas, pautadas sobremaneira no **método do materialismo histórico-dialético; da Educação Popular, da Pedagogia da Alternância, da Teologia da Libertação, constituindo uma proposta de caráter da pedagogia crítica latino-americana e de caráter popular, da luta do campo popular.** Possibilita, portanto, uma construção conjunta de saberes integrados, vivências e práticas de resistência em seus territórios. Flor do Angico nos apresenta em linhas gerais a proposta pedagógica do curso e que também se remete às demais práticas formativas priorizadas pela Rede de Juventudes do Ceará:

O curso teve 6 módulos e ao pensar a metodologia, vimos que era um curso de formação política, mas nem só. Era política-social-pastoral, transitava dentro do ambiente que trazia desde política, meio-ambiente, afetividade, baseado na educação popular, debatendo com outros jovens no curso, fortalecendo as relações. Conhecemos mais a fundo nossos e novos territórios, experiências, outras formas de construir consciência crítica, com formato diferente dos cursos tradicionais. Todo mês a expectativa de novo tema. Cada partilha de experiência de novo território construiu uma nova visão de mundo e foi enchendo nosso potzinho de experiências (FLOR DO ANGICO, ENTREVISTA À AUTORA).

A jovem destaca aspectos do curso vinculados à formação política, pastoral e social que diziam respeito à realidade das juventudes, a partir de seus territórios. “A cada partilha”, demonstra uma relação horizontalizada e não hierarquizada de construção do saber, onde todos/as são sujeitos do processo do conhecimento. As trocas e partilhas de saberes a

partir dos territórios, dos grupos, organizações e movimentos que integraram o curso, os intercâmbios despertaram uma nova visão de mundo e novas epistemes (BARBOSA, 2017). Ademais, a partir da construção da consciência crítica, desvela-se a educação popular no curso e na prática educativa da Rede de Juventudes.

Ao corroborar com essa leitura, Juazeiro definiu o campo de atuação do curso e da Rede de Juventudes do Ceará: **da educação não formal**, já que tais práticas não ocorreram no ambiente escolar formal e reforça o quanto o espaço educativo não-formal e a educação popular são importante e necessitam ser desmistificados.

Então, a prática educativa que sempre foi desenvolvida dentro da rede foi uma prática educativa informal, com caráter de educação popular, não só uma educação informal, que na cabeça de muitas pessoas é tida como uma educação não-válida, não-científica, mas também numa perspectiva de educação popular que contribua pra formação política e social do sujeito. Dentro da perspectiva de educação popular é claro que vai ter um conjunto de técnicas participativas das juventudes, vai ter o elemento do teatro, da música, da divisão de tarefas nos encontros, do trabalho coletivo nesses encontros, aliando teoria ao trabalho prático, da divisão de tarefas, sempre ter alguém que tá fazendo alguma coisa, preparando uma mística, uma acolhida, uma ornamentação, a animação, coordenação, o secretariado, a relatoria. Então todo mundo faz um pouco, pra que as partes consiga fazer com que essa engrenagem dessa rede funcionar. Então é uma característica muito forte dessa rede (JUAZEIRO, ENTREVISTA A AUTORA).

Juazeiro avança na reflexão e apresenta outras técnicas e metodologias abordadas no curso e em outras ações desenvolvidas pela Rede de Juventudes do Ceará como o teatro, a música, a divisão de tarefas nos encontros, o trabalho coletivo detalhados a cada módulo e a cada encontro ou reunião da articulação. Nota-se que essa prática educativa da Rede de Juventudes do Ceará é traço característico desde seu início, como apresentados nos capítulos anteriores e melhor apropriada pelos/as jovens no curso.

A leitura crítica da realidade, aspecto fundamental dos métodos identificados, esteve presente em todo o processo de construção e realização do curso, pois o ponto de partida foi a realidade das comunidades, dos territórios, do estado, do país e do continente, compreendendo as relações de conflito e resistência ante a ofensiva do capital transnacional. Barbosa (2015) destaca a necessidade da articulação da leitura crítica da realidade, em sua totalidade, para a conformação do sujeito histórico-político, como percebemos no curso. Ressaltamos que, como apresentado no capítulo anterior, nas atividades apresentadas na linha do tempo a leitura crítica da realidade sempre esteve presente, o que pode ser observado nos temas refletidos nos quatro Encontrões das Juventudes, por exemplo.

En esta dimensión de proyecto educativo-político se articulan una lectura y apropiación crítica de la realidad social en su totalidad histórica y que funge como respuesta y enfrentamiento al proyecto neoliberal. En tanto partícipes de una compleja trama política, caracterizada por una difícil disputa social, política y económica, los movimientos necesitan conformar un sujeto histórico-político que sostenga los diferentes proyectos emanados de la acción colectiva de estos sujetos (BARBOSA, 2015, p. 47).

Desse modo, os processos formativos, sistemáticos e participativos, são fundamentais para o resgate e a construção de conhecimentos e práticas alternativas; fundamental também é a contextualização dos processos e práticas de ensino-aprendizagem à realidade local, a qual vem sendo apresentada como uma estratégia de sensibilização, mobilização e organização das juventudes, para identificar as problemáticas e construir soluções apropriadas que visem à melhoria das condições de vida (LEÃO; ANTUNES-ROCHA, 2015).

Em geral, todos os encontros formativos da Rede de Juventudes do Ceará são desenvolvidos a partir da Pedagogia da Alternância. No curso, por exemplo, os momentos de explanação teórica eram mediados por educadores/as que já possuíam larga trajetória de estudos no campo da história social, das políticas públicas, dos direitos humanos, das juventudes, etc. As ações práticas, à luz da Pedagogia da Alternância, objetivavam uma formação contextualizada com as realidades dos estudantes, especialmente no que tange à educação no/do campo (LEÃO; ANTUNES-ROCHA, 2015). Os participantes assumiram o compromisso de desenvolver atividades referentes aos conteúdos ministrados em cada módulo, tornando-se multiplicador/a e colaborando para o fortalecimento das organizações e dos grupos de jovens e adolescentes de suas comunidades.

A necessidade de intercalar os conteúdos curriculares com as realidades vividas mediante a interdisciplinaridade é uma particularidade expressa em alguns documentos legais que regem a educação brasileira, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/96 (BRASIL, 1996), e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), que orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais das escolas de Educação Básica. Entende-se que:

[...] a interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos [...] (BRASIL, 1999, p. 89).

Observamos a importância de introduzir no curso a Pedagogia da Alternância, entretanto, Jurema alerta para um desafio vivenciado com relação ao tempo-comunidade:

Esse aspecto de você aprender na sala e voltar pro campo, eu acho que a gente acabou não aproveitando bem mesmo, assim, de fato essa proposta. Mas pra mim, ele seria o centro desses momentos de formação, porque a ideia era você aprender e você devolver ao lugar de onde você veio, alguns módulos a gente conseguiu fazer isso, outros não e talvez pelo fato de ter sido mensal isso tenha prejudicado, mas acho que além disso foi a nossa própria desorganização porque daria tempo, eram quatro pessoas por território então daria tempo (JUREMA, ENTREVISTA A AUTORA).

Jurema reflete a dificuldade de “não aproveitarem bem” o tempo-comunidade em alguns módulos e chama a atenção para dois aspectos que podem ter contribuído: desorganização do grupo nos territórios e pouco tempo entre os módulos. Observamos que as atividades indicadas para o tempo-comunidade exigiam uma boa articulação e dedicação de tempo dos/as jovens em seus territórios, pois, muitas se relacionavam a construir processos também participativos como os grupos de bases e as articulações territoriais.

Sabe-se que esses/as jovens partícipes do curso também ocupavam funções estratégicas em grupos/coletivos/organizações e movimentos de origem, o que implica responsabilidades e compromissos específicos. Dessa forma, verifica-se que o intervalo de um mês entre um módulo e outro e as demais responsabilidades para com seus coletivos específicos, podem ter dificultado um melhor aproveitamento do tempo comunidade. Para tanto, é necessário aferir essas variáveis para um melhor alcance de todo o método.

Mesmo diante dos desafios postos, o **ato educativo emancipatório** realizado no curso e em outras atividades educativo-política da Rede de Juventudes do Ceará, reafirma a relação de ensino-aprendizagem horizontalizada, diferentemente da educação formal.

Nota-se que através das metodologias participativas utilizadas, a relação educador-educando deu-se de formas a construir um diálogo de saberes, com a partilha dos saberes dos/as jovens e dos/as educadores/as convidados para facilitar os módulos. Ressalta-se que o papel do educador/a deve fortalecer a dimensão filosófica e política da educação, destacando seu potencial libertador e seu papel sócio-político orientado para a construção da autonomia e da emancipação humana (FREIRE, 1994), ultrapassando o ambiente escolar e contribuindo em outras áreas da vida dos/as jovens/as.

Retomamos aqui o caráter educativo emancipador das práticas da Rede de Juventudes do Ceará. O próprio processo constitutivo da Rede em si, foi um processo educativo-político. Ao apresentamos nos capítulos anteriores a conformação da Rede, sua organização interna a construção de suas pautas e agendas de lutas, demonstramos as dimensões de uma prática educativo-política (BARBOSA, 2015), com ênfase para a dimensão identitária e dialógica.

A aposta pedagógica que articulou o processo político em um território determinado e particular que, diante das forças hegemônicas do capital transnacional que desterritorializou os povos camponeses, indígenas, quilombolas e periféricos, mas que por meio de processos de resistências reterritorializaram-se, constituiu a territorialização da Rede de Juventudes do Ceará. Para Barbosa, a territorialidade é elemento constitutivo de pedagogias sentipensantes e eixo da conformação da identidade política:

El territorio es el locus de re-existencia de los pueblos y de conformación de un ethos, parte constitutiva de la narrativa política de los movimientos indígenas y camponeses, en la defensa de la tierra, de la naturaleza y de los comunes. El territorio también involucra los procesos de territorialización, momento de aprehensión y de construcción de identidades para los pueblos, de los modos de ser, de estar y de coexistir (BARBOSA, 2020, p. 11).

A leitura crítica da realidade e o exercício prático da conformação de uma identidade de classe, a partir dos oprimidos (FREIRE, 1994) estão presentes da Rede de Juventudes do Ceará desde sua constituição, perfazendo valores da articulação. A estética da resistência (BARBOSA, 2019), a arte e a cultura também constituíram-se como valores para a Rede de Juventudes do Ceará.

Quanto à mística, esta de caráter popular e libertador (BARBOSA, 2019), embebecidos da fonte das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs revelamos o quão simbólico são as memórias e as histórias de luta e resistência dos povos oprimidos.

Os afetos (BRANDÃO, 2019) e os sentidos (CEFAI, 2010), perfazem valores que reconhecemos como valores educativos-políticos e de caráter emancipador junto as juventudes.

Portanto, consideramos que o projeto educativo-político da Rede de Juventudes do Ceará denota que a concepção de sujeito, coletividade, política, educação e participação são indissociáveis, no qual as juventudes são resultantes de um ethos identitário territorializado e consideradas essenciais à estratégia política-educativa de construção da emancipação humana.

4.4 Avanços e desafios: A Rede de Juventudes do Ceará em perspectiva

Nos últimos sete anos a Rede de Juventudes do Ceará vem se consolidando como espaço de articulação entre jovens do/no campo e da/na cidade e os coletivos os quais integram. Identificamos avanços e desafios que emergiram na pesquisa, nas entrevistas e na análise de seu conteúdo, que nos permitem concluir a vivência de práticas educativas emancipatórias, conformando um sujeito coletivo-político e educativo nos territórios marcados por conflitualidades e resistências.

Apresentamos um quadro-síntese, sistematizado a partir da pesquisa realizada e que contribuirá com nossa análise frente aos avanços e desafios enfrentados pela Rede de Juventudes do Ceará e seus parceiros.

Quadro 4-Quadro síntese dos avanços e desafios identificados com maior frequência e intensidade

Avanços	Desafios
1. Mudança na percepção de mundo, numa perspectiva crítica.	1. Sustentabilidade financeira
2. Diálogo entre campo e cidade – possibilidade das diversas facetas dos movimentos e suas pautas.	2. Fortalecimento da organicidade a partir das bases – grupos de base; fóruns territoriais.
3. Construção de processos políticos-pedagógicos: curso de formação política.	3. Reconhecimento e consolidação das bases ideológicas-epistêmicas a partir das práticas educativas emancipadoras.
4. Modelo orgânico da estrutura da Rede de Juventudes do Ceará a partir dos territórios.	4. Equilíbrio de participação jovens no/do campo e na/da cidade.
5. Experiências de base comunitária: conquistas locais	5. Ampliação com outros coletivos, movimentos de juventudes.

Fonte: elaborado pela autora.

Reconhecer as especificidades dos territórios e como o capital transnacional se estrutura e disputa forças através do minério-agro-hidronegócio possibilitaram à Rede de Juventudes do Ceará constituir-se de forma territorializada. Em outros termos, a Rede emergiu situada nos territórios de Fortaleza, Itapipoca, Centro-Sul, Cariri, Zona Norte, Sertão dos Inhamuns – Crateús, Serra da Ibiapaba e Limoeiro do Norte de forma paulatina e diferenciada.

Ao conformar uma estrutura orgânica assentada nos territórios cearenses, com suas especificidades, conflitos, lutas e processos de resistências; a partir do âmbito local, com os grupos de bases; no âmbito territorial através das oito articulações territoriais e articulação

estadual, a Rede de Juventudes do Ceará construiu pontes com articulações nacionais ao participarem de intercâmbios e encontros, junto a coletivos e movimentos parceiros.

Sua estrutura orgânica contribuiu para a construção de estratégias e ações diretas, de forma coletiva e horizontalizada, a partir dos territórios, ampliando as formas de participação popular das juventudes em diversos níveis e instâncias, ao mesmo tempo que tornou pública suas pautas e bandeiras de lutas.

Em âmbito comunitário, o fomento aos grupos de base e experiências locais, pautadas em princípios da economia popular solidária e da agroecologia -implementação de padaria comunitária, quintais produtivos agroecológicos, produção de velas artesanais, dentre outras - constituíram-se como avanço na construção de iniciativas locais de enfrentamento à lógica excludente e perversa do capital.

Em âmbito territorial e estadual, a integração de pautas mais amplas relacionadas ao Bem Viver; Acesso e democratização da água; Identidade; Territórios; Agroecologia e Economia Popular Solidária aliadas à pautas e lutas - políticas públicas de juventudes, violação de direitos dos/as jovens, extermínio da juventudes - contribuíram para que se integrasse a agenda de lutas e pautas dos coletivos/organizações e movimentos sociais. Nessa direção, houve o fomento de um processo de retroalimentação de pautas entre a Rede de Juventudes do Ceará e Pastorais, Organizações Populares, Movimentos Sociais participantes, em vistas da transformação social de todos/as, ampliando assim a articulação, agenda de pautas e lutas do segmento juvenil no estado.

Outro avanço identificado é a aproximação e o diálogo estabelecido entre campo e cidade, construindo novas conexões entre os territórios e as juventudes, considerando-os para além da dimensão geográfica e espacial. As trocas de experiências de vida, saberes, sentidos, sobretudo realizada em momentos de intercâmbios, possibilitaram que jovens na/da cidade conhecessem e se importassem com os costumes, práticas, vivências e desafios do campo, e vice-versa.

Nota-se como destaque, a articulação de diversas Pastorais e Organismos da Igreja Católica, fortalecendo maior e melhor ação conjunta do campo progressista da Igreja, atualmente tão ameaçado pelo crescente conservadorismo. O espaço possibilitou maior integração desse campo com outras organizações populares e movimentos sociais, construindo pautas, agenda de luta e processos formativos de forma conjunta, contribuindo para o fortalecimento da identidade coletiva da Rede de Juventudes do Ceará, oportunizando sua constituição enquanto sujeito coletivo-político e educativo.

Por fim, um dos maiores avanços são os processos formativos realizados e promovidos em parceria com organizações, pastorais e movimentos sociais. As formações, pautadas em métodos e princípios que visam a transformação social, na perspectiva da construção da emancipação humana, se fizeram presente em todo o percurso e atividades da Rede de Juventudes do Ceará.

Observamos um crescente esforço de formação qualificada dos/as participantes da Rede de Juventudes do Ceará, no qual o curso “Tecendo Redes: Juventudes, Participação Social e Políticas públicas” revela o quanto a articulação consolidou processos formativos que retroalimentaram todas as dimensões das práticas educativas emancipadoras e contribuíram para uma melhor compreensão e visão de mundo, a partir de uma leitura crítica da realidade e de seu papel enquanto jovens do/no campo e na/da cidade que sofrem violência e opressão diante das relações de poder estabelecidas pelo capital transnacional e constroem processos e estratégias de resistência de forma territorializada.

Ao analisarmos os desafios postos à Rede de Juventudes do Ceará, destacamos a conjuntura política nacional e estadual como um dos maiores desafios externos como a face fascista do Governo Bolsonaro, que apresenta uma agenda ultraliberal no qual as maiores vítimas são as comunidades tradicionais, mulheres e jovens, prioritariamente, negros/as e pobres, isto é, a base da Rede de Juventudes do Ceará.

Ao adentrarmos o âmbito estadual, a aceleração de obras e mega empreendimentos nos territórios e a escalada exponencial da violência contra adolescentes e jovens, revelam um alinhamento político do governo estadual à agenda federal, aumentando assim os conflitos e as vítimas nos territórios cearenses. Portanto, o desafio cada vez maior de articular forças sociais em várias e amplas frentes faz-se necessário.

Diante do desafio da articulação das forças sociais do campo e da cidade, observamos que na Rede de Juventudes do Ceará há uma maior participação de jovens no/do campo e seus respectivos coletivos, com tendências de concentração de pautas desses entes, organizações populares, pastorais e movimentos sociais. Assim, aproximações com outros coletivos juvenis, movimentos sociais com atuação urbana, se faz extremamente necessário para maior equilíbrio na relação campo-cidade e na construção de agendas, pautas e estratégias conjuntas.

Outro desafio observado é o movimento de fluxo e refluxo das articulações territoriais. Durante os anos de 2015 até 2017 percebeu-se maior participação e integração de seis, das oito articulações, com maior organicidade e encontros sistemáticos. As articulações territoriais Fortaleza e Limoeiro do Norte, desde o início, estabeleceram dinâmicas

diferenciadas das demais, seja devido à complexidade e diversidade de articulação com coletivos e movimentos, a exemplo da capital cearense, seja devido à priorização de outros espaços de articulação, a exemplo do Movimento 21 no território do Vale do Jaguaribe, na qual muitos coletivos, organizações e movimentos integrantes da articulação territorial já integravam, travando lutas com o agronegócio situado naqueles territórios.

Nos últimos dois anos, ao passo que a articulação estadual se fortaleceu e ampliou a representação das articulações territoriais, algumas diminuíram a intensidade de encontros sistemáticos, concentrando, portanto, a relação direta entre articulação estadual – grupos de base, fragilizando a dinâmica das articulações territoriais. Juazeiro sobre essa questão reflete como desafio em diálogo com Barbosa (2015) ao referir-se a dimensão organizativa e sua importância para o campo popular:

É necessário fortalecer essa organicidade da base ao topo, não do inverso, do topo para base, mas que nos territórios, os fóruns, as redes que acontecem nos territórios possam se organizar, organizar outros coletivos, em torno de uma pauta, de um anseio, de uma aspiração dessa juventude em cada território, seja lá o que for, o importante é se organizar (JUAZEIRO, ENTREVISTA A AUTORA).

Assim, o desafio de retomar o papel das organizações populares, pastorais, movimentos sociais participantes, para ampliar e qualificar essa participação junto a Rede de Juventudes do Ceará, bem como retomar as dinâmicas estabelecidas das articulações territoriais é fundamental para garantia de efetiva organicidade da articulação

A sustentabilidade financeira da Rede de Juventudes do Ceará é considerada um gargalo para a ampliação das ações e uma melhor definição do papel da Rede Cáritas Ceará diante da Rede de Juventudes do Ceará. A Rede Cáritas Ceará, que fomentou a constituição da Rede de Juventudes do Ceará, atualmente ainda se apresenta como maior apoiadora financeira, gerando compreensões diferenciadas sobre esta relação, que vai desde dependência financeira à assessoria. Refletir sobre esse desafio para ambas as Redes poderá ampliar a diversidade de apoios, parcerias e estabelecer novas articulações e relações entre elas.

É válido frisar que a sustentabilidade financeira se apresenta como um dos maiores desafios para a Rede de Juventudes, diante dos fragmentos de fala dos/as entrevistados/as. As falas nos provocam a seguinte reflexão: é possível a sustentabilidade financeira, sem o viés institucionalizado? Alguns movimentos e articulações, como próprio MST e a Via Campesina têm construído propostas para esse desafio, assim como o Jovem Cumaru aponta:

Eu acho que a questão da **sustentabilidade** é complicada. É daí que a gente conseguir garantir os encontros, os momentos e tudo, que poderia ser com a própria sustentabilidade da rede. Seja a partir de cada grupo construindo algo e a gente fazendo os processos das feiras e tudo, ou com a rede mesmo escrevendo um projeto e mandando para alguma instituição algo que surja mesmo da rede nesse ponto da sustentabilidade. (CUMARU, ENTREVISTA A AUTORA).

Observa-se, na fala de Cumaru, algumas alternativas que podem ser construídas a partir da estrutura orgânica da própria Rede de Juventudes do Ceará, como a possibilidade de apoio dos grupos de base, a elaboração de projetos apresentados a novos apoiadores constituem-se como ponto de partida.

Temos dificuldade como qualquer outra organização de ter um grupo mais de condução da rede. Acho que esse é nosso conflito. Conseguimos tocar, avançar, mas vez em quando temos debate sobre **consolidar equipe de direção, coordenação, articuladores** da rede para que consigamos avançar. (FLOR DO ANGICO, ENTREVISTA A AUTORA).

Em relação aos avanços e desafios, apresentamos um que diz respeito às dimensões epistêmico-políticas (BARBOSA, 2015) da Rede de Juventudes do Ceará, ora constituindo-se como avanço, ora desafio. Ao avançar na realização de práticas educativas emancipatórias, nas quais reconhecemos presente no cotidiano da Rede de Juventudes do Ceará, observamos a constituição de um projeto educativo em que a construção do conhecimento está se conformando e se vincula ao conjunto de experiências vivenciadas no cotidiano da luta dos/das jovens e, portanto, concebida como espaço de onde emergem novas categorias e perspectivas analíticas que conformam outra episteme e uma nova cultura política, pautada na emancipação humana (BARBOSA, 2015; 2016).

Contudo, ainda é presente no discurso e documentos da Rede de Juventudes do Ceará categorias, e mais que isso, concepções sobre juventudes e participação que conflitam com a perspectiva de emancipação humana, de Bem Viver, como é o caso da categoria protagonismo juvenil, empoderamento ainda tão presente. Assim, urge a reflexão sobre as bases epistêmica-políticas da Rede de Juventudes do Ceará para avançar construção de uma prática educativa emancipadora.

É notório que os desafios da Rede de Juventudes do Ceará são cercados por questões que necessitam de aprofundamento, pois remetem a decisões, opções políticas de caminhos, seja para o fortalecimento e capilaridade de sua estrutura orgânica horizontalizada, como pressupõem as Redes, sejam para consolidar-se como sujeito coletivo-político e

educativo. Desse modo, as vivências da Rede de Juventudes do Ceará, desde seu nascimento até os dias atuais, foram o caminho para o desenvolvimento de suas práticas educativas. Como no movimento das marés, de avanços e recuos, os nós dessa rede buscam constituir tecido social e se firmar como articulação de juventudes nos territórios cearenses.

Por fim, **reconhecemos na Rede de Juventudes do Ceará a realização da dialética de construção-desconstrução, tese-antítese-síntese sobre o trinômio juventudes-territórios-participação**, que tende desde a perspectiva do/a jovem como protagonista (SOUZA, 2008), cidadão/ã (TONET, 2013) reduzindo sua capacidade de ser e estar no mundo à sujeito político educativo (BARBOSA, 2015) pautado nos fundamentos da emancipação humana. Portanto, é fundante no processo formativo a reflexão sobre suas bases ideológicas, epistêmicas, pois suas práticas educativas emancipadoras revelam a possibilidade de construção da práxis emancipadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente pesquisa e diante do objetivo da mesma, discutiu-se sobre a Rede de Juventudes do Ceará partir de suas práticas educativas emancipadoras. Analisamos a organização e articulação das juventudes no/do campo e na/da cidade, integrantes da referida Rede, na efetivação do direito à participação e defesa dos territórios. Assim, analisar como a articulação se constituiu e conformou-se nos territórios foi nosso ponto de partida.

E, perguntávamos: Em que contexto sócio-político-econômico se estabelece as relações nos territórios, entre o campo-cidade e como os/as jovens vivem? Quais as principais violações de direitos nos territórios vivenciados pelos/as jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará? Como os/as jovens integrantes da Rede de Juventudes do Ceará participam? Qual a prática educativa da Rede de Juventudes do Ceará?

Invariavelmente, não há respostas simples para perguntas tão complexas. A Rede de Juventudes do Ceará articula organizações populares, movimentos sociais, pastorais e organismos da Igreja Católica. Aliás, nasceu dentro da Igreja Católica assim como vários outros coletivos e movimentos sociais no Brasil.

Ao analisar as práticas da articulação, afirmamos que a mesma territorializou-se, ou seja, há uma territorialização da Rede de Juventudes do Ceará e, conseqüentemente, uma organização territorial das juventudes. A mesma iniciou sua organização a partir dos territórios, marcados pela disputa com o capital transnacional. Ao compreenderem os territórios como de conflitos, entendem essa disputa e posicionam-se politicamente construindo estratégias de lutas e resistências (formações políticas; intercâmbios; reafirmação das identidades; práticas agroecológicas).

Para a conformação da territorialização da Rede de Juventudes do Ceará identificamos alguns ingredientes presente em suas práticas que consideramos coletiva-política-educativas emancipadoras. Assim, a Rede de Juventudes do Ceará contribuiu para a organização de um tecido social das juventudes nos territórios.

Os fóruns territoriais, constituídos a partir das articulações: Articulação Região Norte; Articulação de Juventudes de Itapipoca; Rede Ibiapabana de Juventudes; Fórum de Juventudes dos Sertões de Inhamuns e Crateús; Rede de Juventudes Centro-Sul; Fórum de Juventudes do Cariri; Articulação de Juventudes de Limoeiro do Norte e Articulação de Juventudes de Fortaleza - demonstraram que existe uma perspectiva de articulação territorial das juventudes se constituindo de forma processual e com tempos e formatos diferenciados.

Note-se que a construção é intencionada de processos territoriais, com metodologias sociais pautadas na educação popular.

Processos de valorização e resgate de saberes, de conhecimento, de inovação e de socialização de práticas foram identificados, sobretudo a partir dos processos formativos e intercâmbios realizados nas mais diversas instâncias da articulação. A Rede de Juventudes do Ceará contribuiu para que transformações acontecessem em âmbito local-comunitário e territorial, pois, quando conhecemos e valorizamos os territórios, seus povos e suas lutas também são fortalecidos.

Por constituir-se como uma rede que articula organizações populares-comunitárias, organismos/pastorais ligadas à Igreja Católica e movimentos sociais, a Rede de Juventudes do Ceará apresenta-se com um discurso motivador e mobilizador, já que um dos maiores desafios apresentados pelo campo popular progressista é a articulação de forças sociais e políticas, em especial das juventudes.

A iniciativa das mulheres, muitas vezes invisibilizadas, sobretudo nos espaços hierarquizados da Igreja Católica, foi fundamental para a aproximação das juventudes com os espaços de reflexões e participação política. A maioria dos/as jovens participantes da Rede de Juventudes do Ceará é constituída por mulheres e ainda apresenta o desafio de visibilizar suas pautas e agendas de luta.

Somadas à capacidade de luta e de construção de bandeiras, fazem com que **o campo político juventudes se amplie no cenário cearense**, possibilitando diálogos e construções de práticas, provocando o desvendar desses sujeitos políticos, a partir das concepções construídas como sendo um mosaico.

A luta para manutenção e o acesso às políticas públicas também se constituiu um campo político de atuação da Rede de Juventudes do Ceará, com pautas relacionadas ao acesso e à democratização da água, acesso às políticas de saúde, educação, lazer e cultura, bem como à soberania mineral e segurança pública. Contudo, uma reflexão que se faz necessária está relacionada ao papel das juventudes nesses espaços e campos políticos que assim como os territórios - tanto materiais quanto imateriais -também são de disputa. Concepções sobre o papel das juventudes na elaboração e implementação das políticas supramencionadas deve ser objeto de maturação ideológica da Rede de Juventudes do Ceará.

O grande destaque é o papel educativo emancipador da Rede, o que pode ser comprovado pelo desenvolvimento de práticas educativas emancipatórias das mais diversas expressões: desde as dimensões epistêmicas, organizativas, identitárias, dialógicas e políticas, tendo como referência o curso Tecendo Redes: Juventudes, Participação e Políticas

Públicas. O curso contribuiu para a formação das juventudes como sujeitos políticos-educativos ao fortalecer um pensamento pedagógico emancipador e crítico, de construção e desconstrução de conceitos, com renovação de metodologias e práticas educativas de caráter emancipatório.

Integrados aos processos formativos, as dimensões da arte, cultura, mística, espiritualidade e da afetividade se fazem presente cumprindo a função de retroalimentar todos os outros elementos da territorialidade da Rede de Juventudes do Ceará, assim como as lutas e pautas dos coletivos presentes na articulação retroalimentam a Rede, fortalecendo a dimensão sistêmica das relações e lutas nos territórios.

No que diz respeito à discussão sobre participação da Rede de Juventudes do Ceará, consideramos como avanço a perspectiva da construção de **pautas e bandeiras de luta mais amplas**, como Agroecologia, Economia Popular Solidária, Soberania Alimentar, Mineral, acesso e democratização das águas, pautas integradas e que foram trabalhadas pela Rede, a partir da propositura de pastorais, organizações populares, movimentos sociais alimentando a Rede e vice-versa. Podemos, assim, dizer que há um processo de **retroalimentação de pautas entre a Rede de Juventudes do Ceará e pastorais, organizações populares, movimentos sociais participantes, em vistas da transformação social de todos/as, ampliando as “pautas específicas” do segmento juvenil.**

Ao analisarmos a agenda de lutas, a Rede de Juventudes do Ceará participou ativamente de mobilizações sociais, desde o ano de 2013 até os dias atuais. Mobilizações sociais, atos e manifestações convocadas por outros movimentos e articulações, sobretudo, na defesa da democracia, contra as reformas em curso, a exemplo da trabalhista e previdenciária. Também, a partir de suas especificidades, atos contra o extermínio das juventudes ocorreram em todos os territórios, no qual a pauta da Segurança Pública se sobressai.

Observamos também que a existência de crises motivou a Rede de Juventudes do Ceará a buscar alternativas e se reinventar. A realização do curso diante da crise econômica-política vivenciada pelo Golpe16 e a fragilização da formação e dos trabalhos de base (pauta histórica dos movimentos sociais), contribuíram com a construção de sua organicidade, revendo estruturas, construindo missão e princípios em vistas de um reposicionamento político da Rede de Juventudes do Ceará. Evidenciou-se seu potencial aglutinador e seu campo político de atuação, ao colocar-se como um sujeito político.

Ao retomarmos os pressupostos, compreendemos que o primeiro pressuposto estabelecido se confirma. Para o segundo pressuposto estabelecido, observou-se que a dicotomia campo-cidade faz parte de abordagens que têm como modelo de desenvolvimento

aquele referenciado no capital transnacional, gerando a sobreposição do urbano sobre o rural, ao ponto de considerar o fim do rural.

As perspectivas dicotômicas e de *continuum* (MOTA; SCHMITZ, 2002), datadas da década de 1960, ainda estão presente em segmentos elitistas da sociedade. Entretanto, com a reestruturação produtiva do agro, minério e hidronegócio, engendraram múltiplas consequências sobre as relações campo-cidade e sobre os sujeitos, em especial os/as jovens, constituindo novas ruralidades (WANDERLEY, 2011) sobretudo, na América Latina, reconfigurando as forças e o campo como objeto de disputa de conceitos, uso e expropriação.

Observamos que o terceiro pressuposto, que dizia respeito à institucionalização da política de juventudes no Brasil, supervalorizou a participação política das juventudes do novo milênio, desconsiderando seus processos de luta e resistência fora da agenda pública bem como a intervenção das agências internacionais e organismos multilaterais na conformação dessa política pública. Assim, ao realizar a análise de conteúdo recuperamos esse processo histórico na pesquisa e reposicionamos conceitos, sobretudo relacionados à perspectiva do protagonismo juvenil, diante da análise de conteúdo realizada. Por fim, reafirmamos o estabelecido no quarto pressuposto.

Diante da pesquisa realizada, observou-se que 90% dos/as entrevistados/as tiveram acesso a programas e/ou projetos de incentivo a educação. Somente Caróá não teve acesso a nenhum programa de incentivo a educação. A partir dos argumentos e reflexões dos/as entrevistados/as nota-se uma aproximação entre as lutas e a busca por acesso a seus direitos, incluindo acesso a programas e/ou projetos de incentivo a educação.

Também se observou uma prevalência de lutas e pautas mais relacionadas à realidade do campo do que cidade. Acreditamos que se deve à maior participação das organizações coletivas - notadamente aquelas de luta pela terra, água, direitos humanos e sociais - terem sua atuação política mais fortalecida no campo. Ao retroalimentar a Rede de Juventudes do Ceará com suas pautas e agendas de luta, estes temas se sobressaem.

Quanto ao quinto pressuposto que buscava estabelecer relações de aproximação ou distanciamento entre as categorias cidadania, emancipação, educação e prática educativa, ao analisarmos o curso desenvolvido pela Rede de Juventudes do Ceará e suas práticas educativas identificamos que, inspirados em métodos e práxis educativas desenvolvidas pelos coletivos integrantes da Rede de Juventudes do Ceará - movimentos populares e sociais, como Movimento Sem Terra, Movimentos indígenas, negros, quilombolas, e outros, bem como da teologia da libertação e da educação popular - a Rede de Juventudes desenvolveu práticas

educativas emancipadoras. A articulação contribuiu para que as juventudes compreendam o processo histórico, a origem e natureza da sociabilidade capitalista.

A compreensão da natureza específica da educação, a função social que ela cumpre, suas possibilidades e seus limites estiveram presentes em todos os processos educativos desenvolvidos pela Rede de Juventudes do Ceará. Com seu caráter emancipador em destaque, observamos que, de forma geral, a mesma revela práticas educativas emancipadoras.

A prática educativa emancipadora da Rede de Juventudes do Ceará é permeada de inúmeros avanços e muitos desafios e o maior deles é a construção da emancipação humana e da autonomia, haja vista ser um longo processo histórico de luta e resistência. Ressalta-se que, para além da relação com o Estado, a construção da autonomia é limitada seja pela própria condição juvenil dos integrantes da Rede de Juventudes do Ceará, seja pelo fato de que é tarefa de um único segmento social específico, no caso, as juventudes. A emancipação humana é luta de toda a sociedade e começa com a consciência de sua humanização. Cabe também a nós pesquisadores/as, sobretudo os/as que se identificam como pesquisadores/as-militantes, identificar categorias e perspectivas de análises que contribuam com o intercâmbio de saberes e favoreçam a construção de práxis emancipadoras.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005.
- ABRANCHES, S. **Presidencialismo de coalizão**: o dilema institucional brasileiro. [S.l.]: Ed. Dados, 1988.p. 5-38.
- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. [S.l.]: Elefante, 2016
- ADJACY FARIAS, F. **Pobreza e Educação**: as intervenções do BID nas políticas públicas brasileiras. 2014. 123f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- ALMEIDA, A.P. **(Grande) Bom Jardim**: Reterritorialização e Política de Representação à Luz da Nova Pragmática. 2014. 135f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) - Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- AMBROSINI, T.F. Educação e Emancipação Humana: uma fundamentação filosófica. **Revista Thaumazein**, Santa Maria, ano v, n. 09, p. 40-56, jun. 2012.
- AMMAN, S. B. Indagações conceituais: o que é movimento social? In AMMAN, S. B. **Movimento popular de bairro**: de frente para o Estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1997. p. 13-22.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- AQUINO JUNIOR, F. Uma Igreja pobre para os pobres. **Rev. PistisPrax., Teol. Pastor.**, Curitiba, v. 8, n. 3, 631-657, set./dez. 2016.
- AQUINO JUNIOR, F. Medellín – Centralidade dos pobres na Igreja: clamores e resistências atuais. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 576-599, p. 576-599, maio/ago. 2018.
- AVRITZER L. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos estud. CEBRAP**, v. 37, n.2, p.273-289, 2018.
- AVRITZER L. A Democracia e os custos do presidencialismo de coalizão. In: AVRITZER L. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AVRITZER L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, Roberto R.Coelho (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011.v.7.
- AVRITZER L. **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

AVRITZER L. Instituições participativas e desenho institucional: Algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n.1, p. 43-64, jun. 2008,

AVRITZER L. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da autorização à legitimidade da ação. **Revista Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p.443-464, 2007.

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKHER, A. M. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 81-109.

BALDI, C. A. Descolonizando o ensino de direitos humanos? **Revista Latino-americana de Direitos Humanos**, v. 5, n. 01, 2014.

BAMBIRRA, V. **Teoria da dependência. Lugar e papel das ciências sociais da UnB**. Brasília: Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, 2013. p. 27-71.

BARBOSA, L.P. Educación, pensamiento pedagógico latino-americano y pedagogías críticas em el fortalecimiento del poder popular. In SOCORRO, P. E.V; SANTOS, A.R.; BARBOSA, L.P. Educación popular, poder popular e democracia em nuestramérica. 1 ed. Digital, p. 53-74, 2020.

BARBOSA, L.P. Pedagogías sentipensantes y revolucionarias en la praxis educativo-política de los movimientos sociales de América Latina. **Revista Colombiana de Educación**, v. 1, n. 80, set./dez. 2020.

BARBOSA, L. P. Estética da resistência: arte sentipensante e educação na práxis política indígena e camponesa latino-americana. **Revista Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 09, n. 23, p. 29-62, 2019.

BARBOSA, L. P. **Educación, resistencia e movimientos sociales**: la praxis educativo-política de los Sin Tierra y de los Zapatistas. México: Colección Investigación Doctoral, 2015.

BARBOSA, L. P. Educación, resistencia y conocimiento en América Latina: por una teoría desde los movimientos sociales. **Revista Especializada en Estudios Latinoamericanos**, v. 3, n. 6, jul.diz. p.45-80. 2016,

BARBOSA, L. P. Movimentos sociais e educação do campo na América Latina: aprendizagens de um percurso histórico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.13, n.26, p.22-48, set/dez 2017.

BARBOSA, L.P.; SALES, M. A infância sem terra em movimento na luta por escola, terra e dignidade. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 51, p. 119-148, fev./jun. 2018.
<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11619/6931> acessado em 10/07/2020.

BARBOSA, J.R. “Movimento Brasil Livre (MBL)” e “Estudantes Pela Liberdade (EPL)” : ativismo político, thinktanks e protestos da direita no Brasil contemporâneo. **Revista Lutas Sociais**, n. 36, 2016

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil:** atores e fluxos políticos nesse processo social. 2014. 156f. Tese (Doutorado em CPDA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/wpcontent/uploads/2014/10/Tese-Sergio-Botton-Barcellos.pdf>. Acesso em: 20 mar 2019.

BECKER, H. S. **Uma Teoria da Ação Coletiva**, Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 13-36.

BEOZZO, J. O. **A Igreja do Brasil de João XXIII a João Paulo II:** De Medellín a Santo Domingo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

BEZERRA, T.C.E. **Deslocamento e estetização das abordagens sobre a juventude nos estudos das culturas juvenis no Brasil de 90 a 2000.** 2013. 289f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2013.

BEZERRA, H.D.; OLIVEIRA, S.M. **Juventude no século XXI:** dilemas e perspectivas. Goiânia: Cânone Editorial, 2013, p. 14-44.

BLAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA: DINÂMICAS E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO, 4., 2008. São Paulo. **Anais...** São Paulo: FFLCH/USP, 2008.p 132-150.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos.** 7 ed. São Paulo: Campus, 1992.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BONFIM, W. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Orgs.). **A era Jereissati:** modernidade e mito. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

BORRAS JR., S. M.; EDELMAN, M. **Political Dynamics of Transnational Agrarian Movements.** Nova Scotia: FernwoodPublishing, 2016.

BORDENAVE, Juan. **O que é participação?** 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, P. **A juventude é apenas uma palavra.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 2014.p. 112-121. Disponível em: <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e-apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2020.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 6 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9394/96, de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Médio. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL, G.M; SANTIAGO, E.M; BRANDÃO, M.D. A banalidade da violência policial contra jovens pobres, pretos e periféricos na cidade de Fortaleza. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 169-193, jan./abr 2020.

BRANDÃO, M. D. Medo, fetiche e espetacularização na política de juventude em Pernambuco. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, p. 145-182, 2016.

BRANDÃO, M. D. Medo, Adoração e encantamento na política de juventudes brasileira. **Revista O Público e o Privado**, n. 34, p. 51-85, jul/dez, 2019,

BRENNER, A.C.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Culturas do lazer e tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da Juventude Brasileira:** análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Ed. Da Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 37-73.

BRINGEL, B Y.; MUÑOZ, E. E. **Emancipação ou adaptação do capitalismo:** Imaginarios sobre el desarrollo en América Latina: entre la emancipación y la adaptación al capitalismo. **Revista desarrollo e cooperacion**, n. 39, p. 09-26, 2017.

BRITTO, S. de (Org.). **Sociologia da juventude.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v.3.

BUTLER, Judith. Meramente cultural. **Idéias**, Campinas, São Paulo, v. 7, n. 2, p.227-248, jul/dez 2016.

CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, n. 31, p. 94-119, set./dez. 2012.

CARVALHO, A.M.P. Modelo de ajuste nos governos petistas em meio à ideologia da conciliação de classes: chão histórico do Golpe de 2016 no Brasil Contemporâneo. **Revista EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 44, v. 17, p. 274-291, 2019.

CARVALHO, R. e IAMAMOTO. **Relações sociais e serviço social:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CALVINO, Í. **As cidades invisíveis.** Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÁRITAS BRASILEIRA, **Marco Referencial da Cáritas Brasileira 2017-2020.** [S.l.:s.n.], 2017

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL CEARÁ. **Relatório de atividades 2018.** [S.l.:s.n.], 2018.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL CEARÁ. **Relatório de atividades 2019**. [S.l.:s.n.], 2019.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL CEARÁ. **Relatório de atividades 2017**. [S.l.:s.n.], 2017.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL CEARÁ. Programa Infância, Adolescência e Juventude **Revista Cáritas Ceará**, n. 1, 2014.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL CEARÁ. Programa Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ). **Revista Cáritas Ceará**, n. 5, 2019.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL CEARÁ. Programa Infância, Adolescência e Juventude **Revista Cáritas Ceará**, n. 4, 2017.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL CEARÁ. **Relatório de atividades anual 2015**. [S.l.:s.n.], 2015. 78p.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL CEARÁ. **Projeto Infância, Adolescência e Juventude 2013-2014**, 2013. [S.l.:s.n.], 2013. 35p.

CARNEIRO, F.F.; PESSOA, V.M; TEIXEIRA, A.C.A. **Campo, floresta e águas: práticas e saberes em saúde**. Brasília: UNB, 2017.

CASTELLS, M.A **questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, E. G. O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2011, p.281-306.

CASTRO, E. G. O Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Revista de Ciências Sociais**, n. 45, p. 193-212, jul./dez. 2016.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma de se fazer políticas. **Revista Brasileira de Estudos de População**,v. 19, n. 2, p. 19-46, 2002.

CEFAI, D.Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. **Lua Nova**, São Paulo, 2010, p. 71-110.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Conflitos no Campo: Brasil. 2019**, CPT Nacional, 2020, 247p.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:1. Artes do fazer**. 21. ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHE GUEVARA, E. **Política**. [S.l.]: Ática, 1981.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **O hoje de Deus em nosso chão:Documentos de Estudos nº 78**. [S.l.]: Edições CNBB, 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil –DGAE.**[S.l.]: CNBB, 1979.

COAN, M.; SHIROMA, E. O. Educação para o empreendedorismo: forjando um jovem de novo tipo? In: SILVA, Mariléia Maria da; EVANGELISTA, Olinda; QUARTIERO, Elisa Maria (Org.). **Jovens, trabalho e educação:** a conexão subalterna de formação para o capital. Campinas: Mercado das Letras, 2012, p. 245-276.

COLEMAN, J. S. La sociedad adolescente. In PÉREZ ISLAS, J.A et al. **Teorías sobre la juventud:** las miradas de los clásicos. Ciudad del México: [s.n.], 2008.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Comitê de prevenção de homicídios na adolescência:** Relatório Final da Pesquisa. Fortaleza, 2017.

COSTA, A. C. G. da. **Protagonismo Juvenil:** adolescência, educação e participação demográfica. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

COUTINHO, C.S. **Gramsci, estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003.

DAYRELL, J. A escola faz juventudes? Reflexões sobre a socialização juvenil. **Educação e Sociedade:** Campinas, v. 28, n. 100. out. 2007. p. 1105-11.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. v.5.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo:** Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DEMATTEIS, G. Alcunirelazoni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e i caratteri della casa rurale. In: CONGRESSO GEOGRAFICO ITALIANO, 9., 1964, Itália, **Anais...** Itália: [s.n.], 1964, v. 3, p. 239-253.

DEMATTEIS, G. L'organizzazione territoriale del Piemonte secondo l'I.R.T.S., **Bolettino della Società Geografica Italiana**, serie 9, v. 3, p. 76-92, 1967.

DEMATTEIS, G. Città e campagne in Piemonte. In: CONGRESSO GEOGRAFICO ITALIANO, 9., 1969, Itália, **Anais...** Itália: [s.n.], 1969, p. 177-197.

DEMATTEIS, G. “Rivoluzione quantitativa” e nuova geografia. **Laboratori di Geografia Economica**, Torino, n. 5, 1970.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

DIÓGENES, G. (Org.). **Eles dizem não ao não, um estudo sobre a geração N**. Fortaleza: Instituto Dragão do Mar, 2019.

DUBET, F. **La galère. Les jeunes en survie**. Paris: Fayard, 1987

EDELMAN, M.; BORRAS, S. Movimientos agrarios transnacionales: historia y diversidad. In: EDELMAN, M.; BORRAS, S. **Movimientos agrarios transnacionales: Historia, organización y políticas de lucha**. Barcelona: Icaria Editorial, 2016, p. 45-78.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958.

FALS BORDA, O. **Una Sociologia Sentipensante para América Latina: Antologia de textos seleccionados e apresentados por Víctor Manuel Moncayo**. Bogotá: CLACSO, Siglo del Hombre Editores, 2009.

FALS BORDA, O. La investigación- acción em convergencias disciplinarias. **Lasforum**, v. 38, n. 4, p. 17-22, 2007.

FERNANDES, B. **Sobre as tipologias dos territórios**. Disponível em: http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf. Acesso em: 02 nov. 2018.

FERNANDES, B. Movimentos socioterritoriais no MATOPIBA e na Chapada do APODI: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 533-548, 2018.

FERNANDES, B. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, C.A (Org.). **Por uma Educação do Campo: Campo, Políticas Públicas, Educação**. [S.l.]: INCRA, MDA, 2008.

FIALHO, L. M. F (Org.). **A vida de jovens infratores privados de liberdade**. Fortaleza: UFC, 2015.

FIALHO, L. M. F (Org.). **Juventudes e políticas públicas**. Fortaleza: UECE, 2016.

FIALHO, L. M. F.; SANTOS, F. M. B.; SALES, J. A. M. Pesquisas Biográficas na História da Educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.26,p. 11-29, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/12743/6898>. Acesso em: 02 nov. 2018.

FIALHO, L.; SOUSA, G. MONTEIRO, P. Juventudes, políticas públicas e empoderamento. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 6, 2020.

FINE, M. Individualization, risk and the body: Sociology and care. **Journal of Sociology**, v.41, n. 3, p. 247-266, 2005

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1972.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FREITAS, G.V.; SANTOS, F.S. Juventude das Escolas Família Agrícola de Minas Gerais: desafios e possibilidades na perspectiva da inserção profissional. In: LEÃO, G; ANTUNES-ROCHA, M.I. (Org). **Juventudes do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FREIRE FILHO, J. **Reinvenções da resistência juvenil**: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002 (coleção leitura).

FREIRE, P. **Educação como prática para liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação: o presente e o futuro interditados ou em suspenso. In: CIAVATTA, M.; TIRIBA, L. (Org.). **Trabalho e educação de jovens e adultos**. Brasília, DF: Liber Livro, UFF, 2011, p. 99-133.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONZÁLEZ-CASANOVA, P. **El saber y el conocer de los pueblos**: Primer Coloquio Internacional *In Memoriam* Andrés Aubry. Planeta Tierra: movimientos antisistémicos. Chiapas: CIDECI, 2007.

GOHN, M. da G. Retrospectiva sobre a educação popular e os movimentos sociais no Brasil. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 4, n. 47, p. 10- 32, 2017.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**. 12.ed. São Paulo: Loyola, 2017b.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilização Cívica no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes. 2010.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011, p. 333-361. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2020.

GOHN, M. da G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, p. 166.

GOTTMANN, J. De la méthode d'analyse en géographie humaine. **Bulletin de la Société de Géographie**, Paris, n. 301, p. 1-12, 1947.

GOTTMANN, J. **La politique des États et leur Géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GROPPO, L. A. Juventude e modernidade. In: GROPPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000. p. 29-55.

Guimarães, E.A. **Projeto mais médicos para o Brasil: repercussões e perspectivas para a atenção primária à saúde de Fortaleza**. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual do Ceará – UECE, Mestrado em Sociologia - PPGS, 2017.

GUTIÉRREZ AGUILAR, R. Insubordinación, antagonismo y lucha en América Latina: ¿Es fértil todavía la noción de “movimiento social” para comprender la lucha social en América Latina?. In: GUTIÉRREZ AGUILAR, R. **Horizonte comunitario-popular: Antagonismo y producción de lo común en América Latina**. Puebla: BUAP, 2015, p. 9-31.

GUTIÉRREZ AGUILAR, R. Los ritmos del *Pachakuti*. Breves reflexiones en torno a cómo conocemos las luchas emancipativas y a su relación con la política de la autonomía. In: GUTIÉRREZ AGUILAR, R. **Horizonte comunitario-popular: Antagonismo y producción de lo común en América Latina**. Puebla: BUAP, 2015. p. 33-58.

GRAZIANO S.J. **O novo rural Brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, IE, 2002. 151 p. (Coleção Pesquisas, 1).

HARVEY, D. **El nuevo imperialismo: acumulación por desposesión**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 9-129.

HESPANHOL, R.A. de M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 103-112, set. 2013.

IANNI, O. O jovem radical. In: IANNI, O. **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

INDOVINA, F. Capitale e territorio. In: INDOVINA, F (Org.). **Capitale e territorio: Processo capitalístico e utilizzazione del territorio in Italia**. Angeli, Milano: [s.n.], 1976, p. 7-14.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 ago. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência**. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Regiões de Planejamento do Estado do Ceará**. Fortaleza: IPEA, 2020

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Boletim trimestral da juventude n.03/2019**: Diretoria de Estudos Sociais Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará Secretaria do Planejamento e Gestão Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2019.

INSTITUTO TERRAMAR. **Relatório de Atividades**. Fortaleza, 2019.

LEAL, M. L. M. **Representatividade e Legitimidade da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Assistência Social**. 2003. 135f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LEÃO, G; ANTUNES-ROCHA, M.I. (Org.). **Juventudes do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. **Pesquisa de Representação Social: um enfoque qualiquantitativo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2012. 224p. (Serie Pesquisa, 20)

LIMA, T.A.Q. Apontamentos acerca da inefetividade dos direitos humanos a partir do exame de suas determinações sócio-históricas. **Revista Faculdade de Direito**, v. 34, n. 1, p. 565-586, jan./jun. 2013,

LOUREIRO, P. A.T. **Face a Face com a medida socioeducativa de liberdade assistida**. 2001. 83f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2001.

LOUREIRO, P. A.T. **Participação da sociedade civil no controle social das políticas públicas**: A experiência do monitoramento do Orçamento Criança e Adolescente na cidade de Ibicuitinga – Ceará. 2008. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em movimentos sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LUCHMANN, L. H. H. **Possibilidades e limites da democracia participativa**: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. 2002. 54f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MALVASI, P. A. **Interfaces da vida loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. 2012. 146f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventudes más que una palabra. In.: ARIOVICH, L. *et al.* **La juventude es más que una palabra**: ensayos sobre cultura y juventud. 3. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. p. 13-30.

Martí, J. **Nuestra América**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1977.

MARTINS, J.de S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. 2. Reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, J.de S.As coisas no lugar: Da ambiguidade à dualidade da reflexão sociológica sobre a relação campo-cidade. In:MARTINS,José de Souza (Org.).**Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉZSÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo:Boitempo, 2005.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MINAYO, M.C.de S.(Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MIRANDA, E. O. "**O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral**": os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Malê. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenho Cultura e Interatividade) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/97/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Eduardo%20O%20Miranda.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MONTEIRO, L. M.; MOURA, J.T. V.de; LACERDA, A.D. F. Teorias da democracia e a práxis política e social brasileira: limites e possibilidades. **Sociologias**,v. 17, n.38, p. 156-191,2015.

MONCAYO, V.M (ORG.)**Fals Borda, Orlando, 1925-2008. Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: SiglodelHombre Editores y CLACSO, 2009. 492 p.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H. Pertinência da categoria rural para análise social. **Ciências Agrotecnicas**, v. 26, n. 2, 392-399, 2002.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

NOGUEIRA, C.B.C;DANTAS, F. A. C. O SumakKawsay (BuenVivir) e o novo constitucionalismo latino-americano: uma proposta para concretização dos direitos socioambientais?In: VENERIO,C. M. S.; ÁVILAF.de; WOLKMER,A. C. (Org.). **Teoria do Estado e da Constituição**. Florianópolis: FUNJAB, 2012, v. 2, p. 240-267.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In.: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. p. 105-119.

NOVAES, R. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: FAVERO, Osmar *et al.* **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 253-281.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. **Piauí**, Rio de Janeiro, n. 4, jan. 2007.

PAIS, J. M. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. p. 7-21.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003.

PAIS, J. M. **Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro**. Porto: Âmbar, 2001.

PAIVA, L.F.S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do Crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n.85, p. 165-184, jan./abr. 2019.

PALUDO, C. Educação Popular como resistência e emancipação humana. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago. 2015

PAPA, F.C.; FREITAS, M.V. **Juventude em Pauta: políticas Públicas no Brasil**. São Paulo, Peirópolis, 2011.

PARSONS, T. A classe como sistema social. In: BRITTO, S. de (Org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.v. 3.p. 47-76.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEDRINE, D. (Org.). **Políticas Públicas: Controle social e mobilizações cidadãos**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C.W. De Saberes e de Territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latinoamericana. Pólis, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/2636> . Acesso em: 10 jan. 2019.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. Buenos Aires: CLACSO, 2006B.

QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. Firenze:LaNuovaItalia, 1974.

QUEIROZ, M. I. P. de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMECSANYI, Tomás; QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1972.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Perspectivas latino-americanas. CLACSO, 2005.

RAGIN, C.; BECKER, H. **O que é um caso?** Explorando os fundamentos da investigação social. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

REDE DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO LOCAL. **Relatório sobre o processo de revitalização do Rio Maranguapinho.**[S.l.:s.n.], 2018.

REDE ESTADUAL DE JOVENS. **Relatórios condensados do curso Tecendo Redes:** Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas. [S.l.:s.n.], 2018,

REDE ESTADUAL DE JOVENS. **Relatório do curso Tecendo Redes:** Juventudes, Participação Social e Políticas Públicas. [S.l.:s.n.], 2017

REIS, D. S. dos. O Rural e o urbano no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006.Caxambu,**Anais...** Caxambu: [s.n.], 2006.

RIBEIRO, L. A. D. **Riscos e injustiça hídrica no semiárido: contribuição à avaliação de equidade ambiental do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará.** 2016. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

RIGOTTO, R.M; AGUIAR A.C.P; RIBEIRO, L.A.D. **Tramas para a justiça ambiental:** diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

RIGOTTO, R.M; FREITAS, B.M.C; MAIA, C.C.M; GADELHA, D. et ali. Perímetros irrigados e direitos violados no Ceará e Rio Grande do Norte: “Por que a água chega e a gente tem que sair?”. **Revista Pegada**, vol. 17 n.2, p. 122-144, dezembro de 2016.

RIGOTTO, R. M.; FREITAS, B. M. C. **Dossiê perímetros irrigados: perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido.** 2014. Disponível em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/>.

RIGOTTO, R.M. et al. **Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos:** documento síntese dos resultados parciais da pesquisa. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

RIGOTTO, R.M; AGUIAR A.C.P; RIBEIRO, L.A.D. Inserção da saúde nos estudos de impacto ambiental: o caso da termelétrica a carvão mineral no Ceará. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 2049-2059, 2009.

ROSSET, P. Epistemes rurales y laformación agroecológica enlaVía Campesina. **Ciencia y Tecnología Social**, v. 2, p. 1-10, dez. 2015. Disponível em:<http://www.landaction.org/>acessado em 15 de julho de 2019.

SALES, C de M. V. Juventude e corpo: sociabilidade, linguagem corporal, educação e política. In: LUZ, L.C.X.; COSTA, S,J,H (Org.). **Juventudes rurais e urbanas:** territórios, culturas, sociabilidades e identidades. Teresina: EDUFPI, 2016.

SALES, C. de M. V. Juventude, espaços de formação e modos de vida. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 12, p. 24-41, 2010.

SALES, C. de M. V.; ALMEIDA, N. Jovens do campo e o uso das redes sociais online em suas práticas cotidianas. In: LEÃO, G; ANTUNES-ROCHA, M.I. (Org). **Juventudes do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SAQUET, M. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.).

Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Território e Sociedade**. 2.ed. São Paulo: [s.n.], 2007.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008c.

SCHNEIDER, S. Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL/ALASRU, 7, 2006. Quito, **Anais....** Quito, Ecuador, 2006.p. 01-19.

SILVA, E.C. **A geopolítica do saque mineral**: conflitos e impactos socioambientais da mineração de ferro em Quiterianópolis-CE. 2020. 123f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade do Vale do Acaraú, Sobral, 2020.

SILVA, E.F. (Des)confiança mútua? A política das relações entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Renovação Carismática Católica. **Revista Diversidade Religiosa**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 116-140, 2017.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida Mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SIROTA, R. **Elementos por uma sociologia da infância**. Paris: PUF, 2006.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SOUZA, P. N. Ação Católica, Militância leiga no Brasil: Méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**, v. 14, n. 55, abr/jun 2006.

SOUZA, R.M. **O Discurso do Protagonismo Juvenil**. 2006. 135f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, S. T. Relação Campo-cidade: em busca de uma tentativa dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In: LOPES, D. M. L.; HENRIQUE, W. (Org.).

Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: CEI, p. 195-208, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 87).

SPOSITO, M.E. B.A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Org.). **Cidade e campo:** relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.p. 111-130.

SPOSITO, M.P. Breve balanço sobre a constituição de uma agenda de políticas voltadas para os jovens no Brasil. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Orgs.). **Juventude em pauta:** políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011.

SPOSITO, M.P. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira:** educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SPOSITO, M.P. “A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade”. **Tempo Social**, São Paulo, v.5, n. 1-2, 1993.

SUZUKI, J. C. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 10, n. 10, p.134-150, jan./jun./2007.

SVAMPA, M. **Las Fronteras del neoextrativismo em América Latina**. Alemanha: CALAS, 2019.

SVAMPA, M. **Protesta, movimientos sociales y dimensiones de la acción colectiva en América Latina**. 2009. Disponível em:
<http://www.maristellavampa.net/archivos/ensayo57.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

SVAMPA, M. **Cambio de época:** movimientos sociales y poder político. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação**. 2.ed.[S.l.]: EDUFAL, 2005. Disponível em:
http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf Acesso em: 5 ago. 2018.

TONET, I. Atividades Educativas Emancipadoras. **Rev. Práxis Educativa**, v. 9, n. 1, 2013. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Atividades_educativas_emancipadoras.pdf. Acesso em: 08 dez. 2018.

TONET, I. Educar para a Cidadania ou para a Liberdade? **Perspectiva**, n. 23, 2005.

TRASPADINI, R. Juventude e educação popular: inspirações, respirações, transpirações. **Revista Cáritas Ceará**, n. 5, 2019

TRASPADINI, R. Elementos estruturais da educação popular e os movimentos camponeses do Brasil. **Revista em Pauta**, n. 25, jul. 2010.

TRASPADINI, R. Paulo Freire e a pedagogia do oprimido: entre a violência da dominação e a potência da libertação. **Revista Triste Trópico Brasil**, v. 2, n. 1, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Sociologia**. Disponível em: <http://www.uece.br/ppgsociologia/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

VIEIRA NETO, J.P.; PEREIRA, E. Povos Indígenas no Brasil, Museus e Memórias: questões emergentes. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 5, set. 2017.

VIEIRA NETO, J.P.; GOMES, A. O. **Museus e Memória Indígena no Ceará: uma proposta em construção**. Fortaleza: SECULT, 2009.

WANDERLEY, M.N.B. Sistematização: conhecimento que vem das práticas. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.8, n.1, 2011.

WANDERLEY, M.N.B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 87-145, out. 2001,

WEBER, M. Conceitos e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZALUAR, A.M. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventudes e violência. In: VIANNA, H. (ORG). **Galeras Cariocas**, 1ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p. 17-57.

ANEXOS

ANEXO A –MURAL DA REDE DE JUVENTUDES DO CEARÁ



PARTICIPANTES DO CURSO TECENDO REDES, Centro Inaciano de Juventudes, Fortaleza, CE, BR, 2017, 1 fotografia, color.



PARTICIPANTE DA REDE NO 24º GRITO DOS EXCLUÍDOS, Tianguá, CE, BR, 2018, 2 fotografia, color.



PARTICIPANTES DA REDE NO INTERCÂMBIO DE JUVENTUDES, FORALEZA, CE, BR, 2019, 3 fotografia, color.



REUNIÃO DA REDE DE JUVENTUDES – PESQUISA DE CAMPO. CRATEÚS, CE, BR, 2018, 4 fotografia, color.



PARTICIPANTES DO FÓRUM DE JUVENTUDES DO CARIRI. CARIRIACÚ, CE, BR, 2019, 5 fotografia, color.



REUNIÃO DA REDE DE JUVENTUDES – CELEBRAÇÃO DA MÍSTICA.
FORTALEZA, CE, BR, 2019, 6 fotografia, color.



INTERCÂMBIO REGIONAL DE JUVENTUDES – ARTE. SANTA QUITÉRIA CE, BR, 2018, 7 fotografia, color.

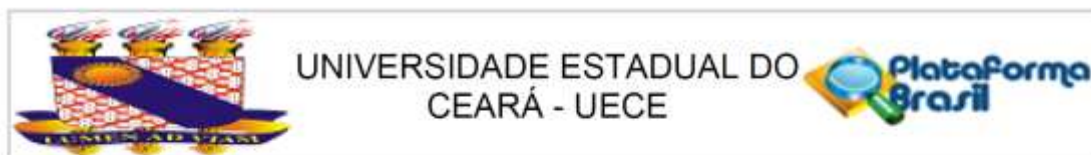


CURSO TECENDO REDES– ARTE. FORTALEZA, CE, BR, 2017, 8 fotografia, color.



INTERCAMBIO POVO INDÍGENA TAPEBA. CAUCAIA, CE, BR, 2018. 9 fotografia, color.

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E PARTICIPAÇÃO: A experiência da Rede de Juventudes do Ceará como prática educativa emancipatória.

Pesquisador: PATRICIA AMORIM TEIXEIRA LOUREIRO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 26922819.7.0000.5534

Instituição Proponente: Centro de Estudos Sociais Aplicados

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.806.184

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que pretende compreender a organização e articulação das juventudes no/do campo e na/da cidade, integrantes da Rede de Juventudes do Ceará, e suas formas de incidência conjunta na efetivação do direito à participação e defesa dos territórios. Os dados serão produzidos a partir de análise de documentos produzidos pela Cáritas Diocesana – instituição que fomentou a criação da Rede de Juventudes – e por meio da realização de entrevistas e aplicação de questionário com dez jovens integrantes da Rede, bem como observação direta nas reuniões e ações da Rede de Juventudes.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

Conhecer a organização e articulação das juventudes no/do campo e na/da cidade, integrantes da Rede de Juventudes do Ceará, e suas formas de incidência conjunta na efetivação do direito à participação e defesa dos territórios.

Objetivos Específicos:

- Analisar o contexto sócio-político-econômico em que se estabelecem as relações campo-cidade entre as juventudes e modelos de desenvolvimento;
- Identificar as principais violações de direitos dos territórios vivenciados pelos/as jovens no/do campo e no/da cidade;

Endereço: Av. Silas Munguba, 1700

Bairro: Itaperi

CEP: 60.714-903

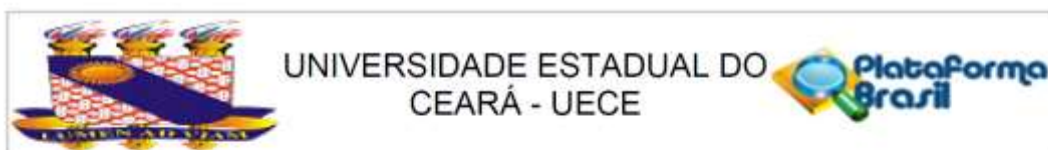
UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3101-9890

Fax: (85)3101-9906

E-mail: cep@uece.br



Continuação do Parecer: 3.806.184

- Compreender como se dão as lutas pela efetivação do direito à participação social dos/as jovens do/no campo e na/da cidade organizados coletivamente;
- Pesquisar a prática educativa da Rede Estadual de Jovens no Ceará.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos da pesquisa estão relacionados à possibilidade de desconforto causados aos interlocutores quanto aos questionamentos e eventuais recusas na participação.

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa residem na possibilidade de proporcionar o debate sobre a organização e articulação juvenis no Estado do Ceará, a partir da percepção dos jovens que participam de coletivos, bem como trazer à tona análises sobre eventuais violações de direitos da juventude no Estado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa possui relevância científica e aplicação social. O estudo, partindo da percepção dos próprios jovens, poderá subsidiar políticas públicas para o estado do Ceará que atendam os anseios e desejos da juventude, de modo a garantir participações autênticas, que garantam a efetivação de direitos e contribuam com o fortalecimento dos espaços de organização e articulação juvenis, respeitando as especificidades do campo/cidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Folha de Rosto, a Carta de Anuência, o Termo de Fiel Depositário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido estão de acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016 da CONEP.

Recomendações:

Anexar relatório final da pesquisa ao seu término.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1461551.pdf	15/01/2020 09:40:32		Aceito

Endereço: Av. Silas Munguba, 1700

Bairro: Itaperi

CEP: 60.714-903

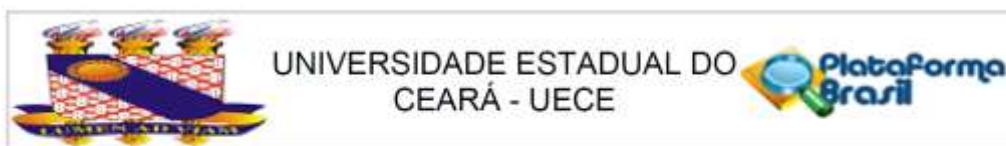
UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3101-9890

Fax: (85)3101-9906

E-mail: cep@uece.br



Continuação do Parecer: 3.806.184

Outros	anuencia.pdf	15/01/2020 09:39:46	PATRICIA AMORIM TEIXEIRA	Aceito
Outros	declaracaorede.pdf	14/01/2020 11:44:30	PATRICIA AMORIM TEIXEIRA	Aceito
Declaração de concordância	termo_caritas.pdf	14/01/2020 11:31:18	PATRICIA AMORIM TEIXEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo.pdf	11/12/2019 14:18:05	PATRICIA AMORIM TEIXEIRA LOUREIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodepesquisa.pdf	11/12/2019 14:17:52	PATRICIA AMORIM TEIXEIRA LOUREIRO	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	11/12/2019 14:17:20	PATRICIA AMORIM TEIXEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 22 de Janeiro de 2020

Assinado por:
ISAAC NETO GOES DA SILVA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Silas Munguba, 1700
Bairro: Itaperi **CEP:** 60.714-903
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3101-9890 **Fax:** (85)3101-9906 **E-mail:** cep@uece.br

ANEXO C – QUSTIONÁRIO APLICADO

Objetivo: o presente questionário visa traçar o perfil sócio-político-econômico e cultural de alguns jovens participantes da Rede de Juventudes do Ceará, bem como identificar, a partir de suas vivências, suas formas de organização.

A) Bloco I – Ser Jovem -

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1.Nome:

1.2.Idade:

1.3.Naturalidade:

1.4. Onde reside? _____ 1.4.1. Há quanto tempo? _____

1.5. Sexo: ____ Masculino ____ Feminino ____ não se define ____

1.6. Você tem confissão religiosa? (..) sim (..) não Qual? _____

2. MORADIA

2.1 Com quem você mora?

Nome	Idade	Escolaridade	Tipo de parentesco

2.2 A respeito de moradia, em quais desses itens você se enquadra?

() Casa própria

() Aluguel

() Cedida

() Outros

Especifique: _____

3. EDUCAÇÃO:

3.1.Qual seu nível de Escolaridade:

(..)Fundamental incompleto

(..)Fundamental completo

(..) Ensino Médio incompleto

(..) Ensino Médio completo

(..) Nível Superior incompleto Curso _____

(..)Nível Superior Completo. Curso _____

(..)pós-graduação

3.2. Estuda atualmente? (..) sim (..) não Existe algum desafio? _____

3.3. Frequentou/Frequenta qual instituição de ensino formal?

(..) pública

(..) privada

(..) ambas

3.4. Teve ou tem acesso a algum programa de incentivo a educação? (*múltipla escolha*)

(..) Bolsa Família

(..) Bolsa Escola

(..) Bolsa de Estudo. Qual _____
 (..) outro. Qual _____

4. TRABALHO E RENDA

4.1. Você trabalha? () sim () não Por que? _____

4.2 Caso Trabalhe, 4.2.1 onde? _____. 4.2.2. Carga-horária semanal: ____; 4.2.3. Renda mensal:

4.3. Qual renda familiar em sua casa?

- () Até um salário mínimo
 () De um salário até dois salários mínimos
 () De dois salários a três salários mínimos
 () Mais de três salários mínimos

5. CULTURA E LAZER

5.1. Quais equipamentos públicos de cultura e lazer você tem acesso em seu território?
(múltipla escolha)

- () Quadra poliesportiva
 () Praça
 () Museu
 () Teatro
 () Cinema
 () Centro Cultural
 () Casas de Show Cultural
 () Outros _____

B) Bloco 2 – Organização Política

1.1. Participa de algum grupo, coletivo e/ou movimento? () sim () não Identifique:

Nome do coletivo/movimento	Desde quando participa	Função que exerce atualmente

1.2. Participa de algum espaço representativo? Fórum, Conselho, Colegiado.

Nome do Espaço	O que representa?	Função que exerce no espaço

ANEXO D - ROTEIRO ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.

BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO, HISTÓRIA.

- 1.1. Conte-me um pouco sobre você: nome, idade, naturalidade, onde mora e com quem?
- 1.2. Quando se interessou para participação em grupos? Como foi o início? Qual seu primeiro grupo de base?
- 1.3. Sua história no grupo/movimento que participa atualmente. Quais as principais bandeiras de luta dele? Desempenha algum papel específico? Qual?
- 1.4. Como se deu sua aproximação com a Rede de Juventudes do Ceará? Como soube dela?

BLOCO 2 – RELAÇÃO CAMPO/CIDADE, TERRITÓRIOS.

- 2.1 Você se considera jovem no/do campo ou na/da cidade? Por quê?
- 2.2 O que compreende por território? Que território é esse? Caracterize o território onde você vive.
- 2.3 O que importa nos territórios para os/as jovens?
- 2.4 Teve que sair de seu território para outro? Por quê?
- 2.5 Que sentimentos o território em que vive desperta em você?
- 2.6 Quais as principais violações de direito presente no território onde vive? Quais grandes projetos/obras impactam seu território? Como tudo isso impacta a vida dos jovens?
- 2.7 Quais as principais forças de resistência presentes no território onde vive? Como agem?

BLOCO 3 – REDE DE JUVENTUDES

- 3.1 Quais os coletivos/movimentos que participam da Rede? Considera mais do campo ou da cidade?
- 3.2 Como percebe a articulação desses coletivos/movimentos no/do campo e cidade na rede? O que os une e o que os separa em torno da Rede?
- 3.3 Qual a mística da Rede? As palavras de ordem? Como se dá a organicidade do grupo?
- 3.4 Qual o papel da caritas junto à rede de juventudes? Havia intencionalidade da caritas para organização da rede? Qual?
- 3.5 Quais os principais temas debatidos na Rede de Juventudes? O tema do acesso a água foi bastante debatido da rede. Por quê?
- 3.6 Quais as principais conquistas da Rede de Juventudes?

3.7 Quais principais desafios?

BLOCO 4 - PRÁTICAS DA REDE DE JUVENTUDES.

4.1 O que acrescentou pra sua formação enquanto sujeito?

4.2 Qual a prática da rede de Juventudes?

4.3 Há práticas educativas, de afetos, de resistência, de defesa dos territórios? Comente.

4.4 Percebo muito AFETO e cuidado na Rede, entre os jovens. Como percebe esses Cuidados? Quais as brincadeiras, dinâmicas mais presentes? OLFATO: Qual o cheiro? TATO: O que tocam com as mãos e as palavras?